

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

**A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SENEGAL E INTEGRAÇÃO NA AFRICA
OCIDENTAL: OS PROBLEMAS DA GÂMBIA, DE CASAMANCE E DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL**

MAMADOU ALPHA DIALLO

•

PORTO ALEGRE, 2011

MAMADOU ALPHA DIALLO

**A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SENEGAL E INTEGRAÇÃO NA AFRICA
OCIDENTAL: OS PROBLEMAS DA GÂMBIA, DE CASAMANCE E DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL**

Dissertação apresentado ao programa de pós-graduação em ciências política do Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial a obtenção do título de mestre em ciência Política sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

PORTO ALEGRE-RS, 2011.

MAMADOU ALPHA DIALLO

**A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SENEGAL E INTEGRAÇÃO NA AFRICA
OCIDENTAL: OS PROBLEMAS DA GÂMBIA, DE CASAMANCE E DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL.**

Dissertação apresentado ao programa de pós-graduação em ciências política do Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial a obtenção do título de mestre em ciência Política sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

COMISSÃO JULGADORA

Prof.DR. Paulo Fagundes Visentini (Presidente-Orientador) Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Departamento de Ciências Econômicas

PROF.DR. MARCO AURÉLIO CEPIK Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Departamento de Ciências Políticas- (PPG. Pol.)

PROF. DR. EDUARDO FILIPE Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Departamento de Ciências Econômicas- PPEEI

PROF. Dr.^a ANA LÚCIA DANILEVICZ PEREIRA (ESPM)

CONCEITO _____

PORTO ALEGRE, 11 DE MARÇO 2011

ΕΠΙΓΡΑΦΟ.

DEDICATÓRIA.

Para meu Falecido Pai: MAMADOU SELLOU DIALLO

AGRADECIMENTOS

Ao escrever as conclusões desta dissertação, me dei conta que estou chegando ao fim de um longo caminho que começou há dez anos, precisamente em 2001 quando tomei a decisão de abrir mão de meu emprego de professor, deixando atrás uma turma de cinquenta e sete alunos de nove a dez anos de idade, que eu acompanhei durante três anos acadêmicos em condições mais que precárias, devido a vários fatores entre os quais cito aqui a ausência do Estado, a rebelião de Casamance, que são abordados nesta pesquisa. Esta pequena recordação histórica é somente para dizer que resultado dos dois anos de aprendizagem no mestrado envolveu inúmeras pessoas que obviamente, não poderiam ser esquecidas neste momento, no entanto, é nos impossível igualmente nomear todos aqui.

Em primeiro lugar meus agradecimentos a Allah (DEUS) louvado seja o senhor do universo. Dito isso meus agradecimento vão para meu Orientador Dr. Paulo Fagundes Visentini, que se dispôs a me ajudar nesta caminhada, lendo, corrigindo e discutindo minhas idéias muitas vezes escritas em um português não muito claro, o que explica certamente nossas inúmeras encontros e discussões sobre o trabalho.

Em segundo lugar agradeço ao professor Dr. Marco Cepik, que me apoiou desde começo do projeto, lendo, sugerindo e discutindo comigo o trabalho. Assim como o professor Dr. Alain Pascal Kaly, que teve a generosidade de ler, criticar, mas também fazer sugestões além de ajudar na busca de fontes bibliográficas. Nesta mesma ótica, meus agradecimentos vão para a professora Dr. Professora Ana Lucia, o professor Dario Ribeiro, o professor Zé Miguel, professor Dr. Mauricio Moyá, Mamadou Sène, Lito Nunes Fernandes, Marcel Diouf, Moussa Ly, Omar Diene, aos meus colegas e colaboradores do NERINT que fizeram o esforço de fazer a correção do português bem que estando de férias. Agradeço igualmente aos colegas do grupo da Organização dos Estudos Estratégicos (OEE), principalmente a Igor Castelliano e a Luisa Schneider.

Em terceiro lugar agradeço aos meus familiares: do Brasil em Geral e particularmente, a Meus primos Alfa Oumar Diallo, Mamadou Aliou Diallo e Ibrahima Diallo; a família Santos: Cintia, Célia e Dona Maria; a família Haq: Tio Jamil, Dona

Fátima, Khalil e Samir; e, toda a comunidade muçulmana de Porto Alegre, especialmente a Monte Verde.

Do Senegal, agradeço a compreensão e ajuda da minha família com destaque a meus tios Kana Diallo, Alfa Oumar Diallo e Boubacar Diallo; a meus primos Ousmane Diallo, Ismaila Diallo, Mamadou Marwane Diallo e Abdourahmane Diallo. Igualmente meus agradecimentos vão para meus irmãos Ousmane Diallo e Mamadou Oury (Kinda) Diallo e suas respectivas esposas Fatou Bintou Colly e Ishaga Diallo; minhas irmãs Issa, Binta, Maryamou, Kadidiatou Diallo e termino esta parte mandando um obrigado especial a um professor de história e de geografia chamado **Bassirou Dia** que me deu aula no ensino médio exatamente há vinte anos (1991) e através do mesmo que todos professores que participaram na minha formação se sentem homenageados e agradecidos neste trabalho. Pode se perguntar, mas, o que um professor do ensino médio tem a ver com a conclusão de uma dissertação de mestrado?

No meu caso tem toda a ver, pois, foi na aula de geografia dada por este homem que tive a primeira impressão que o Brasil e África são próximos e ligados tanto pela história quanto pela geografia (clima, vegetação, fauna e flora) e muito mais pela composição da sociedade e variedade das culturas. Ele me fez pensar e entender de forma resumida que o Brasil é uma parte da África que esta do outro lado do atlântico e por isso que este país continente tinha todo para servir de exemplo para os países africanos. Eu me recordo muito bem como a partir da caracterização do solo, do subsolo, da vegetação e da população brasileira, Européia e africana, Dia nos levou a entender em outros termos como a importação das práticas e idéias européias como exemplos para os países africanos eram inapropriados para o desenvolvimento, principalmente da agricultura dos países do continente negro. Neste caso a pergunta que foi feita e muito bem feita no meu ver, para servir de reflexão e de avaliação aos alunos da turma por Dia, foi a partir da análise comparada do clima, da vegetação e da população brasileira e francesa, escolher um agrônomo que será encarregado de dar suporte técnica para os camponeses africanos entre dois agrônomos: um Brasileiro e outro Francês? Obviamente, o propósito da pergunta é puramente didático e científico, pois, leva os alunos a fazer uma análise lógica e objetiva para opinar sobre uma situação de necessidade real que, deveria servir de ferramenta de tomada de decisão para os futuros (ou supostos futuros) dirigentes africanos.

Duas décadas depois, a pertinência e a atualidade desta pergunta feita para adolescentes de entre quatorze e quinze anos mostra a visão do futuro do professor Dia e conseqüentemente justifica o mérito que ele tem de ser lembrado nestas linhas, pois, foram grãs a isso que tomei a decisão dez anos depois de vir continuar minha formação acadêmica no Brasil. Igualmente, a partir desta pergunta podemos responder a outras curiosidades tanto de africanos quanto de brasileiros que perguntam por que escolhe o Brasil para estudar? Qual a importância do Brasil para a África e vis versa?

Sem muito entrar nos detalhes posso dizer a respeito da primeira pergunta como já mostrei nas linhas anteriores, vim estudar no Brasil devido a esta percepção e convicção de que contrariamente ao pensamento comum, que o Brasil era e é um país que tem muita a oferecer aos países africanos e tem muito a receber dos mesmos. É nesta perspectiva que, analisei na minha monografia do curso de administração de empresa feita na PUCRS, as relações comerciais entre o Brasil e os países membros da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (CEDEAO). Nesta pesquisa, pude perceber que as oportunidades de negócios são enormes, mas, foram poucos explorados durante os quarenta anos (1960-2000) que seguiram as independências dos países africanos devido entre outros fatores à falta de políticas adequadas, no entanto, este quadro começou a mudar nos últimos anos. Esta mudança se deve em parte a redirecionamento da política externa brasileira para o fortalecimento das relações sul-sul, portanto com os países africanos assim como a percepção dos africanos de que eles têm muitos a ganharem se relacionando com os países emergentes entre os quais o Brasil. Portanto, fica clara a importância do Brasil para os países africanos não somente por seus laços históricos, mas também pelas questões geográficas, socioculturais e ambientais ou climáticas além da potencialidade econômica e política que este país continente ocupa no cenário internacional. Portanto, pode se perceber que continuo acreditando e buscando as possibilidades que existem entre o Brasil e o continente africano e de maneira bastante modesta procurou ampliar estas percepção, pois, somente assim que elas serão exploradas de forma benéfica tanto para brasileiros quanto africanos.

Dito isso, resta assumir aqui a inteira responsabilidade quanto aos erros e possíveis equívocos presentes neste trabalho.

RESUMO

Construção do Estado, Integração regional e resolução de conflitos são temas que marcaram presença nos estudos e nos debates sobre o continente africano nos últimos tempos. Assim para participar e contribuir neste debate esse trabalho faz uma análise da formação do Estado do Senegal e do conflito casamencês, ressaltando as diferentes fases do processo da construção do mesmo e as tentativas de integração regional através da Federação do Mali (1959-1960) e da confederação da Senegâmbia (1982-1989). Dessa maneira, procurou-se mostrar que o conflito de Casamance é resultado do processo da formação do Estado do Senegal. E, a resolução do mesmo deve levar em conta sim os fatores econômicos, culturais, históricos e políticos. No entanto, a integração regional construída com a sociedade pode ser uma das formas de trazer paz, desenvolvimento e liberdade, não somente na região de Casamance, mas no mundo contemporâneo em geral.

Palavras chaves: Estado, Integração regional, Casamance, Resolução de conflitos.

Resumé

Construction de l'État, Intégration regional et resolution des conflits sont des temes que ont marquee leurs presence dans les etudes et debats sur le continent africain dans ces derniers années. Donc, c'est pour participer et contribuer dans ce debat que ce travail a fait une analise de la formation de l'État Sénégalais et du conflit casamançais, en distaquant les diferents fase de cette dernière et les tentative d'integration regionales faîte atravers la Federation du Mali (1959-1960) et de la confederation de la Sénagambie (1982-1989). De cette manière on a cherché a montré que le conflit de Casamance est le fruit du processus de formation de l'État du Sénégal. Et, sa résolution doit tenir conte des facteurs économiques, culturels, historique et politique. Cependant, c'est seulement avec une integration regional construite avec la population peut ammener paix, developpement et liberté non seulement dans la region de la Casamance mais dans le monde contemporain em general.

Mots clés : État, Intégration régionale, Casamance, résolution de conflits.

ABSTRACT

State-building, regional integration and conflict resolution are topics which featured in studies and discussions on the African continent in recent times. To participate and contribute in this debate, this work makes an analysis of the formation of State of Senegal and conflict casamencês, pointing out the different stages of the construction process and attempts at regional integration through the Federation of Mali (1959-1960) and the Confederation of Senegambia (1982-1989). This way, sought to show that the conflict in Casamance is the result of the process of formation of State of Senegal. And, the resolution should take into account the economic factors, cultural, historical and political. However, only with regional integration built with society can bring peace, development and freedom, not only in the region of Casamance, but in the contemporary world in general.

.

Keywords: State, regional integration, Casamance, conflict resolution.

Sumário

LISTAS DE FIGURAS	15
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	15
1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa.....	21
1.2 METODOLOGIA.....	22
2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SENEGAL: O FRACASSO DAS FEDERAÇÕES.....	25
2.1 Do Estado tradicional ao Estado moderno (Século XI a XX).....	28
2.1.1 Estado tradicional: Senegâmbia natural.....	28
2.2 O Estado do Senegal: Da Federação do Mali até a demissão de Senghor (1958- 1980).....	36
2.2.1 A Federação do Mali (1959-1960)	42
2.3 A Independência do Senegal e a construção da hegemonia do Senghor (1960- 1974)	61
2.3.1 Senegal: do pluralismo limitado à democracia exemplar (1974-1980).....	75
2.4 O Estado do Senegal: da chegada de Diouf até o fim da confederação da Senegâmbia (1981-1989).....	81
2.4.1 Diouf e a liberalização Sociopolítica: uma estratégia de controle social.....	90
2.5 A confederação da Senegâmbia: uma questão de segurança nacional (1982- 1989).....	99
2.6 Senegal de Diouf: do Fim da Guerra Fria a Alternância democrática (1990- 2000)	114
3 O CONFLITO DE CASAMANCE: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL e REGIONAL	130
3.1 A região natural da Casamance: contexto geral	130
3.2 Origem e dinâmicas do conflito.....	133
3.3 Os Países vizinhos e os impactos do conflito na região.....	139
3.4 Impacto do conflito casamencês na região.....	142
4 NOVAS TENDÊNCIAS DO ESTADO DO SENEGAL E SUA INSERÇÃO REGIONAL.....	147
4.1 Senegal e as perspectivas da alternância democrática.	147
4.2 Senegal e os desafios da integração regional	160
4.3 CEDEAO	167
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	173
REFERÊNCIAS	180

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Principais datas e fatos do inicio ao fim da federação do Mali.....	34
Figura 2: Situação Geográfica Gâmbia.....	91
Figura 3: Mapa geográfico da região natural de Casamance.....	116
Figura 4: O mapa dos 15 países membros da CEDEAO.....	153

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADR: Agências de Desenvolvimento Regionais

AEF: África Equatorial Francesa

AFP: Aliança das Forças do Progresso.

AJ-PADS: Partido Africano para a Democracia e do Socialismo.

AMAO: Agência Monetária da África Ocidental

AOF: África Ocidental Francesa

BAD: Banco Africano do Desenvolvimento.

BDS: Bloco Democrático Senegalês

BM: Banco Mundial.

CCEG: Conselho dos Chefes de Estados e de Governos

CEAO: Comunidade Econômica da África de Oeste.

CEDEAO: Comunidade Econômica Dos Estados África Ocidental

CES: Conselho Econômico e Social

CFA: Comunidade Financeira da África

CM: Conselho dos Ministros

CODESRIA: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África.

COI: Conferencia da Organização Islâmica.

CPLP: Comunidade de Países da Língua Portuguesa.

CTE: Comissões Técnicas Especializadas.

F.H.B: Felix Houphouet Boigny

FAL: Frente para a Alternância

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

FCCD: Fundo de cooperação, Compensação e de Desenvolvimento

FEANF: Federação dos Estudantes da África Negra na França.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FNS: Frente Nacional Senegalês

GINI:

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

INED: Instituto Nacional de Estudo Demográfico

L.S.S. Leopold Sédar Senghor

LD-MPT: Liga Democrática- Movimento pelo Partido do Trabalho.

MAC: Movimento Autônomo da Casamance

MFDC: Movimento das Forças Democráticas de Casamance.

MPS: Movimento Popular Senegalês

NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

OMS: Organização Mundial da Saúde

OMVG: Organization pour la Mise em Valeur du Fleuve Gambie

OMVS: Organization pour la Mise em Valeur du fleuve Sénégal

ONCAD: Ofício Nacional de Cooperação e de Assistência ao Desenvolvimento.

ONU: Organização das Nações Unidas.

ONUDI: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

OUA: Organização da Unidade Africana

PAE: Programa de Ajustamento Estrutural.

PAI: Partido Africano da Independência.

PAIGC: Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde

PAMLP: Programa de Ajustamento de Médio e Longo Prazo.

PAS: Programme de Ajustement Structurel.

PCF: Partido Comunista Francesa.

PDS: Partido Democrático Senegalês

PIB: Produto interno Bruto.

PIT: Partido da Independência e do Trabalho.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRA- Partido de Reagrupamento Africano.

PREF: Programa de Reforma Econômica e Financeira

PS: Partido Socialista

RDA: Rassemblement Democratique Africaine.

SAED: Société Nacional d'Aménagement et d'Exploration des Terres du Delta du Fleuve Sénégal et des Vallées du Fleuve Sénégal et de la Falémé.

SE: Secretaria Executiva.

SODEVA: Sociedade de Desenvolvimento e de Divulgação da Agricultura.

SOMIVAC: Société de la Mise em Valeur Agricole de la Casamance.

SONED: Sociedade Nacional de Estudos para o Desenvolvimento.

UA: União Africana

UEMOA: União Econômica e Monetária Oeste Africana.

UGOVF: Union General des Originaire de la Vallée du Fleuve

UGTAN: União Geral dos Trabalhadores da África Negra.

UMMA: União do Mundo Muçulmano

UPS: União Popular Senegalês

ZMOA: Zona Monetária Oeste Africano.

1. INTRODUÇÃO

A África Ocidental é uma zona conhecida por suas diversidades políticas, culturais socioeconômicas e uma grande fragmentação no plano geopolítico, diversidade populacional e cultural. Na verdade, não há Estado consolidado no continente africano e nos “quase estados” existentes, ainda faltam instituições fortes e regras claras sobre como ter acesso ao poder. A sociedade local deve ser a encarregada de custear os problemas locais e seus governos devem resolver o problema do poder pelo consenso, que era o fundamento do Estado africano (WADE, 2005). A República do Senegal que antes fazia parte da Senegâmbia é considerada como referência no continente africano na questão da democracia, com uma preservação democrática do sistema multipartidário desde a independência e criação efetivo de um estado considerado forte devido à consolidação das instituições que legitimam o monopólio do uso da força em todo seu território. Apesar disso, conta com um grupo separatista que age na região da Casamance situada entre a Gâmbia (Norte) e a Guiné Bissau (Sul) desde 1981 usando as fronteiras como bases para suas manobras independentistas.

Na questão de fronteira, quase Estado ou Estado fraco, Barry (2000) afirma que o sonho não realizado da unidade africana se choca com o peso de um espaço explodido a que remonta a história, no essencial, no século XIX, ocasião da divisão colonial que moldou as fronteiras dos Estados atuais. Assim, é importante dizer que o autor fala de espaço explodido fazendo referência aos espaços ou estados (impérios) africanos antes da colonização tais como o império de Gana, Mali ou Songai que durante seus reinos asseguraram certa integração e segurança regional. Portanto, é importante quanto à constituição ou reconstituição do Estado africano buscar um consenso sobre os limites geográficos dos países que não sejam necessariamente os legados pelas potências coloniais (FAYE, 2006).

A conquista territorial em detrimento do mosaico de pequenos estados era o único meio de recriar um novo espaço supranacional capaz de garantir a segurança às trocas e

enfrentar as ambições territoriais europeus (BARRY, 2000, p. 69). Essa vontade por conquistar grande espaço da parte destes líderes mostra que a vontade de uma integração africana não é uma ambição pós-independência, mas sim uma idéia anterior à colonização que os líderes da independência e pan-africanista tentou consolidar sem sucesso.

Na véspera das independências em 1960, houve o estabelecimento da Federação de Mali, que juntava as repúblicas do Senegal e do Mali, dos líderes Leopold Sedar Senghor e Modibo Keita, no entanto, algumas divergências levaram a dissolução da Federação em Agosto de 1960. Em 1982, estabeleceu-se a Confederação da Senegâmbia que unira o Senegal e a Gâmbia e, novamente a Confederação foi dissolvida em 1989, devido a problemas e discordâncias entre ambos os países.

Além destas tentativas integracionistas sem sucesso, a unidade política continuava sendo símbolo inscrito nas constituições dos estados africanos definido pelas fronteiras deixadas pelo colonizador, pois, na realidade, a territorialidade só se tornou numa dimensão política através da estruturação dos espaços pelas potências coloniais (Lopes, 1994). Certamente esta é uma das explicações do fracasso da construção tanto dos estados (modernos) quanto das confederações no continente africano.

A pergunta que o trabalho pretende responder é a seguinte: Por que a integração regional é uma das maneira de superar os conflitos separatistas e consolidar a construção do estado no Senegal?

O trabalho parte da premissa de que o reconhecimento generalizado por parte da sociedade civil, da sociedade castrense, das autoridades governamentais e educativas senegalesas com o objetivo de não discriminar, humilhar ou perseguir cidadãos naturais de Casamance assim como reconhecer suas culturas, raízes e idiossincrasias constitui uma condição necessária, embora insuficiente, para resolver o conflito casamencês e desmobilizar completamente os movimentos de reivindicação independentistas. Só desta forma os casamencês vão se sentir aceites dentro da sociedade senegalesa o que lhes permitiria ocupar cargos diretivos dentro do aparato hierárquico pelas suas próprias capacidades e não pela origem étnica ou procedência geográfica.

Assim, a hipótese de trabalho será articulada em três partes: (a) a constituição da Republica do Senegal define adequadamente as bases do convívio coletivo, mas sua

institucionalização é limitada por fatores históricos ligados ao fracasso dos processos de construção do Estado moderno na região. (b) as diferenças culturais fazem parte da história da formação social do Senegal e da região da Senegâmbia como um todo, sendo mobilizados como sentimento regionalista, étnico ou religioso mais intensamente em conjunturas crítica do processo de construção do Estado (c) a distribuição da renda desigual e o precário desenvolvimento do país são fatores que reforçam a fragilidade do Estado, inclusive da sua base fiscal, somente sendo superáveis no contexto de um projeto de integração regional que incorpore explicitamente as dimensões da segurança e do desenvolvimento.

Estas hipóteses visam a atender o seguinte objetivo principal: Buscar entender o problema de Casamance a partir da análise histórica dos processos da formação do Estado do Senegal. Este objetivo principal por sua vez está dividida nos seguintes objetivos específicos:

- ▶ Apresentar as diferentes fases da formação do Estado do Senegal.
- ▶ Analisar o impacto da breve federação do Mali na formação do Senegal moderno.
- ▶ Buscar entender como os arranjos da construção do Estado e da hegemonia da classe dirigente contribuíram para o surgimento do conflito de Casamance
- ▶ Analisar a formação da confederação da Senegâmbia (1982-1989) e sua importância na contenção da rebelião de Casamance.
- ▶ Analisar as causas, as dinâmicas e os impactos do conflito de Casamance no Senegal e na região.
- ▶ Ver quais são as perspectivas criadas pela alternância democrática de 2000.
- ▶ Analisar como a consolidação da integração regional e o fortalecimento da CEDEAO contribuem na resolução dos conflitos e na consolidação dos Estados na África Ocidental.

1.1 Justificativa

Este trabalho se justifica em termos sociopolíticos, econômicos e sociais. No plano sociopolítico é importante notar que o problema de Casamance que era considerado como uma simples rebelião no seu início na década de 1980, se transformou atualmente num dos conflitos interno mais longo do continente Africano. Apesar de ser considerado como um dos menos graves em termos de vítimas fatais (Marut, 2010), é evidente o sofrimento que ele causou e continuam causando tanto para a população do Senegal quanto para população da região oeste africana como um todo. Isso mostra a importância e a relevância de tratar do tema buscando suas origens na história da formação do Estado do Senegal, mas também buscando entender qual é o papel dos países vizinhos na evolução da crise. O recuo histórico na busca das causas reais do conflito de Casamance permitiu a esta pesquisa trazer ao debate novos elementos explicativos, que corroboram para a resolução definitiva do conflito. Estes elementos são entre outros, mostrar que o legado da colonização francesa com sua política dos quatro comunas (Dakar, Gorée, Rufisque e Saint Louis), que é em parte responsável pela hierarquização da sociedade senegalesa e conseqüentemente pelo desprezo das regiões periféricas e da sua população depois da independência do Senegal. Igualmente ampliar o problema de Casamance em nível regional significa refutar a tese da intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização e convidar a uma reflexão aprofundada sobre a resolução dos conflitos, a construção e consolidação dos Estados na África em geral e particularmente na África ocidental. Grosso modo, isso significa introduzir o tema da integração regional como forma mais viável para a resolução dos problemas sociopolíticos, econômicos e culturais não somente da África, mas também no mundo atual.

Ademais é bom salientar que este tema é tão relevante quanto importante para o Brasil que vem nos últimos anos fortalecendo suas relações com os países africanos no plano político, econômico e cultural. Fato que se reflete na academia com a multiplicação de centros, de programas e de linhas de pesquisas com o tema África, no qual se enquadra esta dissertação dentro do programa de pós-graduação em ciências políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta perspectiva este trabalho, procurou

contribuir para a ampliação da pesquisa no âmbito do tema África, tratando de uma região do continente negro, que até então foi objeto de poucos estudos no Brasil. Assim, o mérito deste trabalho, está no fato de ser um complemento dos trabalhos já desenvolvidos ou que estão em desenvolvimento nos vários centros de pesquisa brasileiros em geral e particularmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Finalmente é interessante notar que, devido à complexidade e a delicadeza do problema de Casamance, este trabalho entra como um dos poucos trabalhos que tratam do assunto e principalmente de buscar as causas do problema não somente nos fatos recentes, mas, na história da construção do Estado do Senegal. Portanto assumindo todos os riscos, pode se afirmar que este trabalho para o autor, é importante por ser um convite a população senegalesa e africana de se engajarem na busca de soluções aos problemas polêmicos como a questão casamencês, pelo dialogo com base em argumentos científicos. No entanto é bom deixar bem claro que a questão aqui não é buscar um culpado, mas sim, buscar causas, conseqüências e possíveis soluções no intuito de criar condições básicas de bem estar socioeconômico, político e cultural para os africanos.

1.2 **METODOLOGIA.**

O objeto de estudo abordado nesta pesquisa é a construção do Estado (no Senegal) e a integração (na África ocidental), portanto dois fenômenos que pertencem ao campo da ciência política e das relações internacionais. Para o bom desenvolvimento da pesquisa conforme a exigência de rigor científica e levando em consideração que estas disciplinas pertencem a grande área de estudo das ciências sociais, é necessário o uso de um enfoque interdisciplinar com a aplicação simultâneo ou progressivo do método histórico e do método comparativo dentro das linhas de pesquisa qualitativa.

O método histórico permite extrair informações do passado, compreender os atuais problemas e manifestações tanto da formação do Estado quanto da integração regional na África (Badi, 1992) e a partir destas informações mostrar as possibilidades ou tendências futuras da resolução dos problemas da construção do Estado e da integração africana. Na ótica dessa pesquisa, foi feito uma revisão histórica da formação do Estado do Senegal partindo do Estado pré-colonial, passando pelo período colonial para culminar no período

contemporâneo, na perspectiva de buscar elementos de explicação dos atuais acontecimentos como a crise de Casamance.

Nesta ótica, o método comparativo, que consiste em justapor fenômenos, dados ou observações para determinar suas diferenças e semelhanças, como processo científico, é um importante fonte de observação geral. Conforme Badi (1992), este método tem sido útil para na identificação dos processos de formação do Estado e de integração regional na África em relação ao resto do mundo, destacando os problemas comuns a todas as organizações (estatais e/ou regionais) africanas e mostrar as incompatibilidades ou complementaridade da coexistência dentro do mesmo estado ou da mesma zona. Ou seja, este método permite dizer si a coexistência conduz a construção ou a desconstrução da nação ou da zona. A ampla utilização deste método comparativo nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes agrupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim segundo Michel (2005, p.57), pode ser feitos estudos comparando diferentes culturas ou sistemas políticos, padrões de comportamentos familiares, variáveis organizacionais, fatos contábeis, comportamentos religiosos de épocas diferentes.

Grosso modo, a metodologia usada nesta pesquisa segue a linha das pesquisas qualitativas, que se fundamentam na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão a seus atos (MICHEL, 2005, p.33). Na pesquisa qualitativa a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente reforça a autora acima citada.

A coleta de dados foi feita através de bibliografias secundárias e principalmente de análise documental, que consiste na consulta de documentos e registros pertencentes ao objeto de pesquisa estudado, ou bibliografias tratando do assunto, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema. Feita esse esclarecimento metodológico, nos resta indicar a organização ou estrutura do trabalho a fim de situar o leitor e facilitar a compreensão do texto.

A organização do trabalho se divide em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo se fez um balanço do processo da construção do Estado no

Senegal, e, sem pretender esgotar o assunto, se julgou importante, para situar o leitor, quanto a este processo, falar do Estado tradicional na tentativa do entendimento dos processos sociopolíticos, econômicos e culturais no Senegal antes, durante e depois a colonização. Ou seja, primeiramente, se tratou da Senegâmbia como Estado tradicional, pois, é neste espaço que se insere o Senegal, e a seguir, se analisa a Federação do Mali (1959-1960), buscando entender a importância desta união que foi tão breve, no processo da formação do atual estado Senegalês.

Ainda neste capítulo, se estudou a confederação da Senegâmbia (1982-1989), que, durante oito anos uniu a República do Senegal e a república da Gâmbia, por razões econômicas, políticas, sociocultural, mas, principalmente por fatores securitários, tanto, no plano interno dos estados membros quanto da região como um todo. A última parte do capítulo trata do Estado e do regime político no Senegal contemporâneo (1989-2010), na perspectiva de entender as realizações assim como os fracassos e, como isso resultou no conflito de Casamance que se tornou uma questão de segurança regional.

O segundo capítulo analisa o conflito da Casamance, partindo de uma breve contextualização que mostra os limites geográficos da Casamance e apontando a área do conflito, em seguida, analisou-se a origem e as dinâmicas do conflito, e depois, o papel dos países vizinhos assim como o impacto do conflito na região, na perspectiva de tentar entender, dentro deste cenário, quais as tendências do Senegal e da África Ocidental. O terceiro capítulo aborda as novas tendências do Estado do Senegal e sua inserção regional, assim como a importância e o desafio da segurança regional para os países membros da CEDEAO, com destaque no papel do Senegal, e das Organizações Intergovernamentais. A continuação se apresenta as conclusões do trabalho e as referências bibliográficas consultadas ao longo do trabalho.

2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SENEGAL: O FRACASSO DAS FEDERAÇÕES.

Antes de examinar o processo de formação do Estado na África Ocidental, é importante esclarecer o que se entende como “Estado”, onde e quando surgiu este conceito. Dalmo de Abreu Dalari no seu livro intitulado “Elementos de teoria geral do Estado” afirma que estudar a origem do Estado implica tratar da época do aparecimento dos estados e dos motivos que determinaram e determina o surgimento dos mesmos.

Quanto ao primeiro ponto Tilly (1996), atribui o aparecimento do termo Estado pela primeira vez ao príncipe de Maquiavel escrito em 1513, no qual Estado significa convivência permanente e ligada a sociedade política. O Estado é a instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas ou modernas e está localizado no cerne das duas principais instituições político-territoriais da antiguidade- a cidade-estado e o império bem como no estado nação moderno (PEREIRA, 2008). Badi (1992) define o Estado como uma realidade historicamente datada e geograficamente localizada, com origem no Ocidente em formas mais ou menos centralizados em resposta as transformações econômicas e culturais ocorridas na Idade Média.

Entretanto, na visão de Gonçalves (2006), o Estado é o sistema constitucional legal que é garantido pela organização ou aparelho formado de políticos, burocratas e militares que tem o poder de legislar e tributar, e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade. Ou seja, o Estado tem uma dupla natureza: ele é ao mesmo tempo uma instituição organizacional e normativa. O primeiro conceito significa que o Estado é uma entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade, enquanto o segundo vê o Estado como a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal.

Portanto o Estado, como lembra Dalari (1998), pode ser conceituado como a ordem jurídica soberana que tem como fim o bem comum de um povo situado em determinado território; isto é, corresponde a uma entidade organizada política, social e juridicamente em um determinado território onde a lei máxima é uma constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Um Estado soberano é sintetizado pelo slogan "Um governo, um povo, um território" e é responsável

pela organização e pelo controle social, pois detém segundo Max Weber, o monopólio legítimo do uso da força (coerção, especialmente a legal).

Para Clóvis Raimundo Maliska¹, Weber acredita que o Estado, sociologicamente, só se deixa definir pelo meio específico que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, que é o uso da coerção física. A respeito da definição do Estado oferecida por Weber, Giddens (2001) destaca a existência de um suporte administrativo regular e capacitado, a sustentação do direito de monopólio legítimo do controle dos meios da violência e a manutenção desse monopólio dentro de uma área territorial como os três elementos principais do estado. Segundo este autor o estado pode significar tanto como aparato de governo ou de poder quanto um sistema social subordinado a um governo ou poder.

Em outras palavras, o Estado define-se como a estrutura ou o agrupamento político que reivindica, com êxito, o monopólio do constrangimento físico legítimo como bem mostra esta asserção de Tilly (1996, p.46), “os Estados podem ser definidos como aquelas que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridades manifestas sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios”. Na verdade, o Estado é o sistema constitucional legal e a principal instituição de qualquer sociedade nacional, possuindo abrangência, na medida em que ele compartilha as duas formas que as instituições assumem: a de sistema valorativo e normativo e, a de sistema social organizado formalmente.

Porém estes Estados, apesar da aplicabilidade da definição, diferem quanto suas atividades e organizações. Tilly (1996) em sua obra intitulada *Coerção, Capital e Estados Europeus*, por exemplo, identifica os impérios extorquidores de tributos que construíram um amplo aparelho militar e executivo; os sistemas de soberanias fragmentadas como as cidades-estados e as federações urbanas onde coalizões temporárias e instituições consultivas desempenharam se na guerra e na extração finalmente os Estados nacionais que uniram, numa estrutura central relativamente coordenada, importante organizações

¹ Procurador Federal Chefe da Procuradoria Federal junto a Universidade Federal do Paraná. Professor Pesquisador de Direito Constitucional nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Especialização) em Direito da *UniBrasil* e Professor Visitante de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Francisco Beltrão – Cesul. Ex-Bolsista do *Deutscher Akademischer Austauschdienst* – DAAD, do CNPq e da CAPES.

militares, extrativas, administrativa e às vezes até distributivos e, produtivos como três tipos de Estado que se proliferarão em diversas partes da Europa a partir 990.

Evitando toda transposição direta, pode se afirmar que a África pré-colonial é similar a Europa medieval quando se pensa nos impérios e nas cidades estado como se vera mais adianta. Neste aspecto, Macedo; Marques (2008) afirmam que no período em que a Europa vivia sua “Idade Média” havia formações sociais e estatais originais em todo o continente africano, parcialmente incorporadas ao universo islâmico.

Conforme o autor durante a história os Estados nacionais surgirem raramente, pois a maiorias deles eram impérios, cidades-estados ou algo semelhante, portanto não nacionais. Tilly (1996) define o Estado nacional ou Estado nação como aquele que governa múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estrutura centralizado, diferenciado e autônomo, portanto, o Estado nacional não significa aqui necessariamente um Estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica.

Essa observação leva à asserção de Gonçalves (2006) que define a nação como a sociedade que compartilha um destino comum e logra ou tem condições de dotar-se de um Estado tendo como principais objetivos a segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico. Segundo este mesmo autor, em cada Estado-nação ou Estado nacional existe uma nação ou uma sociedade civil, um estado, e um território onde, tanto a nação quanto a sociedade civil são a sociedade politicamente organizada, a sociedade enquanto agente político dotado de crenças e valores.

Será que estas definições se aplicam na África? Como se deu a formação do Estado Nação neste continente em geral e particularmente na África Ocidental? Para responder a estas perguntas as próximas paginas trataram do Estado tradicional no âmbito da Senegâmbia em um primeiro momento buscando identificar os tipos de organizações político, cultural e econômica que existiram neste espaço e em segundo momento trabalhara- se sobre a formação do estado moderno neste mesmo espaço tomando como base o estado do Senegal, depois de analisar o Estado colonial.

2.1 Do Estado tradicional ao Estado moderno (Século XI a XX)

Ao se referir do Estado Tradicional, segundo Giddens (2001) podemos estar pensando nas cidades-estados, nos sistemas feudais, os impérios patrimoniais, os impérios nômades ou conquistadores e os impérios burocráticos, histórico-centralizados. Este autor usa o termo de Sociedades Não Modernas para designar os estados tradicionais refutando assim o uso convencional de sociedade pré-capitalista porque as sociedades capitalistas por um longo período coexistiram com outros tipos de sociedades. No entanto, essa classificação não é fixa ou imutável, ela é relativamente imprecisa já que há várias sobreposições possíveis conforme as palavras do autor. Por efeito de coerência e da objetividade será tratado aqui os casos de cidades-estados e principalmente do Império, por serem estes dois tipos de estados tradicionais identificados no espaço da Senegâmbia, que analisaremos a seguir.

2.1.1 Estado tradicional: Senegâmbia natural

A discussão sobre o conceito ou conceitos do Estado tradicional realizada no tópico anterior provê um ponto de partida adequado para abordar a presente discussão, que vai analisar o Estado tradicional na África ocidental, sendo que o objetivo é identificar a estrutura política, econômica e social pré-colonial da região oeste africana a fim de poder com essa base abordar de maneira comparativa o Estado colonial e pós-colonial que se sucederam nesta área geográfica do continente africano.

A organização política que será tratada nesta parte é aquela que regiram os Estados africanos em geral e particularmente da África ocidental antes da chegada do colonizador europeu no continente no século XVIII. Tratar das estruturas políticas pré-coloniais ou tradicionais da África ocidental significa examinar as estruturas políticas dos diferentes impérios que se sucederam na região que são o império do Gana, do império do Mali e do império do Songai. Estes impérios se caracterizam pela descentralização de suas organizações políticas. Segundo Saraiva (1987, p.19), antes da chegada da colonização, os Estados africanos (Gana, Songai, Mali etc.) tinham uma sociedade diferenciada que iam da

desde as sociedades comunais, passando pela tribo-patriarcais, até sociedades com forças produtivas avançadas. A respeito desta organização ou divisão social, Diop (1987), observa que a sua estrutura visava a impedir que o exercício do poder se transforme em um poder ditatorial ou absolutista. A sociedade africana pré-colonial dispunha um sistema equilibrado por um jogo de grupos de pressão que são entre outro a família, o calão, a tribo, as castas etc.(Decraene, 1978), sendo que cada grupo tinham peso específica e relativamente importante dentro da organização social. Nesta ótica, as estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais bem como os Estados, que existiram na África ocidental em geral e particularmente na região da Senegâmbia antes da chegada do colonizador, são diferentes dos estados coloniais, mas também dos atuais Estados modernos da região.

Na sua tese endógena na busca da percepção dos fenômenos sócio-políticos da Guiné-Bissau e da região em que este país esta inserido, Lopes (1994) afirma que do século XII até meados do século XIX o território entre os rios Gâmbia e Nunez foi dominado por estruturas políticas mandingas² primeiro, criados e depois herdadas dos Estados do Alto Níger, nomeadamente do império do Mali que é exatamente o espaço definido como a Senegâmbia por Barry. O poderoso império do Mali, maior estado negro situado ao sul do Saara na orla da floresta tropica era conhecido por suas riquezas minerais sobre tudo o Ouro conforme (MACEDO; MARQUES, 2008).

Eduardo Costa Dias³ alega que a Senegâmbia “Histórica” é a região oeste-africana edificada, desde bem antes da ocupação colonial, por múltiplas convergências históricas e por sucessivos contatos experimentais de liberdades políticas, religiosas, sociais e culturais; que se estende nas versões "maximalistas", do rio Senegal ao rio Pongo na Guiné-Conakry, e mesmo ao rio Kolente na Serra Leoa, e do Atlântico até ao Bambouk e aos contrafortes do Fouta Djalon e nas versões "minimalistas", a Senegâmbia “Histórica” é delimitada a norte pelo Rio Senegal e a leste pelo seu afluente Falamé e englobam as bacias hidrográficas dos

² Os mandingos são um dos maiores grupos étnicos da África ocidental, com uma população estimada a cerca de onze milhões. Eles são originários do império do Mali que dominou a região durante principalmente o reino do imperador Soundiata Keita, que, conforme conta a lenda herdou da federação de doze províncias e as transformou em um império que agrupava todos os atuais países da CEDEAO. É nesta ótica que Niane (1960, p. 5), afirma: “*le manding primitif semble avoir été une confederation des principales tribos malinkes: Keita, Kondé, Camara, Traoré et Koroma*”. Ou seja, estes são sobrenomes dos mandingas que pode ser encontrados na atualidade, no Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau, República da Guiné, Mali, Burkina Faso etc.

³ Da escolha corânica tradicional à escolha Árabe: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia. (LEVITZON, 2003).

rios Gâmbia, Casamance, Gêba e, para alguns autores, também a do rio Corubali (Diouf, 2001).

Aqui é importante destacar a convergência destes autores não só quanto aos limites geográficos desta região, mas também a homogeneidade política apesar da variedade em termos populacionais ou religiosos. Esta unanimidade quanto aos limites físicos ou geográficos da região justifica a importância de se trabalhar o conjunto para melhor compreensão tanto dos problemas internos a região como o conflito da Casamance quanto dos problemas regionais a exemplo da federação do Mali (1959-1960) e a confederação da Senegâmbia (1982-1989). Este espaço geográfico conhecido pela homogeneidade de seu conjunto ecológico e sua integração é caracterizado pela existência de grandes rios (Gâmbia, Casamance, Cacheu, Geba, Corubal, Nunez e Pongo) e seus afluentes que descem em cascadas a partir dos contrafortes do Futa Djallon misturando-se com o mar antes de seus estuários (Lopes, 1994). A rede hidrográfica da Senegâmbia se conjuga com um clima chuvoso do tipo sudano-guineense e as condições de solo propício para formação de um conjunto regional dotado de importantes potencialidades agrícolas e de vários recursos florestais e de pesca. Esta região se diferencia do resto do Senegal pelas suas características vegetativas e a duração de seu período chuvoso Faye (2006).

A composição dos solos permite uma excelente rizicultura conferindo uma grande fertilidade à região. Estas características na opinião de Lopes (1994) mostram a existência de um espaço geográfico que é também possível de reconstruir como espaço integrado em termos econômicos, socio-culturais, religiosos, linguísticos e evidentemente políticos, pois, enquanto os esforços de aproximação entre os estados da Gâmbia, Senegal e Guiné Bissau se esbarram regularmente em pesos administrativos e nos crises resultante disso, o espaço da senegâmbia continua a aprofundar os laços que fizeram a sua história social e econômica (Dahou, Gueye e Hazard, 2007).

Segundo estes autores tudo isso é caracterizado por uma dinâmica de unificação e de fragmentação marcado pela coexistência de mecanismos de integração às vezes muitas antigas e de construções nacionais distintas, na maioria das vezes centralizadores e mesmo concorrentes. Na Senegâmbia como em outros lugares da África o que permite aproximar os homens como as economias e territórios não está sempre ligada à identidade de suas

caratères, mas também as suas diferenças. A sociedade tradicional africana, como já foi mencionada nesta parte, é dividida em varias castas representando também a divisão do trabalho ou das atividades econômica. Segundo Wade (2005), na Africa as castas representam unicamente o pertencimento a uma profissão e na Africa ocidental por exemplo pode-se encontrar os ferreiros que monopolizam o trabalho dos metais. Eles são responsáveis pela fabricação de joias, armas, e todos os objetos de uso da sociedade que são feitos de metais, em quanto por exemplo os a função de músico e historiador é exercido pela categoria dos griot. Esta divisão do trabalho induz no longo prazo, a acumulação de experiência e de competência, contribuindo assim ao aumento da produtividade social do indivíduo, do artesão (WADE, 2005,p.66). Igualmente essa divisão do trabalho impede a mobilidade dos recursos humanos e garante a permanência da existência de produtos úteis para a sociedade, assim segundo o autor acima mencionado, a sociedade tradicional africana tinha uma economia de oferta, como foi a economia clássica até a sua transformação radical pela introdução da moeda.

Nesta lógica, pode se afirmar que sendo uma economia de oferta, o estado tradicional tinha resolvido racionalmente o problema da produção bem como o da satisfação das necessidades por uma estabilização estrutural da produção interna. No plano político, era feita respeitando a estrutura da sociedade que dividida em castas, onde os bens materiais passavam na maioria das vezes ao lado dos grandes chefes e dignitários para chegar às mãos dos homens de castas, que são os trabalhadores profissionais (DIOP, 1987, P.105). Nos impérios do Gana, Songai e Mali, a sucessão ao trono e a nomeação dos diferentes ministros e funcionários do Estado eram feita diante do respeito restrito das tradições locais, que impões, por exemplo, o rei tinha como sucessor legal o seu sobrinho (filho da sua irmã). A nomeação nos diferentes cargos e funções administrativos nestes impérios tradicionais era feita conforme este autor, diante pagamento de uma taxa costumeira, que não é obrigatoriamente, entregue ao rei, pelo candidato ao cargo. Isso mostra segundo Wade (2005), que a noção de chefe em África não significa necessariamente, que esta pessoa está acima da sociedade, pois, tradicionalmente, o chefe é somente o delegado, o representante do povo. Ou seja, a sociedade tradicional africana não coloca o indivíduo em cima da sociedade e que indivíduo e grupo são intimamente ligados e solidários dentro de uma estrutura.

Neste sentido Wade (2005, p.70), afirma que no sistema de pensamento da África pré-colonial, liberdade e solidariedade era uma mesma e única coisa, até a chegada dos europeus, que confiscaram a liberdade, a soberania e independência autonomia dos Estados africanos, antes de dismantelar as estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais como se vera na sessão a seguir.

2.1.2 Estado Colonial

A ocupação colonial ou imperialista é conhecida como o período posterior ao mercantilismo no qual o interesse europeu pela compra ou venda de produtos no continente africano foi trocado por um desejo ou uma necessidade de ocupação territorial e de dominação para a exploração tanto dos recursos naturais e humanos. Esta nova fase das relações Europa-África foi motivada pelas necessidades em matérias primas e de mãos de obras barata para sustentar e acompanhar a fase de industrialização do continente europeu em torno do século XIV.

Conforme Ribeiro (2007, p.39), a primeira fase do expansionismo europeu na África surgiu da sua necessidade em encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores alargando os horizontes geográficos grãs aos contatos com os povos muçulmanos e o conhecimento astronômico que tornaram possível novas representações européias no mundo. Assim, no século XVI, a chegada dos primeiros europeus nos vários arquipélagos da costa atlântica da África, marca o inicio de um processo que causou grande impacto nas estruturas sócio-política, econômica e cultural do continente.

Descoberta pelos portugueses, as costas Ocidentais da África se transformou sucessivamente em teatro de passagens de europeus interessado em fazer comercio e explorar os minérios do solo tais como o Ouro que, desde cedo chamou a atenção dos portugueses na zona ocidental da África conhecida como Costa do Ouro (atual Gana) devido à quantidade do minério presente na área. Grosso modo, devido às divisões políticas, os portugueses conseguiram entrar no continente e realizar acordos com os chefes locais, em troca de produtos comerciais (RIBEIRO, 2007 P.43). Com esta bandeira de

comerciante os Europeus conseguiram além dos acordos, se instalarem nas costas e mesmo dentro dos impérios e mais tarde em posse de superioridade logística, militar e uma estratégia predeterminada conseguem dominar os Africanos e explorar economicamente o continente. No início, devido a pouca penetração no interior do continente, esta presença que era essencialmente comercial e missionária, não afetara significativamente os antigos sistemas comerciais e nem o equilíbrio básico de poderes visto que as relações eram baseadas em acordos multilaterais ou bilaterais.

O Senegal pré-colonial era dividido em reinos vassalos do Império do Mali no século XV. O espaço contido entre os rios Senegal e Gâmbia pertencia a uma única entidade política chamada Jolof (se usa até hoje para designar o atual Senegal) e depois do enfraquecimento do Império do Mali, o Gaabu se liberta e vira um Estado independente antes da chegada dos portugueses no Senegal.

No plano histórico, apesar da chegada dos primeiros europeus (portugueses) em Dakar e Gorée no século XV pode ser tomado como ponto de referência ou de partida da atual república do Senegal a fundação da cidade de Saint Louis que serviu de ponto comercial até a abolição da escravidão pela França em 1638 que marca o início da colônia do Senegal (KALY, 2006). Os franceses procuram consolidar suas posições nesta parte do continente e para tanto tiveram que expulsar os holandeses instalados na Ilha de Gorée que era um dos grandes portos da escravidão em 1677.

A partir de 1833, todos os moradores de Gorée e de Saint Louis eram cidadãos franceses e os mesmos elegeram em 1848 um mestiço para defender seus interesses na assembleia francesa, e conseqüentemente, se sentiam como verdadeiros franceses e colaboram na tanto na conquista quanto na administração do resto do território do Senegal. No início do século XIX, as possessões francesas eram ainda pouco, dispersos e de pequeno porte reforça o autor. Herdeiros dos postos de negociação de escravos estabelecidos no século XVII nas cidades de Saint-Louis, Gorée, Rufisque, Portudal ou Joal, os franceses encontram dificuldades em conquistar alguns centros tais como Podor que estão sob domínio muçulmano.

A partir de 1850 as crescentes necessidades de matéria prima para as indústrias e a idéia colonial favorecida pelas rivalidades imperialistas levam os franceses a adotar uma

estratégia de ocupação e de desenvolvimento local. Para tanto a metrópole nomeia em 1854 Faidherbe governador do Senegal que, ao chegar inicia a construção da cidade de Dacar para transferir os funcionários e as atividades da administração colonial da ilha de Gorée para a nova cidade. Segundo Kaly (2006), isso possibilitaria baratear os custos administrativos, mas também criar mecanismos que permitem o fácil acesso aos territórios do alto-Senegal Níger. Ou seja, um mecanismo de expansão para o novo governador que se fixa como objetivo conquistar o Sudão ocidental sendo que o primeiro passo consiste em dominar a Senegâmbia.

Na Senegâmbia, os portugueses encontraram um equilíbrio dual estabelecido aparentemente desde muitos anos. Por um lado, realizando uma espécie de bloqueio do ferro, conforme observa Diop (1987), os mansas⁴ (governantes) do Mali impuseram sucessivamente, sua hegemonia à região de Casamance, até o norte do Gâmbia; e, por outro, abandonaram a região situada entre o Senegal e a Gâmbia ao poderoso Estado jolof. A introdução do ferro europeu, embora em pequenas quantidades, alterou esse equilíbrio. O comércio português foi ainda mais eficaz no dissolver as relações políticas e sociais então existentes, o que primeiro aconteceu na Senegâmbia, repetindo-se depois o feito, após 1500, na costa do Benin que era a principal fonte de fornecimento de escravos e de tecidos da região (RIBEIRO, 2007).

Segundo Diop (1987), o sistema colonial implantado a partir do século XVI pelas potências marítimas européias teve por base a instalação de feitorias ou enclaves em territórios estrangeiros e a estruturação de sistemas de governo coloniais. Esse colonialismo, chamado contemporâneo é fruto da revolução industrial européia e corresponde a um período de perda da hegemonia britânica no comércio internacional. A partir da chegada dos europeus ouve uma inversão das rotas comerciais valorizando as trocas marítimas ao detrimento das rotas tradicionais e será seguido por uma migração das populações da savana à direção da floresta e ao litoral para entrar em contato direto com o comércio europeu que, passa a valorizar novos produtos (BARRY, 2000).

⁴ Mansa significa no idioma mandinga o rei ou imperador, que também nos dias atuais podemos interpretar como sendo simplesmente o governador ou chefe do Estado. Ou seja, Mansa é um título dado aos sucessivos chefes do império do Mali.

A concorrência de impérios coloniais levou as potências a estabelecerem as regras da partilha do continente africano na conferência de Berlim, em 1884-85. A divisão estabelecida nesta Conferência pelos europeus não leva em consideração as peculiaridades sócio-políticas locais, mas, sim os interesses dos europeus e o desequilíbrio na ocupação entre as potências que resulta na criação dos Estados coloniais que, serão à base da construção dos atuais Estados nacionais africanos e, há mesmo autores que afirmam que o movimento da independência continuou o sistema administrativo colonial até porque a maioria dos novos chefes de estados eram colaboradores do poder colonial. Segundo Herbst (2000), a única mudança foi à troca dos nomes das entidades políticas assim o que era chamado “cercle”(círculo) passou a ser designado de departamento e o comandante de circo virou prefeito.

De fato, a maioria dos países da África Ocidental continuou com as mesmas lideranças políticas e no plano territorial houve uma fragmentação que inviabilizou econômica e politicamente as novas entidades independentes. Assim a África ocidental Francesa AOF⁵ (1895-1958), se transforma em oito pequenos países. Portanto, as fronteiras são resultado de uma longa história, que deve ser levada em conta para além do acidente da divisão colonial para se compreender as lógicas de fragmentação e unificação do continente africano (BARRY, 2000, p 67).

Portanto como se viu neste capítulo, o Estado colonial no continente africano apesar de ter uma duração relativamente curta (1880-1960), representou uma grande ruptura na história do continente. As mudanças introduzidas pela colonização são de caráter irreversível para o continente africano, pois, marcaram e modificaram de forma significativa as estruturas do continente no plano político, econômico e social e deram nascimento aos atuais Estados Africanos como Senegal que será analisado em seguida.

No entanto, antes disso vale recordar que estudamos aqui, bem que de maneira breve, o Estado tradicional que chamamos também de Estado pré-colonial e o Estado colonial na África em geral e particularmente da África ocidental. Esta análise mostra que

⁵ África Ocidental Francesa criada inicialmente em 1895 como a união entre: Senegal, Sudão francesa (atual Mali), Guiné francesa e Costa de Marfim cujo governo Central era baseado em Saint Louis do Senegal desde 1904. Esta região era uma federação de oito colônias francesas com uma superfície de 4689000 km² e uma população estimada a vinte e cinco (25) milhões de habitantes em 1958, ano da sua dissolução se transformou em oito países independentes, configurando assim, as atuais fronteiras dos Estados africanos.

ouve uma ruptura, uma mudança na forma de organização social, política, econômica e cultural da África devido à presença colonial. Ao longo deste período de ocupação não somente a África perdeu a soberania, a independência em favor das potências ocidentais, mas também e certamente o mais grave a sociedade africana como um todo vê suas estruturas sociais quebradas, e seus territórios fragmentados e divididos entre as potências coloniais. É bom salientar que a questão aqui não é fazer um julgamento de valor, dizer se é bom ou ruim, mas mostrar que houve uma descontinuidade na formação sociopolítica e econômica dos países africanos devido à ocupação colonial. Segundo Ekanza (2005), depois de ter vencido os impérios e antigos reinos, o colonizador dividiu o espaço africano, apagando assim os espaços unificados das organizações geopolíticas pré-coloniais. Ou seja, as potências coloniais remodelaram o mapa geopolítico tanto das hegemonias muçulmanas quanto dos Estados animistas como os da Casamance. A eliminação dos chefes tradicionais ou mesmo a cooptação dos mesmos pela colonização contribuiu para a desintegração das construções sociopolíticas que era à base da coesão das entidades tradicionais. Em outro, a colonização por cooptação e a imposição cria uma nova hierarquia social e uma nova estrutura social que será a base da formação das futuras elites dirigentes dos Estados africanos pós-coloniais ou modernos. Senegal que foi a capital federal da África ocidental Francesa (AOF), que viu a criação das quatro comunas (Dakar, Gorée, Rufisque e Saint Louis), foi um dos principais países herdeiros dos valores e das estruturas sociopolíticas, econômicas e sociais da antiga metrópole, a França.

Essa herança histórica tem suas vantagens e suas inconvenientes que acompanham o Estado do Senegal como os outros Estados da África desde a independência até a atualidade. Por isso, para entender os problemas sociopolíticos econômico e culturais como a crise de Casamance é importante levar em consideração esse processo histórico cujos elementos continuam presente na vida política sociocultural e econômica dos países africanos como se verá em seguida, na seção 2.2 que trata do Estado do Senegal.

2.2 O Estado do Senegal: Da Federação do Mali até a demissão de Senghor (1958-1980).

No caso em que uns ou outros querem me considerar um estranho ou um estrangeiro em Dakar, Bamako e Ouagadougou, eu diria que eles lutam por uma causa perdida, pois, estou em casa em qualquer uma destas

cidades e não podem fazer nada (Emile Derlin Zinzou, presidente do Daohmeh, Bamako 1959) ⁶.

A citação que serve de epigrafe a esta sessão resume bem o pensamento da maioria dos intelectuais africanos da década de sessenta, sejam eles, defensores do pan-africanismo, do federalismo ou de qualquer outro tipo de união. Atualmente percebe-se que a forma não importava muito, pois, o desejo, os objetivos ou metas eram as mesmas. No entanto, esbarram nas formas ou estratégias que levariam a realização dos objetivos de viver em uma África unida, independente e livre, por isso, as varias tentativas e busca que, infelizmente foram ineficazes e breves como ilustra o caso da federação do Mali, ou mais tarde a confederação da Senegâmbia como veremos em seguida.

Inspirados pelas idéias do pan-africanismo e da negritude do período que sucedeu o fim da segunda guerra mundial, os líderes políticos africanos procuraram colocar seus pensamentos para a libertação, a organização sociopolítica, econômica e cultural. Neste sentido, tanto a federação do Mali (1959-1960) quanto à confederação da Senegâmbia (1982-1989) representam tentativas praticas de realizar uma África Unida. Estas duas instituições políticas fazem parte do processo de construção do Estado na África ocidental em geral e particularmente do atual Estado nacional senegalês motivo pelo qual, serão tratadas aqui na perspectiva de identificar quais são os elementos de formação, os motivos de fracassos assim como os impactos positivos e negativos desta experiência para o projeto da integração regional.

Por questão de metodologia e de compreensão julgamos melhor organizar o texto em duas partes precedidas de um parágrafo de esclarecimento conceitual teórico, sendo a primeira consagrada a Federação do Mali e a segunda trata da confederação da Senegâmbia. Referente à parte conceitual é importante salientar que Federação e Confederação são duas formas de integração entre varias que não serão tratados nesta sessão não por ser menos importante, mas, por questão metodológica e objetiva de limitar nossa análise aos dois casos diretamente referidos.

⁶ Do francês : S'il advenait que les uns et les autres, vous vouliez décider que je suis un étranger à Dakar, à Bamako ou à Ouagadougou, je vous dirais que c'est peine perdue : je suis à Bamako chez moi, et vous n'y pouvez rien, (*Émile Derlin Zinsou, Bamako 1959 president du Daomey*).

Segundo Badi (1992), dependendo das formas e tipos de pontos de vista adotada por uma integração, a definição será diferente. Assim teremos uma integração nacional, regional e internacional se analisarmos a partir da ótica dos atores; política e econômica se olharmos do ponto de vista dos objetivos; vertical ou horizontal⁷ quando nos referimos à relação de poder entre os atores; do ponto de vista dos enfoques temos o continentalismo⁸, regionalismo ou integração negociada e finalmente no ponto de vista da natureza jurídica dos atores fala de união dos estados, federação ou confederação que é o caso que se trata aqui, portanto precisa ser explicada.

Cada uma desta forma de integração tem objetivos específicos. Neste sentido, a integração nacional visa o fortalecimento da coesão interna de uma comunidade ou entidade política preexistente, isto é, expressa um processo de harmonização interna e de equilíbrio entre as diversas comunidades que compõem uma comunidade nacional, que foi, e, é ainda um dos desafios da maioria dos países africanos onde as diversidades étnicas, religiosas, lingüísticas culturais etc. são vistas como constantes ameaças aos Estados nacionais. A integração regional que resulta da união de dois ou mais estados ou entidades políticas da mesma área geográfica busca fortalecer a coesão e a percepção de interdependência mutua entre os membros na perspectiva de criar um espaço econômico comum assim como realizar conjuntamente estratégias nas diversas áreas de interesse.

No caso da África em geral, e principalmente da parte ocidental estas estratégias estão no âmbito sócio-político, econômico, cultural e, devido à frequência e os multiplicidades dos conflitos que afetam a região, na área de segurança regional. Assim, a integração regional na África Ocidental, se identifica com a asserção de Badi (1992)

⁷ A integração entre um bloco formado por Estados heterogêneos com claras disparidades, isto é, permite o estabelecimento de uma relação de desigualdade econômica e política o que conseqüentemente acarreta uma exploração dos mais fortes. No caso africano, trata-se da integração que obedece a lógica da divisão vertical de trabalho ou do “palco colonial” entre os países coloniais e suas colônias, relação que no fundo ainda permanecem a dia de hoje na forma mais flexível do neo-colonialismo.

⁸ Segundo Badi (1992) o continentalismo muitas das vezes se confunde com o regionalismo tal e como o concebe a filosofia das nações unidas como uma organização da sociedade internacional sobre a base da integração no nível regional. Neste sentido, tanto a União Africana (antiga Organização da Unidade Africana), fruto da descolonização que agrupa a todos os estados africanos independentes quanto a Liga Árabe, igualmente produto da descolonização que agrupa os Estados árabes do Médio Oriente e de África são exemplos que ilustram bem este conceito.

segundo a qual a integração regional pode ser geográfica, político-ideológica, econômica, militar etc. e que se expressas segundo as teorias de relações internacionais como blocos regionais, agrupamentos regionais, organizações regionais etc.

A integração regional conforme este mesmo autor é um processo através do qual dois ou mais países criam um único espaço econômico que, procura eliminar todas as formas discriminatórias com o objetivo de facilitar a livre circulação das pessoas e das mercadorias ou como forma política quando o objetivo é de criar um espaço econômico maior para propiciar o estabelecimento de instituições onde são concedidos poderes e construídos relações bi e multilaterais como é o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

No que diz respeito ao federalismo, mesmo sabendo que existe uma variedade de definições, o trabalho se apoiou nas explicações e análises conceituais de Badi (1992) e Lijphart (2003) para facilitar a compreensão do seu uso no estudo tanto da Federação do Mali quanto da Confederação da Senegâmbia assim como a diferença entre os dois. Referente às diferenças entre Federação e Confederação, Badi (1992) argumenta que a federação corresponde a um estado e tem uma personalidade jurídica internacional exercendo um poder soberano sobre os indivíduos ou súditos que os têm criado enquanto que a confederação não é um estado, mas sim um conjunto de Estados que conservam sua soberania absoluta e exercem um poder exclusivo sobre os súditos.

Nesta ótica, a federação, afirma Lijphart (2003, p.214) é uma organização política em que as atividades do governo são divididas entre governos regionais e um governo central, de tal forma que cada tipo de governos tem atividades sobre as quais toma decisões finais. Ou seja, o federalismo pode ser descrito como uma divisão espacial ou territorial do poder, onde as unidades são definidas geograficamente reforça o autor, que considera que o propósito de não centralização do poder e a descentralização do poder como duas características principais do sistema federativo.

Ou seja, o propósito de divisão do poder no intuito de garantir que uma proporção significativa deste seja exercida em nível regional, evitando a centralização do poder é elemento fundamental para constituição e a consolidação de uma federação. Além destas

características primárias, existem outras que Lijphart (2003) denomina secundárias que são medidas que garantem a preservação da divisão federal básica do poder.

Estas características são a legislatura bicameral forte que dispõe de uma forte câmara federal onde as regiões componentes são representadas, uma constituição escrita, difícil de emendar, e uma suprema corte, ou corte especial constitucional que pode proteger pelo seu poder de revisão judicial. Dito de outra forma, além da descentralização do poder, a federação precisa de um poder legislativo forte e um poder judiciário que garanta a aplicação correta da lei conforme definida por uma constituição que além de difícil de ser emendada, deve ser legitimamente reconhecida interna e externamente. Isso faz com que os estados federais sejam vistos e qualificados ou caracterizados como complexo na literatura, isso não quer dizer, no entanto que as confederações são simples ou não complexas.

Assim, no âmbito internacional os Estados federais são tratados como Estados complexos que se apóiam na constituição, a diferença da confederação que também é um Estado complexo, mas cuja base jurídica esta situada num tratado internacional vigente (BADI, 1992). Ou seja, a diferença entre a federação e a confederação está na natureza do ato criador: a federação se fundamenta numa constituição internacional e a confederação em um tratado internacional. Portanto, cada Estado conserva sua soberania e se relaciona com os demais Estados da confederação através de um tratado internacional baseados nos princípios da igualdade soberana e da unanimidade. A confederação é, neste sentido, é uma agrupação de Estados mais próximo da aliança do que da fusão, no meio da qual se cria um órgão permanente, com caráter diplomático, cujo objetivo é enxergar as controvérsias entre os Estados membros e chegar à medida do possível a umas conclusões comuns. O federalismo e a descentralização são os métodos do modelo consensual, isto é, não apenas uma divisão garantida do poder entre o nível central e não central do governo, mas, se traduz na pratica pela existência de fortes governos não centrais que exercem uma porção do poder total disponível em ambos os níveis (LIJPHART, 2003, P. 215).

Comparado com a federação, que exige ou supõe a existência de uma autoridade supranacional visto que se sobrepõe aos Estados membros, com base na lei máxima chamada também constituição federal, Badi (1992) salienta que a confederação não exige de transferência da soberania dos Estados associados, no entanto, os Estados delegam o

exercício de algumas competências como a defesa ou a diplomacia aos órgãos comuns e se reúnem periodicamente para discutir problemas de interesse comum, cuja competência está atribuída à confederação. No caso do tratado de confederação que uniu Senegal e a Gâmbia (1982-1989) almejava a instituição de órgãos políticos e administrativos comuns, a integração parcial das forças armadas dos dois países, a criação de uma união econômica, a harmonização das políticas relativas aos assuntos internacionais e a cooperação etc., mas, dentro de um perfeito respeito à soberania de cada parte (HUGHES, 1991).

Portanto, na confederação há uma cooperação entre os dois em áreas de interesse comuns como o setor de segurança, a parte econômica etc. sem que um dos estados renuncie a sua soberania ou deixa de ser um estado independente enquanto na federação, o que se tem é uma fusão de dois ou mais estados em uma única entidade nacional. Neste caso, a federação do Mali ilustra bem o fato, pois, até o fim da entidade não havia nem o estado do Senegal ou do Mali, mas, sim a federação do Mali que, se transforma depois em duas republicas independentes: a República do Senegal e a República do Mali.

Finalizando, pode se afirmar que há uma diferença clara entre uma federação e uma confederação nos aspectos políticos, institucional ou organizacional assim como no plano jurídico. Nesta linha, Deutsch (1982) destaca quatro principais aspectos que diferenciam uma federação de uma confederação. Na opinião deste autor, um governo federal é relativamente forte em comparação com os seus Estados constituintes, enquanto que as instituições comuns da confederação são mais frágeis que as dos Estados membros (1); o estado federal atua diretamente sobre seu povo em todas as questões de interesse nacional enquanto que a confederação trata indiretamente com o povo (2); o terceiro ponto salienta que se o direito a sucessão esta reconhecido aos estados da confederação, ele é proibido na esfera da federação (3) e, finalmente, as leis da federação têm caráter obrigatório e executivo nos Estados federados, enquanto que a confederação exige uma ratificação previa por parte dos governos dos Estados membros. A partir desta diferenciação que também nos ajuda a caracterizar cada uma destas entidades, entende se porque que os aspectos econômicos e militares da confederação são bem mais fracos que os da federação.

Feita essas ressalvas e esclarecimentos conceituais, as próximas linhas se dedicaram aos casos específicos da Federação do Mali (1959-1960) e da Confederação da Senegâmbia

(1982-1989), buscando entender de um lado, por que a federação do Mali não se consolidou apesar do otimismo dos fundadores (Modibo Keita e Leopold Sedar Senghor) e, apesar de tudo, qual importância ou impacto esta breve experiência teve na formação do Estado nação Senegalesa. E, do outro lado, porque o fracasso da Confederação da Senegâmbia, depois de oito anos de vida apesar de uma situação geográfica, sociopolítica e histórica favoráveis. Até que ponto o resgate desta experiência de Confederação pode ser útil para a integração regional e a construção de um complexo regional de segurança na África Ocidental?

2.2.1 A Federação do Mali (1959-1960)

A Federação do Mali faz parte de um dos episódios da vida política africana menos conhecida que revelou as forças do micro nacionalismo e mostrou que o tema da unidade africana é ainda uma simples retórica. Esta experiência federal apesar de breve, e, conseqüentemente pouco estudada, foi um dos elementos que ajudaram acelerar os processos de independência dos países da África francófona e a formação do Estado nação nesta região. Isso mostra toda a relevância de se tratar deste assunto, quando se quer entender a formação do Estado na África ocidental e principalmente do Estado senegalês e das possibilidades de formação e consolidação de um estado supranacional na região pelas necessidades de segurança amplamente falando. É necessário observar que o projeto de se constituir um estado federal na região visava agrupar todos os países da atual CEDEAO incluindo a Mauritânia, mas diante das dificuldades e divergências tanto interna quanto externo aos territórios, a federação do Mali será formada por quatro países e, com a retirada do Alto volta (atual Burkina Faço e do Daohmeh (atual república do Benin), ela se consolida somente com os dois países promotores que são o Senegal representado por Senghor e o Mali por Modibo Keita).

A partir deste breve relato, considera-se relevante chamar a atenção sobre a rapidez com que ocorrem os acontecimentos e movimentações políticos tanto no plano interno quanto externo, obviamente acompanhando as mudanças conjunturais e de geopolítica ao redor do mundo.

No contexto geral, é importante lembrar que depois da segunda guerra mundial, todas as colônias começam a reivindicar o direito a autonomia tanto pela negociação quanto pelo confronto. Assim, a guerra de libertação nacional na Argélia, entre forças nacionalistas e exercito Francês em 1956, a independência o Gana de Kwamé Nkruma em 1957 foram sinais claro para que o governo do General De Gaulle iniciasse um processo de negociação de independência no resto das suas colônias da África, que culmina com o referendun organizado no dia 28 setembro de 1958, virando uma possibilitou pela primeira vez, aos africanos de debaterem sobre o futuro de seus países.

Os debates tomaram o rumo que pode ser comparado ao jogo de dois níveis de Putnam (1993) que afirma que existem profundas relações entre a escolha pela cooperação realizada pelos governos no plano internacional e os interesses domésticos que eles representam. Assim, a cooperação pode avançar e/ou sofrer limites ou mesmo refluir, dependendo da capacidade de poder de veto ou apoio dos atores domésticos identificados com a questão em negociação. Neste contexto, as lideranças políticas africanas tiveram que negociar de um lado, com a metrópole (França), do outro lado com as forças interno para definir primeiro se vão optar por uma autonomia dentro da comunidade francesa ou uma independência total e do outro, precisava definir se esta independência será conjunta como o queriam os fundadores Federação do Mali, ou individual como defendia Felix Houphouet Boigny do Costa de Marfim.

No plano interno havia uma divisão entre pro e contra uma independência unificada, que teria mantido os territórios da AOF como um estado Federal que seria a base da integração africana que todos pareciam em concordar quanto à necessidade e a importância. Assim vê se que apesar da materialização da Federação ser concretizado em 1959 a origem desta união tem como base e data o referendun de 1958 quando as colônias foram chamadas a escolherem entre a secessão ou a federação com a França (VOLTOLINA, 2007). A federação pela qual optaram todos os países a exceção da Republica da Guiné onde Sekou Touré opta pela independência imediata, significava a adesão à comunidade francesa a partir da adoção da constituição, que previa que, as antigas colônias podiam guardar o seu estatuto dentro da República francesa ou então em um prazo de quatro meses, se tornarem departamentos da França, seja em grupos ou individualmente como mostra o da constituição francesa da quinta república no seu artigo 76:

As antigas colônias poderiam conservar seu estatuto no seio da República Francesa. É permitido também a estes países, dentro de um prazo de quatro meses, após a aprovação da Constituição, de se tornarem departamentos da república, agrupados ou não como Estados membros da comunidade⁹ (Voltolina, 2007, p. 9.)

A adoção desta constituição, num período marcado por um ativismo nacionalista de um lado e pan-africanista do outro são alguns dos elementos que vão precipitar tanto a criação quanto os primeiros problemas referente à confederação do Mali que, a sua vez precipita as independências fragmentadas dos países da antiga AOF. Por causa desta cláusula, conforme observa Voltolina (2007), o debate entre os federalistas e os que são a favor de uma independência separada se ativa e torna-se a prioridade política para todos os governos locais fazendo do período correspondente ao fim dos anos cinquenta e início da década de sessenta uma época de verdadeiro antagonismo políticos das classes políticas africanas.

No continente africano, os defensores do pan-africanismo liderados por Kwamé Nkruma, Modibo Keita e Leopold Sedar Senghor eram convictos de que a balcanização do continente piora a situação e por isso defendiam a instauração de confederações primárias para evitar a dissolução da África Ocidental Francesa em vários Estados independentes. Estes líderes afirmavam que a África era vítima das várias divisões sofridas ao longo da história e que somente a integração política poderia manter a coesão territorial instaurado na África ocidental pela colonização. A busca desta união, no entanto, encontrava vários bloqueios e gargalos que dificultavam tanto o projeto ambicioso de um estado federal que agrupasse todos os territórios não somente da África ocidental Francesa, mas também das colônias inglesas da região como a Gâmbia e o Gana. Ou seja, reconstruir o império do Mali territorial e socialmente falando, era a motivação que guiava os líderes do projeto federal como ilustra estas palavras de Voltolina (2007, p. 15)

⁹ Do Francês: les anciennes colonies pouvaient garder leur statut au sein de la République. Il permettait aussi à ces pays, dans un délai de quatre mois après l'adoption de la Constitution, de devenir soit Départements de la République soit, 'groupés ou non entre eux', des Etats membres de la Communauté.

Os dirigentes sudaneses viram o federalismo não apenas como uma conveniência econômica, mas também como a expressão moderna da unidade tradicional. A Federação teria permitido continuar o legado do grande Império do Meio sudanês idades, tendo como uma afirmação "principal preocupação da personalidade Africano"¹⁰.

O que pode significar uma continuação do que se herdou do grande império do Sudão francesa¹¹ ou uma afirmação da personalidade africana?

Os grandes impérios do Sudão são precisamente Gana, Songai e Mali que tinham uma estrutura sociopolítica, econômica e militar bem organizada e independente, são eles que se opuseram de forma significativa a toda ocupação estrangeira do continente. As suas relações com o resto do mundo se faziam de forma igualitária enquanto que a colonização consiste em uma exploração unilateral dos recursos humanos e materiais do continente em favor das metrópoles. Portanto, resgatar esta história no intuito de afirmar a personalidade Africana significa claramente questionar as relações de superioridades e de domínio que a Europa em geral e especificamente a França exerce sobre a África e seus habitantes. Logo pode se afirmar que nestas condições, o fortalecimento de um estado africano através de uma união, federação ou confederação significa enfraquecer o estado colonial e, mexer com seus interesses. Era lógico para os africanos que a independência significava a liberdade e autonomia total, enquanto que a França precisamente queria uma independência sem descolonização (GRANVAUD, 2009). Para tanto, na impossibilidade de continuar dentro do mesmo sistema colonial, a França adota uma nova forma de dominação a qual, se esconde atrás de um sistema supostamente mais liberal a fim de salvo guardar os interesses da metrópole na África. Este sistema consiste na proclamação da independência altamente vigiada e controlada a partir de Paris.

Nesta ótica, Charles De Gaulle¹² foi bem claro ao declarar que está descartada toda idéia de autonomia, toda possibilidade de evolução fora do bloco ou da comunidade

¹⁰ Do Francês: dirigeants soudanais voyaient le fédéralisme non seulement comme une commodité économique, mais aussi comme l'expression moderne de l' "Unité Africaine" traditionnelle. La Fédération aurait permis de poursuivre l'héritage du grand Empire soudanais du Moyen Age, en prenant comme "préoccupation première l'affirmation de la personnalité africaine

¹¹ O Sudão ocidental a que se refere neste trabalho é a região da África do Oeste situada que correspondem atualmente aos territórios ocupados pelas repúblicas do Mali, Senegal uma parte da Mauritânia e uma parte da república da Guiné, portanto, diferente do atual Estado do Sudão.

francesa durante conferência de Brazzaville em 1944, afirmação que será confirmada pela adoção da nova constituição em 1946, que, da à liberdade de administração das colônias, mas, nega a igualdade jurídica aos colonizados cujo peso político na época ultrapassava a da metrópole grãs a um conjunto de fatos que aceleram os processos da descolonização, e da criação da federação do Mali assim como o seu fim, e a construção do Estado nação na região como nos conhecemos atualmente.

Para entender esses processos de construção e desconstrução da Federação do Mali é importante mostrar a cronologia dos fatos (1956- 1960), se reportando principalmente às etapas que antecederam a formação (A) da federação dos quatro (Daohmeh, Burkina Faço, Sudão e Senegal) e (B) a federação dos dois (Senegal, e Sudão). A primeira parte será consagrada a análise da conferência do Bamako (29 e 30 de dezembro) 1958 (a), da reunião da assembléia constituinte federal de Dacar (14-17 janeiro de 1959) (b) e finalmente da ratificação pelas assembléias dos estados membros (c), e a segunda parte, traz o processo de formação no plano, estrutural, jurídico, político-social e finalmente será questão das divergências de um lado, entre os precursores e seus opositores interno; do outro, entre Senghor e Keita que são os defensores da federação. Será ressaltado o papel da metrópole (França) nas crises que põem fim a união entre Mali Senegal bem como no processo da formação dos futuros estados independentes.

2.2.2 Fatos históricos ou cronológicos

Uma das conseqüências da segunda guerra mundial foram o surgimento de movimentos nacionalistas de libertação dos territórios colonizados principalmente no continente africano em geral e particularmente na África ocidental francesa (AOF) e Equatorial francesa (AEF). Um dos pontos marcante da historia colonial francesa em África é sem duvida a guerra de libertação da Algéria que levou as autoridades francesas a se empenharem fortemente na questão que diz respeito a gestão das suas colônias da África. A federação do Mali faz parte destes processos, pois, além da República da Guiné, de Ahmad Sekou Touré, ela foi das primeiras a obter independência na África Ocidental francesas em

¹² Nascido em 22 de novembro de 1890, na cidade francesa de Lille, Charles De Gaulle também conhecido como o libertador (*le Libertateur*), por seu apelo de 18 de junho de 1944, após o qual ele liderou a libertação da França da ocupação alemão. Em 1958, é sobre seu comando que a França organizou o referendun que definiu o estatuto dos Estados africanos das colônias francêss.

1959. Os principais acontecimentos que antecederam esta independência estão bem resumidos na Figura 3:

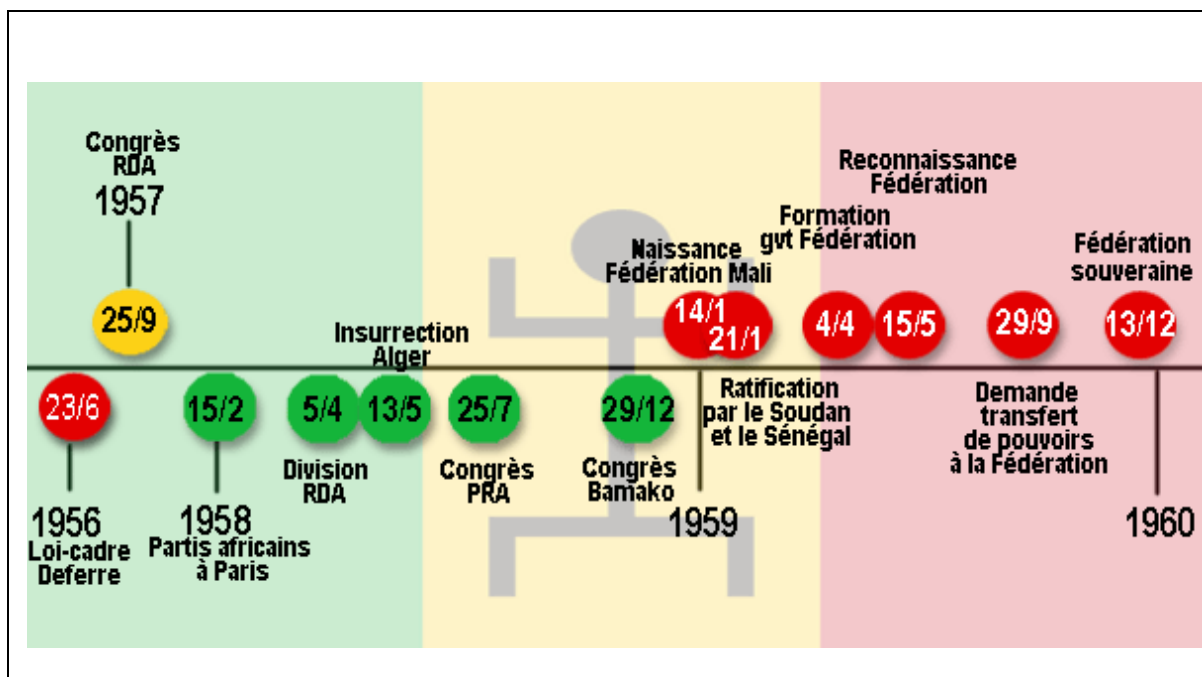


FIGURA 3. Principais datas e fatos do início ao fim da federação do Mali

Fonte: Correau (2010).

A Loi Cadre (lei quadro) de 23 de junho 1956 foi uma das medidas adotadas pela França após a insurreição da Argélia, para preservar o controle no resto das colônias. Elaborada por *Messmer*¹³ com a ajuda de *Félix Houphouët Boigny (F.H.B)*¹⁴, esta lei instituiu um colégio eleitoral único entre a metrópole e as colônias assim como um governo autônomo para a AOF e AEF mantendo, no entanto, o poder imperial (Granvaud, 2009). A partir da adoção desta lei, a nova assembléia constituinte será composta por dois grupos de deputados. O primeiro é formado pelos deputados oriundos de votos dos cidadãos brancos e habitantes originários dos quatro comunas¹⁵ de pleno exercício e o segundo grupos de deputados, viram dos votos dos evoluídos- funcionários subalternos da administração

¹³ Ministro das forças armadas da França em 1960 e também um dos chefes da polícia secreta francesa que cuidavam das questões africanas.

¹⁴ Presidente da costa de marfim, e membro do serviço secreto Frances ao longo do período conhecido como Françafrique dirigida por *Michele Faucart*.

¹⁵ É bom observar que as quatro comunas são Dakar, Gorée, Thiès e Saint Louis do Senegal. Portanto, todas situadas nos território do Senegal.

colonial, os detentores de diplomas escolares, combatentes da primeira e segunda guerra mundial, os grandes comerciantes e os chefes autóctones das coletividades (Kaly, 2006).

Ou seja, uma continuação da antiga política e estratégia colonial que consiste em dividir para reinar, impedindo todas as possibilidades de união entre os africanos que, obviamente na hora não perceberam o que está por trás da nova política francesa devido às atraentes vantagens que oferece as reformas da constituição da quarta República francesa. A união francesa instituiu entre outras vantagens a eliminação do trabalho forçado, a supressão do estatuto indígena, a expansão da cidadania a todos os moradores dos territórios coloniais, além da participação na gestão administrativas dos seus territórios e da liberdade de associação, de imprensa obviamente sobre a tutela da metrópole assim como a disponibilidade de um Fundo de Investimento e Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES).

No entanto, estas vantagens tinham um preço ou uma contra partida para a França, e este preço será bem alto para as elites locais, pois, ele consiste na colaboração e na defesa dos interesses da metrópole bem que a maioria das vezes opostos aos de bem estar e a emancipação declarada das colônias. Isso não era novidade visto que durante a segunda Guerra Mundial, para conquistar mais apoio, De Gaulle propôs o fim progressivo das penas arbitrárias aos moradores das colônias até o fim da guerra, preparando um caminho que levasse de forma progressiva á descentralização administrativa dos territórios assim como das lideranças políticas (Kaly, 2006). Ou seja, é um projeto de governo que data da época da guerra e, portanto, de longo prazo, que estava se executando apesar de ser acelerado por outros elementos conjunturais como a guerra de Argélia, o nascimento do Movimento do não Alinhados (MNA) em 1955 em Bandung assim como a expedição do canal de Suez que revelava as fraquezas geopolíticas das potenciais coloniais francesas e inglesas (GLASER, SMITH, 2005).

A época que sucedeu o fim da segunda guerra mundial será marcada na França, por uma política que busca a cooperação, a colaboração e o dialogo entre as colônias e as autoridades centrais francesas na AOF e AEF levando a uma reorganização da África francesa. Neste sentido, no dia 18 de outubro de 1946, foi criado em Bamako atual capital da República do Mali, o *Rassemblement Democratique Africain* (RDA), agrupando vários

movimentos políticos nacionais dos diferentes territórios da colônia francesa da África. Aqui inicia o processo de promoção e de preparação das personalidades e homens políticos que serão indispensáveis para a perpetuação da dominação francesa na África, e, não foi por acaso, que a data de criação do RDA coincide com o do aniversário de um dos mais ilustres colaboradores da França e principal opositores do projeto da criação da Federação do Mali: *Félix Houphouët Boigny*.

Segundo Glaser e Smith (2005), este deputado da Costa de Marfim, país mais rico da colônia francesa da África Ocidental, foi descoberto bem cedo pela secção colonial do Partido Comunista Francês (PCF) como uma das lideranças africanas que tinha grande capacidade de dominação e que já dominava seus conterrâneos e, portanto, poderia ser o “Lenine da África” e será carregado de difundir o comunismo no meio dos representantes do RDA. Enfim, ele vai ser cortejado pelas autoridades e políticos franceses e será famoso ao ser o autor da lei que aboliu o trabalho forçado na África e chefe ou secretário geral do RDA, partido que tinha objetivo de vir a ser o maior partido anticolonialista verá seus objetivos e ambições esbarrarem nas divisões políticas entre os representantes dos territórios coloniais.

O congresso de Bamako, organizado em 1957 para discutir sobre o futuro da AOF e da AEF conterà com a presença de todos os representantes territoriais além dos dois do Senegal que terá consequências trágicas nas décadas seguintes para o continente sustenta Kaly. A principal questão de discussão durante o congresso era de saber se, depois da lei Cadre, os territórios iam se agruparem em um quadro comum que poderia ser o da AOF ou da AEF, ou então eles ficariam isolados individualmente e cada um terá que se relacionar separadamente com a metrópole conforme a lei *Defferre*. As manifestações serão marcadas por uma divergência profunda entre os a secção da RDA de Costa de Marfim, dirigida por *Félix Houphouët Boigny* e o resto dos representantes do partido. Atualmente é fácil dizer que a posição de Costa de Marfim não foi uma surpresa, pois, se sabe que a França estava unida para defender os interesses da metrópole nas colônias e, para tanto, tinha preparado a Costa de Marfim através de se líder para defender a os princípios da “loi Cadre”.

Nesta ótica, o discurso de F. H.B foi bem claro quanto à divisão das opiniões assim como sua parceria com a França, principalmente quando ele se refere e se dirige a Kwamé Nkruma nestas palavras:

De boa vontade, reconhecemos a sua experiência. Ela é muito atraente, mas a vontade e o comportamento humano da França nos obrigam a responder com um gesto idêntico, convencido que a nossa experiência será fecundo não só para a África, mas para o mundo¹⁶ (GLASER e SMITH, 2005, P.45).

Este discurso somente confirma a perpetuação da influência francesa nas decisões políticas internas da África e mais, uma vez conseguirão desunir os africanos para proteger os interesses da metrópole. Fato que Senghor vinham denunciando desde reordenamento jurídico das colônias que transformou a Algéria em departamento, o Marrocos e a Tunísia em países associados e o resto da África continuando como simples colônias dominadas. Segundo Kaly (2006), Senghor “o intelectual¹⁷” ao perceber o nefasto peso do reordenamento, que ia interferir na maneira da administração, mas também e principalmente, na maneira das relações entre administração colonial e os autóctones, no grau de exploração, no tipo e na qualidade de infra-estruturas tais como escolhas serviços de saúde etc., fez um discurso violento sem distinção, contra todos aqueles que não perceberam ou recusaram perceber o novo formato das relações que prevalecer entre a França e as colônias.

A ausência de Senghor no congresso de Bamako se explica certamente em parte por estes fatos, mas, de outro lado, não pode se esquecer de que a política francesa da África é um projeto elaborado para ser realizada no longo prazo. Neste sentido, para entender o impacto e as causas da ausência senegalesa em Bamako é necessário voltar um pouco aos fatos históricos como lembra Kaly (2006). Segundo este autor, da mesma maneira que, o

¹⁶ Do Francês: Votre expérience, nous Le reconnaissons, volontiers, est fort séduisante, mais, à la volonté et au comportement humain de la França, nous avons estimé devoir répondre par un geste identique, persuadés, comme vous l'ête de la vôtre, que notre expérience sera fructueuse, non seulement pour l'afrique, mais aussi pour le monde. (GLASER; SMITH, 2005, p. 45).

¹⁷ Não pode se negar que Senghor, como acadêmico ou intelectual, era um exemplo a seguir quanto às questões da emancipação da África e seu povo, no entanto, como veremos ao longo deste trabalho, Senghor como político, lutou pela defesa dos interesses das elites e a proteção das vantagens da antiga Metrópole, onde alias, depois de deixar a presidência do Senegal (1980), Senghor passara a viver até no dia 20 de dezembro, 2001 data de seu falecimento.

território do Senegal foi um grande laboratório de experimentação das práticas coloniais, o Senegal será, um dos alunos mais preparados para desafiar a colonização e reivindicar seus direitos e deveres. Grosso modo, o Senegal com suas quatro comunas e a capital federal da AOF; foi ponto de partida rumo à aprendizagem da vida política moderna na África Ocidental, com maior consciência política a respeito das relações de poder de barganha desenvolvidas entre colonizadores e cidadãos franceses pretos e sujeitos. Por isso a ausência do Senegal se explica na visão de Kaly (2006), primeiro pela situação complexa em que se encontravam os territórios do Senegal devido à divisão da sua população e territórios em duas partes: a primeira era uma prolongação do território francês na África Ocidental através dos quatro comunas e a segunda continham a maioria das confrarias muçulmanas que, beneficiam de um estatuto jurídico igual à das outras colônias e, aliadas à administração colonial.

Ou seja, nestas condições os líderes políticos do Senegal apesar de pregarem pela manutenção do da federação, eram inclinados também na defesa dos interesses da França, visto que, muitas das autoridades autóctones estavam a favor da defesa dos interesses da França que significava também a defesa de seus próprios interesses. Senghor tinham mãos atadas na medida em que, sua eleição e reeleição, ele a devia à administração a aos guias espirituais das confrarias, por isso que a ausência dos dois representantes do Senegal seria proposital (Kaly, 2006), pelas razões já evocadas de um lado, e do outro lado pela pressão externa. Segundo este autor, os deputados das colônias e do além Mar tinham todos seus movimentos vigiados pelos colegas brancos metropolitanos do partido comunistas Francês (PCF), por seus próprios secretários que eram pagos pelo partido e se encarregavam de vigiar e copiar todas as correspondências dos colegas não metropolitanos e entregá-las à direção do partido.

Portanto, conclui o autor, a ausência dos dois deputados do Senegal no congresso de Bamako se justifica pelo respeito à determinação da direção do partido comunista que, juntamente com o partido socialista francês priorizavam a defesa dos interesses da metrópole, no lugar dos interesses ideológicos e partidários. É importante lembrar que, a vigilância foi uma medida de segurança adotada pela metrópole e aplicada a todos os elementos capazes de influenciar as massas populares como os intelectuais, os revolucionários, os que participaram na segunda guerra mundial etc. nesta ótica todos os

políticos e “*tirailleurs Sénégalais*”¹⁸ estavam na lista da metrópole principalmente depois de impedir que a maioria dos combatentes da segunda guerra mundial retornasse à metrópole para reivindicarem seus direitos como mostra esta afirmação de Granvaud (2009).

[...] No momento da independência tudo foi feito pelas autoridades francesas para impedir de retornar na França. Alguns oficiais desobedeceram às ordens e entre 30000 e 80 000 foram mortos depois da ida dos soldados franceses.¹⁹

Leopold Sedar Senghor, que é antigo soldado, político e intelectual bem popular na época, pois, foi eleito deputado do Senegal, por um eleitorado totalmente rural e defensor da Federação era uma das personalidades cujas publicações não deixavam dúvida quanto a seu lado revolucionário assim como seu engajamento na luta pela melhoria das condições de vida nas colônias. É neste sentido que em um dos seus artigos publicados em 1945, sobre o título “*Defense de L’Afrique Noire*”, Senghor desabafa afirmando “estamos fartos de boas palavras e estamos com náuseas desta simpatia deprimente” (Kaly, 2006). Diante todos estes fatos pode se afirmar que a sua ausência se explica de um lado pela estratégia francesa e do outro, por sua própria indecisão, opção ou medo de assumir sua posição diante da assembléia que será marcada pela divisão do grupo e do RDA entre a Costa de Marfim representado por *Félix Houphouët Boigny* que opta pela União francesa e a independência separada contra o resto do grupo, que votaram unanimemente a favor da criação de uma assembléia executiva federal no âmbito da AOF.

Assim, a data de cinco de abril de 1958, será lembrada na história como um dia em que o sonho de uma África ocidental unida se vera idealizável devido a não colaboração da Costa de Marfim, ou por este país optar cooperar com a França pelos interesses metropolitanos em detrimento da liberdade africana, fato que se confirma pela decisão do general De Gaulle de criar uma nova constituição que defina as novas relações entre a França e suas colônias. O projeto que será proposto, com a colaboração de *Félix Houphouët Boigny* institui a criação da comunidade franco-africana ou simplesmente, uma federação

¹⁸ Atiradores senegaleses era o nome dado aos soldados recrutados nas colônias durante a segunda guerra mundial.

¹⁹ Traduzido do Francês ‘Au moment de l’indépendance, tout fut fait par les autorités françaises pour les empêcher de rejoindre la France. Certains officiers désobéiront aux ordres pour les exfiltrer. Entre 30 000 et 80 000 sont tués après le départ des soldats français’.

entre a França e os países africanos, o qual descarta as duas principais ideias que agitavam os nacionalistas africanos: o direito a independência e da unidade territorial.

Este projeto foi submetido a um referendun no qual os diferentes territórios tinham que escolher entre a secessão e a federação como já foi mencionado somente a republica da Guine votara pela secessão e um prazo de quatro meses foi dado às colônias que aprovaram a constituição para decidirem se vão ser departamentos da França seja, agrupado ou individualmente ou Estado membros da comunidade como determina art. 76 da constituição francesa da quinta república (Voltolina, 2009). Este dispositivo levanta os debates entre grupos que são a favor e os que são contra a federação no âmbito dos territórios da AOF. É bom salientar que a discussão se baseia na crença dos federalistas liderados por Senghor, de que somente uma integração política poderia manter uma coesão territorial na África Ocidental Francesa, para que se possa realizar no futuro uma união africana que terá guiada pelas idéias do pan- africanismo, enquanto que *Felix Houphouet Boigny* de Costa de Marfim era contra toda forma de integração regional, acreditando que o caminho de sucesso esta na colaboração e na cooperação com a França como ilustra a sua declaração no congresso de Bamako se dirigindo a Kwamé Nkruma em 1958:

[...] Eu não nego as dificuldades que temos no nosso caminho pela frente, mas, franceses e africanos somos decididos a vencer estas dificuldades através do esforço incessante de sinceridade e de honestidade de ambos os lados. É para nós, não somente um ato de fé, mas um ato de solidariedade humana ²⁰(GLASIER e SMITH, 2005, P.45).

Convencido do apoio da França, e confiante quanto às riquezas de seu país, o líder de Costa de Marfim até lança um desafio ou ameaça ao resto do grupo que acredita no êxito da federação em detrimento da cooperação com a metrópole afirmando conforme Glaser, Smith (2005: 45).

Os dados já foram jogados. Agora deixamos Deus, a providencia e o trabalho dos homens determinarem o futuro de cada uma de nossas experiências. Vocês são testemunhas hoje do início de duas experiências; um desafio vem de ser lançado entre dois territórios, um tendo escolhido a independência, o outro preferiu o caminho difícil da construção, com a metrópole, de uma comunidade de homens iguais em direitos e deveres

²⁰ Do francês: je ne vous ai pas dissimulé les difficultés qui nous attendent sur nôtre chemin , mais, français e africains nous sommes decidés décidés a les vaincre par un effort incessant de sincérité et de franchise de part et d'autre. C'est pour nous non seulement un acte de foi, mais un acte de solidarité humaine. (GLASER, SMITH, 2005, p.45).

[...]. Que cada um de nós faça sua experiência dentro do respeito absoluto da experiência de seu vizinho e dentro de dez anos compararemos os resultados²¹.

Analisando atualmente esta declaração, pode se afirmar que a diferença entre os pan-africanistas liderados por Senghor e Félix Houphouët Boigny, é que enquanto os primeiros, acreditavam na idéia de independência e de liberdade total das colônias, o segundo como fiel colaborador da metrópole, sabia que as independências eram somente uma fachada, uma nova forma de dominação. A nova arquitetura proposta e adotada no referendun de vinte e oito de setembro de 1958, juntamente com a V^o republica francesa define os pilares que vão sustentar as novas relações entre a França e suas colônias da África. A comunidade fraco-africana, assim instituída determina em seu art.77 que o domínio de competência da comunidade terá a política externa, a defesa, a moeda, a política econômica e financeira em comum assim como a política que desrespeite as matérias primas (GRANVAUD, 2009). Ou seja, todos os setores estratégicos serão sobre controle da metrópole como era durante a colonização sem contar com as restrições impostas aos novos estados como, por exemplo, a ressalva feita no art. 86 que diz que um estado membro da comunidade pode vir a ser independente, desde que ele deixe de pertencer à comunidade como foi o caso da república da Guine.

Degaule tinha deixado claro na conferência dos governadores de Brazzaville, em 1944 que estão descartadas todas as idéias de autonomia, toda possibilidades de evolução fora do bloco da comunidade franco-africana assim como a obtenção ou a formação de um self government nas colônias, fatos que certamente o representante da Costa de Marfim sabia enquanto os defensores da federação liderados por Senghor, Kwamé Nkourouma, Modibo Keita e Sekou Touré ignoravam ou pelo menos minimizavam a importância e a seriedade. Eles acreditavam na possibilidade de mudança tanto é que Senghor afirmava como recorda Voltolina (2007, p.9)

²¹ Do francês ‘Les dés sont déjà jettés. Laissons maintenant, Dieu, la providence, et le travail des hommes déterminer l’avenir de chacune de nos Expérience. Vous êtes témoins aujourd’hui du commencement de deux expériences ; un pari vient d’être lancé entre deux territoires, l’un ayant choisie l’indépendance, l’autre préférant le chemin difficile de la construction, avec la métropole, d’une communauté d’hommes égaux en droits et en devoirs [...] Que chacun de nous fasse son expérience dans le respect absolu de l’expérience de son voisin et dans dix ans nous comparerons les résultats’.

A grande realidade do século XX é a interdependência das nações, que triunfa dos ódios e dos cuidados que se consolidam (ou se afirmam) cada dia mais. [...] Temos hoje (em 1955) a chance histórica de pertencer a uma união cujo povo matura compreendeu que a independência foi à verdade do século. Essa verdade, França pretende realizá-la com os povos associados dentro do diálogo, ou melhor, um colóquio fundado na igualdade. [...] independência, associação, cooperação internacional, são que os diversos aspetos de um federalismo que, se organizando primeiro dentro do quadro nacional, deve se estender progressivamente aos grandes conjuntos político-econômicas e, a partir disso, a toda a humanidade²².

È com esta crença, e animo que será lançada a idéia da criação da Federação do Mali que inicialmente é composta pelo Alto Volta, Daohmeh, Senegal e o Sudão Francês, no entanto logo no inicio a França se mostrou reticente a esta federação afirmando que no plano econômico, a nova entidade pode ser viável, mas, no ponto de vista restritamente financeira ela poderia apresentar dificuldades e complicações. Apesar das oposições tanto internas quanto externos, no dia quatorze de janeiro de 1959, quarenta e quatro delegados vindos dos quatro estados se reúnem no palácio do grande conselho da AOF em Dakar para criar a Federação do Mali também conhecida como a federação dos quatro, apesar da posição do pessimismo da França quanto a real possibilidade de sucesso de uma federação que, conforme a visão dos idealizadores era um pré-requisito para a realização da integração regional por isso era chamada de Federação primaria.

Como bem ilustra a Figura 3, a criação da primeira federação do Mali foi precedida de vários fatos e etapas que não serão todas comentadas aqui, mas, é importante entrar em profundidade nas três etapas consideradas principais que são:

Primeiro a conferência de Bamako que foi realizada entre dia 29 e 30 de dezembro de 1958, grãs a dedicação especial de um militante do Movimento popular Senegalês (MPS), da secção senegalesa da RDA, que devido a sua convicção da importância da federação apresentou ao grande conselho do partido um estudo defendendo a retomada das idéias federalistas no mês do novembro do mesmo ano. Esta conferencia vera a participação

²² Traduzido do francês: la grande réalité du XXe siècle est l'interdépendance des nations, qui triomphant des haines et des méfiances, s'affermit en s'affirmant chaque jour davantage. [...] Nous avons, aujourd'hui, [en 1955] la chance historique d'appartenir à une Union dont le peuple majeur a compris que l'interdépendance était la vérité du siècle. Cette vérité, la France entend la réaliser avec les peuples associés dans un dialogue, mieux: un colloque fondé sur l'égalité. [...] Interdépendance, association, coopération internationale, ce ne sont là que les divers aspects d'un fédéralisme qui, s'organisant d'abord dans le cadre national, doit s'étendre progressivement aux grands ensembles politico-économiques et, par-delà, à l'humanité tout entière.

das delegações do *Alto Volta; Daohmeh; Senegal e Sudão*. E cada delegação tinha que defender a sua posição a respeito das futuras instâncias que vão conduzir a região para um futuro brilhante. É necessário se alertar que, apesar de todos serem a favor da federação havia grande divergência quanto à forma, a maneira principalmente de se relacionar com a metrópole. Assim, a discussão se focaliza em duas linhas de pensamentos opostas, onde os dois principais defensores da federação são divididos. De um lado, *Leopold Sedar Senghor* defensor da cultura universal e da mestiçagem cultural prega por o que poderia se chamar uma ruptura dentro da continuidade. Ou seja, a África precisa se unir para lutar pelo bem estar de seu povo, a liberdade e a afirmação da sua cultura, mas, não pode rejeitar ou romper com a metrópole, portanto, a federação precisa ser construída dentro da comunidade francesa. A tese de Senghor, como ele mesmo o afirma na sua série intitulada *Liberte*, é que a luta africana é para a conquista da liberdade e o resgate da humanidade e da auto-estima do negro. Esta idéia de Senghor esta bem resumida por Kaly em um artigo intitulado *Leopold Sedar Senghor: um intelectual atual, porém incompreendido* onde o autor afirma que na verdade a luta pela liberdade e pelo reconhecimento de que o negro é um ser humano e detentor de uma civilização foi as duas temáticas que nortearam os escritos e combates dos negros africanos inclusive o Senghor que afirma:

É que a população negro-africana está lutando constantemente para se libertar de um tipo de amarrão nos planos socioeconômico, político-cultural e psicológico. Mas, o sucesso desta luta em varias frentes só poderia acontecer quando o negro conseguisse se afirmar e se posicionar enquanto membro de um grupo sócio racial detentor de uma rica e variada civilização posto que seja diferente da civilização do mundo ocidental, asiático, árabo-islâmica, e ameríndia, porém disposto a intercambiar culturalmente e a estar pronto para incorporar e reconhecer os empréstimos de outras civilizações (KALY, 2005, p.7).

Neste sentido pode se dizer que a diferença entre Senghor ou pelo menos a idéia defendida por ele e Félix Houphouet Boigny está no fato de que o primeiro, esta defendendo uma idéia construída, moralmente e intelectualmente ao longo da vida enquanto, o segundo é um cooperante que aderiu a idéia da metrópole em troca de benefícios individuais. De qualquer forma esta posição defendida por Senghor, quanto à forma de federação, o distancia dos nacionalistas africanos como Modibo Keita, Sekou Touré, Kwamé Nkruma etc., e o aproxima da França e indiretamente do seu primeiro opositor da Costa de Marfim consolidando o imperialismo Francês no continente, dando razão às criticas feitas por Nkruma ao Federalismo proposto por Senghor. O líder do Gana

afirmava que, o Federalismo proposto pelo senegalês não libertava a África do imperialismo europeu, portanto, deveria ser combatida do mesmo modo que se devem combater outros tipos de dominação, pois, na opinião de Nkruma, o reconhecimento da independência e da autodeterminação é um pré-requisito para a federação. Ou seja, deve se formar uma Federação de Estados soberanos a imagem da federação proposta por Sekou Touré em 1960, que tinha em mente agrupar as Repúblicas da Guiné, Gana, Togo, Somália, Nigéria e Camarões. Porém, segundo Voltolina (2007), esta iniciativa não chegou a se concretizar devido à intervenção da França que, ao reconhecer implicitamente a Guiné, propôs um plano de cooperação estreita entre os dois Estados.

Do outro lado, a Conferência do Bamako de vinte nove de dezembro de 1958, contou com a presença do grupo liderado por Modibo Keita do Mali que defendia uma idéia contrária a do Senghor quanto à futura relação da federação com a metrópole. Nacionalista e progressista, Keita, defende uma ruptura com a França. Ou seja, uma independência e autonomia total dos territórios da África ocidental, que, por meio da federação poderá colaborar positivamente para a criação de uma grande federação em nível do continente que servira de base para a promoção e a concretização do pan-africanismo.

E, de um lado todos, estão de acordo quanto à emancipação e autonomia dos povos colonizados, do outro lado, esta lei divide as opiniões quanto à forma criando assim uma divisão tanto em nível territorial quanto em nível federal na AOF quanto na AEF. Se de um lado esta lei permite aos africanos participarem na administração interna de seus territórios, do outro, ela divide as elites e cria clivagem entre principalmente Senghor e Houphouet Boigny fato, que terá conseqüências negativas na formação tanto da federação do Mali quanto do futuro projeto da Organização da Unidade Africana (OUA) criada em 1963. . É neste clima de antagonismo político, que será criada em Dacar em 24 de janeiro de 1959, a primeira federação do Mali conhecida como a federação dos quatro, pois, contava com quatro países membros: Mali, Senegal, Alto Volta e Daohmeh.

A formação da Federação dos quatro, não é um processo isolado dos outros acontecimentos, ao contrario é uma continuação do que vem acontecendo desde adoção da lei quadro em 1956, que confere ao governo Francês o poder de modificar por decreto o estatuto dos territórios ultramarinos e, abrindo o caminho da independência das colônias. É

importante notar que, a adoção desta lei foi um dos pontos forte da história da África Ocidental Francesa. A esta ocasião, Félix Houphouet Boigny, com o receio de ver Dacar se tornar o centro de uma nova estrutura federal, opta pela evolução separada das antigas colônias dentro de uma comunidade francesa ampliada enquanto Senghor, adepto das idéias federalistas qualificava a lei quadra de uma medida que acelerava a balcanização da África, marcando assim, o eterno antagonismo entre os dois líderes africanos, apesar dos dois de fato aderirem ao projeto da França, que era contrario a idéia de uma África Unida.

Nesta oposição e antagonismo, que existia tanto entre os líderes, marfinense e senegalês quanto entre diferentes forças políticas internas a cada território, se realiza em 14 de janeiro de 1959 a assembléia constituinte em Dacar e, com a presença de quarenta e quatro delegados vindos do Mali, Alto Volta, Daohmeh e Senegal, adota-se a constituição da primeira Federação do Mali, que proclama um ideal comum de Liberdade, Fraternidade, e igualdade e declara à criação oficial da Federação do Mali, que apesar de ter inicialmente, quatro países ficam aberta a adesão de qualquer outro estado autônomo da África Ocidental (VOLTOLINA, 2007). É importante notar que o ideal proclamado é copiado diretamente da antiga metrópole, a França, fato que ilustra que mesmo que fosse inconscientemente o peso e a influencia da francesa continua no meio africano e influenciou na hora de tomar a última decisão que é a ratificação da constituição federal pelas assembléias dos quatros Estados. Enquanto no Sudão e no Senegal, os defensores da federação conseguem aprovar pela unanimidade a constituição Federal, Alto Volta e Daohmeh enfrenta uma oposição e uma pressão interna e externa que resultam na vitória da oposição, pondo assim fim ao sonho de fazer parte da confederação e conseqüentemente o fim da união a quatro. Apesar desta derrota frustrante, o Senegal e o Sudão não se desanimam e decidem criar a federação entre os dois países e enfrentar as ambições de Costa Marfim apoiado pela França, de evitar a realização do projeto da união entre os países da África ocidental Francesa (AOF).

Alias Costa de Marfim de Félix Houphouet Boigny, foi apontado como grande responsável pela não adesão do Daohmeh e do Alto volta à federação a quatro. Estes dois países cederam às pressões de Houphouet, para em seguida formarem junto com Costa de Marfim, uma cooperação chamada “*Conseil de l’Entente*”. Senegal e Sudão unido pela Federação do Mali proclamam a independência em 20 de junho de 1960 e, devido a problemas políticos entre Senghor e Modibo Keita, dois meses depois, será anunciado o fim

da Federação. Ou seja, a Federação do Mali tanto na versão a quatro quanto na versão a dois, somente serviu para testar as diferentes forças sociopolíticas, interna e externa dos países da África ocidental Francesa. No plano interno, viu-se que apesar de todos militarem pela união africana, o que realmente preocupava era o interesse individual das elites e grupos de interesses e externamente, a França conseguiu visualizar as peças-chaves que, certamente poderia assumir os novos Estados, guardando os interesses da metrópole, e dos principais grupos de interesse como dos marabouts, que, desde século XVII, intervêm na política na região da Senegâmbia setentrional (DIOP; DIOUF, 2002). Segundo Voltolina (2007), um dos motivos de discordância entre Senghor e Modibo Keita na federação do Mali, foi a descoberta pelo senegalês que Keita, tem entrado em contato, por telefone com os dois chefes das escolas islâmicas do Senegal depois de ter afirmado a necessidade de eleger como presidente da federação um muçulmano. Isso foi visto pelas autoridades do Senegal, principalmente Senghor que é católico, como uma perigosa tentativa de interferência nos assuntos internos do Senegal por parte das autoridades sudanesas.

O fim da federação do Mali, o fortalecimento dos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, e fundamentalista muçulmanas, começa a ser motivo de preocupação para Senghor, a França, e todos que, de uma forma ou outra tinham ambições e interesses sociopolíticas e econômicas a defenderem nos territórios da antiga capital da AOF. Esta preocupação é, no entanto contraditório aos resultados do referendun de vinte e oito de setembro 1958, onde, conforme os resultados oficiais 97,4% da população senegalesa votaram a favor do UPS (União Popular Senegalesa), liderado por Senghor que fez campanha em favor da comunidade francesa. Por esta percentagem, pode-se imaginar que o UPS, não tinha oposição, que o Senegal votou de forma unânime em favor do modelo proposta por De Gaulle e defendida por Senghor, bem que este último pregava por uma África unida, federada como mostrou a experiência da Federação do Mali.

Esta vitória do UPS, no referendun se explica conforme Seck (2005), pela bela organização deste partido (UPS) através do Senegal, mas também ao curto intervalo de tempo que tiveram os partidos da oposição para se organizarem e principalmente, da capacidade de manipulação dos resultados eleitorais, que tinha União Popular Senegalês no poder desde 1951. Grosso modo, para a maioria da população, e principalmente os líderes políticos e sindicais que, em vinte e seis de setembro do mesmo ano, marcaram a chegada de

De Gaulle em Dakar por uma ampla mobilização contra a comunidade francesa, os resultados das urnas confirmavam a pretensão do UPS em constituir um partido único já que ele defendeu a primazia do partido sobre o Estado (SECK, 2005: 54). Deste modo, os resultados do referendun terão conseqüências políticas e sociais que acompanharam a história da formação do Estado Nação senegaleses, pois, do início, as divergências políticas entre a classe dirigente de um lado, e do outro, entre a população e as elites políticas.

Nesta ótica, a divisão da União Popular Senegalesa (UPS) entre pro e contra a comunidade Francesa do nascimento ao PRA – Senegal (parti du regroupement africaine), fortemente baseado em Casamance, o grande central sindical UGTAN (União General dos trabalhadores da África Negra), se declara contrario ao governo de UPS e juntos estes diferentes movimentos formando uma verdadeira oposição que mostra ser contrario a opção da independência do Senegal como membro da comunidade francesa. O governo responde energicamente a tudo tipo de oposição e começa a reprimir em nome da segurança do Estado. Assim a ultima fase da caminha em direção à autonomia do Senegal que começou com a transformação da assembléia territorial em assembléia legislativa que, de inicio opta por uma autonomia dentro da comunidade francesa, foi marcada por um período de violência política, onde o governo, com a justificativa de que os movimentos sociais são políticos e têm como ambição desestabilizar o estado.

A partir deste momento, assiste se a drásticas medidas (mutação, demissão etc.) contra, por exemplo, os membros sindicais que participaram na greve dos trabalhadores que paralisou o país em dezembro 1958 e janeiro de 1959, intimidação, interpelação e prisões arbitriam foram algumas medidas reservadas aos responsáveis de partidos políticos de oposição principalmente de esquerda, como o Partido Africano da Independência (PAI) que foi interditado no Senegal em cinco de agosto de 1960. Esta pratica, tinha como objetivo principal constituir e fortalecer um partido único, um partido estado. Para tanto, Senghor como bom aluno da metrópole, busca marcar a diferencia do Senegal em relação aos outros países da África, optando por um regime parlamentar, no qual ele assume a presidência e Mamadou Dia o posto de primeiro ministro durante os dois primeiros anos de autonomia senegalesa, tempo suficiente para Senghor e suas conexões criarem um clima de desconfiança a fim de poder eliminar Dia e companhia na vida política senegalesa e consolidar a hegemonia do UPS no poder a partir da adoção da constituição de 1963, que

suprime o cargo do primeiro ministro e, delega todos os poderes ao presidente da república e a seu partido. Esta busca de hegemonia se fará ao detrimento do da verdadeira democracia, do bem estar da sociedade e do Estado senegalês apesar dos elogios do mesmo como um exemplo de democracia, de paz social, do estado de direito ou até de estado laico. As conseqüências e as marcas desta hegemonia, que são entre outros a marginalização das regiões periféricas como a Casamance, a consolidação do clientelismo político, religiosos etc. estão ainda presente no país, portanto, o próximo tópico deste capítulo vai buscar mostrar quais são as estratégias empregadas na consolidação desta hegemonia e como isso gerou problemas socioeconômicos, culturais e político no Senegal pós-Senghor. Dito com outras palavras, o objetivo deste tópico é mostrar como e até que ponto o senghorisme foi responsável pelos diferentes problemas (crise econômica, conflito de Casamance etc.) que conheceu o Senegal ao longo do governo de Abdou Diouf (1981-2000)?

2.3 A Independência do Senegal e a construção da hegemonia do Senghor (1960-1974)

O Senegal, capital da África Ocidental Francesa (AOF), durante o período colonial, iniciou o processo que o transformou em um Estado independente juntamente com o resto dos territórios da África Ocidental a partir do referendun de setembro de 1958. Neste referendo, o Senegal, optando pela independência dentro da Comunidade francesa como queria a metrópole, define o tipo de regime político que iria dirigir o país, pelo menos nos seus primeiros anos de autonomia, dentro da federação do Mali. O fracasso prematuro desta Federação foi causado não somente pelo antagonismo ideológico entre seus dois principais fundadores, Leopold Sedar Senghor (Senegal) e Modibo Keita (Mali), mas também pela divisão dos cargos chave da Federação e principalmente pela escolha dos regimes político, econômico e monetária.

Enquanto Keita defendia uma opção socialista e militava em favor da africanização radical, Senghor dava preferência à liberalização da economia dirigida por um regime político do tipo ocidental, cuja moeda continuara sendo o Franco CFA. Ou seja, um alinhamento direto com as idéias e práticas da metrópole, França. Essa opção claramente

exposta no referendo de vinte oito de setembro de 1958 que Sekou Tourè, chamou de independência dentro da dependência²³, e que levou ao fim da federação do Mali e à proclamação oficial da independência do Senegal em 1960, Leopold Sedar Senghor e Mamadou Dia, líderes do BDS chegaram à direção do país com ideologias opostas e visões políticas contraditórias. No entanto os dois homens se juntaram no mesmo partido por necessidades imediatas e motivos políticos tendo como resultado o apoio das diferentes forças políticas do Senegal, fossem essas de cunho étnico, regionalista ou religioso como bem ilustra as linhas a seguir:

[...] É criando alianças e captando o apoio de um grande conjunto de agrupamentos regionais, econômicas, étnicas e religiosos que o Bloco Democrático Senegalês (BDS), fundado em 1948 por Leopold Sedar Senghor e Mamadou Dia, conseguiu se tornar o Partido majoritário no Senegal em 1951 (SECK, 2005, p.512)²⁴.

É importante, observar nessas linhas que, na véspera da independência do Senegal, havia certa unanimidade para conquistar a independência. No entanto, a busca do monopólio do poder fez com que o primeiro ocupante da presidência usasse suas vantagens, para não somente romper os acordos e alianças, mas também eliminar politicamente os adversários e prováveis concorrentes. É importante notar que tais rivais teriam uma orientação política de esquerda ou seriam contra a idéia da independência subsidiada pela França. Dessa forma o presidente estaria contrariando pelo menos um dos princípios básicos da democracia²⁵, a liberdade de reunião, de expressão bem como o direito dos líderes políticos de competirem por apoio e votos.

Portanto, logo passada a euforia da independência, percebeu-se que a mudança no regime foi simplesmente mudança de pessoal, de retórica e provisão de constituição vazias, que, a transformação do regime não necessariamente seguir conseqüências portentosas para a população do país (DAHL, 1997, p.39). Isso não significa desvalorização ou desprezo da

²³ Do Francês: l'indépendance dans la dépendance.

²⁴ Traduzido do Francês: c'est en forgeant des alliances et en captant le soutien d'un vaste ensemble de groupes régionaux, économiques, ethniques et religieux, que le Bloc démocratique senegalais (BDS), créé en 1948 par Leopold Sédar Senghor et Mamadou Dia, a réussi a devenir le parti majoritaire au senegal em 1951

²⁵ Em seu livro Poliorquia (1997), Dahl identifica oito critérios importante para democracia: o direito ao voto, direito a ser eleito, o direito dos líderes políticos competirem por apoio e votos, eleições livres e honestas, liberdade de reunião, liberdade de expressão, fonte alternativas de informação e instituições capazes de fazer com que as medidas do governo dependem do voto e de outras manifestações da vontade popular.

mudança, do Estado colonial para Estado independente, mas mostra que as alianças em nome da unidade e dos interesses da nação senegalesa, foram simplesmente uma estratégia de busca de apoio das organizações e grupos que puderam participar a partir de então da vida política do país, por parte da nova elite dirigente. Essa estratégia política de Senghor e companheiros visavam diminuir o número de partidos, de grupos que pudessem contestar a legitimidade do governo, ou mesmo serem protagonistas na gestão do Estado. Ou seja, tomando um rumo contrário ao processo de democratização que é, segundo Dahl (1997), um processo de progressiva ampliação da competição e da participação, porém como este mesmo autor observa:

A participação ampliada combinada com a competição política provoca mudança na composição da liderança política, principalmente entre aqueles que conquistam cargos públicos através de eleições, especialmente, cargo parlamentares (DAHL, 1997, P. 42).

O caso do Senegal ilustra esta afirmação de Dahl, pois, a ampliação dos direitos civis a toda a população senegalesa em 1946, observou-se um aumento crescente não somente do eleitorado, mas também do número de partidos ou grupos pretendendo participar da competição, obrigando os partidos políticos de se adaptarem a nova realidade eleitoral do país. Assim, o Bloco Democrático Senegalês (BDS), partido formado em 1948, por Leopold Sedar Senghor e Mamadou Dia, contou com alianças de grupos regionais, religiosas, e étnicos para captar o eleitorado rural e vir a tornar-se um partido majoritário do Senegal, mudando desta maneira a composição da liderança política. Os dois fundadores do BDS se tornam os representantes oficiais do Senegal nas negociações de independência com a metrópole, apesar da oposição ideológica que existia entre eles. É importante lembrar que, diante da necessidade e da amplitude do movimento nacionalista que seguiu o fim da Segunda Guerra Mundial, as diversidades e oposições étnicas, religiosas, regionalistas e mesmo ideológicas foram silenciadas em nome da união para a construção da identidade nacional ou continental, no entanto isso não significava o fim das rivalidades internas.

A construção da consciência ideológica do movimento anti-colonial simplesmente buscou contornar as diferenças internas a través de coalizões que agruparam conforme as necessidades do momento, lideranças de grupos políticos às vezes totalmente opostos como foi o caso entre Mamadou Dia e Leopold Sedar Senghor. Portanto, logo depois da

independência, começaram a surgir as diferenças entre os dois principais atores da autonomia senegalesa criando uma mudança na composição da liderança política da magistratura do Senegal abrindo as portas para a construção hegemônica do segundo em detrimento do primeiro. Ou seja, o processo de construção do Estado nacional senegalesa, a partir de então, se inscreveu na perspectiva de continuidade do projeto colonial, em detrimento da ruptura e do recomeço como pensava Mamadou Dia e grande parte dos pan-africanistas (Cheikh, Anta Diop, Kwamé Nkrouma, Modibo Keita).

Um olhar resumido nos perfis de Senghor e Dia ajudam entender que a oposição ou a diferença entre eles não se dava somente no campo político, ela era resultado dos processos da formação sociocultural oposta.

Mamadou Dia (1910-2009) nasceu em uma família humilde e teve sua formação acadêmica resumida ao magistério feito na escola Wiliam Ponty de Dacar e uma especialização em Ciências Econômicas na França. Já Senghor, cujo pai era um grande comerciante, teve sua formação iniciada na escola católica “*des pères de Saint Esprit*”, continuada por uma passagem no seminário e na escola laica de Dacar, quando ganhou uma bolsa para continuar seus estudos em Sorbonne (França) na “*École Normale Supérieure*.” Lá, Senghor estabeleceu relações com algumas das grandes personalidades da política Francesa como Georges Pompidou. Naturalizado francês, Senghor será professor nos liceus franceses de Descarte e de Marcelin-Berthelot antes de ser recrutado no exercito francês em 1939. Depois da Segunda Guerra Mundial precisamente em 1946, Senghor se casou com a filha do então governador geral da África Equatorial Francesa (AEF), Felix Eboué.

Esta breve descrição curricular de Senghor e de Dia permite observar e afirmar que devido à diferença que existia entre essas duas personalidades era pouco provável uma convivência pacífica na direção do Estado senegalês. Esta oposição foi agravada pela opção por uma independência sem dependência por parte do Senegal e dos países africanos. Assim, o primeiro programa de desenvolvimento teve como foco preparar de maneira planejada, a eliminação da dependência econômica do país, quase que exclusiva da exportação de amendoim para a França. Isso significa introduzir uma mudança no principal setor de interesse francês, mas também cortar uma das redes clientelista criada pela

colonização nos territórios do Senegal. Nesta lógica, Dia deveria primeiramente enfrentar a ira da antiga metrópole e em segundo lugar, os grupos beneficiários das redes clientelistas criadas na volta da produção e comercialização do amendoim entre os quais os grupos religiosos das confrarias muçulmanas. Ou seja, enfrentando diretamente os dois grupo de influencia interno e externo Dia começou a perder a credibilidade enquanto o responsável pelas relações internacionais do país, o presidente Senghor reforçava sua liderança e credibilidade principalmente em relação a sua pátria adotiva, a França.

Neste sentido, pode se perceber que não é surpreendente a oposição entre o presidente Senghor e o primeiro ministro Mamadou Dia, pois este último, apesar de defender a concentração dos poderes em nível do governo central, era convencido da necessidade de ampliar os poderes das instituições locais, assim como a criação movimentos cooperativos que, mais tarde seria a base das comunidades rurais autônomas (GELLAR, 2002, P.514). A reforma administrativa de 1960, sobre o comando de Dia, criou assembléias regionais e transformou vinte oito cidades em comunas, nas quais as populações eram livres de elegerem seus representantes municipais para gerenciar os investimentos e controlar os gastos do orçamento da sua respectiva localidades. Esta iniciativa de descentralização do poder visava incluir de forma progressiva as comunidades na gestão pública, inicialmente com a tutela do Estado e mais tarde era previsto retirar a tutela estatal responsabilizando as comunidades na gestão de suas cidades. È nesta ótica, que afirma Gellar (2002, P. 515):

Mamadou Dia lançou um movimento cooperativo a nível nacional. Certo, esse movimento foi iniciado pelo Estado, mas ele previa a eliminação progressiva da tutela do Estado na medida em que as cooperativas adquiriam as capacidades financeiras e técnicas para gerenciar seus próprios negócios. O primeiro ministro previu igualmente que as cooperativas de vilarejos se juntassem para formar comunidades rurais autônomas²⁶.

Resumidamente estas linhas permitem afirmar que, o primeiro ministro do Senegal tinha tomado um caminho contrario aos desejos do presidente Senghor, que com o aval da França postulava em concentrar o poder na sua volta apesar de ter contado com o apoio, das

²⁶ Traduzido do francês: Mamadou Dia lançait un mouvement coopératif à l'échelle nationale. Certes, ce mouvement était initié par l'État, mais il prévoyait l'effacement progressif de la tutelle étatique, au fur et à mesure que les coopératives acquerraient les capacités financières et techniques pour gérer leurs propres affaires. Le premier ministre prévoyait aussi que les coopératives villageoises se ressembleraient pour former des communautés rurales autonomes.

varias tipos de organização sociopolítica cultural e econômica do Senegal para chegar ao poder. Portanto, era de se esperar uma crise constitucional na nova república do Senegal devido aos mesmos motivos (antagonismo ideológico, escolha do tipo de regime político etc.) que levaram ao fim da federação do Mali logo no primeiro ciclo²⁷ político do Senegal (1960-1974). No entanto, se na Federação do Mali, a crise opunha dois homens de duas nacionalidades diferentes, pois, antes da proclamação da independência da federação a França tinha dado a independência separadamente a cada estado membro da federação, a crise senegalesa opôs dois homens da mesma nacionalidade, do mesmo partido e que supostamente tinham os mesmos direitos e deveres por isso, acaba gerando uma crise constitucional.

A crise institucional e política que atinge o Senegal logo depois do fim de federação do Mali é uma das etapas da construção da hegemonia da classe dirigente que começou na década de cinquenta com a integração e cooptação dos diferentes organizações sociopolítica, cultural e econômica pelo bloco democrático Senegalês (BDS), de Senghor e de Dia em nome dos interesses nacionais do Senegal, conforme consta na constituição de 1960. Ou seja, já na véspera da independência, o país já caminhava em direção da transformação do Estado a partido único cujos princípios são os do estado jacobino, o que explica conforme Gellar (2002), a similitude da constituição do Senegal de 1960 com a constituição francesa de 1958.

Esta preocupação dos novos dirigentes do estado do Senegal se explica pelo crescimento dos movimentos políticos no país assim como os movimentos de contestação de cunho regionalista, como a União Geral dos Originários do Vale do Região do rio²⁸ (Senegal) (UGOVF), a Federação dos originários do waalo, o Movimento das Forças Democrática de Casamance (MFDC) etc. que, apesar de ter contribuído positivamente na evolução da vida política senegalesa e no sucesso político do partido de Senghor em 1951,

²⁷ Segundo a classificação do *Internacional Institute for Democracy and electoral Assistance* (IDEA) (2007), há três ciclos políticos na África de Oestes . O primeiro se refere ao curto período que seguiu imediatamente as independências que corresponde no caso do Senegal, do período de 1960 a 1963 quando o país passou de um regime parlamentar a um regime presidencial com partido Único, resultado das tensões e contradições do sistema de partidos do momento que, deu origem ao segundo período. Na África, este período foi dominado/ marcado pelas intervenções militares, no Togo em maio de 1963; no Nigéria em janeiro de 1966 e no Senegal, entre 1966 e 1974 quando havia o sistema de partido único.

²⁸ Do francês: Union General de orginaires de la Vallé du Fleuve (UGOVF).

eram vistos como ameaças para a nova classe dirigente que pretendiam concentrar os poderes e da continuidade ao sistema colonial de governo. Portanto, em nome da unidade nacional, a constituição de 1960, busca diminuir ao Máximo esta diversidade sociopolítica que caracteriza o Senegal, adotando, um regime parlamentar onde o poder é dividido entre o presidente da república, Leopold Sedar Senghor e o primeiro ministro, Mamadou Dia.

Neste regime a assembléia nacional, encarregada de votar as leis, podia demitir o primeiro ministro e seu governo a través de uma moção de censura, medida, que será usada em 1962, por um grupo de trinta e nove deputados do UPS contra *Mamadou Dia*, acusando-o de uso abusivo do poder contra a liberdade do exercício das prerrogativas da assembléia. Logicamente, isso é paradoxal em um sistema parlamentarista visto que, o termo parlamentarismo significa literalmente governo de gabinete, aquele em que o chefe de governo, usualmente um primeiro-ministro, também denominado presidente do conselho de ministros, é escolhido pela maioria parlamentar, normalmente por indicação do presidente da República.

No caso do Senegal, na década de 1960 todas as cadeiras da assembléia nacional eram ocupadas pela União popular Senegalês (UPS), partido do presidente Senghor e do primeiro ministros Mamadou Dia, portanto, pode se afirmar que a moção de censura introduzida por um grupo de parlamentares do mesmo partido, foi à primeira etapa para a construção hegemônica do presidente e do partido socialista. Ou seja, um passo em direção da continuação da política colonial em um Senegal supostamente independente, autônomo e responsável pela construção da soberania de seu povo como afirma o preâmbulo da constituição do país. É importante notar que a continuação se refere aqui tanto ao sistema político quanto a atitude das elites senegaleses envolvidas na política desde nascimento do pluralismo político no Senegal que data na época das quatro comunas.

A este respeito, Tine (1997), afirma é no quadro das quatro comunas (Dakar, Gorée, Rufisque e Saint Louis), que o Senegal colonial se inicia ao jogo político multipartidário no âmbito de uma democracia, e precisamente com a eleição de *Blaise Diagne* como primeiro deputado negro em 1914. Conforme o autor referido acima, esta eleição marcou o fim da hegemonia absoluta dos brancos e mestiços como representantes do Senegal, mas, não afetou em nada a política francesa para com a colônia do Senegal, pois, *Diagne* era um

grande defensor da política da assimilação, assim como Lamine Gueye²⁹, que representou o Senegal junto com Senghor na assembléia francês em 1946, logo se observa que os principais representantes do Senegal e conseqüentemente os brilhantes políticos da história da antiga capital da AOF são, coincidência ou não os que compactuaram com a política da metrópole.

Da mesma forma, se observa que os radicais ou opositores ao projeto colonial tiveram uma vida política curta, logo menos rica como foi o caso de Glandou Diouf, que foi adversário mal sucedido de Blaise Diagne nas eleições de 1928 e 1932. Na vida política senegalesa as contestações mais radicais vinham sempre pelos não cidadãos franceses, ou seja, os que moravam fora das quatro comunas e foi para capturar este eleitorado rural que Senghor foi lançado politicamente o permitindo de valorizar suas redes de conexões interna e externa. Internamente, o seu sucesso político nos anos 1950 é largamente devido a sua identificação com os valores que fazem parte historicamente da construção do imaginário da comunidade senegalesa, que se resumem conforme Smith (2009), em três níveis de comunidades: a comunidade dos cidadãos, dos crentes e a do patriotismo local que o autor chama de comunidade de “*terroir*”. Dito de outra forma são os três níveis nos quais o senegalês se reconhece e, portanto aceito como elementos de formação do estado senegalês e conseqüentemente são reconhecidos heróis do Estado republicano moderno (Blaise Diagne, Galandou Diouf, Lamine Gueye, Leopold Sedar Senghor etc.); heróis dos “*terroir*” que são todos os que fizeram parte da resistência contra a colonização (El Hadji Omar Tall, Lat Dior, Alboury Ndiaye, Aline Sitoé Diatta etc.) e os heróis do Islã (Ahmadou Bamba, El Hadji Malick Sy etc.).

A formação do Estado senegalês pós-colonial é, portanto conclui Smith (2009) fruto do sincretismo de três níveis de praticas, de valores e de instituições e pode se perceber que Senghor representa ou pelo menos buscou ser o representante destes valores, pois, ele é ao mesmo tempo jacobino assimilado devido a sua trajetória de formação acadêmica, é o

²⁹ Membro da SFIO (*Section Française de l'Internacional Ouvrière*), Gueye é fundador do partido Socialista senegalês (PSS) em 1934, o qual era um partido nobre e tinha uma preocupação em manter boas relações com a metrópole e recrutava seus membros na classe burguesa das quatro comunas (Tine, 1997). Ele foi também líder do *Bloc Africain* que, na época era visto como sinônima de mudança, de progresso e de oposição à França e foi o partido que formou boa parte da primeira geração de políticos senegalesa entre os quais Leopold Sedar Senghor. Apesar de o partido admitir na época somente cidadãos franceses, Senghor sendo filho de um rico negociador comercial foi admitido como membro antes de se tornar cidadão francês.

ruralista por sua ligação com o local, o tradicional e defensor das práticas comunitárias dos “terroir”. É em cima deste sincretismo que Senghor busca construir sua liderança e sua hegemonia de forma lenta progressiva, mas bem eficaz a partir da extensão dos direitos civis a não moradores das quatro comunas. O seu posicionamento como representante das massas populares, da população indígena o coloca logo no início como favorito em detrimento das elites políticas das quatro comunas vistos como assimilados pela maioria do eleitorado. Isso facilita a constituição de alianças políticas com os representantes dos vários grupos de interesses regionais, étnicas e religiosas do Senegal e faz do partido de Senghor e de Dia o da classe média formado principalmente de professores e de funcionários públicos em contato direto com as massas populares.

No plano externo Senghor, tinha o apoio da metrópole devido a sua trajetória, suas redes de contatos e principalmente a seu intelectualismo e militância pela cooperação dos países africanos com a França, que tinha como objetivo a manutenção e salvo guarda dos interesses da metrópole a qualquer custo, inclusive uso da violência extrema contra político ou líderes que tentam desafiar, questionar estas práticas. Assim, a eliminação política ou física de opositores desta política foi frequente no continente africano na década de 1960 com o objetivo de proteger os interesses que François Xavier chamou de França-Afrique.

No entanto, enquanto na maioria dos países da África a eliminação pura e simples dos líderes da oposição ou de indivíduos vistos como ameaça aos interesses da França-África foi comum, no Senegal, a estratégia foi adotar medidas menos radicais para preservar a legitimidade e a confiança principalmente das forças sociais como as confrarias da religião islâmica que, são contra a violência e pregam pelo diálogo social. Nesta lógica, que Smith (2009), afirma que a imagem dos administradores coloniais, o presidente Senghor fez um esforço para adaptar o modelo jacobino e laico francês as realidades da sociedade senegalesa independente. É importante notar que na sociedade senegalesa a construção hegemônica não depende somente da eliminação da oposição política, pois são figuras que têm até então pouca influência social se comparada a do Marabout ou do chefe tradicional ou comunitário.

Assim, a construção da hegemonia da nova classe dirigente do Senegal começa com o governo do primeiro ministro Mamadou Dia quando foram introduzidas em nome da

unidade nacional e da ideologia da modernização, novas regras de relacionamento estado e sociedade baseado em leis e normas que fizeram desaparecer o estatuto pessoal dos muçulmanos o qual dava direito aos cidadãos muçulmanos direito a serem julgados, por exemplo, em caso de crime por tribunais muçulmanos, que não serão renovadas depois da independência apesar da oposição dos chefes religiosos (O'BRIEN, 2002, SMITH, 2009). Da mesma maneira, os partidos políticos regionalistas ou regionais que eram tolerados, durante a colonização foram ou incorporados pelo partido no poder ou simplesmente, interditados pela constituição senegalesa de 1960, indicando uma tendência clara, de vontade Senegal, a imagem da França de construir um estado forte, unitário e centralizado (O'BRIEN, 2002, P. 514).

Este processo que começou em 1951, quando o partido de Senghor e Dia se tornaram majoritárias grãs a cooptação dos partidos e grupos de interesses socioeconômicos, políticos e culturais das diversas partes do Senegal culmina com a crise entre os dois principais líderes do partido dirigente em 1962. A queda do primeiro ministro, Mamadou Dia, além de interromper as reformas institucionais que buscavam estender o papel e os poderes das coletividades locais e também da assembleia nacional, que paradoxalmente demitiu o presidente do conselho, deixando o caminho livre para o presidente Senghor estender seus poderes, centralizar a burocracia do estado, e exercer um controle absoluto da vida política e cultural do país obviamente, com a cumplicidade da França.

Em 1963 foi adotada uma nova constituição no qual foi definido o presidencialismo como novo regime políticos e, várias outras modificações institucionais visando fortalecer ao mesmo tempo a tutela do Estado sobre as instituições locais e a vida associativa assim como seu próprio controle sobre a vida política e cultural, transformando Senegal num Estado de partido único, rejeitando o pluralismo político, sociocultural, como sendo um obstáculo à unidade e a construção nacional (O'BRIEN, 2002). A nova constituição proíbe toda referência à etnia, religião e regionalismo para a constituição de um partido político, suprimem o cargo do primeiro ministros, adota um modo de voto que obriga os partidos a desenvolverem uma ancoragem nacional (Smith, 2009), bem que o período posterior à prisão de Dia, foi marcado por uma série de medidas visando eliminar a oposição política na perspectiva de consolidar a hegemonia do partido único e do socialismo africano em

nome da unidade nacional. Assim, Senegal passa de um regime parlamentarista a um regime presidencial onde todos os poderes são concentrados nas mãos do presidente da república, no caso, Leopold Sedar Senghor, a partir da adoção da nova constituição de 1963. O uso desta prerrogativa de poder absoluto foi peça chave na construção da hegemonia do partido socialista senegalês cujo secretario geral é o presidente da república, mas também, são à origem dos futuros problemas sociopolíticos; culturais e econômicos do Senegal dado à estratégia usada por Senghor para atingir seu objetivo.

A estratégia se resume nas medidas adotadas entre 1963 e 1966, que segundo Gellar (2002, p.514), iniciou com o uso da prerrogativa da moção de censura para descartar Dia, o acusando de uso abusivo do poder e de tentativa de golpe de estado. Uma vez descartada o presidente do conselho, com a ajuda do exercito³⁰ tanto senegalês quanto francês³¹, Senghor, reforça seu controle dentro do partido, rejeita o pluralismo político e sociocultural dando continuidade as praticas francês, apesar de ter qualificado de erro histórico, a eliminação do pluralismo político das entidades tradicionais do Senegal pela administração colonial.

É importante notar que, o isolamento do primeiro ministro Mamadou Dia, o fim da federação do Mali se inscrevem na mesma lógica e, são causadas pelos mesmos problemas (oposição ideológica, política etc.) por isso, as estratégias usadas para ultrapassar as duas crises são parecidas. Em 1960, para impedir a transformação da federação do Mali em um estado unitário como queria Modibo Keita presidente federal, militante da ruptura com a França, Senghor então presidente da assembléia federal, pede o fim da federação e manda prender e expulsar os dirigentes do Mali, inclusive o presidente da federação, sem difusão

³⁰ Senghor solicitou o posicionamento das tropas do exercito contra uma suposta intervenção da guarda republicana (*Gendarmerie*), sobre o comando do primeiro ministro, Dia. Quando foi votada a moção de censura, *Mamadou Dia mandou* prender quatro deputados responsáveis, alegando que somente o partido que o elegeu poderia o destituir, fato que permite afirmar que não havia clareza quanto às prerrogativas de cada órgão e, pior a moção foi votada na casa de LAMINE GUEYE, não na assembléia sendo foi à pessoa que convidou pela primeira vez Leopold Sédar Senghor a entrar na política.

³¹ A participação do exercito francês nesta crise foi sutil, mas eficaz, pois, consistiu a impedir a passagem das forças republicanas estacionadas, em Thiés, cidade situada a setenta (70) quilômetros de Dakar, a solicitação do chefe do governo senegalês Mamadou Dia. O objetivo principal do conjunto da ação sendo, descartar Dia, para abrir o caminho do monopólio do poder, era necessário evitar o confronto direto entre o exercito e a força republicana que poderia ter um resultado negativo para Senghor, diante da sociedade senegalesa, principalmente, com a comunidade religiosa que, sempre foi a favor do dialogo e contra tudo tipo de violência, logo um derramamento de sangue no inicio do governo, causaria uma rejeição total dos responsáveis pela sociedade.

de sangue. Portanto, apesar de ser socialista, Senghor toma certa distancia quanto à ideologia marxista e anti-ocidental contrariamente a seus adversários, Modibo Keita primeiro, no âmbito da federação do Mali e Mamadou Dia, cuja queda permite interromper as programas de descentralização do Estado.

A reorganização do partido em forma hierárquica e o enfraquecimento das unidades regionais do mesmo foram os próximos passos em direção à concentração do poder pelo presidente Senghor que, em seguida, eliminar os partidos da oposição por cooptação ou por interdição. Assim, em 1963 o Bloco das massas senegalesas (BDS), de Cheikh Anta Diop foi interditado depois de negar a se juntar a união progressista senegalês (UPS) de Senghor, um ano depois, a frente nacional Senegalês (FNS), que era uma coalizão heteróclita (Gellar, 2002) formada por seguidores de Mamadou Dia e de Cheikh Anta Diop, assim como outros partidos de esquerda senegaleses. Em 1966, com a incorporação do PRA - Senegal (Partido do Reagrupamento Africano, seção Senegal), UPS se torna partido único no Senegal. Estas medidas de aniquilação da oposição em nome da unidade nacional não se limitem aos partidos políticos, mas, se estendem outros setores da vida política do Senegal. Nesta ótica, foi criada a união nacional dos trabalhadores do Senegal em substituição aos vários movimentos sindicais que existiam no país antes da independência, e por lei votada em 1965 foi dado ao governo o direito de eliminar qualquer movimento ou associação, vista como ameaça para a ordem pública (Gellar, 2002, Seck, 2005), além da marginalização das assembleias regionais que, ao longo do governo de Dia, tinham uma participação efetiva na gestão da coisa pública ao lado dos governadores das respectivas regiões do país.

Finalmente Senghor, cria um sistema de controle dos movimentos cooperativos que existente dentro do território nacional e para tanto, foi criado o Ofício nacional de cooperação e de assistência ao desenvolvimento (ONCAD), em substituição do ofício senegalês de comercialização do amendoim que era o principal produto de exportação do Senegal logo, um dos pilares da economia nacional, representando na época até oitenta por cento (80%) das exportações, empregava oitenta e sete por cento (87%) da população ativa do país (Diop, Diouf, 2002) logo um bom caminho para garantir o controle social a través da intermediação das confrarias religiosas. Além da ONCAD, foram criadas varias agências

regionais de desenvolvimento³² (ADR), incentivando assim a criação de agrupamento dos produtores rurais sobre a tutela do Estado e foram estabelecidos de maneira uniforme, regras de organização que corroborem com os objetivos perseguidos pelo governo.

Portanto, a construção do Estado Senegalês no primeiro período da independência foi marcada por uma busca incessante pela concentração do poder nas mãos do presidente da república em nome da unidade nacional, gerando uma variedade de violação dos direitos do cidadão e uma restrição total das liberdades clássicas que são a oportunidade de exercer oposição ao governo, formarem organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois dos quais candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores (DAHL, 1997, P.41). Ou seja, enquanto a independência dava esperança de mais participação à população na gestão pública, o governo de Senghor, a imagem de outros governos dos países africanos independentes na década de 1960, caminha em direção ao partido único, também chamado partido estado no qual a contestação pública é crime e a participação significa submissão à autoridade do chefe hierárquico da máquina estatal.

Resumidamente esta parte, devido a seu objetivo de tentar entender como e até que ponto a construção da hegemonia de Senghor nos primeiros anos da independência resultou nas dificuldades sociopolíticas, econômicas e culturais enfrentadas pelo seu sucessor, viu-se que todas as medidas tomadas durante o período estudado (1960-1974), foram feitas em prol dos interesses do governo e do partido dirigente representado pelo presidente da república e seus colaboradores, ao detrimento da sociedade senegalesa em geral, apesar da tentativa de manter um equilíbrio entre o estado republicano, a maioria cultural e as minorias em vez de estabelecer uma arena de diálogo à soma nula. O que se constata é que em nome da unidade nacional, o estado foi transformando a sociedade senegalesa, historicamente pluralista em uma sociedade unitária, uniforme com base na lei.

³² Entre outras agências, pode se citar a SODEVA, na região do Sine-Saloum, SAED na região do rio Senegal, SOMIVAC em Casamance etc.

Assim, foi imposto o socialismo africano como a ideologia nacional, o francês, apesar de ser falado por apenas as elites principalmente das quatro comunas foi promovida como língua oficial e para finalizar, a cultura islamo-wolof é apresentada como a cultura nacional, em detrimento das diversidades socioculturais que existem a través do Senegal. Este uniformização do estado diminui a competição, limita as possibilidades de escolha e conseqüentemente diminui o pluralismo que teoricamente a independência vem para ampliar. Na ausência de competição assiste-se a um aumento de medidas coercitivas e como bem observa quanto menor os obstáculos à contestação pública e maior a proporção da população incluída no sistema político, mais dificuldade terá o governo de um país em adotar e aplicar políticas que exijam o exercício de sanções extrema contra a porção maior da população (DALH, 1997, P.46). Nesta lógica, a passagem do regime parlamentar a um regime presidencial que, progressivamente se transformou em hegemonia se fez a custo da coerção, física, moral e sociocultural que, no limite gerou um sentimento de exclusão no meio das minorias e de pressão extrema no meio intelectual e político.

Esta situação causou um grande descontentamento social além de gerar uma crise política e econômica sem precedente, a partir de 1967, quando um jovem tentou assassinar o presidente Senghor, na grande mesquita de Dakar simbolizando certamente a grande insatisfação da sociedade com o governo, obrigando Senghor e sua equipe de adotar novas medidas de controle social que passa necessariamente pela legitimação tanto interna quanto externa das praticas governamentais. Assim, no final da década de sessenta, início da década de setenta, a decepção da população senegalesa em relação ao estado se manifesta por um engajamento político-social, fazendo com que o estado enfrentasse a primeira crise política em 1968, que será seguida por uma crise econômica aguda obrigando Senghor a tomar medidas de africanização e de liberalização para manter o controle social no país.

Nesta ótica, ao longo do ano 1970, ele reintroduz varias reformas que, na opinião de Gellar (2002), permitiram certo grau de democratização e de pluralismo institucional no país, no entanto, como se vera em seguida, estas medidas apesar de satisfazem algumas reivindicações sociais tais como a liberdade de expressão, de oposição ou de contestação se inscreve mais numa perspectiva de continuação que de uma ótica de ruptura ou de mudança, logo fortalecem a construção hegemônica do partido e das elites dirigente em detrimento da sociedade senegalesa como um todo. Ou seja, a reintrodução do pluralismo

foi uma estratégia de controle social a fim de garantir a possibilidade de introduzir os legítimos herdeiros que consolidarão o reino imperial da família socialista e de seus aliados internos e externos. Apesar de tudo, este primeiro período de governo de Senghor foi fundamental, para o governo definir os caminhos, que comparado com o resto dos países da região, coloca o Senegal em destaque, em exemplo de democracia, de paz social, que a demissão do presidente na década de oitenta somente consolida nos olhares da comunidade internacional, enquanto o sentimento regionalista cresce dentro do país.

2.3.1 Senegal: do pluralismo limitado à democracia exemplar (1974-1980)

Em 1974 Senghor rompe oficialmente com o partido único através da introdução na constituição da lei 76-01 de 19 de março de 1973. Esta lei permite a criação e a legalização de até quatro partidos ou correntes políticas no país. Ou seja, esta lei legalizou mais três partidos políticos que farão oposição ao partido socialista (PS) no poder, legitimando assim a hegemonia de Senghor e de seu partido (PS) a partir de uma engenharia política baseada no modelo francês cujo grande mestre é um franco-senegalês chamado, Jean Collin.

Collin foi o principal organizador das operações de reposição das sucessões das elites políticas nos diferentes cargos e posições no partido socialista e do estado senegalês durante os primeiros quarenta anos do Senegal independente, inclusive a introdução de Abdou Diouf como legítima sucessor de Senghor, com o objetivo de preservar a unidade e a homogeneidade do aparelho diretivo do Estado (Diop, Diouf, 2002), mas também e principalmente preservar os interesses da França no Senegal. Collin foi uma das personalidades-chaves enviadas na África no fim da segunda guerra mundial para preparar a nova fase do colonialismo francês, ou seja, preservar os interesses da França na África Ocidental Francesa pós-independência. Ele foi até o fim da Guerra Fria, uma das peças-chaves da política senegalesa, ocupando cargos de ministro de interior, conselheiro especial do presidente da república, secretário geral da presidência e chefe dos Serviços Especiais (SE), além de membro da rede França-África sob o comando de Foccart, que em 1962, devido a motivos políticos e estratégicos descartou Mamadou Dia, então primeiro ministro

de Senghor e chefe do governo. É importante lembrar que em 1960 quando Senegal se tornou independente, Senghor foi eleito presidente, mas, como primeiro ministro Mamadou Dia, era o chefe do executivo e, era abertamente a favor de uma ruptura total com a França, apesar da opção do Senegal pela comunidade francesa proposta por De Gaulle durante o referendun de vinte e oito (28) de setembro 1958.

A luz destes fatos, pode se afirmar que a primeira missão de Jean Collin na política senegalesa foi de vigiar e preparar a eliminação política de Dia, e de todos que, supostamente poderiam constituir uma barreira ou um bloqueio à continuidade da política francesa no Senegal e para tanto, ele foi nomeado diretor de gabinete do chefe do executivo senegalês da década de sessenta. Nesta ótica, fica claro o porquê Collin foi uma das primeiras personalidades do governo e um dos únicos colaboradores de Dia, a apoio Senghor para acusar Dia de tramar um golpe de Estado em 1962, ocasionando a primeira intervenção discreta do exercito Frances na África (GLASER, SMITH, 2005, p.79).

Assim, Dia foi preso junto ao resto de seus colaboradores e amigos, serão julgados e condenado à prisão perpetua por traição, o pior é que Dia foi deportado ao extremo sul oeste do país, longe dos grandes centros urbanos e de decisão como Dacar para evitar manifestações populares a seu apoio, abrindo caminho para a continuidade das políticas e praticas colonial no Senegal moderno, pois, a deportação dos presos políticos era comum na época colonial. A título de exemplo pode se citar a deportação de chefe espiritual do Mouridismo, Cheikh Ahmadou Bamba no Gabão em 1995, onde ele será detido até 1902, ano da sua volta ao Senegal, Aline Sitoé Diatta, opositora ao projeto colonial na região da Casamance, foi presa em 1942 e deportada em 1943 para Tombouctou, no Mali onde ela morre em 1944.

Portanto, parte da crise política da década de sessenta foi resolvida pelo uso do poder coercitivo do estado e a outra, verá sua solução na reforma constitucional que suprimiu o posto de primeiro ministro, em 1963 dando poder absoluto ao presidente da república Leopold Sedar Senghor, secretário geral do único partido político autorizado do país até a próxima reforma constitucional de 1973. A intervenção da França mesmo que seja, de forma discreta neste fato histórico, permite afirmar que a gestão política,

econômica³³ e social de Senegal tanto durante o governo de Senghor quanto durante o reinado de Abdou Diouf se fez com a intenção de preservar os interesses das elites nacionais e da antiga metrópole, a França, e, Jean Collin, senegalês de origem Francês foi à ponte desta relação duplamente complexa, pois, se no plano externo ela deve preservar discretamente os interesses da França, no plano interno ela enfrenta os problemas ligados ao controle da oposição de um lado, e do outro, a promoção das elites do partido socialista no poder.

Assim, em 1971, dois anos antes da abertura política, Abdou Diouf foi promovido primeiro ministro enquanto Jean Collin se contenta do cargo do ministro de assuntos internos (Ministre de l'intérieur), ao lado do presidente Senghor, os dois futuros dirigentes do Senegal, trabalharam duramente para consolidar o modelo do estado Senghoriano, que é baseado no modelo Frances promovido pelo General De Gaulle em colaboração com Foccart, portanto uma “monarquia republicana”, que se legitima a través da homologação de três partidos de oposição: o Partido Socialista (PS) de Senghor, afiliado ao socialismo democrático, o Partido Africano da Independência (PAI) que defende o marxismo Leninista e o Partido Democrático Senegalês (PDS) criado em 1974 pelo atual presidente da

³³ Durante este período, 40% do mercado senegalês eram controlados pela França, o que permitiu a antiga metrópole de lucrar entre 1 e 1,5 bilhões de franco Frances no Senegal. Em 1995, das importações senegalesas em agronegócio, 21% têm origem francês, 28% de bens de equipamento, 16% de bens de consumo etc. são vendidos por empresas francesas, que contavam mais 133 representações no país da “bela democracia” dirigida por Abdou Diouf. Em contrapartida, o Senegal se beneficiou de um equivalente a 18, 5 milhões de Franco Frances de ajuda militar (credito da cooperação militar franco-Senegalês), além dos mais de 19000 empregos gerados pelas empresas francesas no Senegal. Estes dados, amplamente documentados pelos autores de “La Françafrique” (VERSCHAVE, 2005; GLASER; SMITH, 2005; AGIR ICI ET SURVI, 1997), permitem ter uma idéia da importância econômica do Senegal e dos países africanos para a economia francesa, mas, também mostra até que, se de ponto de vista interno o governo senegalês, mantém uma rede de clientela dirigida pelos marabout, no plano externo há outros redes não menos importantes, pois, são as fontes financeiras dos projetos internos, de promoção e de legitimação da elite dirigente.

No caso do Senegal, um olhar atento nas relações entre a França e o Senegal entre 1960 e 2000, permite notar a continuidade da política colonial, e a continuidade da África Ocidental Francesa, por intermédio das autoridades (Elites), política senegalês, apesar do ano da independência ser oficialmente proclamada em 1960. É nesta lógica, que foi organizado uma festa comemorativa do centenário da AOF, na capital senegalesa em 1995, no qual Abdou Diouf, afirmava que era importante organizar uma grande festa para celebrar o pacto colonial. Ou seja, o pacto estava ainda em vigor.

Portanto, fica explicada a importância que Senegal tinha e representava para o neo-colonialismo Frances na África e, o porquê, a promoção do Senegal como exemplo de democracia na África, Senghor, primeiro presidente africano a deixar voluntariamente o cargo, a promoção do mesmo como primeiro negro a entrar na academia Francesa de Letra, logo em 1982.

republica do Senegal, Abdoulaye Wade e a organização periódica de eleições a partir de 1978.

Ao analisar a trajetória política do Senegal, pode se perceber que ao permitir o pluralismo partidário no país, Senghor, se apoiou em cálculos e análise de cientistas e homens políticos entre os quais, obviamente os da “França-Afrique” como Foccart, Collin etc. para fazer uma dosagem certa entre a abertura política e a consolidação da hegemonia absoluta do PS. Instituiu o pluripartidarismo limitado (três partidos políticos), Senghor e seus colaboradores sabiam certamente que a organização de eleições, naquele contexto além de não ameaçar a sua hegemonia, permitia a legitimação do governo e suas práticas no plano interno e, em nível internacional que era a fonte de recursos econômico-financeiros, necessários para a manutenção do clientelismo político e uma sucessão política pacífica que era prevista depois das eleições de 1978.

Nesta lógica, ao convencer os partidos políticos em participarem nestas eleições, Senghor, garante a legitimidade e prepara a continuidade da política do partido socialista (PS), preservando assim, os interesses das elites do partido, conhecidos como os barões do PS (O'BRIEN, 2002) e da França. Efetivamente, em 1978, Senghor vence as eleições presidenciais com 82,02% dos votos contra 17,38% dos votos conquistados pelo único candidato a oposição a participar nas eleições, Abdoulaye Wade. Este resultado dá uma maioria absoluta ao partido socialista na assembleia nacional com 83 dos 100 deputados que compõem a casa e dezessete (17) deputados do partido democrático senegalês PDS.

Dois anos depois de eleito, Senghor pede demissão e é substituído por seu então primeiro ministro Abdou Diouf, conforme manda a constituição do Senegal e a metrópole (França), simbolizando assim, o fim de um processo construído ao longo do tempo, tanto interna quanto externamente, fato caracterizado nos “Dossier Noirs de la politique africaines de la France”, publicado pelo grupo *Agir Ici et Survi*³⁴ em 1997 como a sucessão mais bem organizada pelas redes Françafrique. No entanto, esta transmissão do poder de

³⁴ *Agir ici* é uma rede de cidadãos franceses especializados em influenciar os tomadores de decisões políticas e econômicas dos países do norte em favor das relações Norte/Sul mais justas. *Survi* é uma associação de cidadãos Franceses e africanos criada em 1983 com o objetivo de reforçar e tornar mais eficaz a luta contra a miséria extrema no mundo e, defende a renovação dos dispositivos de cooperação franco-africana e se opõe a banalização dos crimes contra a humanidade. Assim *Agir Ici et Survi* (AIS) tem várias pesquisas compiladas e publicadas sobre o título: *Les Dossiers Noirs*. (AGIR ICI ET SURVI, 1997).

Senghor, para seu primeiro ministro, Abdou Diouf, apesar de ser elogiado externamente e até certo ponto internamente, foi recebida com certa cautela por alguns grupos sociais como os membros do grupo separatista de Casamance, assim como os vizinhos diretos do Senegal tais como Guiné Bissau, Mauritânia assim, como a Gâmbia apesar da criação da Confederação da Senegâmbia somente um ano depois posse do presidente Abdou Diouf.

Assim, o senghorisme da negritude que buscou apoio no clientelismo político mais amplo em nome da unidade nacional e da ideologia do desenvolvimento, marcado pela supressão do estatuto particular dos muçulmanos promovido e legalizado durante o período colonial, a promulgação de um novo código de família não baseado na fé seja ela católica, tradicional ou islâmica e a interdição de partidos políticos que pregam o regionalismo ou que fazem referência a uma etnia ou religião deixa o legado ao “*Dioufismo*” que se diferencia do seu predecessor, pela seleção cuidadosa de uma clientela exclusivamente, guiada pelo poder e seus atributos. Portanto, enquanto Senghor busca controlar a sociedade senegalesa, usando a estratégia da proibição e da limitação das liberdades com base na lei como mostra o texto da constituição do Senegal promulgado em sete de março de 1963 a seguir:

Os partidos políticos concorrem a expressão do sufrágio e são obrigados de respeitarem a constituição assim como os princípios da soberania nacional e da democracia. É vedado a eles de se identificarem a uma raça, etnia, sexo, religião, uma sítia, um idioma ou região³⁵ (Art. 3).

Diouf, dando continuidade na preservação da imagem do Senegal, como exemplo de democracia na África, reintroduz o pluralismo político, mas, submete o país a um modelo de clientelismo que incentiva o enriquecimento ilícito³⁶, rompe com o sistema da mobilização das massas em favor de uma tática baseada na ilusão tecnocrata (AGIR ICI ET SURVI, 1997), que dá uma preferência da legitimação pelo diploma, pelo currículo universitário ao lugar da fidelidade partidária.

É importante observar que durante o estado colonial quanto mais divisão era melhor para a administração, por isso que era legitimada e mesmo encorajada a criação de partidos

³⁵ Traduzido do francês: Les partis politiques concourent à l'expression du suffrage. Ils sont tenus de respecter la Constitution ainsi que les principes de la souveraineté nationale et de la démocratie. Il leur est interdit de s'identifier à une race, à une ethnie, à un sexe, à une religion, à une secte, à une langue ou à une région .

³⁶ Apesar da promulgação da lei 81-53 em 10 de julho de 1981, que visa a reforçar a eficácia da repressão da corrupção e do uso indevido dos bens publico.

políticos regionalistas ou étnicas, que obviamente é contrario a ambição de um estado que postula a uma construção da unidade nacional, por isso a sua supressão. Portanto, o estado construído no reinado de Senghor, buscou a eliminação do tribalismo ou do micro nacionalismo desenvolvido no Senegal colonial, mas promoveu o desenvolvimento da expressão cultural e dos idiomas nacionais através de financiamentos de projetos voltados a promoção “des Langue nationales”, grosso modo este foi o legado que, Abdou Diouf recebeu de seu predecessor.

O novo presidente senegalês desenvolve suas estratégias de continuação e de ruptura, marcado por uma seleção do novo tipo de clientelismo. No intuito de guardar estreitamente as conquistas de país “democrático” para continuar se beneficiando dos apoios econômicos financeiros vindos das relações internacionais do Senegal, e continuar a obra hegemônica do partido socialista (PS), que comandou o país da independência até as eleições presidenciais de março de 2000, quando, perderam as eleições em favor de uma coalizão de partidos da oposição dirigidos pelo partido democrático Senegaleses (PDS) no segundo turno, justificando assim o título de país exemplo de democracia na África.

Apesar de tudo, pode se observar que o Estado do Senegal, assim como o tipo de regime político que o dirige esta ainda em processo de formação apesar de ser vista e apresentada pelos dirigentes locais e pela antiga metrópole, a França, como uma vitrina de democracia no continente devido certamente, a organização permanente de eleições que conduziram de forma aparentemente pacífica, Leopold Sedar Senghor, Abdou Diouf e Abdoulaye Wade nas instâncias supremas do Estado. No entanto, estas sucessões são resultados de negociações internos e externos, que determinaram os tipos de regimes políticos nas três fases da formação do Estado do Senegal. Esta parte do trabalho focara sua análise nas duas ultimas fases, ou seja, o regime de Abdou Diouf (1981-2000) e o atual que esta sobre o comando de *Abdoulaye Wade* desde 2000, não por desprezar a primeira, mas por julgar que ela foi largamente tratada anteriormente visto que, a luta pela independência, a federação do Mali, assim como a introdução de Abdou Diouf na magistratura foram obras do regime do Senghor e, são, a estrutura de base do que é atualmente conhecido como o Estado nacional do Senegal.

2.4 O Estado do Senegal: da chegada de Diouf até o fim da confederação da Senegâmbia (1981-1989)

O Estado do Senegal da década de 1980, como a maioria dos países da África ao sul do Saara se caracterizava por uma forte crise econômica acompanhado de tensões sociais internas que levaram a negociação de um novo tipo de contrato social, baseado no diálogo, e na abertura política e econômica. Assim, durante o governo do presidente Abdou Diouf (1981-2000), o Senegal evoluiu em direção de um pluralismo política mais ampla, resultado de negociação entre classe política do país, mas também esta abertura é resultado do aumento da contestação e da decadência do Estado devido à gestão anterior. A chegada do presidente Diouf na magistratura senegalesa em 1981, é vista também como conseqüências da crise econômica e política que enfrentou o país ao longo da década de setenta e marca uma ruptura que vai servir de base para a renovação da elite dirigente e uma substituição da ideologia da negritude que mostrou seus limites por uma nova que permite levar em diante a hegemonia do partido socialista no poder desde 1960 (DIOP, 1992).

O novo governo tem a partir de então a tarefa não somente de consolidar a construção do estado nação senegalês, mas também de levar em diante o processo de democratização do país e, de gerenciar as pendências deixadas pelo seu predecessor, como a crise econômica, os problemas sociais assim como as relações entre Senegal e seus vizinhos principalmente do sul (Gâmbia e Guiné Bissau), onde o problema da Casamance é o mais preocupante. Para tanto, o governo de Abdou Diouf (1981-2000) terá que combinar mudança e continuidade para principalmente, conquistar o apoio das forças sociopolíticas e culturais tanto internas quanto externas, que moldaram o estado do Senegal e facilitaram a transição pacífica do poder pela retirada do primeiro presidente.

As forças sociopolíticas a que se refere aqui são as que têm poder de mobilizar e influenciar positiva ou negativamente as relações entre o Estado e a sociedade no plano interno que são principalmente as organizações políticas formadas pelos partidos políticos, os movimentos sindicais e assim, como sociedades civis que são no caso do Senegal da década de 1980, grandemente organizada em volta das confrarias religiosas. Desde Senegal colonial, os chefes das confrarias religiosas foram parceiros ao lado das elites dos quatro comunas da administração do Estado. Após a independência, estas organizações continuam

conservando seu papel de regulador social e política na geopolítica interna do Senegal, por isso como se vera ao longo deste texto, do presidente Senghor ao atual presidente Wade passando pelo governo Diouf, os chefes do Estado senegalês, sempre utilizaram a carta das confrarias para conquistar, consolidar e legitimar seu poder perante a sociedade senegalesa.

No plano externo, o presidente Diouf e seu governo precisam do apoio internacional e principalmente Frances para de um lado, continuar a obra de Senghor de manter o controle das forças políticas internas do partido Socialista (PS) e de outro, ganhar a confiança das instituições Financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). É importante destacar que o governo Diouf chegou ao poder, no inicio do período de ajustamento estrutural comandada por estas instituições, por isso a obrigação de se adequar as novas normas internacionais para enfrentar os desafios sociopolíticos, econômicos e culturais do país, ou seja, a introduzir certa ruptura em relação ao governo anterior, que, apesar das varias dificuldades, conseguiu controlar as convulsões sociais no país. No entanto, o novo governo terá pouco tempo para enfrentar os diferentes desafios sociopolíticos e econômicos do país. Somente um ano depois da demissão do presidente Senghor, inicia oficialmente as reivindicações independentistas em Casamance, ao mesmo tempo em que o governo eleito da Gâmbia é derrubado por um golpe, obrigando o Senegal a intervir militarmente, para restabelecer o presidente Dawda Khairaba Diawara, no poder. O sucesso da operação permite aos presidentes Diouf do Senegal e Diawara da Gâmbia, de criarem a confederação da Senegâmbia, em 1982. Dakar se investe fortemente na manutenção da segurança interna da Gâmbia para poder controlar de perto os movimentos de pessoas suspeitas a pertencer ao movimento das forças democráticas da Casamance, mas, apesar de tudo o esforço não consegue evitar o fim da confederação em 1989, momento em que, inicia o conflito entre o Senegal e a Mauritânia no norte do país.

Ao vencer as eleições presidenciais e legislativas de 1983, o presidente Diouf, opta pela ampliação do dialogo com as diferentes forças sociopolíticas do país, pela adoção de medidas referentes ao liberalismo político, que atende as reivindicações dos partidos políticos, a reforma do sistema educativo do país e a associação de lidere sindicais no governo satisfaz parte das queixas sindicais enquanto a opção por um governo de orientação tecnocrata reforça a credibilidade do país perante as exigências da comunidade internacional, que apóia os programas de ajustamento estruturais (PAS). Para tanto, foi

necessário primeiro, reformar e reestruturar o partido socialista, descartando ou marginalizando os anciões e criar assim mecanismos eficazes de descompressão política e, a promoção de uma nova elite pronta a executar a política socioeconômica necessária para a construção da hegemonia do presidente Diouf entre 1983 e 1988, mas, o que se constata é na véspera das eleições de 1988, é uma degradação total das condições socioeconômicas do país.

Senegal foi marcado por diversas mudanças operadas pela elite dirigente da independência até a atualidade no que desrespeite aos setores econômicos, políticos e socioculturais. Para entender e explicar estas mudanças é importante examinar as instituições visto que é a traves dos mesmos que se estrutura a organiza e o funcionamento do Estado assim como o arranjo que vai facilitar a promoção das elites tecnocrática que são os verdadeiros atores que permitiram ao presidente Diouf de introduzir as reformas sem renunciar de fato ao modelo democrático jacobino herdado de Senghor. A alternativa a este modelo tem por base um pluralismo político e cultural, que reconhece a necessidade e a importância de um sistema político pluripartidário, a existência de instituições locais autônomas e fortes assim como uma variedade de associações, políticas, econômicas, sociais, religiosas ou comunitárias autônomas com a liberdade de perseguir seus próprios objetivos (GELLAR, 2002, P.508). É importante notar que apesar do sistema jacobino de democracia ser um sistema importado devido a sua origem ocidental, ele é de fácil aplicação na África, pois, a percepção tradicional do poder africano pode ser vista ou considerada como a alternativa do jacobismo. Conforme Diagne (1981), para a concepção tradicional africana de poder, as unidades políticas eram vistas como confederações pluralistas que unem sobre o comando ou a direção de um único soberano, comunidades étnicas, religiosas, e territoriais diferentes. Nesta federação, apesar de cada uma destas organizações prestarem conta para o soberano, cada uma dispõe de um grau substancial de autonomia para o chefe de cada comunidade tomar decisões próprias além de participar na tomada de decisão da federação como representante da entidade.

È nesta ótica, que se deve analisar o Senegal ao longo do governo do presidente Abdou Diouf (1981-2000), pois as reformas propostas pelo novo governo e apresentadas como alternativa ao senghorisme buscou fortalecer o caráter democrático das instituições políticas, a liberalização da economia e a descentralização do Estado.

2.4.1 Instituições e pluralismo político no governo do presidente Diouf

Esta parte do trabalho tem como objetivo apresentar uma breve síntese a respeito da reorganização das instituições do Estado senegalês nas duas décadas do governo do presidente Diouf e mostrar como a abertura política efetuada a partir de 1981 constitui ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuação da prática política senegalesa desde a independência, com o único objetivo garantir o controle social e perpetuar a hegemonia da gestão do Estado em favor de um pequeno grupo de elite e de seus colaboradores estrangeiros.

A reforma sociopolítica, cultural e institucional enfrentada pelo governo do presidente Diouf (1981-2000) é resultado da combinação de vários elementos que mostram a rejeição do modelo aplicado na gestão do Estado do Senegal nas duas primeiras décadas da sua independência. Segundo Diouf (2002), esta reforma é a prova da rejeição da sociedade senegalesa do modelo que funcionou com base em uma diversidade mínima, onde o governo se preocupou exclusivamente com dois tipos de grupo social: um grupo de camponeses representados quase que exclusivamente pelos chefes religiosos e o grupo da elite política dirigente. Considerando o pluralismo e a diversidade da sociedade africana assim como seus sistemas tradicionais de governos pluralistas, é fácil perceber que o modelo de gestão do Senegal independente, calcado no socialismo africano de Senghor, tinha uma vida curta, principalmente porque visava fortalecer o partido único, através da preservação do clientelismo, a promoção das elites dirigentes pela submissão e aplicação das diretivas do partido-Estado e a punição da contestação.

Como se deu estas reformas ou mudanças que combinaram ruptura e continuidades no governo do presidente Diouf (1981-2000), que em virtude da constituição senegalesa, é em grande parte responsável da definição e da condução da política da Nação? De que maneira estas reformas repercutiram na sociedade em geral tanto no plano institucional quanto no plano sociocultural e econômico? Estas são algumas indagações que as linhas a seguir buscaram aportar respostas com base na literatura que trata do Senegal em geral e particularmente das análises feitas por Beck (2002), sobre “o clientelismo no Senegal: um adeus sem arrependimento, no qual o autor resume o papel do uso político das lideranças

socioculturais e do controle dos setores econômico-financeiros, a través de redes de clientela na mobilização social e na legitimação do poder político. Valera-se também do trabalho de Momar Coumba Diop (2004), intitulado “ensaio sobre a arte de governar o Senegal” onde, o autor afirma que as principais intervenções governamentais nos setores econômicos, e sociais fazem parte do processo de formação do Estado do Senegal. Neste trabalho, Diop identifica três principais períodos que antecederem a chegada do presidente Diouf no poder, os quais determinaram as mudanças introduzidas no Senegal de 1981 a 2000.

O primeiro período, marcado por certa tranquilidade sociocultural, econômica e política apesar do confronto ocorrido entre Senghor e Dia, em 1962 que terminou com a prisão do segundo, corresponde aos primeiros anos da independência do Senegal, portanto, inicia em 1960 e termina em 1967, pois, no ano seguinte o Senegal além de enfrentar uma seca, deixa de beneficiar do financiamento Frances aos produtores de amendoim, principal setor de exportação do país. Conseqüentemente, o Senegal enfrenta sua primeira crise econômica marcada por uma degradação da produção agrícola, devido à estagnação ou diminuição das áreas plantadas apesar do aumento crescente da população ativa. Logo, estas dificuldades econômico-financeiras indicam a necessidade de reformar o setor econômico, que serão acompanhados segundo Diop (2004), de um processo maior que é a passagem da fase do Estado da providência a outra fase marcada pela privatização dos grandes setores da economia do país, caracterizando assim o segundo período (1967-1974) identificado pelo autor, como fase importante da formação do Estado senegalês. O terceiro e ultimo período que antecedeu a chegada do presidente Diouf no poder, é um período considerado mais calmo no plano sociopolítico e econômico grãs ao aumento das receitas de exportação do Senegal devido à alta dos preços do fosfato e uma ligeira recuperação da produção agrícola entre 1974 e 1979.

Esta classificação periódica da gestão pública no Senegal nas duas décadas que seguiram a independência mostra as primeiras iniciativas administrativas, o primeiro aprendizado da gestão autônoma, que como todo aprendizado, alternou erros e acertos, no entanto, a conclusão que se pode tirar desta primeira experiência do Senegal, como primeiro impacto de provar aos novos dirigentes, que romper com as antigas pratica coloniais poderia gerar problemas sociais e política devido à insuficiência dos recursos

financeiros e a cultura do clientelismo principalmente em relação aos líderes muçulmanos que tem um grande poder de influencia principalmente no Senegal rural. Grosso modo, o Estado não tinha capacidade suficiente para sustentar de forma independente suas decisões e colocá-las em pratica, logo, a adoção do modelo jacobino de administração obriga aos novos dirigentes a se preocuparem com a preservação dos interesses dos marabout, da metrópole e do partido.

Os marabout que, além de chefes espirituais, são administradores comunitários que souberam desde a sua existência como categoria social distinta, jogar entre hostilidade, colaboração ou indiferença com a questão política para manter seu poder local (DIOP, DIOUF, 2002, p.31). Isso significa que a concentração do poder em volta da presidência da republica e do partido único vai depender da legitimidade destes no meio sociocultural dominado pela influência dos chefes das confrarias religiosas.

Nesta ótica, pode se afirmar que o contrato social do Senegal depende da convivência das instituições formais do Estado com as crenças e praticas da religião islâmica devido ao carisma, e a consolidação do poder de influência que os chefes desta religião têm na sociedade senegalesa desde Senegal pré-colonial, passando pelo período colonial, no qual alias a religião islâmica e seus líderes se consolidaram como forças sociopolíticas incontornáveis no país. O que é bastante presente na literatura que analisa e busca explicações a respeito do aparente sucesso político na gestão da questão social, da configuração e dos elementos às vezes contraditórios que moldaram a sociedade senegalesa ao longo da sua história. A combinação ou a convivência de instituições formais e informais na gestão do estado senegalês deu origem ao chamado modelo islamo Wolof, que é o sistema político que participou positivamente na construção da democracia liberal, preservando certa estabilidade sociopolítica no Senegal como bem ilustra o texto a segui:

O contrato social senegalês rima as instituições formais do aparelho do Estado aos dispositivos do islamismo cujo enraizamento nas figuras sociais de lealdade, solidariedade e dos alvíos é ao mesmo tempo mais legítimo e muito mais profundo (O'BRIEN, DIOP, 2010, p.10)³⁷.

³⁷ Do francês: Le contrat social sénégalais arrime les institutions formelles de l'appareil d'État aux dispositifs de l'islam conférique dont l'enracinement dans les figures sociales de laloyauté, de la solidarité et des alléances est à la fois plu legitime et beaucoup plus profond (O'BRIEN, DIOUF,2002, p.10)

O modelo islamo Wolof é a combinação da cultura tradicional da etnia Wolof do Senegal e da cultura islâmica para se construir um sistema de poder baseado na submissão aos mandamentos da religião que se transmitem a través do chefe espiritual carismático. É importante notar que a religião islâmica não reconhece intermediário entre seguidores e Deus (Allah em árabe), e etimologicamente a palavra Islã significa submissão total em Deus. “É recomendado a eles (os crentes) de adorarem somente a Allah, o dedicando um culto exclusivo, cumprir a oração (Salat), fazer a caridade (Zakat)” (ALCORÃO, Surata, 98, versículo 5).

A antiga metrópole, a França pela historia e pela importância que o Senegal teve ao longo da história da presença ocidental na África (base de entrada e de conquista da África ocidental, capital da África Ocidental Francesa- AOF) e pelo que representa na nova fase da geopolítica internacional, continua exercendo uma influência para defender seus interesses e, portanto a nova administração terá que satisfazer os mesmos, devido à interdependência e principalmente da dependência econômico-financeiro quase que exclusiva do Senegal a França. Dependência, que ficou bem visível com a corte estratégica do financiamento do setor agrícola do Senegal pela França no primeiro período do governo (1960-1967). A situação de crise financeira e social do Estado gerada por este corte deixa claro para as autoridades que, é necessário manter o statu-quo para poder manter o funcionamento da maquina estatal. Além disso, na somente o Senegal, mas todos os novos estados africanos independentes na década de sessenta tinham ambições de abrirem os caminhos do desenvolvimento econômico e para isso tinham duas possibilidades ou dois caminhos distintos devido à bipolaridade.

O primeiro era integrar suas economias nacionais no sistema econômico mundial dominado pelos Estados Unidos da América, Europa ocidental, e Japão que representavam o viés do liberalismo econômico, e o segundo caminho era afastar a África da ordem econômica mundial e apostar em uma estratégia de desenvolvimento baseado nos princípios de autarquias e de independência (KEYLOR, 1996, p. 232). É claro que diante das dificuldades e necessidades de ajuda e de investimentos nas diversas áreas das economias nacionais, os países africanos em geral e o Senegal em particular não podiam se afastar do sistema internacional e tão pouco da França, que devido a múltiplos acordos de cooperação com suas ex-colônias, se constitua em parceiro estratégico, portanto, as elites

dirigentes tinham uma obrigação em colaborar com a metrópole para garantir os recursos necessários para a manutenção do clientelismo político como bem ilustra o texto a seguir:

Diante da necessidade desesperada por investimento estrangeiro, ajuda, comércio, tecnologia e conhecimento, que a África enfrenta, não é surpreendente, a escolha das elites dirigentes destes Estados independentes optarem por fazer parte, em vez de se afastarem da ordem econômica internacional que podiam satisfazer estas demandas (KEYLOR, 1996, P.232)³⁸

Estas necessidades materiais, reforçadas por elevados custos de manutenção da máquina administrativa legitimada pela manutenção da clientela por meios de ajudas econômico-financeiras em um período marcado pela crise econômica aguda na década de 1970, são alguns dos elementos herdados do governo do Senghor (1960-1980), e constituem os ingredientes justificadores das necessidades de se engajar reformas profundas no sistema sociopolítico, econômico e cultural do Senegal a partir da chegada do presidente Abdou Diouf na presidência da república em 1981.

Isso nos remete diretamente a falar do terceiro elemento cuja preservação dos interesses é motivo de preocupação para a nova administração: o partido (PS) que até então apesar da abertura política com a autorização e homologação de novos partidos em 1974, pode ser considerado como partido único no Senegal ou partido Estado que comenda as instituições da nação senegalesa, apesar da constituição senegalesa de 1960, ter previsto a repartição dos poderes entre o presidente, que é o chefe do Estado, e o presidente do conselho dos ministros encarregado dos assuntos correntes, a assembléia nacional que votava as leis e tinha poderes de demitir o primeiro ministro, a través da votação de uma moção de censura, que foi aplicada unicamente em 1962 contra Mamadou Dia, e logo depois da condenação a prisão perpetua deste ultimo, Senghor aproveita para introduzir reformas institucionais que visam a reforçar a tutela do Estado sobre as instituições, transformando o Senegal em um Estado a partido único (GELLAR, 2002, p.515). Portanto, na década de 1980, foi necessário não somente reformar o sistema política, o que implica necessariamente enfrentar problemas interna do partido, antes de poder reformar as

³⁸ Do espanhol: Frente a la desesperada necesidad africana de inversiones extranjeras, prestamos, ayuda, comercio, tecnología y experiencia técnica, no sorprende que las elites gobernantes de los estados africanos que se habían independizado hayan optado por formar parte, más que apartarse, del orden económico internacional, que podía satisfacer estos requerimientos. (KEYLOR, 1996, P.232)

instituições e acelerar o liberalismo político marcando assim, uma ruptura com seu antecessor.

O mérito das elites dirigentes do Senegal em comparação com o resto dos outros países da África no período posterior a independência, certamente esta no fato de perceber que, o aumento da população, o crescimento progressivo e constante das diversidades sociais, são fatos relevantes a ser considerado para se governar o país. Assim como perceberam que o caráter unitário do sistema político, a obsessão de negar a abertura do espaço político para a oposição, a centralização do Estado e a concentração do poder podem ser motivos de revoluções sociopolíticas e, logo, tomarem a iniciativas de reforma política e econômica que garantam a estabilidade interna do Senegal enquanto outros países da África estavam confrontados com crises sociopolíticas incontroláveis. Entre 1963 e 1994, a constituição³⁹ senegalesa foi revisada dezesseis (16) vezes, fato que mostra que apesar o reino do partido único (PS), a legislação nunca deixou de ser discutida e reformada conforme a necessidade sociopolítica e econômica do país e da classe dirigente assim passou-se de um regime de partido único em 1963 a um regime de pluralismo integral em 1981 depois de ter experimentado o regime do pluralismo limitado a três partidos em 1974.

Segundo Gellar (2002), o engajamento do Senegal em favor dos programas de ajustamento estruturais (PAS), permitiu ao governo de obter uma quantidade enorme de recursos financeiros, mas, conduziu também a falência de varias empresas estatais e privadas do país gerando uma onda de desemprego. Isso produz uma queda de popularidade do governo sem precedente conduzindo a várias manifestações depois das eleições de 1988, contestada pela oposição, que vera seus lideres acusados de incitar a violência e presos. A imagem do Senegal, modelo de democracia, começa a perder credibilidade e na década de

³⁹ Em um intervalo de 21 anos, a constituição senegalesa foi revisada respectivamente, em março de 1963; março 1968; fevereiro de 1970; março e abril de 1976; dezembro 1978; maio de 1981; maio de 1983; março de 1984; fevereiro, abril e outubro de 1991; Janeiro e maio de 1992; e junho 1994. É importante observar que estas sucessivas modificações possibilitaram a passagem progressiva de um sistema do partido único dominante (PS), marcado pelo carisma da personalidade de Senghor, a um regime de pluralismo integral desde eleição do Presidente Abdou Diouf. É bom salientar também essas modificações ou facilidade de modificação da lei magna pelos governantes esta se transformando em problema nos países africanos em geral, pois são usadas por fins políticos de interesse partidários ou individualistas. Assim no Senegal, a modificação da constituição na véspera das eleições presidenciais de 1993, permitiu ao presidente Abdou Diouf transformar um mandato de cinco (5) em mandato de sete anos (1993-2000).

1990, depois de queda do muro de Berlim, o presidente Diouf, demite seu braço direito, Jean Collin, simbolizando assim, o início do questionamento do modelo do Estado jacobino que o Senegal importou da França.

2.4.1 Diouf e a liberalização Sociopolítica: uma estratégia de controle social.

Abertura ou pluralismo político foi uma das conquistas ou reconquista do povo senegalês na chegada do presidente Abdou Diouf no poder depois da demissão do primeiro presidente independente, em 1981. Por que falar de conquista ou reconquista de pluralismo político no Senegal? A resposta a esta pergunta depende do período temporal que é considerado na história do Senegal, obviamente no âmbito deste trabalho é certo falar de conquista porque consideramos o Senegal moderno, que teoricamente começa a partir da proclamação da independência em 1960. Neste caso, a comparação é feita entre as duas primeiras décadas de vida pública e política do Senegal independente (1960-1980) durante os quais o país viveu sobre o domínio do partido único (1960-1974), centralizador onde o Estado se confunde ao partido e os interesses do país se resumem aos interesses das elites dirigentes, antes de experimentar um sistema pluripartidário que incluía três formações políticas, PS, PDS e PAI e, as duas que seguiram sobre o comando do mesmo partido político, porém muda a personalidade do presidente. Enquanto no primeiro período o secretário geral do partido (PS), presidente da república era Senghor, no segundo período estas funções são transferidas a Abdou Diouf, que para marcar sua época, inicia por romper com a prática do pluralismo político limitado para um pluralismo político aberto.

Voltando a pergunta feita a respeito do pluralismo político, viu-se que a conquista se refere ao período posterior à independência, isso nos leva a perguntar se antes de este período já existia um sistema político pluralista no Senegal? E, se a resposta é positiva como que isso é possível perguntaria certamente o leitor deste trabalho, considerando que o retrospectivo histórico a respeito do Senegal nos remete ao período colonial ou se formos mais longe, ao período pré-colonial conhecido também como período do estado tradicional como foi nomeado no primeiro capítulo deste trabalho.

Para responder a esta indagação, é importante lembrar que as monarquias do Senegal pré-colonial foram largamente influenciadas pelo sistema estatal sudanês no

âmbito do império multi- étnico do Mali e, sobre a hegemonia deste império as sociedades tradicionais continuavam com seus representantes e governantes que guardavam suas autonomias políticas e culturais (GELLAR, 2002, p. 508). Nesta época, as complexas formações sociais assim como os estados tradicionais eram formadas com base na diversidade, étnica, socioculturais e políticas não somente nos territórios que correspondem ao atual estado do Senegal, mas, em toda África. Segundo Barry (1985), no período pré-mercantil até o século XVII, a formação do estado era quase sempre baseado no respeito das diferenças sociopolíticas e culturais inclusive preservando o direito a representatividade das minorias nas assembleias tomadoras de decisão a respeito do estado, portanto, conclui-se que são sociedades pluralistas.

O Senegal pré-colonial se caracteriza pela variedade dos seus estados tradicionais (waalo, Bawol, Diolof, Futa, etc.), nos quais se desenvolveu distintas identidades étnicas e culturais que durante a hegemonia do império do Mali, cujo sistema político descentralizado permitiu aos povos da Senegâmbia de desenvolverem formas variadas de afiliação política, religiosa e cultural (GELLAR, 2002, p.509). O atual mapa lingüístico e cultural do Senegal sua origem a esta liberdade e pluralismo sociopolítica e cultural do Senegal pré-colonial quando, a afiliação étnica se identificava com a linguagem e ao pertencimento a uma comunidade política mais ampla. Assim, o *Wolof* tornou-se a idioma dominante dos estados do waalo, do diolof, e do Bawol; o *Serere* dominou os estados do *Sine* e do *Saloum*; o *Fula* no Tekroure e no Futa Toro, o Mandinga nos estados que se localizam ao longo do rio Gâmbia e, finalmente os Diola nos estados tradicionais da baixa Casamance. Ou seja, mesmo a ocupação cultural foi feita de forma pluralista e democrática, pois, como bem lembra Gellar (2002), esta grande diversidade as minorias étnicas não eram discriminados e nem obrigados a pertencerem à comunidade da sua etnia como, por exemplo, os fulas de Casamance tinham os mesmos direitos sociopolíticos e culturais que o Diola que pertence à maioria da população.

O sistema político da região da Senegâmbia ao qual pertence o Senegal se caracterizava também durante o período que antecedeu a colonização por uma profunda tolerância religiosa. Quando os chefes dos estados se convertiam, por exemplo, no islamismo, o povo não era obrigado seguir a nova religião e, o povo tinha liberdade de optar por outra crença como foi o caso das monarquias Wolof do Senegal, cujos chefes

continuaram pagão até a conquista francesa enquanto a maioria da população já era muçulmana (GELLAR, 2002, BARRY, 1985), mostrando assim, uma convivência pacífica entre crenças locais e estrangeiras na sociedade senegalesa pré-colonial, que de maneira geral somente a tese da antiguidade da cultura pluralista da sociedade. Portanto, é correto falar da reconquista do pluralismo político no Senegal na era do presidente Diouf (1981-2002), isso significa também afirmar que este direito, que já existiu no período pré-colonial, foi perdido durante o período colonial e, a sua confiscação ao longo do governo Senghor (1960-1981), a continuação de praticas coloniais mesmo depois da independência do país.

A conquista colonial se materializou efetivamente com a abdicação e até da desestruturação dos estados tradicionais do Senegal e da África em geral, marcando o inicio de uma nova era, como novas formas de relacionamento socioculturais, políticas econômicas e organizacionais. Assim com o fim do império do Mali, no século XV, e o inicio do comércio atlântico de escravos no século XVII, as monarquias do Senegal subiram um processo de centralização do poder, pelo monarca em detrimento das comunidades locais (Barry, 1987), a fim de poder beneficiar do comércio de escravos. Segundo Gellar (2002), esta nova pratica se explica pela busca de estatuto social, visto que apesar de pluralista, a sociedade senegalesa pré-colonial, com exceção a sociedade Diola da Casamance, não era igualitária como alias, a maioria das sociedades africanas tradicionais, são organizadas de forma hierárquica e em castas, onde a nobreza agrupava os membros das famílias que dominavam hierarquicamente a classe de homens livres. Em seguida vinha o grupo dos artesãos e os escravos que ocupavam a base inferior do extrato social e, exatamente nesta classe que a colonização busca seus primeiros aliados para derrubar a classe dirigente e assim inverter as posições sociais.

Nesta ótica, a conquista e a ocupação do Senegal, na segunda metade do século XIX, corroboraram com o desmonte das velhas monarquias e da ordem aristocrática criando uma nova classe social pela assimilação de um pequeno grupo de senegalês que mais tarde, constituíram a elite dirigente do Senegal colonial e moderno com base no modelo jacobino de administração que se resume na concentração do poder político nas mãos de um pequeno grupo ao detrimento da maioria da população. Assim, a criação das quatro comunas é vista como o laboratório produtor e multiplicador desta nova forma de administração. Isso não significa que não tinha pluralismo político no Senegal colonial, mas

sim esta pluralidade sociopolítica e cultura são discriminatórias e limitadas aos moradores das quatro comunas, mestiços e nativos do Senegal (GELLAR, 2002).

No âmbito dos espaços das quatro comunas era reconhecida por lei, aos cidadãos a liberdade associativa, de imprensa assim como a liberdade de afiliação a um partido político, a um sindicato etc. fato que, inegavelmente a enormemente contribuí na evolução e no amadurecimento da cultura política e administrativa na sociedade senegalesa. A cultura política e administrativa a que se trata em si pode ser considerada como sendo plural ou pluralista, no entanto, ela se transforma e se adapta no espaço e no tempo, acompanhando as diversas estratégias de aprovação, de rejeição ou de indiferença dos atores sociais, dos empreendedores econômicos e dos tomadores de decisão que desrespeitem a política (DIOUF, 2002). A mudança constitucional introduzido no início da década de 1980, no Senegal que é vista como a abertura democrática ou o liberalismo político se inscreve nesta linha evolutiva da cultura e da prática política do país.

Entende-se como cultura neste contexto, como sendo um conjunto valores e de práticas sociais que desrespeitam as formas usadas para se interagir dentro do espaço de convivência comunitária como resumida nestas linhas:

A cultura é antes de todo, um conjunto de crenças, de saberes e de relações ligadas a tradições que mudam, mas vividas dentro das suas oscilações e mudanças. Ela é a expressão e a formulação de certa reivindicação local visto que, a cultura precisa de uma comunidade de pertencimento (DIOUF, 2002, P 49)⁴⁰.

É esta cultura que deve servir de suporte às práticas institucionais por isso, deve ser carregada de capacidade de introduzir mudança e de reforma com base na sua capacidade de resistência e de rejeição e, no caso do Senegal, a transferência do poder entre Senghor e Abdou Diouf, em 1981 deixou um terreno fértil para a manifestação desta cultura possibilitando a reabertura do espaço político senegalês a novas formações políticas, que pode ser chamado de reconquista do pluralismo político, outra ora confiscado primeiro pela conquista colonial depois pela elite nacionalista da independência que buscou com a

⁴⁰ Do francês : la culture est d'abord un ensemble de croyances, de savoirs et de relations reliés a des traditions changeantes mais vécues dans leur invariance ; elle est lieu d'expression et de formulation d'une certaine revendication autochtone parce qu'elle précise une communauté d'appartenance » (DIOUF, 2002, P.49).

justificativa da necessidade da unidade eliminar todas as formas de oposição no campo sociocultural e político.

Visto e apresentado como um ato de amadurecimento da democracia senegalesa, a sucessão de Senghor por Abdou Diouf foi um sinal forte da necessidade de operar mudanças, devido às crises enfrentadas no plano político, econômico e social no país desde década de 1970. Assim, logo depois da sua posse, o presidente Diouf toma medidas visando a acelerar o ritmo da liberalização política para acompanhar a liberalização econômica iniciada em 1979. Senegal, como bom aluno do ocidente foi pioneiro na África ao sul do Saara a aceitar de colocar em pratica um programa de ajustamento estrutural (PAS), logo é fácil entender que as mudanças políticas e econômicas apesar de ser novidade para a população em geral, não tinham nada de novo principalmente por Abdou Diouf, que foi colaborador incansável de Senghor desde 1964, primeiro, como diretor de gabinete, em seguida ministro do planejamento entre 1968 e 1970 e finalmente, primeiro ministro até 31 de dezembro de 1980.

Portanto, o novo ocupante da presidência da república do Senegal conhece bem o ambiente por isso, pode se afirmar de antemão que a liberalização do regime dos partidos políticos anunciados em março de 1981 pelo presidente Diouf, apesar de parecer uma novidade e um ato de boa vontade da nova administração se inscreve em uma perspectiva de continuação da política iniciada em 1974⁴¹ sobre a pressão interna e internacional. É importante notar que estas medidas foram paliativas, pois, apesar do avanço notado em relação do monopólio político no primeiro período de governo (1966-1974), esta reforma continuava sendo bem contestada por seu caráter arbitrário, autoritário e discriminatório por isso, qualificado de “*democracia controlada*” (TINE, 1995). Neste contexto, a chegada do presidente Diouf na magistratura suprema do estado senegalês foi uma das respostas ao crescente movimento de contestação sociopolítico que reclamava entre outras coisas, a transparência da gestão publica mais liberdade política e democrática. Ou seja, mais pluralismo política que significa a ampliação do numero de partidos políticos que são por

⁴¹ A abertura política que autorizou a criação de três partidos políticos em 1974 foi uma resposta à pressão social que o Senegal vinha enfrentando desde a greve dos estudantes apoiados por grupos políticos clandestinos de maio de 1968. Segundo Tine (1995), a legalização do Partido Democrático Senegalês em 1974, foi uma saída para Senghor controlar o descontentamento popular e continuar sendo mestre da situação no país.

excelência os elementos essenciais dos regimes democráticos. Segundo Tine (1995), partido como forma ou tipo político ideal, é uma instituição destinada a intervir no processo de decisão política se apresentando como canal de regulamentação da obrigação política.

Pode-se ver desta forma, que partido político esta diretamente ligada à questão do pluralismo político que, a sua vez é inerente à realização de uma democracia pluralista, e da legitimação do regime dirigente. No entanto, isso não quer dizer que o numero de partido políticos é sinônimo de democracia, mas constituem um dos elementos indispensável na sua realização, pois, o partido político tem como objetivo a conquista e a conservação do poder de forma legal e democrática. Nesta ótica, a revisão constitucional feita em 24 de abril de 1981 elimina a limitação de partidos político assim como a obrigação de escolher entre os quatro corantes ideológicos até então imposta por Senghor, transformando o sistema político Senegalês em um sistema de multipartismo integral.

A partir de então, fica liberado a criação de partidos políticos independentemente da ideologia defendida desde que se respeite a constituição como determinado em seu artigo terceiro (Art.3) que estipula que os partidos políticos concorrem à expressão do sufrágio e são obrigados a respeitarem a constituição senegalesa assim como seus princípios de soberania nacional e de democracia, e para tanto, fica proibido à identificação de um partido político a: etnia, raça, religião, seita, sexo, a uma língua e a uma região. Ou seja, o único ganho que a reforma trouxe foi à possibilidade de ampliar o numero de partidos políticos legalmente constituídos, portanto, uma abertura do espaço publica para a contestação que, até então era reservado aos únicos partidos legalmente reconhecidos.

Logo, assiste-se a uma proliferação de partidos políticos no Senegal e nas eleições de 1983, dois anos depois da adoção das reformas, o Senegal contava com quatorze partidos políticos legais, sendo cinco deles eram marxistas. Somente em 2000, foram registrados dezessete (17) novos partidos político no Senegal e em 2001, o país contava sessenta e quatro (64) partidos políticos legalizados (DIOP, 2006). Assim em um intervalo de tempo recorde o Senegal, passa de um regime de partido único a um regime de democracia pluralista pelo menos, do ponto de vista legislativa ou institucional e contribui a expansão das liberdades fundamentais no Senegal principalmente na evolução do quadro jurídico em direção ao Estado de direito, que, de fato é uma etiqueta necessária para

justificar as praticas governamentais e legitimar a hegemonia do partido socialista desde 1960.

Conclui-se que as reformas contribuíram no processo evolutivo da democracia senegalesa e, apesar de serem anunciadas como medidas de ruptura, a análise mostra uma continuação da política de Senghor ao longo do governo Diouf, que com base nas reformas políticas, conseguiu reforçar seu controle direto sobre o governo, eliminando o posto de primeiro ministro, como o seu predecessor fez em 1963. Ao aceitar um dos principais pedidos da oposição que é a abertura política, e adotar um governo de orientação tecnocrata, o presidente Diouf marca sua demarcação com a prática do governo anterior no campo político, e cria uma nova forma de construção de um governo hegemônico, legitimado pelo apoio das redes clientelistas e financiado pelas instituições internacionais (FMI, BM, ajuda externa etc.). No entanto, como se sabe, as nações uma vez constituídas e consolidadas como comunidades sociais integradas adquirem uma autonomia própria em suas políticas externas, que não podem e nem devem ser calcadas nos interesses de uma única classe ou um único grupo social e muito menos da classe dirigente (BURCAN, 1983, p. 21), era fácil prever que a administração do presidente Diouf, encontre logo seus limites tanto no plano tanto interno quanto externo.

Assim, ao longo da segunda metade da década de 1980, o estado senegalês até então elogiado por sua coesão social, seu modelo democrático exemplar, se depara com diversas contestações internas e externas, uma verdadeira crise de legitimidade, que prova que o estado importado do modelo Francês para o Senegal em 1960, cuja gestão é confiada a um pequeno grupo de elites, é diferente do Estado weberiano. Ou seja, o estado do Senegal não tem o monopólio de uso legitima da força e da coerção para regulamentar a vida social internamente e recorre às autoridades costumeiras ou aos elementos da elite que sempre corroboraram com o governo colonial: os marabout, que continuaram a exercer funções que, o estado não queria ou não conseguiam desempenhar, como fazer valer a justiça de maneira informal na resolução dos conflitos sociais, darem assistência aos pobres e necessitados, garantir uma educação religiosa e a difusão de um código moral, além de ajudar a organizar as atividades econômicas no setor agrícola e comercial.

É importante notar que a relação clientelista entre o Estado do Senegal e as confrarias que tem sua origem na época colonial foi o grande elemento de estabilização social, a legitimação do Estado e do regime do partido socialista (PS), mas também foi uma das causas das disparidades entre as diferentes regiões do Senegal que gerou um crescente descontentamento das populações periféricas, pois os fundos de investimentos eram alocados conforme a importância da clientela política⁴², negligenciando as regiões do país onde o sistema patrão-cliente não funcionava como a região do rio Senegal e em Casamance onde surge em 1982, o Movimento das Forças democrática da Casamance (MFDC) que reclama a independência da região sul do Senegal. Portanto, um dos primeiros problemas de segurança nacional que o novo governo enfrenta, o obrigando a rever as relações do Senegal com os países vizinhos, Guiné Bissau, Gâmbia e mais tarde a Mauritânia. Desde o surgimento do conflito de Casamance, não faltou tentativa de explicação a respeito, mas até então, não há unanimidade quanta a caracterização do conflito, e tão pouco as suas causas. Na sua leitura e síntese da literatura tratando da crise de Casamance, Fourcher (2002), identifica dois tipos de explicação: uma interpretação culturalista, que afirma que o conflito casamencês é resultado das diferenças entre a cultura casamencês e a do resto do Senegal e uma leitura político-econômica, que desrespeito ao choque brutal entre a modernidade, representada aqui pelo estado senegalês, o capitalismo, a monetarização etc. e uma sociedade rural tradicional. De qualquer forma, as duas explicações usam o mesmo modelo de explicação apesar de parecerem contraditórias, que o autor acima referido resume nestas palavras:

[...] este contraste entre esses dois modos de Ensaio que os observadores do conflito muitas vezes misturam, é evidentemente somente uma aparência. Ambos descrevem o conflito como o resultado de uma tensão entre modernidade e tradição, a análise da origem do conflito se resume em um catálogo [...] mais ou menos completa das tensões sociais, econômicas e culturais de Casamance são de fato, sempre de poderosas forças externas que determinam inexoravelmente o

⁴² Os serviços e investimento do estado eram definidos conforme a presença ou não de um grande chefe espiritual, capaz de garantir votos e submissão social ao partido dirigente. Tanto é assim, que TOUBA, cidade natal do chefe do Mouridismo se tornou a segunda cidade do Senegal em termo de habitante devido à forte alocação de recursos financeiros e a promoção de serviços sociais.

A seguinte afirmação ilustra a relação Estado-Confraria: “L’intelligence politique de l’aristocratie mouride a consisté à s’aligner sur le pouvoir d’État de façon à s’attirer les bonnes grâces et le subsides du gouvernement, tout en maintenant suffisamment de distance vis-a vis de celui-ci afin d’éviter la defection de disciplos[...] le gouvernement a gardé dans l’esprit les intérêts des confreries dans sa politique de developpement local : routes, chemin de fer, villes, projet agricoles, puits tout cela tendait a être situer a proximité des principaux centre de pouvoir des confreries aspas (OBRIEN, 2002, p. 86)

futuro de Casamance (o estado, a reforma administrativa, as migrações nortistas, a falta de chuvas) e os casamancês parecem sofrer as consequências de uma maneira passiva, sem realmente serem os autores de sua história⁴³ (FOURCHER, 2002, p.376).

A crise de Casamance foi sempre tratada como um fato isolado de um conjunto de fatores relevantes na explicação e na resolução do conflito, no entanto, como se viu neste texto, o Estado, a reforma administrativa, as migrações nórdicas e a falta de chuva são citadas como forças externas responsáveis pela crise. Logo, pode se afirmar que crise casamencês, a crise econômica e a onda neoliberal a adoção de programas de ajuste estruturais comandados pelas instituições financeiras internacionais, bem como a evolução do processo democrático, são resultados da falência do Estado no Senegal. Ou seja, da baixa capacidade do Estado em colocar em prática suas decisões de maneira autônoma e independente. Dito com outras palavras, as crises econômica, política e socioculturais que o Senegal bem como outros países da África ocidental, enfrentou e enfrentam ainda, é resultado da carência da capacidade estatal.

Entende-se como capacidade estatal como sendo o alcance das intervenções dos agentes estatais em recursos não estatais existentes, em atividades e em conexões interpessoais, alterando por sua vez distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, assim como as relações entre essas distribuições (Tilly, 2003, p.16). Nesta ótica, observa-se que a distribuição dos recursos estatais e não estatais no Senegal foi sempre condicionado pelas relações clientelista entre o Estado e as organizações religiosas ou forças sociopolíticas e econômicas do país, fato que causou um desequilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões, mas também entre os diferentes grupos socioculturais do país, obrigando o governo do presidente Diouf (1981-2000), a adotar medidas urgentes para manter primeiro, a integridade territorial do Senegal, segundo

⁴³ Do francês: [...] ce contraste entre ces deux modes d'analyses que les observateurs du conflit mêlent d'ailleurs souvent, n'est qu'apparent : tous les deux décrivent le conflit comme la résultante d'une tension entre modernité et tradition ; les analyses des origines du conflit se réduisent alors à un catalogue plus ou moins fourni des tensions sociales, économique et culturelles en Casamance.[...] ce sont en effet toujours de puissance forces externe que déterminent inexorablement le devenir de la Casamance (l'État, les reforme administratives, les migration nordistes, la mauvaise pluviometrie) et les casamançais semblent en subir les conséquences d'une façon passive, sans jamais vraiment être les auteurs de leur histoire. (FOURCHER, 2002, P.376).

construir suas próprias redes de clientela para legitimar seu governo, sua autoridade melhorando a imagem do estado senegalês no cenário nacional e internacional. É neste cenário que a ocorrência de um golpe do estado na Gâmbia, parece como uma grande oportunidade ao estado Senegal se afirmar como a “potência” militar da região assim, assim, espantar o demônio do separatismo casamencês que estava ameaçando a integridade nacional. A forte intervenção do exercito senegalesa na Gâmbia a pedido do então presidente deposto, Dawda Jawara, permite ao governo de Abdou Diouf evitar a chegada ao poder no enclave da Gâmbia, de um governo de esquerda que seria mais uma ameaça para o regime de Dakar. Um ano depois, este ato de boa vizinhança será compensado pela criação da confederação da Senegâmbia, que apesar de ser dissolvida na véspera da queda do muro do Berlin, foi à união mais longa entre dois estados independentes da África ao sul do Saara. Quais foram os objetivos desta confederação? Foram atingidos? Se não por quê? E, quais são as repercussões do fim da confederação em 1989, para o Senegal? Estes são perguntas que a próxima parte tratara e que as respostas são importantes para se analisar e entender o Senegal do fim da guerra fria até a atualidade.

2.5 A confederação da Senegâmbia: uma questão de segurança nacional (1982-1989)

O presidente Abdou Diouf, ao suceder o presidente de Senghor na magistratura do Senegal, certamente sabia do tamanho dos desafios que o esperava, tanto no plano interno quanto externo, mas certamente ele não esperava que os acontecimentos fossem tão rápidos e paralelos. No entanto, ele teve que tomar decisões importantes logo no início de seu reinado, para se garantir um mínimo de tranquilidade interna e externa para enfrentar as reformas planejadas, mantendo o estatuto ou pelo menos a pretensão de ser o *leadership* regional. Uma das mais importantes destas decisões foi à intervenção militar do Senegal na Gâmbia em para impedir a tomada do poder pela esquerda no país vizinho que seria, conforme Seck (2005), um facção apontado no coração do Senegal. Esta intervenção apesar de ser uma resposta pragmática a um problema imediato foi apresentada com razão como sendo a realização natural do destino das populações do Senegal e da Gâmbia que, se materializou com a assinatura do tratado da instituição da confederação da Senegâmbia, que unira os dois países de 1982 até 1989.

A união Senegal e Gâmbia a través de um acordo de confederação foi à realização de um sonho mais antigo que a existência dos dois países como Estados independentes, pois, segundo Mbodj (1985), desde século XVII os ingleses tinham esta idéia ou sonho que foi durante a guerra dos sete anos uma realidade apos a vitória inglesa sobre as forças francesas. Portanto a primeira confederação da Senegâmbia data de 1763 quando pelo tratado de Paris do mesmo ano concedeu as possessões francesas de Dakar, Gorée e Saint Louis aos britânicos. Certamente seria desnecessário pensar em unir estes dois países, que são de fato uma realidade geográfica (SECK, 2005: 226), se não houvesse o tratado de paz de Versalhes de 1783, que causou o desaparecimento da Confederação e a devolução dos territórios do Senegal aos franceses enquanto que a Gâmbia continua inglesa ou então se as negociações entre franceses e ingleses tivessem dado certo.

Evidentemente, todos os governos que tiveram o domínio, sobre estes territórios tinham interesses sócio-políticos, econômicos e principalmente estratégicos em unir, ou melhor, a não dividir a Gâmbia e o Senegal em dois estados distintos. Dentro desta lógica, os franceses procuraram em vão, em trocar a colônia inglesa da Gâmbia com os territórios da atual república do Gabão (Mbodj, 1985). Portanto, é esta importância estratégica, percebida desde o século XVII que continuo viva ao longo da história, a começar pelo período colonial que consagrou a minúscula colônia britânica em país dentro de um espaço maior de colônia Francesa configurando assim, uma das fronteiras mais estranha e artificial do continente africano. Com base na conferência do Berlin (1884-1885), franceses e ingleses fixaram definitivamente as fronteiras entre os dois Estados por um tratado assinado em 1889 consolidando assim, a balcanização da África Ocidental.

Depois da segunda grande guerra (1939-1945), quando surge a idéia de independência dos territórios colonizados Senegal tentou em vão convencer os vizinhos em reivindicar uma autonomia unificada, com base nas afinidades históricas e culturais entre os dois povos. Porém, a tese de uma Senegâmbia histórica não é tão obvia para os adversários da união visto que, durante o período pré-colonial a região era dividida em vários estados indígenas rivais, portanto, a Senegâmbia era mais um termo geográfico vago que uma realidade política, na opinião de autores como *Arnold Hugues* que afirma que:

A única entidade a ter o nome de Senegâmbia foi a fusão transitória dos donos de estabelecimentos comerciais francês e britânica localizada no litoral e sob controle

britânico, durante o período 1765-1778. É verdade que as fronteiras coloniais não conseguiram impedir a existência de laços econômicos e culturais entre o Senegal e a Gâmbia (HUGHES, 1991)⁴⁴.

É importante, porém, notar que este autor, menospreza a unidade sociocultural e econômica que existe entre os dois países, além de não reconhecer que a Senegâmbia a que ele se refere, não foi criada amigavelmente entre franceses e ingleses, mas sim, resultou da guerra dos sete anos que consagrou os Britânicos vitoriosos com direito a ocupar os estabelecimentos dos franceses nos territórios do Senegal. A respeito das rivalidades entre os estados tradicionais da Senegâmbia, havia sim rivalidades, guerras e atritos, mas, também havia cooperação e relações saudáveis entre os mesmo nas diversas áreas que se possa imaginar, visto que, os diferentes reinos e povos da região viviam no mesmo espaço geográfico e histórico representado pelo império do Mali. No auge deste império, os historiadores e estudiosos do assunto, (*Cheikh Anta Diop, Carlos Lopes, Boubacar Barry*) etc. são unânimes que, tanto os territórios da Gâmbia quanto os do Senegal faziam parte império do Mali. Neste sentido, pode se afirmar que o império do Mali era um estado Federal, que não só recebia impostos dos vários estados sobre seu domínio, mas, também garantiam a segurança da região.

Senegal e Gâmbia eram partes integrantes do império do Mali, que segundo Diop (1987), se estendia em toda a África Ocidental até o império do Monomotapa durante o reino do Kanka-Moussa (1312-1332), cujo eram vassalos até o seu declínio no século XVII. A respeito das rivalidades entre os vários estados que, conviviam no espaço da Senegâmbia, Mbodj (1985: p.18), observa que no interior da Senegâmbia, viviam vários reinos que guerrilhavam entre eles, mas também, assinavam acordos de paz.

As entidades políticas não existiram antes da sociedade e muito menos sem ela, logo pode se afirmar que, ao reconhecer que as fronteiras coloniais não conseguiram impedir o funcionamento dos laços culturais e econômicos, Hugues (1991), deve aceitar que a falta de uma estrutura política não significa a impossibilidade de criá-la, visto que, social, cultural e geograficamente a região é unida. Isso explica a busca incansável das autoridades pela

⁴⁴ Do francês: La seule entité à avoir porte le nom de la Sénagambie a été l'éphémère fusion des comtoirs franco-britaniques situés sur la côte et sous contrôle britannique pendant la période 1765-78. Il est vrai que les frontières coloniales n'ont pas réussi a empêcher l'existence de liens économiques et culturels entre le Sénégal et la Gambie (HUGUES, 1991).

união política na região, ao longo da história, pois, de fato é este terceiro elemento que falta para a formação do Estado, da Federação ou confederação (ou de qualquer coisa do gênero), da Senegâmbia.

Segundo Seck (2005), Senegal buscou a unificação antes, durante e depois das independências sem sucesso devido á divergências relativas à repartição das responsabilidades em Estado federal ou, em uma confederação entre dois territórios de tamanho diferente. Do lado da Gâmbia, o governador *Edward Windley* (1957-1962), que preparou a independência do país, estava a favor de uma integração livre da Gâmbia com o Senegal para resolver os problemas de inviabilidades, econômica, sociocultural e política, e a primeira administração do país tomou a iniciativa de organizar reuniões ministeriais com o Senegal (Hugues, 1991). O Partido Progressista Popular da Gâmbia (*People's Progressives Party- PPP*), ao vencer as eleições de 1962 se mostrou disposto a trabalhar para uma integração política com o Senegal. Portanto, ambas as partes, estavam convencidas das necessidades e a importância de uma união política, restava determinar a melhor maneira de fazê-lo.

Em 1963, o governo do Senegal, dirigido por Leopold Sedar Senghor e da Gâmbia sob o comando de Dawda Diawara, para resolver o problema do como? Pediram a Organização das Nações Unidas (ONU) de realizar um estudo para determinar que tipo de relação política seja mais viável para unir os dois países. O resultado do Estudo apontara a integração total da Gâmbia no Senegal (i), uma federação mais livre que, é de fato, próximo à confederação proposta e preferida pela Gâmbia (ii), ou uma cooperação (iii), que de maneira gradual e progressiva resultara na integração política como três possibilidades ou opções viáveis (VAN MOOK, 1964 apud Seck, 2005).

O relatório da ONU, no entanto não parece resolver os problemas, pois, ao propor três opções, deu uma abertura para discordância entre Banjul e Dakar. Segundo Hugues (1991), a primeira alternativa, que é a integração, foi à preferida das autoridades do Senegal, com boas razões, pois, transformava simplesmente a Gâmbia em uma região do Senegal. Ou seja, o centro de decisões e de poder seria transferido em Dakar com todas as vantagens para as elites senegalesas em detrimento das da Gâmbia. Segundo *MBODJ* (1985) a integração proposta aqui é a solução desejada pelas teorias desenvolvimentistas

dos países do terceiro mundo, mas, foi negada pela Gâmbia, por justa causa certamente, visto todas as conseqüências, que a realização de tal projeto poderia trazer para precisamente a elite dirigente da colônia inglesa.

A Federação, que é uma forma menos rígida, mais equilibrada, pois se efetuaria de forma gradual na medida em que os espíritos e sistemas políticos, econômicos e administrativos evoluem em um sentido favorável aos dois estados, encontra resistência do Senegal, que, devido a uma experiência recente com o Mali não quer se ariscar em outra aventura parecida tão cedo e, a Gâmbia descarta toda a possibilidade de integração total que, tire a sua autonomia. A esta altura, somente restava à cooperação como única possibilidade que os dois países têm para construir um futuro comum, apostando no estabelecimento de um ponto jurídico inter-estatal feito de tratados bilaterais que levassem em consideração os diversos setores de interesse nacional tanto da Gâmbia quanto do Senegal. É bom salientar que, essa opção foi mais uma escolha da Gâmbia, que depois da independência em 1965, declara optar por uma cooperação estreita feita de tratados e de acordos bilaterais nos setores de interesse político, econômico e cultural com o Senegal (MBODJ, 1985, p.28).

Na falta de uma federação ou uma confederação, a opção pela estreita cooperação tem como vocação de criar um aparato legal, a partir de acordos bilaterais que cobrem setores de interesse comum entre o Senegal e a Gâmbia. A homogeneidade das características dos dois países faz com que os dirigentes se dão conta de que os interesses e necessidades de seus países são além de variadas, inseparáveis, fato que explica a multiplicação dos acordos e tratados assinados nas duas décadas que seguiram a independência dos dois Estados. Assim, os dois países, assinaram trinta tratados entre 1965, ano da independência da Gâmbia, e 1982, ano, em que nasceu a confederação da Senegâmbia (HUGHES, 1991).

O primeiro tratado assinado entre os dois países data de 1965 e desrespeita a criação de uma secretaria permanente, encarregada de organizar reuniões ordinárias entre os chefes de Estados da Gâmbia e do Senegal e de seus respectivos governos, a fim de promover a cooperação técnica e socioeconômica, assim como manter atualizadas as negociações sobre os assuntos de interesses comuns, e, certamente chegar a uma união mais concreta. Ao

propor a criação deste órgão, assim como a criação de um aparato de negociação contínua, Leopold Sedar Senghor⁴⁵, acreditava poder por estes meios alternativos chegar a uma integração ou pelo menos, ter certo controle político, socioeconômico e principalmente militar nos territórios da Gâmbia para garantir a integridade do território nacional do Senegal. Além do tratado de associação que deu origem a secretaria permanente entre Senegal e Gâmbia em 1965, pode se citar o tratado econômico assinado em 1970 entre os dois Estados e a criação da Organização da valorização do Vale do Rio Gâmbia (*OMVG*) em 1978, como as realizações mais importante no âmbito da cooperação entre Senegal e Gâmbia de 1965 a 1982.

Observa-se, portanto, que, apesar da ausência de uma entidade política comum na Senegâmbia, os dois Estados, devido à situação geográfica, sua convivência natural, e, uma interdependência inevitável, são de certa maneira, condenados a viverem juntos e conseqüentemente a cooperarem nas diversas áreas da política, da economia e, mais a inda na área sociocultural.

A Gâmbia, com seus 300 km² de comprimento e uma largura que varia entre 12 e 25 Km² separa a parte norte do Senegal da sua região sul (Fig. 3) e, conseqüentemente, os grupos étnicos e religiosos dos dois países são os mesmos, assim como o clima, a vegetação, a fauna, a flora e as riquezas do solo e do subsolo, o que justifica a importância da Gâmbia, para a formação e consolidação do Estado nacional senegalês principalmente no que desrespeita a segurança nacional. Do lado da Gâmbia a sua situação geográfica a faz depender em vários sentido do Senegal, donde, a necessidade de boas relações com seu único vizinho direto, bem que, as relações entre os dois países se deterioraram no período que vai de 1969 até 1974, devido vários incidentes de fronteira. Segundo Hughes (1991), uma política de repressão de contrabando de produtos vindo da Gâmbia, adotado pelas autoridades do Senegal, assim como um problema de fronteira, entre os dois países, leva as autoridades da Gâmbia a adotarem uma política de distanciamento em relação a Dacar, e a buscar uma aproximação mais ampla em nível africano, assim, a Líbia que tinha ambições na África Ocidental, aproveita para se aproximar da Gâmbia. Fato, que aumenta a

⁴⁵ É por isso ele afirma na ocasião da adoção do tratado de associação que “*ce traité d’association est un cadre qui nous permet d’aller aussi loin que nous voudrions*” Ou seja, com este tratado, ele poderá atingir os principais objetivos do Senegal, que é a integração, anteriormente negado pala Gâmbia.

preocupação de Dacar, apesar, da manutenção dos acordos de cooperação já existente entre o Senegal e a Gâmbia. Senegal era considerado o representante ocidental na região devido principalmente, as suas relações com a França e, Senghor tinha medo de ver seu governo desestabilizado a partir dos países vizinhos tais como república da Guiné, Guiné Bissau e principalmente da Gâmbia.



Figura. 4. Situação geográfica da Gâmbia.

Fonte: Central Intelligence Agency (CIA) (2010)

Apesar de todos os fatores favoráveis e as diversas tentativas, a união entre os dois países somente aconteceu duas décadas depois da independência, depois da intervenção do exército senegalês para restabelecer a ordem e o presidente derrubado por um golpe de Estado atribuído à esquerda, na Gâmbia. A decisão de formar a confederação da Senegâmbia foi tomada pelos governos senegaleses e gambianos durante o um encontro entre o presidente do Senegal (Abdou Diouf) e o presidente da Gâmbia (*Dawda Diawara*, exilado temporariamente) nos dias 30 e 31 de julho de 1981 a *Kauro* um vilarejo da Gâmbia. Quais foram às bases ou origens, os motivos reais e os objetivos desta decisão? E, quais serão as realizações e fracassos da mais longa união entre dois Estados

independentes na África nos últimos cinquenta anos? A resposta a estas indagações nos ajudara a entender, a importância da confederação da Senegâmbia para o Estado Senegalês e, para a região onde ela esta inserida, principalmente quando se trata da questão da segurança.

2.5.1 Bases e Motivos da Confederação

A elaboração de qualquer projeto é motivada pelo desejo de se alcançar um ou mais objetivos, seja eles, socioeconômicos, políticos, cultural, estratégicos ou ambos como é o caso da confederação da Senegâmbia. Assim, as grandes linhas destacadas pelo tratado ou regimento geral da confederação são: a criação de uma instituição política e administrativa em conjunta, que será dirigida por um presidente e um vice-presidente, um conselho de ministros, uma assembléia eleita indiretamente pelas assembléias do Senegal e da Gâmbia e uma secretária; a integração parcial das forças armadas e de segurança dos dois países com liberdade de ação em todo o território da confederação, a criação de uma união econômica e monetária e a harmonização da política externa e de cooperação técnica dos dois países, sendo que, o funcionamento e condução destas diretrizes devem respeitar a soberania de cada Estado contratante do acordo. Como já foi mencionado, ao longo da historia se buscou sempre a união dos dois países em uma única entidade sociopolítica, econômica e política sem êxito, apesar do engajamento de Dacar, preocupado em preservar a integridade do seu território, em realiza o sonho da Senegâmbia unida, no entanto, o levante da rebelião dirigida por *Kukoï Samba Sanyang*, contra a autoridade de Banjul, deu origem a que vira ser conhecido como a Confederação da Senegâmbia (1982-189). Em resumo, pode se concluir que entre as várias razões e motivos, a questão da segurança é sem dúvida o mais significativo que de origem a Confederação da Senegâmbia. Ou seja, um dos principais objetivos da união entre a Gâmbia e o Senegal foi determinado pela questão securitária.

2.5.1 Origem e evolução da confederação da Senegâmbia

Falar da origem e da evolução da confederação da Senegâmbia (1982-1989) nos leva a examinar fatores históricos que, vão do período pré-colonial, colonial e pós-colonial, porém, por questão de método e de limitação do tema, partiremos aqui do período que precedeu a assinatura do pacto da confederação. Ou seja, tomaremos como ponto de partida o golpe do Estado ocorrido na Gâmbia em 1981, na ocasião do qual as forças armadas senegalesas, com base nos acordos de não agressão e de defesa mutua foram solicitado a intervir para restabelecer a ordem institucional no país vizinho. Este fato histórico servira de justificativa para a realização em um tempo recorde um projeto que sempre preocupou as autoridades Senegalesas, por motivos político, econômico, sociocultural e principalmente estratégico.

Assim, a intervenção do exercito do Senegal para expulsar os golpistas, comandado por Kukoï Samba Sanyang e devolver o poder ao presidente legalmente eleito, da Gâmbia, Dawda Diawara, em 1981, foi justificado pelos os acordos de defesa que existia e existem ainda entre vários países africanos, no entanto, como foi no caso da intervenção senegalesa em Bissau em 1998, a grande preocupação do Senegal é sua segurança interna. Por isso, para entender, os motivos reais tanto, da intervenção senegalesa na Gâmbia quanto à criação da confederação da Senegâmbia, é importante analisar as preocupações das autoridades de Dacar quanto à segurança interna do Senegal.

Neste sentido, a confederação da Senegâmbia, vem suprir um desejo antigo das autoridades senegalesas. É importante observar que, o nome ou a forma de integração ou de cooperação pouco importava para o Senegal, pois, o único objetivo é garantir que a existência da Gâmbia como país autônomo, não perturbe a segurança e a integridade do território ou espaço físico do Senegal. Esta preocupação de Dacar se justifica pelos acontecimentos históricos que se sucederam na região, principalmente desde que surgiu a idéia de independência das colônias, que viu a adoção de medidas que não somente precipitaram os acontecimentos, mas também, aumentou as rivalidades sociopolíticas tanto no plano interno de cada território quanto no plano regional e mesmo continental.

Desde a década de sessenta, a posição do Senegal, não deixa dúvida quanto a sua opção de ser um país moderado e pró-ocidental, apesar dos riscos que isso poderia trazer para o país e principalmente para o governo, que tente se proteger contra as possíveis

ameaças. Assim, o governo de Dacar via certos países estrangeiros, que serão alias, acusados de cúmplice e de conspiração em colaboração com os movimentos, contrários ao governo tais como os movimentos de esquerda urbana, os fundamentalistas muçulmanos ou o Movimento das Forças Democráticas da Casamance (MFDC), para desestabilizar o governo do Senegal e dividir o país (HUGHES, 1991). Assim países, como Gana de Kwamé Nkourouma, Mali de Modibo Keita, Guiné do Ahmad Sekou Touré, e Guiné Bissau do João Bernardo Nino Vieira, foram considerados como ameaça para o Senegal e seu governo durante um longo período, além da Líbia do Coronel *Mohamar El Khadafi* que, sempre foi contra os interesses da França e do imperialismo europeus, e, principal fonte de desestabilização de países desde década de setenta. Fora da África, Senegal enxergava a União Soviética e seus aliados como ameaças menos imediatas pelo menos até os anos de 1980 reforça Hughes (1991).

Diante de tal cenário, é fácil entender a preocupação do Senegal quando, um grupo rebelde supostamente apoiado pela Líbia tenta se instalar na Gâmbia pela força, derrubando o presidente eleito, que, apesar dos atritos e diferenças já referidas, pelo menos mantinha relações de amizade e de cooperação em diversas áreas de interesse, logo se justifica a intervenção não somente pelos acordos da defesa mutua, mas também para prevenir, prováveis complicações que possam comprometer a integridade do território senegalês. É bom lembrar que, o interesse do Senegal em controlar ou acompanhar de perto os acontecimentos na Gâmbia, devido a seu medo de ver sua segurança interna comprometido não visava somente evitar a incursão de elementos externos, mas também evitar que os territórios do país vizinho seja esconderijo de membros dos grupos radicais senegaleses tais como os fundamentalistas muçulmanos, os membros dos grupos esquerdista do Senegal, que são declaradamente hostis ao governo de presidente Senghor principalmente, em um período marcado por uma verdadeira perseguição política no Senegal, que começou com a prisão do primeiro vice-presidente, *Mamadou Dia* (1910- 2009), acusado de preparar um golpe do estado.

Segundo Hughes (1991), em respostas a estas ameaças ou supostas ameaças, o Senegal tinha se dotado de uma poderosa capacidade defensiva, composta de unidade militar e paramilitar estimada a nada menos que dezessete mil (17.000) homens, além dos acordos de cooperação em matéria de defesa assinada com a antiga metrópole, a França e

vários outros países francófonos da África ocidental. Ou seja, Senegal, devido à insegurança e a desconfiança do governo tanto em relação aos países vizinhos quanto a países de ideologias oposta como a URSS e seus aliados se dotaram de uma serie de medidas, que deixaram suas tropas prontas para enfrentar qualquer tipo de ameaça no plano interno e externo. Neste sentido pode se afirmar que o Senegal, a imagem de vários outros países de certa forma, não ficou fora do espírito da Guerra Fria, fato que o permitiu ao país a se dotar de um exército preparado, tecnicamente e moralmente. Nesta ótica, o pedido de socorro do presidente da Gâmbia, Dawda Diawara, para dismantelar os rebeldes veio na boa hora por motivos óbvios. Primeiro, a intervenção das tropas do Senegal, na Gâmbia além de servir de teste para o exercito, permitiu ao Senegal demonstrar sua força militar e, servir de alerta para o resto dos países vizinhos, principalmente a Guiné-Bissau, que vinha travando uma brigada silenciosa com o Senegal a respeito da fronteira marítima entre os dois países. Segundo, a intervenção do Senegal servira de alerta também, para os separatistas da Casamance e, igualmente, permitiu ao Senegal de incluir de forma definitiva a Gâmbia no seu perímetro de defesa, satisfazendo assim uma perspectiva regional. Apesar de Mbodj (1985), afirmar que a confederação da Senegâmbia, que foi fruto de uma vontade política expressa de forma soberana tanto pela Gâmbia quanto pelo Senegal, um olhar atento nos fatos e nas circunstancias em que foi anunciado, nos levar a crer que foi mais por vontade e exigência do Senegal bem que, as autoridades da Gâmbia continuaram coerentes na defesa de seus interesses pessoais.

Pode se perguntar qual é a coerência das autoridades da Gâmbia neste processo? Se antes as elites da Gâmbia foram resistentes tanto à integração quanto a confederação, preferindo acordos de cooperação ou de associação, é efetivamente como foi assinalado anteriormente, devido ao medo de perder seus privilégios de representante de um Estado independente, e isso não é um fato exclusivo a Gâmbia, mas, pois, foi motivo da dissolução da federação do Mali, assim como foi um dos motivos que impediu a integração regional na África. As brigas e as discordâncias somente aparecem quando se trata da questão do poder, tanto é assim, que Felix Houphouet Boigny, entendeu que a ausência dos deputados do Senegal (Senghor e Blaise Diagne), no congresso de Bamako, se justifica pelo fato que estes, não aceitaram serem dirigidos por outra pessoa. Ou seja, querem sempre ser dirigentes “se sont les éternels dirigeants” afirmara o líder do Costa do Marfim.

De qualquer forma, no caso da Gâmbia, era difícil recusar pelo menos, de fazer parte do circo de defesa do Senegal devido a sua situação geográfica⁴⁶ assim como a importância da Gâmbia no aparato securitário do Senegal. Neste sentido, esta asserção de Hughes (1991), é bem ilustrativa:

A Gâmbia é uma peça importante no aparato militar senegalês por vários razões. Temia-se que os discordantes (opositores) do regime senegalês sejam refugiados na Gâmbia, mas, no final da década de 1970, era mesmo as conseqüências diretas de uma insurreição neste país que motivaram Leopold Sedar Senghor e seu sucessor Abdou Diouf invocar o acordo de defesa de 1965 e o envio de tropas senegalesas na Gâmbia⁴⁷.

A partir deste momento, pode se perceber que o golpe de Estado sofrido pelo governo eleito da Gâmbia, foi estrategicamente positivo para o Senegal convencer às autoridades de Banjul da importância de uma estreita cooperação principalmente no que desrespeite a segurança não somente da integridade territorial de cada país, mas, e principalmente para os governos locais. A restituição do poder ao presidente eleito na Gâmbia grãs a intervenção militar senegalesa foi um argumento fundamental para realizar de maneira mais rápida possível, um dos antigos projetos do governo senegalês que é a integração da Gâmbia no seu espaço securitário e vigiar de perto os separatistas da Casamance. Assim, considera-se que o principal ponto de partida ou origem da Confederação da Senegâmbia, que uniu a Gâmbia e o Senegal a partir do dia primeiro de Fevereiro de 1981, começou a vigorar o pacto assinado pelos presidentes, *Abdou Diouf* do Senegal e Dawda Khairaba Diawara da Gâmbia e ratificado pelas assembléias nacionais respectivas dos dois Estados, até em dezembro de 1989, data, da sua dissolução.

⁴⁶ Totalmente cercado pelo Senegal, a Gâmbia não tem como negar, de ser inclusa na área de segurança de seu vizinho, pois, qualquer problema de segurança interna da Gâmbia afeta diretamente o Senegal. Nesta ótica, o pacto de defesa entre os dois países assinado em 1965, confirma o papel protetor do Senegal no lugar da antiga metrópole, a Inglaterra (Hughes, 1991).

⁴⁷ Do francês: La Gambie est une pièce importante de l'échiquier militaire senegalais pour plusieurs raisons. D'abord on craignait que les dissidentes senegalais y cherchent refuge, mais ver la fin des années 70, c'était la menace d'une insurrection en Gambie meme, avec ses consequences indirectes sur le Sénégal, qui ont poussé Leopold Sédar Senghor et son successeur, Abdou Diouf a invoquer l'accord de défense de 1965 pour y envoyer leurs troupes”

Ao assinar os acordos de defesa entre o Senegal e a Gâmbia em 1965, Leopold Sedar Senghor, tinha uma idéia clara de que representava este país para a segurança e integridade do território nacional do Senegal e a criação da confederação da Senegâmbia, que seguiu a intervenção das forças armadas Senegalesas no país vizinho, definira a natureza das relações do Senegal tanto com a Gâmbia quanto com a Guiné Bissau e até certo ponto com a Mauritânia que constava na lista dos países hostis ao governo de Dacar. Certamente não foi por mera coincidência entre o nascimento da confederação e o início oficial do conflito entre o exercito senegalesa e o Movimento das Forças Democráticas da Casamance (MFDC), pois segundo Hughes (1991), ele permitiu ao Estado do Senegal evitar que se forme uma coalizão anti-senegalês entre Banjul, Bignona e Bissau (3B⁴⁸) e transformar a Gâmbia militarmente dependente do Senegal, além de evitar que Gâmbia se alie com a Nigéria, considerado adversário direto do Senegal no que desrespeita a liderança da Segurança na África ocidental. Nesta ótica, a confederação da Senegâmbia permite ao Senegal de criar, um sistema unificado de defesa e segurança sobre o seu controle, do lado da Gâmbia, as autoridades do país preferiram se subordinar militarmente, a seu vizinho que de enfrentar uma instabilidade interna, correndo o risco de perder o poder. Assim, a partir de 1981, a segurança interna da Gâmbia esteve nas mãos das forças armadas senegalesas, garantiam também, a proteção do presidente Diawara e do seu governo, além da formação de uma nova força de segurança para substituir a *Field Force*, desestabilizada (HUGHES, 1991).

A integração econômica e monetária era outro objetivo da confederação da Senegâmbia, e interessava particularmente as autoridades de Dacar visto que, conforme o autor acima citado, desde a época da colonização o Senegal considera que um desenvolvimento econômico funcional somente pode ser pensado no âmbito regional. Esta visão explica certamente o engajamento do Senegal nas organizações a caráter econômico regional como a União Monetária Oeste Africana (UEMOA), a Comunidade Econômica da África de Oeste (CEAO), da Organização para a Valorização do rio Senegal (OMVS), além

⁴⁸ São respectivamente os principais centros urbanos ou cidades da Gâmbia, Casamance e Guiné-Bissau e, onde, há um projeto de construir um Estado Diola (etnia dominante na região). Ou seja, Gâmbia e Guiné Bissau ou pelo menos, alguns elementos destes países estariam apoiando os rebeldes da Casamance, e isso pareceu se confirmando no conflito da Guiné Bissau em 1998, quando Ansoumana Mané, fez aliança com os rebeldes para derrubar o presidente do país que conterà com o apoio das forças senegalesas e Guineense de Conakry.

da Organização para a valorização do rio Gâmbia (OMVG) etc. que visava à exploração energética dos rios através de construção de barragens hidroelétricas e de construção de ponte assim como a exploração do petróleo *off shore*.

Da mesma forma que as forças de segurança foram integradas, a União econômica, tinha a previsão de criar um serviço aduaneiro integrado e de revisar os acordos de entradas de produtos da Gâmbia no mercado Senegalês a fim de desestimular a entrada de mercadorias contrabandeadas e conseqüentemente reforçando as relações comerciais que, na visão das autoridades de Dacar, seria favorável aos dois países. O conjunto destes objetivos e realizações visava no curto e no longo prazo, reforçar a cooperação econômica, garantindo a segurança interna e externa dos Estados da Gâmbia e do Senegal e chegar a uma união política que, serviria de base para uma futura Unidade Africana (UA).

A confederação era percebida como um meio de reforçar a cooperação entre Senegal e Gâmbia no domínio das relações exteriores [...], mas, a integração sene gambiana foi igualmente apresentada como um pequeno passo em direção à realização do objetivo maior que é a Unidade Africana (HUGHES, 1991)⁴⁹.

Neste sentido percebe-se que os objetivos tanto da Confederação da Senegâmbia quanto da Federação do Mali, para o estado senegalês, visam no longo prazo à integração regional e continental. Ou seja, a idéia da integração africana esteve sempre presente no projeto de construção do Estado nacional do Senegal, seja por motivos políticos, socioeconômicos ou securitários. No entanto, a história mostrou que a falta de mecanismos claros de acesso ao poder, foram sempre os motivos de fracasso das instituições, assim foi, tanto no caso da Federação do Mali quanto no caso da confederação da Senegâmbia, bem que neste último caso, um dos motivos evocado pelos analistas do assunto, foi à falta de apoio das populações, portanto, a integração deve começar no plano local, interno cada país antes que seja levado a nível interestatal ou regional. O que pressupõe de antemão, uma consolidação do estado nacional, no sentido de ter uma sociedade, uma cultura harmonicamente integrada na sua varias formas.

⁴⁹ Traduzido do francês: La confederation était perçue comme un moyen de renforcer la cooperation entre Le Sénégal et la Gambie dans le domaine des relations exterieures [---], mais, l'intégration sénégalambienne a également été présenté comme un petit pas vers la réalisation de l'objectif plus grand qu'est l'Unité Africaine.

Nesta ótica, pode se perguntar até que ponto o Senegal, como estado esta preparado para uma efetiva integração regional? Dito de outra forma, qual o nível de integração sociopolítica, econômica e cultural do Senegal? Estas perguntas são validas também para outros países da África em geral e principalmente das ex- colônias francesas devidas, a importação e a imposição do modelo oriundo da metrópole aos novos dirigentes destes países. As respostas estas indagações podem da mesma maneira ser ampliada regionalmente, observando somente certo cuidado, pois, apesar dos objetivos serem os mesmos as formas diferem caso por caso e país por país.

A análise da construção do Estado no Senegal, depois da independência mostrou que tanto a suposta unidade nacional quanto a paz social ou a prática democrática são resultados de arranjos e de praticas feitas em favor da elite dirigente e da sua clientela interna e externa. Não há consolidação do Estado nacional no Senegal, pois, isso supõe no mínimo, que o Estado tem certa capacidade, de alcançar suas metas sem depender de alheios. Não obstante, viu se que o Estado construído e gerenciado pelo partido socialista tanto na gestão de Senghor, quanto nos primeiros dez anos do governo Diouf, a manutenção do clientelismo político internamente se explica pela carência de legitimidade devido às limitações das capacidades do Estado em dar respostas positivas às demandas sociais. Ora, as preocupações das elites dirigentes da África em geral e particularmente do Senegal nas duas décadas que seguiram a independência foi preservação dos seus cargos de comandos e para tanto, era necessário em primeiro lugar se alinhar e defender os interesses da metrópole ou das conexões internacionais que eram por essência os definidores das políticas e sistemas a seguir pelos novos estados.

Com base nas informações e analise feito do Estado do Senegal da federação do Mali até o fim da confederação da Senegâmbia, pode se afirmar que as dificuldades encontradas por estas entidades têm por principais causas a dependência externa das elites nacionais e a opção pela continuidade do sistema colonial, que condicionaram a suas legitimidades aos recursos financeiros e humanos fornecidos pelo sistema internacional largamente influenciado pelo clima da guerra Fria. Igualmente, o financiamento da clientela interna do partido-estado ou partido único que gerenciou o país foi fruto da posição estratégica e do papel desempenhado pelo Senegal na África ocidental durante a época da bipolaridade. Assim, o fim da guerra fria se apresenta no Senegal como o fim da

legitimidade do Estado interna e externamente, gerando tensões sociais dentro e fora do país. Portanto, o fim da guerra fria coincide não somente com o fim da confederação da Senegâmbia, mas também com o fim da paz social senegalesa, da democracia exemplar, além da abertura de zonas de conflitos nas diversas fronteiras do Senegal com seus vizinhos (Mauritânia 1989, Guiné-Bissau, 1993).

Para entender como que estas mudanças da geopolítica afetaram o Senegal, o próximo capítulo deste trabalho analisará o Estado e o regime político no Senegal a partir do fim da Guerra fria, que também coincide com o fim da confederação da Senegâmbia, para mostrar como a gestão tecnocrata do estado, fortemente apoiada nos recursos da ajuda externa e a dependência externa do Senegal contribuíram para o aumento das diferenças regionais e a clivagem étnica que resultou no conflito de Casamance.

2.6 Senegal de Diouf: do Fim da Guerra Fria a Alternância democrática (1990-2000)

Qual importância teve a guerra fria na vida política do Senegal? Quais foram as consequências da queda do muro de Berlim para o estado senegalês? O que a guerra fria tem a ver com as crises de legitimidade enfrentadas pelo Estado e pelo governo senegalês da década de 1990? Como ponto de partida para responder a estas perguntas, buscaremos de forma resumida, apresentar a participação africana na geopolítica mundial durante a guerra fria, buscando mostrar como a participação do Senegal nesta luta bipolar foi decisiva na manutenção da região da África ocidental no campo ocidental, e como o partido socialista no poder desde independência do Senegal, se beneficiou da guerra fria para legitimar e consolidar sua hegemonia.

O acesso à soberania dos países africanos se deu no âmbito da conjuntura da pós-segunda guerra mundial que podemos delimitar entre 1945 e 1975. Durante este período, marcado pela decadência do colonialismo, o sistema mundial recebeu mais cinquenta novos membros que, além de adotarem uma postura independente e anti-colonial, se juntam aos países asiáticos para formar a maior parte dos países do terceiro mundo, caracterizado pelo subdesenvolvimento e um passado colonial recente (SILVA, 2008). A emergência do terceiro-mundismo permite aos países africanos e asiáticos se posicionarem no sistema

internacional marcado pela decadência européia e a supremacia da bipolaridade, no qual o velho estilo colonialista é substituído por relações internacionais econômicas, políticas e culturais. A adoção de mecanismos próprios de articulação, elaboradas nas conferências do Bandung (Indonésia) de 1955 e de Belgrado (Iugoslávia) em 1961, permite aumentar o peso do terceiro mundo na geopolítica mundial. A rejeição da divisão do mundo em dois blocos feita pela guerra fria e a criação do bloco dos países não alinhados em prol da defesa de uma nova ordem econômica internacional mais justa, fará destes países palco da disputa entre Americanos e soviéticos.

Nesta ótica, o continente africano entra como um cenário privilegiado dos conflitos indiretos da Guerra Fria, primeiro no apoio da luta pela independência onde, o afastamento dos países africanos de seus colonizadores poderia significar abertura de espaço para novos mercados, novos aliados. Por isso, a independência dos países africanos não significou sistematicamente a saída do colonizador, mas sim a inauguração de uma nova forma de relacionamento e de dependência, devido principalmente à falta de recursos financeiros e humanos nos novos Estados. A ausência de quadros qualificados em número suficiente para ocupar postos na economia e na administração dos Estados independentes, bem como a situação neocolonial imposta pelas ex-metrópoles são algumas das fragilidades que submeterão a África ao neocolonialismo, que um sistema caracterizado pela relação de dependência e pela manutenção da exploração entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, numa relação de troca desigual (SILVA, 2008, p.127).

No final da década de 1980, enquanto os sinais do fim da Guerra Fria se mostravam promissora para países como a África do Sul, onde se anunciava também o fim do regime de apartheid, para a maioria dos países do continente negro era o início das mais variadas das crises que os estados encontraram particularmente para os países da África Ocidental e oriental o início de uma era trágica.

A vida política africana em geral e particularmente a vida política senegalesa transitou por várias fases na busca da sua autonomia no caminho à afirmação da sua identidade própria. Nesta ótica Visentini (2007, p. 106), identifica cinco fases de desenvolvimento da vida política africana que são a ascensão à independência que inicia com a primeira independência em 1956 e termina com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A segunda fase, que começa em 1963 e termina em

1975, corresponde à formação de sistemas de Estado. A fase, identificada como sendo a terceira da vida política africana, inicia depois das duas primeiras fases e termina na véspera do fim da Guerra fria em 1988, e se caracterizou por violentos conflitos na África Austral, Saara Ocidental e Chifre da África. Ou seja, a terceira fase cobre o período do mundo bipolar no qual o Senegal teve um papel importante na África ocidental, sendo o grande representante ocidental na região em troca de apoio financeiro e político. É importante observar que os elogios do regime de Dakar por parte da comunidade internacional em geral e a França em particular é devido em parte ao engajamento, senegalês em prol dos interesses da antiga metrópole. No entanto, os problemas e conflitos pelo menos sociais que afetaram os países da África em geral estavam igualmente presente no Senegal certamente em menor grau, devido ao sistema clientelista de controle social adotado pela elite dirigente.

Durante este terceiro período que coincide com a primeira fase da gestão do presidente Diouf, o Estado senegalês conseguiu responder com sucesso às demandas da pequena burguesia urbana e reforçou os dispositivos de controle social do campesinato grãs ao apoio dos *marabout* e da ajuda financeira das instituições financeira internacionais, porém, com uma diminuição progressiva da capacidade do governo em definir e realizar objetivos econômicos de forma relativamente autonomia (DIOP, DIOUF, 2002, p.101). Ou seja, apesar da aparente controle da situação social no país a legitimidade do governo estava fortemente em queda devido a limitação dos recursos financeiros e conseqüentemente da liberdade de assumir compromissos com a sociedade senegalês, em geral e principalmente em relação à clientela política, o que gera uma constante deterioração das relações entre de um lado o governo e as lideranças religiosas e de outro entre governo e sociedade. Assim, Senegal, na véspera das eleições presidenciais de 1988, se caracterizava por uma crise econômica sem precedente, queda de poder de compra, um sistema educacional em decadência e em degradação constante, grosso modo uma deterioração generalizada das condições de vida da sociedade. Logo pode se afirmar que as soluções propostas pelas instituições internacionais e adotadas pelo governo senegalês não trouxe soluções para os problemas socioeconômicas, política e culturais do país.

O fim da guerra fria, que corresponde à quarta fase da política africana, não melhorou a situação dos países africanos apesar de trazer soluções para alguns conflitos

regionais herdados da fase anterior, permitir a liberalização dos regimes políticos e a abertura das economias locais, mas sim, conduziu a marginalização da África nos assuntos internacionais e a realização dos conflitos (VISENTINI, 2007), e representou para o continente uma perda de importância estratégica e de capacidade de barganha. A África passou a sofrer os efeitos da marginalização e da perda da posição estratégica do continente por parte das grandes potências, que diminuíram a cooperação e os instrumentos de ajuda (SILVA, 2008, P.136). Logicamente Senegal que, tinha uma dependência maior ou beneficiava mais das relações exterior na época da guerra fria devido a seu alinhamento e principalmente a sua posição estratégica, sofre mais o impacto do fim ou a diminuição do assistencialismo externo. Assim, a partir de 1988, os problemas socioeconômicas que enfrenta o Estado Senegalês se traduz pelo aumento da contestação interna e externa.

No plano interno as manifestações de desaprovação da prática governamental atingiu seu paroxismo depois das eleições presidenciais e legislativas de 1988, precedida por uma longa greve estudantil. Os estudantes reclamavam melhores condições materiais e pedagógicas nas salas de aulas, diminuição das tarifas de transporte, ampliação dos restaurantes universitários, o aumento do valor das bolsas de estudos, oportunidade de empregos para os diplomados e transparência nas eleições presidenciais e legislativas como o faziam os partidos políticos da oposição (SY, 2008). Assim, as eleições de 1988, são vistas como um dos momentos forte do Senegal ao longo do governo do presidente Abdou Diouf, um ponto de ruptura que vai influenciar o curso da evolução política desde então, marcada nos principais centros urbanos do país por uma única contestação. Esta crise socioeconômica, política e social que atinge o Senegal, mostravam claramente que a crise do regime do presidente Diouf esta aberta, e foi agravada por um atrito entre o regime uma parte de seu principal aliado, as forças armadas, apesar de ser conhecida como uma força republicana e profissional se, consideramos os critérios fixados por Huntington (1997), que são: um alto nível de profissionalismo, uma subordinação efetiva dos militares às autoridades políticas (civis), que, tomam decisões fundamentais em matéria de política externa e de defesa, e, reconhece e aceita a existência de um domínio de competência no qual o exercito beneficia de uma verdadeira autonomia, ou seja, um mínimo de intervenção dos militares na política e um mínimo de intervenção dos políticos na área militar.

É importante lembrar que, no Senegal, o exercito foi fundamental na consolidação da hegemonia de Senghor e do partido Socialista. No fim da Federação do Mali foi grãs a cumplicidade do exercito que Senghor conseguiu reverter à crise política que o opunha com Modibo Keita, em seu favor e proclamar a independência do Senegal e o fim da federação, bem como em 1962, foi em parte grãs ao apoio do exercito que o presidente Senghor se livrou do seu primeiro ministro Mamadou Dia e seus colaboradores mais próximos como Valdiodio Ndiaye e Ibrahima Sarr.

Nesta ótica, pode se perceber que se os dirigentes senegaleses são acostumados a lher dar com manifestações sociais, a movimentação contraria ao governo por elementos pertencente ao exercito era novidade e, portanto, motivo de preocupação principalmente em um continente marcado por sucessivos golpes de estado, além da nova onda de instabilidade que imperava em alguns países do continente e da região. Evidentemente, as crises e os conflitos não são novidades nos países africanos pós-independência, inclusive o Senegal, considerado uma vitrina da democracia e do dialogo social. Segundo USAID (2001), até os anos noventa (1990), os mais importantes focos de conflitos estavam no campo mais restrito do governo colonial ou de uma minoria branca e as lutas armadas para a libertação dos países que não tiveram a independência de forma negociada e pacifica, foram praticadas na maioria das vezes com fundo de intervenção externa no âmbito da guerra fria. Assim, o fim da colonização seguido da queda do muro de Berlin e o fim da apartheid coincidiram com uma onda de democratização que criou novas perspectiva e esperanças para o renascimento africano. No entanto, se o fim da colonização e a liberalização sociopolítica e econômica trouxeram vantagens em diferentes partes do continente, permitiu e contribui também para a instauração de conflitos internos complexos em vários países.

O Estado do Senegal não escapa desta nova fase da política africana (quinta fase na classificação de Visentini), que foi marcada pelo surgimento de novos tipos de conflitos internos em vários países da África e pela globalização dos mercados. Isto é para os países africanos a adoção de medidas econômicas e políticas impostas pelas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), devido às dificuldades econômico-financeiras e políticos que encontram os países africanos. No caso do Senegal, antes da década de noventa vários medidas visando à

melhoria da economia nacional foram tomadas, entre elas, o plano de estabilização econômica (1978-1979), o plano de recuperação econômico e financeiro 1980-1984 e o programa de ajustamento estrutural (PAE) de médio e longo prazo (1985-1992). Segundo Diop (2002), apesar dos vários planos econômicos adotados pelo Senegal, os resultados e efeitos destas medidas foram mitigados porque, a adequação dos dirigentes senegaleses às proposições das instituições internacionais não visava necessariamente a melhorar o bem estar da sociedade senegalesa em geral, mas sim ter amplo acesso aos recursos externos, à falta de eficácia na aplicação destes recursos compromete a legitimidade do governo tanto no plano interno, onde se multiplica as contestações e cobrança pela transparência na gestão pública quanto externa por parte das instituições financeira internacional (FMI, BM).

Portanto, se antes, a incapacidade estatal era compensada pela gestão da clientela política representada pelas lideranças, regionais, tradicionais e religiosas, a partir do fim da guerra fria, o governo vê crescer as crises políticos socioculturais econômicos enfraquecendo ainda mais o Estado senegalês a imagem de outros estados da região. No plano político, a erosão da legitimidade das ditaduras militares, dos partidos únicos como no caso do partido socialista senegalesa, se explica pelo fato que o sistema acabou por produzir, na década de 1990, um sentimento de cinismo e de desgosto da população em relação ao Estado, visto como um simples predador.

No plano econômico, a ideologia do desenvolvimento da década de 1960 que incentivou a expansão do intervencionismo do estado, num campo que rapidamente ultrapassa de longe o alcance das capacidades do Estado e de seus recursos. Ao longo da década de 1980, os programas econômicos promovidos pelas instituições financeiros internacionais e pela comunidade internacional principalmente dos países ocidentais produziram resultados variados e na maioria dos casos restringem a capacidade institucional de governança e de fornecimento de serviços (USAID, 2001).

No Senegal, o fim da guerra fria, acaba com bela imagem ou a ilusão que Senegal é uma democracia e tão pouco um Estado forte, que tem o monopólio do uso da força e da coerção. As dificuldades econômicas, a rebelião armada em Casamance e o surgimento de conflitos fronteiriços com seus vizinhos da Mauritânia, Guiné Bissau e, uma deterioração das relações com a Gâmbia que levaram ao fim da confederação da Senegâmbia, explicam a grande preocupação das autoridades do Senegal da década de 1990 com a situação do país

principalmente no que tange a segurança nacional. Igualmente estas crises internas e externas ilustram o insucesso do modelo da gestão do estado adotado pelas elites dirigentes na independência e, prova que as chamadas ajudas para o desenvolvimento recebidas dos países centrais durante o período bipolar não resolveram e não iam resolverem os problemas estruturais, mas eram paliativos para reforçava e manter elos de dependência especialmente nas regiões mais frágeis do continente.

Neste contexto conturbado da vida política, econômica e social, o governo do presidente Diouf se deu conta de que a liberdade política é essencial para ganhar a independência econômica, mas ela não tem importância nenhuma se não é capaz de possibilitar ao país adquirir e manter a liberdade econômica, conforme afirmava Kwamé Nkrumah em 1960. Portanto, fica claro que, se o presidente Abdou Diouf, tinha enfrentado diferentes tipos de problemas ao longo do seu governo, e conseguiu vencê-los pelo menos provisoriamente, é porque tinha ainda apoio financeiro e político externo que serviu para manter a clientela no plano interno. No entanto, o fim da guerra fria implicou o fim da importância geopolítica do continente africano e conseqüentemente do Senegal. Isso se traduz para a maioria dos países a diminuição da ajuda externa que, no caso do Senegal era bastante significativo não somente pela quantidade, mas também pelo que ele representava para o estado na manutenção da clientela, responsável pela paz social.

Segundo Diop (2004), com o retiro do financiamento estrangeiro no fim da guerra fria, os dirigentes políticos não puderam manter o sistema de clientelismo, o que provocou a perda de legitimidade econômica, política e moral do Estado. Ou seja, a agravação da crise econômica e financeira afetou profundamente a capacidade do Estado em criar a infraestrutura adequada e em quantidade suficiente para atender as necessidades dos diversos setores sociais do país. Conforme o relatório apresentado pelo ministério do meio ambiente do Senegal apresentado na conferência da ONU sobre a mudança climática em 1997, os recursos destinados ao investimento e ao funcionamento das instituições tiveram uma diminuição de 0,9% por ano ao longo do período da vigência do programa de reforma econômica e financeiro (PREF) e de 0,2% por ano no curso do período (1985-1992), quando foi definido o Programa de ajustamento de médio e longo prazo (PAML).

Portanto, o fim da guerra fria que se caracterizou pela diminuição dos recursos da ajuda externa induziu ao fracasso da reforma política e econômica do estado senegalês na

era do presidente Abdou Diouf. A incapacidade do Estado em frear o declínio econômico, responder as demandas da sociedade em geral e principalmente da juventude desesperada devido ao aumento da pobreza e da escassez de oportunidades de emprego foram sinais claros dos limites estruturais da equipe dirigente e de seu modelo de pacificação social, apesar deste parecer ser eficaz desde década de 1970 quando foi introduzido pela primeira vez. O aumento da pobreza e a diminuição da capacidade do Estado propiciaram um ambiente favorável para a acentuação do intervencionismo das instituições internacionais e ao mesmo tempo a diminuir a legitimidade do Estado (DIOP, 1992). Neste mesmo período, a reivindicação dos partidos da oposição relativa ao acesso mais amplo nas mídias e na reforma do código eleitoral remete em causa as pretensões democráticas do regime, enquanto nas regiões periféricas marginalizadas⁵⁰ pelas políticas de desenvolvimento seguidas da população, começam a enfrentar o Estado colocando em risco a integridade territorial do Senegal.

Neste contexto com a ajuda do banco mundial, do FMI, do PNUD e dos parceiros bilaterais (França principalmente), o poder central do estado senegalês definiu uma nova política pautada na luta contra a pobreza, bem que neste âmbito, a iniciativa estratégica vem dos organismos externos. Segundo Diop (2004), a ideia, o quadro de reflexão, os instrumentos, os conceitos assim como os recursos da luta contra a pobreza vem principalmente dos organismos internacionais e foi definido para a maioria dos países da África subsaariana, e por isso o governo do Senegal passou de uma fase de relativa reticência a utilização da noção da pobreza a outro caracterizado pelo reconhecimento do crescimento da pobreza, em conseqüências do fracasso das políticas de ajustamento estrutural adotado pelo governo e apoiado pelas instituições internacionais. No entanto, se a elaboração e aplicação de tais programas foram em parceria entre governo parceiros internacionais, nenhum dos autores assumiu a responsabilidades das conseqüências. O governo do Senegal, atribuindo a elaboração e imposição dos programas de PAE as instituições internacional afirma não ser o único responsável e o Banco Mundial (BM),

⁵⁰ O autor se refere à região da Casamance e do MFDC, que como vamos ver no segundo capítulo deste trabalho, apesar de existir como movimento armado reclamando a independência da região sul do Senegal desde 1982, um ano depois da chegada do presidente Abdou Diouf na magistratura suprema do Senegal, somente depois da Guerra fria que começa a se firmar e a ser ouvido pelo Estado. Os enfrentamentos entre exército senegalês e o grupo designado como rebeldes sangrentos são observados na região a partir da década de 1990.

alega que os resultados negativos das reformas são resultados da sua aplicação parcial⁵¹ pelo governo do Senegal assim como a falta de explicação e de preparação do povo as reformas por parte do governo. Ou seja, há unanimidade quanto ao fracasso e a ineficácia das políticas socioeconômicas praticadas pelo governo do Senegal seja antes durante ou depois da guerra fria, pois elas não visaram o bem estar social. As medidas de governo foram simplesmente determinadas pelos interesses das elites dirigentes e sua clientela interna e externa. Segundo Diagne (2004), entre 1981 e 1991 as raras medidas tomadas, não foram aplicadas de maneira convincente e depois das eleições legislativas de 1993, com a agravação do desequilíbrio macroeconômico, e o corte da ajuda externa, o governo do Senegal teve que recorrer ao plano de contingência que consiste diretamente a diminuição da massa salarial para conter os gastos do governo e aumentar os investimentos públicos.

A desvalorização da moeda na zona franco em janeiro de 1994, marca outra etapa de reformas econômica no Senegal assim como nos outros países da zona franco, pois ela foi uma estratégia adotada pelas instituições internacionais para obrigar os países africanos a embarcarem no barco da liberalização econômica, em resposta a profunda crise orçamentária em que se encontravam os países da zona francos. Ora se o objetivo era de melhorar o desempenho econômico e social dos países da zona franco, a desvalorização da moeda teve consequências sociopolíticas graves principalmente no Senegal. Primeiramente os analistas acreditam que ela foi uma resposta a maneira a gestão governamental dos programas de ajustamento estruturais que visavam à promoção do desenvolvimento econômico do país, no entanto as medidas relativas a estes programas não foram aplicadas integralmente pelo governo senegalês. Segundo Diagne (2004), a avaliação dos programas de ajustamento estruturais permite tirar três conclusões quais são: poucas medidas relativas às recomendações das reformas foram aplicadas, os que foram aplicadas corretamente do ponto de vista do banco mundial, na realidade foram mediocrementemente aplicadas e finalmente as reformas que iam mexer com os grandes interesses do governo e da sua clientela foram postergadas. Ou seja, a concordância das autoridades do Senegal com as propostas das instituições financeiras internacionais, tinha o objetivo de poder continuar se beneficiando

⁵¹ Segundo DIAGNE (2004), o Banco mundial responsabilizou o governo do Senegal, visto que este ultima não aplicou as medidas política e socialmente impopular. Assim a determinação do governo do Senegal em aplicar parcialmente as reformas se traduziu por uma imprecisão e hesitação que geraram resultados medíocres.

dos recursos da ajuda externa ao desenvolvimento. E, efetivamente o país foi dos que mais beneficiou da ajuda externa ao desenvolvimento, no entanto todos os indicadores apontam por um atraso enorme no campo do desenvolvimento em relação ao resto do mundo. Conforme dados do PNUD (1994), dentro de cento e setenta e cinco (175) países, Senegal era o 160º colocado em termo do índice de desenvolvimento humano (IDH). Ou seja, somente quinze países eram piores que Senegal apesar da sua imagem de bela democracia, de boa governança que ajudou que ajudou a drenar um valor estimado a 0,66 bilhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento. Segundo *Agir ici e Survi* (1997), tanto a entrada do principal candidato da oposição senegalês no governo antes e depois das eleições de 1993 foram puramente estratégica para garantir a ajuda internacional e alguns anos a mais de coesão social no Senegal. Se de um lado esta estratégia funcionou, pois, convenceu os doadores internacionais, do outro, esta estratégia, internamente levou a perda de legitimidade da elite política senegalesa como ilustra a afirmação a seguir:

Desiludida, a população senegalesa compreendeu que a imagem de coabitação política mascarava uma lógica da divisão do bolo cujo, ela é naturalmente excluída. Mas, esta imagem seduz os doadores internacionais e resulta na recepção de uma enorme quantidade de dinheiro de ajuda externa para Senegal cujos políticos, agradecem genuinamente os tomadores de decisão internacionais (AGIR ici et SURVI, 1997,p.20)⁵²

A prática de divisão do “bolo” assinalada neste texto fica mais visível na aplicação dos programas de ajustamento estruturas (PAS), que apesar de se fixar como um dos objetivos a redução do gasto público, observou-se um aumento do número de ministros, e de deputado. Segundo Touré (2004), enquanto a estabilização das finanças públicas precisavam se apoiar no controle da inflação e dos gastos dos gastos públicos, o Estado do Senegal, prioriza a diminuição da massa salarial na procura de uma base de receita de longo prazo. No entanto, os sacrifícios que o Estado pede a toda a nação foram muito mal distribuídos, pois, enquanto os salários dos funcionários públicos são rebaixados de quinze por cento (15%) em 1993, o número de ministro aumenta consideravelmente passando de

⁵² Do francês: Desabusée, la population senegalaise a compris que l’image de cohabitation politique masque une logique de partage du gâteau, dont elle est naturellement exclue. Mais cette image séduit les bailleurs fonds et, une volumineuse aide internationale vient ainsi abonder les comtes étrangers du gotha politique senegalais, lequel s’ingénie à remercier généreusement les décideur de cette aide (AGIR ici et SURVI, 1997,p.20).

vinte seis (26) para trinta e quatro (34). O aumento do subsídio diário pago a personalidades governamentais em missão fora do país, a partir de 1986, passando de sessenta (60) para oitenta (80) mil francos CFA e a reabertura de embaixadas sem qualquer justificação ou necessidades gerando novos gastos demonstra o laxismo do Estado na gestão dos recursos públicos (TOURÉ, 2004, p 142).

Esta pratica nos permite afirmar que apesar das exigências das instituições internacionais, os dirigentes senegaleses continuam sendo guiados nas suas praticas, pelo clientelismo político. Ou seja, o governo do presidente Diouf, continuou gerenciando o Estado do Senegal como seu predecessor, gerando um grande contraste entre degradação das condições de vida da sociedade senegalesa e as enormes quantidades de recursos financeiros recebidos da ajuda externa. Dito de outra forma, os meios financeiros não se transformaram em melhoria para a população e nem pouco para a economia do país, pois, conforme um estudo encomendado pelo governo do Senegal, publicado em 2001 como documentos da estratégia da redução da pobreza no Senegal, de maneira geral o período 1979-1993 foi marcado por uma diminuição do crescimento econômico em termos reais ou pior, uma crise total em 1993, causando a necessidade de um plano de urgência da reestruturação das finanças públicas seguida da desvalorização da moeda em 1994, que lavaram a um crescimento de 2,5% do PIB em 1994 e de 5% por ano entre 1995 e 2001. No entanto, este crescimento não contribui a melhoria das condições de vida da população e na redução substancial da pobreza, portanto, se de um lado, as reformas macroeconômicas permitiram a melhorar as finanças públicas, controlar a inflação e melhorar a imagem externa do Senegal principalmente em relação às instituições financeiras internacionais (FMI, BM), do outro, os indicadores sociais que, são medidas usadas para verificar os efeitos, por exemplo, do crescimento econômico para a sociedade, não eram nada animadores. Segundo Wane (2004), houve um aumento da pobreza principalmente na zona rural e a taxa de escolarização do Senegal que era de sessenta por cento (60%), coloca o país entre os países mais atrasados da África e do mundo, e a cobertura sanitária continua abaixo das normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) apesar de uma ligeira melhoria registrada no estado do Senegal. Nesta ótica, um estudo do Instituto Nacional de Estudo demográfico do Senegal (INED) afirma que as estimativas do OMS para a África Ocidental ao que desrespeite a mortalidade infantil é de mil e vinte (1020) para cada cem

mil (100 000) recém-nascidos e para o Senegal este índice foi de mil e duzentos (1200) em média na década de 1990.

No mesmo período, notou-se um aumento da concentração da renda no Senegal. Assim, vinte por cento (20%) da população mais pobre consome somente o equivalente a 3,1% dos bens produzidos no país enquanto os vinte por cento da faixa mais rica têm a sua disposição cinquenta e oito (58%) dessa riqueza (WANE, 2004 p.156). Esta distribuição desigual da renda ficou mais visível nas estatísticas do Banco mundiais publicados um ano antes das eleições presidenciais do Senegal de 2000, onde Senegal se coloca como um dos países com mais concentração de renda na África Ocidental, com um Gini de 0,538 contra 0,369 na Costa de Marfim, 0,482 em Burkina Faso e 0,550 no Mali e no Níger. Esta concentração de renda nas mãos de poucos em detrimento da maioria da população é resultado das políticas clientelistas desenvolvidas e praticada pelas elites dirigentes e, é responsável pela deterioração das relações entre o Estado e a sociedade senegalesa no período pós-guerra fria acompanhando o aumento da pobreza no país. Assim, a proporção de famílias considerada pobres no Senegal passa de trinta e três por cento (33%) em 1992 para cinquenta e oito por cento (58%) em 1994, sendo que essa porcentagem chega a setenta e nove por cento (79%), no meio rural (Wane, 2004). Ou seja, no mundo rural senegalês em cada cinco cidadãos quatro são considerados pobres enquanto em Dakar menos de uma família sobre cinco vive em baixo da linha da pobreza, ora o número de regiões situadas em baixo da linha da pobreza passou de seis (6) para nove (9)⁵³ entre 1992 e 1994, ou seja, a população do Senegal vive em baixo da linha da pobreza apesar dos enormes recursos financeiros captados da ajuda externa ao desenvolvimento, e da gestão tecnocrata do estado promovido pelo presidente Abdou Diouf, em parceria com as conexões internacionais. É importante salientar que a economia senegalesa como a maioria das economias dos países da África ocidental é ainda caracterizada por uma agricultura dependente das condições climáticas (época chuvosa)⁵⁴ e é essencialmente uma agricultura

⁵³ É importante notar que nesta época o Estado do Senegal contava com dez (10) regiões administrativas: Dakar, Diourbel, Fatick, Kaolack, Kolda, Louga, Saint Louis, Tambacounda, Thies e Ziguinchor.

⁵⁴ Existem duas estações claramente separadas: uma seca que vai de novembro a abril e a chuvosa que vai de maio a outubro. É justamente nesta última que é praticada a agricultura aproveitando a água da chuva. Ou seja, apesar da abundância de rios e bacias no país e na região não há, por exemplo, de sistemas de irrigação que possa permitir o aproveitamento desta água para a produção de alimentos.

extensiva apesar do aumento da pressão demográfica. Com uma taxa de crescimento populacional de 2,7% ao ano a população do Senegal passou de três milhões de habitantes em 1960 para oito milhões em 1994, uma degradação das condições climáticas, um aumento cada vez maior da concentração da renda nas mãos de poucos enquanto a maioria da população vive em baixo da linha da pobreza, devido à gestão clientelista do estado são alguns dos ingredientes que explicam o surgimento e aprofundamento das crises sociais do Estado do Senegal ao longo do governo do presidente Abdou Diouf (1981-2000).

Com o objetivo de entender as dificuldades socioeconômicas políticas e culturais do Estado do Senegal que culminou no conflito da Casamance, este capítulo revisou o percurso histórico ou a evolução do Estado do Senegal entre 1946 e 2000. Este intervalo de tempo corresponde a duas fases importantes da história da formação do atual Estado do Senegal sendo que a primeira (1946-1963), constitua a fase da luta pela autonomia e a segunda (1963-2000) representa a construção do Estado hegemônico do partido socialista senegalês e de seu principal líder, Leopold Sedar Senghor, que, depois de dirigir por vinte anos o país, introduz seu sucessor, Abdou Diouf que terá a tarefa de continuar a sua obra, enfrentando as dificuldades sociopolíticas, culturais e econômicas que eram previsíveis. Por isso, a evolução política e cultural do Senegal em direção em um pluralismo mais largo durante os vinte anos do governo Diouf (1981-2000), pode ser interpretada como uma estratégia de continuação da política clientelista praticada durante o governo de Senghor, porém, introduzindo uma nova classe dirigente (tecnocrata), e uma nova forma de relação entre o governo e sociedade senegalesa de um lado, e governo parceiros externos do outro.

Assim, a adoção dos programas de ajustamento estruturais recomendado pelas instituições financeiras internacionais (FM e BM), como resposta a crise do estado senegalês buscaram eliminar a intervenção do estado nos diferentes setores da economia, permitiu ao governo beneficiar dos recursos da ajuda ao desenvolvimento, mas, também levou a diminuição da importância das agências governamentais operando principalmente no mundo rural, com a justificativa da necessidade da diminuição dos gastos públicos do Estado. No entanto, estas medidas e reformas econômicas não conseguiram evitar o aprofundamento da pobreza no país, gerando uma onda de crises sociopolítica, cultural e econômica tanto no plano interno quanto externo do estado senegalês, principalmente depois do fim da guerra fria. A era do presidente Abdou Diouf, sucessivamente reeleito

nas eleições presidenciais de 1983, 1988 e 1993 foi marcada por grandes dificuldades socioeconômicas, que se agravam com o fim da guerra fria e da entrada da onda neoliberal que será marcado no continente africano por uma multiplicação de conflitos internos. No que desrespeito especificamente ao Estado do Senegal, os enfrentamentos notados entre população e forças de segurança nacional que terminou com a prisão dos principais líderes da oposição depois das eleições presidenciais de fevereiro de 1988, mostra claramente a insatisfação do povo com a gestão hegemônica do Estado pelo partido socialista no poder desde a independência, quebrando assim a imagem do Senegal como “vitrine da democracia”. Portanto, as repetidas greves estudantis, os confrontos entre o estado e os partido da oposição bem como a crise casamencês são sinais da insatisfação ou do fracasso tanto, do modelo quanto da forma da gestão do Estado adotado pelos pelo presidente Senghor e de seu sucessor, o presidente Abdou Diouf.

Concluindo este capítulo que descreveu os modos de regulação e de gestão política e econômica utilizada para a elite dirigente nos dois primeiros períodos ou nos dois governos do partido socialista senegalês. Esta descrição evidenciou a consolidação de uma burocracia clientelista que desenvolveu uma lógica de pacificação social e política em detrimento da eficácia econômica que resultaram no afundamento econômico do país e na demissão do presidente Senghor e a promoção de Abdou Diouf como sucessor legítima a partir de 1981 até a alternância democrática de 2000. Neste período de vinte anos, Diouf e seus colaboradores buscaram consolidar sua legitimidade combinando ruptura e continuidade, no entanto, as mudanças sociopolíticas e econômicas na geopolítica internacional afetaram significativamente o Estado Senegalês, levando o presidente Diouf e sua equipe a fazer frente a diversos problemas internos e externos.

No plano interno, a instituição do multipartismo integral no intuito de acalmar as reivindicações dos partidos políticos pões fim ao processo de abertura política iniciado ainda no governo do Senghor, em 1974 e no plano econômico, foi adotado os programas sugeridas pelas instituições financeiras internacionais (FMI e BM), com o objetivo de continuar se beneficiando dos recursos da ajuda externa, necessária para a gestão do clientelismo político.

No plano externo, três principais fatos marcaram a chegada do presidente Abdou Diouf a magistratura suprema do Estado Senegalês e, os três influenciaram a evolução e o desenvolvimento da crise de Casamance. O primeiro foi à solicitação da intervenção das forças armadas do Senegal para restabelecer a ordem e devolver o poder ao presidente eleito na Gâmbia em 1981, que será a origem da criação da confederação da Senegâmbia (1982-1989). Durante este período, como se mostrou na seção 1.3 deste capítulo, as autoridades de Dakar preocupadas com a integridade do território nacional, se engajam fortemente na questão da segurança interna da Gâmbia, com o objetivo de monitorar a movimentação situação em Casamance onde, o MFDC reivindica a independência da região sul desde 1981. Portanto, o fim da confederação da Senegâmbia em 1989, não deixa dúvida quanto à importância desta organização para a segurança do Estado do Senegal, que entra em conflito no mesmo ano com a Mauritânia, no sul, a descoberta de petróleo *off shore*, provoca o questionamento da fronteira marítima entre o Senegal e a Guiné Bissau por este último, apesar da arbitragem internacional ser favorável ao Senegal, o governo de Dakar negocia para evitar a abertura de um novo fronte de tensão que favoreceria os membros do MFDC.

Finalmente, é bom lembrar que se as crises sociais que afetaram Senegal no plano interno têm por causa a má gestão dos bens públicos e a crise econômica, no plano regional e internacional, pode se afirmar que as crises enfrentadas pelo Senegal a partir da segunda metade da década de 1980 e ao longo da década de 1990, estão estreitamente ligadas ao fim da guerra fria que significou para os países africanos em geral e particularmente para Senegal, uma marginalização socioeconômica e política. A degeneração das relações entre Senegal e seus vizinhos se traduz pelo fim da confederação da Senegâmbia em 1989, o surgimento do conflito com a Mauritânia no mesmo ano, assim como a guerra do petróleo entre Senegal e Guiné Bissau em 1990 são entre outros fatos que favoreceram o fortalecimento do Movimento das Forças Democráticas da Casamance (MFDC) e aumentaram a preocupação das autoridades de Dakar a respeito da integridade do território nacional do Senegal. Considerando estes fatos, conclui-se que a situação do Senegal no final da década de 1990 é caracterizada por uma acentuação do intervencionismo das instituições internacionais. Esta intervenção, além de não resolver o problema econômico do país, reduz o poder e a legitimidade do Estado, que se vê contestada tanto pelos partidos

políticos de oposição quanto pelas populações das regiões marginalizadas sociopolítica, cultural e economicamente.

A região de Casamance que abriga um conflito armado entre o MFDC e as forças armadas do Senegal desde 1981 até na atualidade se enquadra neste contexto, no entanto, até então as explicações a respeito deste conflito continuam tanto escassas quanto divergentes na literatura. De fato, quais são os limites da Casamance? Por que o MFDC, trinta e cinco anos (35 anos), depois da sua criação decide pegar as armas para reivindicar a separação da região do resto do Senegal? O que os países vizinhos têm a ver com este conflito e qual o impacto deste conflito no plano nacional e regional? Eis são algumas indagações que o próximo capítulo busca analisar e responder.

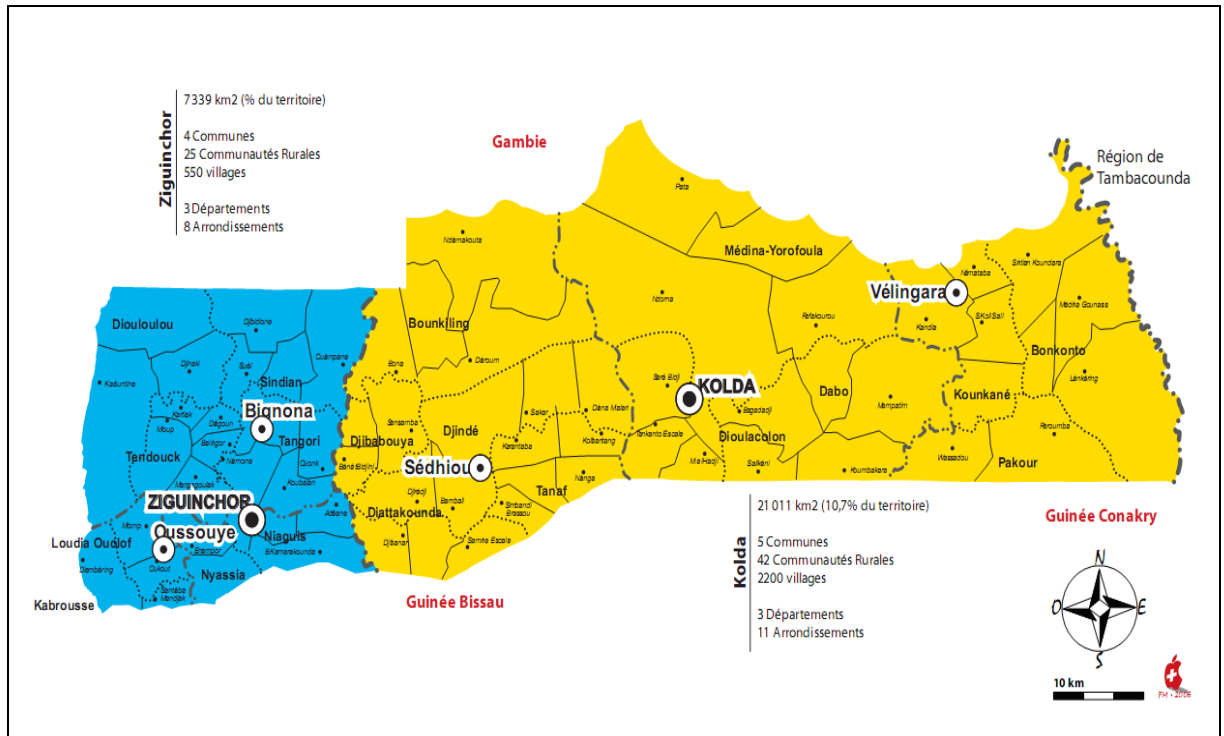
3 O CONFLITO DE CASAMANCE: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL e REGIONAL

Se na primeira parte deste trabalho lidamos com o processo da formação do Estado do Senegal, que inicia com a federação do Mali, passa pela construção e consolidação da hegemonia de Seghor, para culminar na gestão tecnocrata sobre comando Diouf, no qual tivemos igualmente a criação da confederação da Senegâmbia (1982-1989), neste segundo capítulo do trabalho, analisamos o conflito de Casamance, que, aumenta tanto a população da região quanto as autoridades de Dakar. Assim, na seção 2.1 apresenta-se a região natural de Casamance, com o objetivo de facilitar a compreensão do conflito no contexto espacial, principalmente porque, o conflito se trava na parte conhecida como baixa Casamance atualmente região de Ziguinchor e não em toda a região. Na seção 2.2, discutem-se a origem e as dinâmicas do conflito, depois, a seção 3.3 se depara com a análise os países vizinhos (Gâmbia e Guiné Bissau) e seus envolvimento no conflito. Por fim, na seção 2.4, são discutidos os impactos do conflito na região.

3.1 A região natural da Casamance: contexto geral

A região conhecida como a Casamance natural é bem diferente da parte, onde acontece o conflito bem até 1984, era uma das oito regiões administrativas do Estado do Senegal. Portanto, nesta época a capital regional da Casamance era Ziguinchor, onde, iniciou o conflito em 1982. A região natural de Casamance (ver fig.5) foi apagada do mapa geográfica do Senegal dois depois desde reforma administrativa de 1984, quando ela foi dividida em duas regiões (Ziguinchor e Kolda) e em 2008, outra divisão transforma Sediou na terceira região, portanto atualmente, na realidade não existe geograficamente pelo menos, na concepção das autoridades senegalesas de uma área chamada região natural de Casamance. Segundo Marut (2010), pode se afirmar que a Casamance desapareceu tanto como território quanto denominação, visto que o nome Casamance não foi reconduzido para designar nenhuma das regiões contidas nesta área geográfica.

FIG.5. Mapa da Casamance natural.



Fonte: Pacte, 2010.

Como se observa neste mapa o que é reivindicado, ou conhecido como “a Casamance” é diferente da parte, do conflito. No entanto, esta é a área física que corresponde a Casamance Natural, que o MFDC imagina que deve constituir o estado de Casamance. No entanto, como se vê neste mapa, não só a maioria dos membros do MFDC pertence ou vivem na região de Ziguinchor, mas também os argumentos usados para definir a Casamance, se referem a esta parte do território. Segundo Marut (2010), o MFDC se apóia em argumentos etimológicos e históricos para definir os limites geográficos da Casamance. Os argumentos etimológicos desrespeitam a origem do nome Casamance que é no idioma Jola “Kassamou” que significa os moradores do país das águas, se referindo neste caso, a toda a população da região situada entre o oceano Atlântico e o rio falemé (Tambacounda). Ou seja, é a região que inclui além das atuais regiões de Ziguinchor, Sediou e Kolda, a região de Tambacounda, que, conforme o argumento histórico pertenceu no passado às entidades políticas da Casamance como o império fulo de Moussa Molo, no fim do século XIX, mas é bom observar que se este argumento histórico for levado em conta Casamance não se limita na falemé visto que, o império de Moussa Molo apesar de

uma entidade política casamencês, se estendia da república da Guiné, passando pela atual república de Guine Bissau, portanto, além das fronteiras do atual Senegal.

De qualquer modo, se consideramos a origem dos principais fundadores e membro do MFDC, que são: Ansou Mandian de Velingara, Émile Badiane de Bignona, Eduard Diatta de Oussouye, Ibou Diallo de Sedhiou e Yero Kandé de Kalda, podemos afirmar que a Casamance natural é efetivamente, a que agrupa as atuais regiões de Ziguinchor, Sedhiou e Kolda. O mapa permite ver que territorialmente, a Casamance e seus habitantes são separados do resto do Senegal pelo enclave da Gâmbia que quebra a continuidade espacial do Estado do Senegal. Além disso, a Casamance se diferencia do resto do Senegal pelo clima, a população, assim como a cultura. A respeito do clima é importante observar que contrariamente ao norte do Senegal, a Casamance se caracteriza pela existência de um período de chuva maior que o resto do país, principalmente na região de Ziguinchor, onde a maioria da população é da etnia Jola e, no plano cultural a existência de uma minoria de religião tradicional e católica os distinguem do resto da população do Senegal muçulmana. Igualmente é bom lembrar que esta parte do Senegal, foi primeira explorada pelos portugueses que, chegarem à região em torno do ano 1645, antes de passar o controle da atual Casamance aos franceses no século XIX. Desde então começa resistência à dominação francesa. Com a independência do Senegal e o início da construção do Estado os problemas da Casamance pareciam encaminhar em direção de uma resolução consensual, a ponto que os atuais responsáveis do Movimento das Forças Democráticas da Casamance alegam que havia o primeiro presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor prometeu a autonomia da Casamance com base no particularismo da região. No entanto, o surgimento do conflito armado entre o MFDC e as forças armadas do Senegal foi justificado além desta suposta promessa por fatores econômicos, político e socioculturais. Nesta ótica a seção 2.2 deste capítulo, busca analisar a origem e dinâmica deste conflito, identificando as verdadeiras causas e conseqüências do mesmo, na seção 2.3 discute-se o papel dos países vizinho (Gâmbia Guiné e Bissau) no conflito. Na seção 2.4 são analisados os impactos do conflito na região e Finalmente, a seção 2.5 se depara com as tentativas de resolução do conflito através dos diferentes acordos de paz assinados entre o governo do Senegal e o MFDC.

3.2 Origem e dinâmicas do conflito

Antes de falar da origem e evolução do conflito casamencês é importante frisar uma breve contextualização histórico-temporal que poderá ajudar a entender e explicar os fatos nesta região sul do Senegal. Historicamente pode se dizer que as crises e os conflitos não têm nada de novo ou de surpreendente na África pós-colonial na medida em que até os anos noventa os focos de conflitos mais importantes estavam localizados precisamente no âmbito dos governos coloniais e direcionados contra a colonização. Um estudo realizado pela United States Agency for International Development (USAID) 2001 afirma que a luta armada pela libertação onde não se obteve a independência de forma pacífica se fez a maiorias das vezes com a intervenção externa sob a bandeira da guerra fria. No entanto, o fim da ocupação colonial, o fim da apartheid que coincidiram com a queda do muro do Berlim se caracterizou na África por uma onda de democratização dando uma esperança de renascimento do continente negro.

Se estes fatos trouxeram vantagens em varias partes da África, não se podem negar também os efeitos desfavoráveis do fim da guerra fria e da onda da democratização que se caracterizaram pela multiplicação de conflitos civis no continente. Nos anos 1990, o fim do patrocínio da guerra fria e a globalização da economia vira nascer em África toda uma serie de conflitos novos que simbolizam a fragilidade dos estados africanos Porteous (2003). Conforme este autor, estes conflitos se caracterizam por sua dimensão regional, pela multiplicidade dos protagonistas, beligerantes ou não pela diversidade das motivações econômicas ou políticas que os sustentam e, pela brutalidade das estratégias utilizadas. Referente à dimensão regional, pode se destacar duas principais zonas de conflitos, sendo a primeira e a mais importante conforme USAID (2001) a que se estende do chifre da África até a Angola incluindo os dois Congos e a segunda zona se estende do Senegal ao Libéria cobrindo uma meia dúzia de países (Senegal, Gâmbia, Guine Bissau, Republica da Guine, Serra Leoa e Libéria). Estes conflitos se caracterizam pela intensidade da violência e o alastramento além das fronteiras nacionais e principalmente pelas calamidades até então inimagináveis (colapso total das instituições do estado) que se tornaram realidades.

A origem de alguns destes conflitos (conflito Sudanês e o conflito casamencês) pode ser localizada em períodos bem anteriores a década de 1990, por isso é difícil para não dizer impossível de entender os conflitos africanos sem se referir ao colonialismo e a guerra

fria. O colonialismo que tinha como motivação os interesses comerciais e geopolíticos foi imposto pela força apesar do humanismo e da missão civilizadora que o serviu de justificativa moral e política, toda resistência ou rebelião da parte das populações locais era sempre punida com violência conforme Porteous (2001), logo pode se atribuir parte destes conflitos a herança colonial visto que eles são parte integrante do jogo político.

No entanto, os conflitos devem ser vistos e entendidos como dinâmicos, adquirindo características específicas que os diferenciam uns aos outros (Valença, 2004; p.27). Segundo este autor, cada guerra é única, pois, suas origens e motivações são pertinentes a um contexto espaço-temporal determinados, implicando em características políticas e culturais específicas. Neste sentido há de concordar que os conflitos que afetaram Serra Leoa, Libéria, Senegal e mesmo a Guiné Bissau em 1998, apesar de se caracterizarem como conflitos internos ou intra-estatais são diferentes quanto à origem, motivação e intensidade ou evolução.

No caso do Senegal, o conflito Casamencês tem sua origem que pode ser confundida à história da resistência que começou desde a chegada dos portugueses à região e se prolongou de forma pacífica ao longo da presença imperial e durante os vinte primeiros anos de independência do Senegal, tanto é que Diallo (2009) afirma que a resistência casamencês é tanto antiga quanto a ocupação colonial desta região. Mas a atual situação de reivindicação independentista tem muito a ver com a atuação tanto da França na véspera das independências africanas quanto da gestão do território nacional no plano socioeconômico, político e cultural nos vinte anos que seguiram a independência.

No entanto, durante os primeiros vinte anos de independência o movimento nem sequer era bem conhecido da maioria da população senegalesa, mas, do vigésimo primeiro ano da independência que coincide com a chegada ao comando do país do segundo presidente da república, Abdou Diouf (1981-2000) no lugar de Leopold Sedar Senghor (1960- 1980) artesão da construção do estado nacional, até hoje a palavra MFDC (Movimento das Forças Democráticas da Casamance) faz parte do dia-dia não só senegalês, mas também regional e internacional. Como explicar esta mudança? Se há uma cultura de resistência porque ela não se manifestou durante os primeiros anos de independência, pelo menos não pela violência?

A literatura que trata do assunto (Faye) (2006); Diallo (2009) entre outros apontam a cultura de resistência que levou a colonização francesa a adotar um estatuto particular para a região além do acordo luso-francês como elementos importantes que deram origem a reivindicação independentista. As queixas da população local contra os abusos começaram durante a administração colonial e o fato deste último ter se servido do norte do Senegal para gerenciar a região durante a colonização só reforçou a alienação da população casamencês na opinião destes autores. Ou seja, o fato da base do governo central ser o norte do país fez com que a elite administradora ou ajudante seja de origem estrangeira e conseqüentemente com total desconhecimento e desprezo da realidade e dos valores locais com todas as conseqüências que isso implica.

Neste caso o choque cultural é, e foi inevitável lembrando que enquanto o norte do Senegal era quase que totalmente islamizado, o sul principalmente a parte conhecida como a baixa Casamance continuava animista, tendo como organização política um poder descentralizado baseado na crença e nos costumes locais. É neste sentido que um documento publicado pela Codesria (2008) sobre o assunto aponta como causas dos conflitos contestação a direito a terra, discriminação cultural, e falta de oportunidades de emprego para a população local, mas também do uso excessivo da coerção ao encontro da população.

Durante a colonização há vários casos de uso abusivas da força e da violência pela autoridade para manter a ordem e a submissão da população às imposições coloniais. O exemplo mais ilustrativo e simbólico da violência e da humilhação que é conhecido tanto da população quanto dos intelectuais que trabalham sobre o assunto é o trato dado ao um senhor de idade do nome de Boulombone Badiate então chefe da aldeia, e tio de Augustin Diamacoune Senghor precursor da luta armada, em 1933 na praça pública do bairro. Segundo Diallo (2009) nesta data, os senegaleses das forças armadas francesas queimaram a barba do chefe na praça pública porque a cota de arroz, gado etc. imposto para a aldeia não foi atingido. Por motivos parecidos em 1942, uma jovem de apenas 25 anos se transforma em figura emblemática da região por incentivar a desobediência à ordem colonial de praticar a monocultura de arroz para a alimentação das forças francesas e a população urbana nas quatro comunas. Graças a seu discurso baseado na crença religiosa, na cultura local, nos fatos socioeconômicos e política, ela convence a população a não

pagar imposto e nem aderir a prática da monocultura de arroz e de amendoim e mesmo a se levantar contra administração colonial. A população se refugia no mato de 1942 a 1962 e jovem rainha, *Aline Sitoé* foi presa pelas forças coloniais dirigidas pelo coronel, governador da Casamance por um exílio sem volta em 1942 e, sua co-esposa então grávida foi friamente morta pelos soldados Frances (Diallo, 2009).

O governo colonial engaja uma perseguição aos diferentes líderes da região que, optando pela luta pacífica, procuram evitar o confronto ou se escondendo nas florestas ou simplesmente travessando as fronteiras ou da Gâmbia ou da Guiné Bissau como foi o caso da rainha *Niakohufosso* de Youtou que se refugio em Guiné portuguesa em 1943 para não ser presa e seus filhos participaram na luta pela independência daquele país. No entanto estes afastamentos não diminuem em nada a resistência e a luta do povo contra a chamada invasão estrangeira e as autoridades coloniais não perceberem certamente que a perseguição só aumenta os adeptos ou defensores da causa. É neste sentido a rainha *Aloendisso Bassène* será a próxima vítima do poder colonial por uma segunda vez (ela tinha sido presa em 1918) devido a sua afirmação de que apesar da deportação de Aline Siteo, a luta continua a Casamance será aos Casamencês e, que o lugar dos estrangeiros (colonizadores) a começar pelos brancos é fora da Casamance (Diallo, 2009). Por causa de estas palavras ela é colocada em prisão domiciliar devido a sua idade até a sua morte em 1955, ou seja, cinco anos antes de declaração oficial da independência da república do Senegal. A administração colonial não percebeu o peso e o valor das palavras, da mensagem da rainha que chamava a atenção sobre o comportamento humilhante e transgressor dos valores locais. No entanto conforme Nkourouma (1970) nada em si é bom ou ruim, é a palavra que transforma um fato em bem ou mal e, o mal que deve seguir a transgressão de um costume intervém sempre, de uma forma certa principalmente quando pela palavra o pecador foi prevenido da existência de um costume pertencente a um vilarejo, uma aldeia ou uma cidade periférica como é o caso da Casamance.

Estas imagens e fatos deixaram uma ferida moral e psicológica que nunca se cicatrizou e continuou presente na mente da população em geral e dos precursores da luta armada e especialmente do líder carismático e espiritual (Augustin Diamacoune Senghor) que foi testemunho ocular dos fatos que foram perpetuadas ao longo do governo do

Senghor depois da independência que, com a introdução da reforma da administração territorial em 1972 cria outro problema que fará parte da pauta de reivindicações do MFDC.

De acordo com Alioune Tine⁵⁵, apesar da criação do MFDC em 1947, a noção de identidade casamencês reivindicada pelo movimento é mais recente. A reconstituição dessa identidade acentuou-se particularmente com a seca, a queda do poder de compra, a ausência de programas específicos para a educação e para a saúde, além da expropriação das terras pelo Estado conduzindo à persistência das frustrações em Casamance.

O problema da propriedade das terras é um dos elementos principais do conflito em Casamance. Depois da independência do Senegal, em 1964, foi adotada uma lei sobre a propriedade nacional, concedendo o monopólio das terras ao Estado, em detrimento do direito consuetudinário durante muito tempo praticado pelos proprietários de terras. Para a administração e o controle deste espaço (terra) foi feita a reforma administrativa de 1972 que dividiu o território nacional em onze (11) regiões administrativas cujo comando é confiado a um governador nomeado pelo presidente da república via decreto.

Esta reforma do sistema fundiário nacional foi progressivamente colocada em prática nas diferentes regiões do país, sendo efetivada em Casamance a partir do ano 1979 antecipando a criação dos conselhos rurais e municipais que serão encarregados mais tarde do loteamento das cidades e da distribuição dos terrenos. No entanto, os cargos da administração pública senegalesas são ocupados via nomeação, nesta ótica os governadores são escolhidos por decretos presidenciais e são representantes diretos do governo central e do partido dirigente. Segundo Seck (2005) a administração territorial senegalesa, principalmente nos primeiros anos da independência era o braço direito do partido e todos os atos eram voltados aos interesses do partido. Por isso que os administradores eram membros do partido e como a elite da Casamance era da oposição não serão contemplados pelos cargos de direção.

Em 1969 as autoridades decidem organizar a urbanização das cidades em Casamance devido a um aumento crescente da população nesta parte do país devido em parte a imigração do povo do norte em direção ao sul onde a fertilidade dos solos, as densas florestas davam uma esperança de vida econômica melhor comparada aos solos que não produziam mais nada devido monocultura do amendoim. Um plano de urbanização da

⁵⁵ Secretário-Geral da RADDHO (Rencontre Africaine pour la Defense des Droits de l'Homme).

cidade foi colocado em aplicação nos centros urbanos, porém sem levar em consideração as propriedades tradicionais. Conforme Diallo (2009) na construção de alojamento modernos no bairro de Nema em Ziguinchor (capital da Casamance) a partir de 1965, os antigos proprietários foram simplesmente desalojados e mandados em borá sem nenhum direito ou ressarcimento.

Em 1970, outro bairro (Boudody) da mesma cidade viu suas casas derrubadas à força e substituídas por outras de aluguel que foram atribuídas aos comerciantes Wolof que acabaram de chegar à cidade ao detrimento dos habitantes locais. Assim o crescimento e a modernização da cidade se fizeram a custa da população local em favor da população vinda do norte. Segundo USAID (2001) houve uma grande especulação fundiária por partes dos originários do norte que são os líderes do partido dirigente, os comerciantes locais e os administradores locais apesar de isso ser ilegal. É importante observar que imigração que começou durante o período colonial, produziu um crescimento rápido da população e da cidade. Segundo Eichelsheim (1991) um crescimento que varia entre 4,5 a 7% foi notado na cidade de Ziguinchor, por exemplo, sendo que a metade é fruto da imigração.

Esta migração norte-sul é causada em parte pela crise econômica que afetou o Senegal entre os anos de 1968 e 1974. As características desta foram a estagnação da produção agrícola resultado da diminuição do financiamento francês e da diminuição das áreas plantadas além da queda dos preços do amendoim no mercado internacional. Segundo Diop (2002) isso levou a uma desmotivação acentuada do mundo rural em geral e dos plantadores de amendoim em particular impactando negativamente na economia do país, pois, esta era o principal produto de exportação do país nos primeiros anos da independência (1960-1967).

Para dar conta desta mudança socioeconômica o governo inicia um amplo programa de modernização com base na lei sobre o domínio nacional de 1964 e uma reforma da administração territorial e local de 1972. A lei 64-04 conhecida como a lei sobre o domínio nacional permitiu à classe dominante a por fim a gestão costumeira da terra não registrada dentro do espaço nacional dando ao governo a possibilidade e a capacidade de se apropriar e de alocar estas terras além de permiti-lo de intervir diretamente nas comunidades Diop (2002). Conforme este autor, depois da aprovação desta lei, o uso de 95% das terras foi colocado sob o comando das coletividades locais submetidas à tutela da autoridade central.

Esta lei deu ao governo o monopólio da gestão da terra em todo o território nacional e todas as terras que não possuíam um comprovante de posse emitido pelo poder colonial passa a ser propriedade do estado. E, como a gestão da terra é uma questão tradicional e familiar em Casamance a maioria das terras se tornam propriedade do estado que a través de loteamento e distribuição define os novos donos ou ocupantes destes espaços sem levar em consideração o fator local. Como aponta Tilly (1996) na execução das atividades de reformas os governantes e agentes do estado acabaram colidindo com os interesses definidos das pessoas que viviam dentro de sua área de controle e o impacto poderá ser negativo. Isso porque os estados muitas vezes se apossaram, para uso próprio de terras, capital, bens e serviços que antes haviam servidos a outras finalidades.

No caso da Casamance, a terra é inalienável e a floresta é inviolável, pois, é tido como um princípio sagrado, porém as novas políticas de desenvolvimento dos dirigentes da independência que se deram o monopólio da gestão da terra pela lei do domínio nacional mostraram uma ausência de consideração do fator cultural. Assim, a administração reforçou consideravelmente o muro de incompreensão que separa os casamencês das populações do norte (Diallo, 2009). As populações locais encontram-se frustradas por suas terras terem sido entregues aos estrangeiros (aqueles que não são originários de Casamance) e suas crenças e costumes menosprezados devido a um desconhecimento das realidades culturais por parte dos representantes do governo, sejam eles, governadores, prefeitos ou subprefeitos etc.

3.3 Os Países vizinhos e os impactos do conflito na região

A Gâmbia e a Guiné Bissau, países vizinhos do Senegal estão fortemente envolvidos no conflito Casamance, devido aos fatores socioculturais e geográficos que existem nesta parte da África Ocidental. Resulta evidente que sem uma participação de outros atores, o Conflito Casamencês não seria certamente um dos mais longos⁵⁶ e emblemáticos⁵⁷ da África contemporânea Marut (2010). Se por um lado, ainda existem

⁵⁶ Vinte e oito anos (1982-2010) passaram ainda o problema continua sem solução definitiva.

⁵⁷ Como a maioria dos conflitos, o conflito de Casamance é interno no intento, é um dos únicos a reivindicar a separação (cessação) e a independência além do caso da Katanga (ex-Congo belga) e do Biafra (Nigéria) que foram neutralizados pelo poder Central.

dúvidas e incertezas quanto ao envolvimento ou não de alguns países como a Mauritânia, Líbia etc., o mesmo não se pode dizer da Gâmbia e Guiné-Bissau, ambos vistos tanto pelo Governo senegalês quanto pelos líderes do MFDC como fundamentais para encontrar uma solução para o conflito.

Segundo Faye (2008), Gâmbia e Guiné Bissau têm grandes interesses políticos e econômicos, mas, também correm grandes riscos de serem desestabilizados pela Crise de Casamance. Portanto, não foi por acaso que estes países são considerados pelo Senegal como as primeiras fontes de contra bando de armas e de munição além de base de hospedarem para os militares do MFDC. A intervenção do Senegal no Conflito Militar da Guiné-Bissau em 1998, que alia foi causada pelo suposto sumiço de armas que seriam entregue ao MFDC, ilustra o papel ou a importância da Guiné-Bissau no problema da Casamance e, confirma a suspeita do Senegal, do envolvimento das autoridades políticas e militares do país vizinho na crise.

Os políticos e dirigentes militares Bissau guineenses, todos os escalões confundido, são aparentemente implicados no tráfico das armas estocadas pelos soviéticos durante a luta prolongada travada por Bissau contra Portugal para sua independência (USAID, 2001)⁵⁸.

Este mesmo documento afirma que a Junta Militar da Guiné-Bissau liderada pelo Brigadeiro *Ansoumana Mané* durante o Conflito de 1998, deve em parte sua vitória ao apoio dos membros do MFDC, que teve em troca a liberdade de circular dentro do país até o assassinato do general Mané em novembro de 2000 e, logo após este viravolta política, o MFDC foi expulso por meio de novos bombardeios de suas bases ao longo da fronteira Bissau-Senegal, marcando assim uma aliança política Dakar-Bissau.

No caso da Gâmbia a sua situação geográfica na deixa dúvidas quanto a sua importância na manutenção da integridade territorial do Senegal visto que o seu território é considerado uma fronteira natural entre a Casamance e o resto do Senegal. Assim, depois do fracasso da Federação de Mali (1959-1960) que uniu Senegal e o Sudão Francês, o sonho das autoridades senegalesas era realizar era realizar uma integração com a Gâmbia,

⁵⁸ Do francês : Les politiciens et dirigeants militaires bissau-guinéens, tous galons confondus, sont apparamment impliqués dans le trafic d'arme stoquées par les soviétique pendant la lutte prolongée menée par Bissau contre Portugal pour son independance (USAID, 2001) .

pois, conforme observa Seck (2005) se tratava de uma questão de segurança nacional, por isso antes das independências dos dois países, o Senegal tinha formulado um pedido de unificação.

Voltando um pouco na história, encontramos que a diplomacia senegalesa começou a investir nesse processo muito antes da independência da Gâmbia. Esse fato pode ser corroborado pela visita que realizou o então primeiro ministro senegalês Mamadou Dia em 1961, resultando na assinatura no ano seguinte, de um Tratado de Associação com a criação de um Comitê Ministerial composto por membros dos dois Estados como se fosse uma assembléia conjunta. Nessa ocasião, Dias se dirigiu aos gambianos como compatriotas, demonstrando desta maneira que são da mesma nação apesar de serem dominados por potências diferentes, afirmando que a Senegâmbia é uma realidade geográfica SECK (2005).

Em 1965, um ano depois da independência de Gâmbia, o então presidente do Senegal efetua uma visita oficial em Banjul, sendo que no seu discurso, lembra entre outras coisas, o fato de senegaleses e gambianos ser do mesmo sangue, das mesmas etnias, falam as mesmas línguas, ou seja, enfim são da mesma cultura, portanto são irmãos, apesar das diferenças adquiridas dos colonizadores, que alias foram os primeiros a formar a primeira Confederação entre a Gâmbia e Senegal após a guerra dos sete anos, em 1763.

Este conjunto de fatos será completado décadas depois, pela criação da Confederação da Senegâmbia (1982-1989) que deu ao Senegal a oportunidade de se ocupar da questão da segurança da região, prestando uma atenção particular aos rebeldes da Casamance. Porém, a maior parte da literatura que analisa a questão de Casamance mostra claramente que durante o período da Confederação, a situação era menos grave.

A intensificação dos ataques contra as tropas senegalesas se deu depois do fim da Confederação que resultou na saída das forças de segurança senegalesa no país vizinho, que passa a ser usado pelos membros do MFDC. Em 1990 conforme JIC (2009), com a intensificação dos ataques às posições militares do Senegal na região, foram registrados 712 pessoas supostamente membros do MFDC e presas pelas Forças de Segurança. Devido à gravidade da situação em Casamance na década 1990, o Governo senegalês decidiu negociar o primeiro acordo de cessar fogo assinado em 1991, assim como a criação de uma

comissão encarregada de trabalhar para criar condições favoráveis de negociação para a paz DIALLO (2009).

A Guiné Bissau e a Gâmbia antes vistas como fonte de abastecimento e bases de esconderijo para os elementos do MFDC, agora são procurados para mediar às negociações entre o governo senegalês e o MFDC. Este fato simboliza que as duas partes confiam ou pelo menos reconhece a importância dos vizinhos e a partir de então, a situação se alterna entre negociação e briga entre os beligerantes e, os vizinhos são, ora vistos como imparciais, ora são acusado de apoiar uma das partes.

Neste caso, ter apoio ou a colaboração da Gâmbia e da Guiné Bissau significa para o Senegal uma vitória estratégica, pois, obrigar os rebeldes a ficar dentro do território nacional, sem a possibilidade de adquirir armas, e a alcance das forças armadas materialmente mais equipadas enquanto, eles ficam do lado dos rebeldes ou negam a cooperar com o Senegal fica complicado o controle dos grupos armados que tramitam entre uma fronteira e outra.

Observa-se aqui que a porosidade das fronteiras entre os três países é bastante benéfica para os combatentes do MFDC, principalmente entre Senegal e Guiné-Bissau onde a densa floresta facilita a fuga dos rebeldes enquanto dificulta o acesso das forças armadas do Senegal. Isso explica as repetidas violações do espaço territorial e aéreo da Guiné-Bissau em busca de rebeldes que supostamente atravessam a fronteira para escapar dos bombardeios Senegaleses, assim como o engajamento de negociações de cooperação entre os governos dos três países.

3.4 Impacto do conflito casamencês na região

A relação entre o Senegal e seus vizinhos da Gâmbia e da Guiné Bissau é complexo devido principalmente ao fator histórico que dividiu um povo em três países, ou melhor, uma família em três identidades diferente. Por isso, da mesma forma que o conflito da luta pela independência da Guiné Bissau foi sentido de um lado e do outro da fronteira guineense, as conseqüências do conflito da Casamance tem um impacto socioeconômico e

político nos vizinhos imediato e da região como todo. A propagação trans-fronteiriça dos conflitos intra-estatais através de dos fenômenos de “Spill over” e “spill into” é maximizada por um conjunto de redes que se tendem a estabelecer entre Estados contíguos afirma Brito (2009).

Estes redes podem ser militares (i) como foi o caso do Senegal Guiné Bissau onde são envolvidos os altos escalões das corporações militares fazendo com que Casamance sirva de pretexto para promoção político e econômico; econômico-sociais desenvolvendo altas estruturas de produção e de comercialização de drogas (ii) que se tornou a pratica mais corrente e mais lucrativa da região (DIALLO, 2009). Tudo isso se transforma em um grande fator desestabilizador e conseqüentemente uma ameaça para os regimes de Banjul e de Bissau enquanto o regime de Dakar corre o risco de ver uma parte de seu território ameaçada. Neste contexto, a ameaça dos regimes supera a desconfiança entre os Estados e o obrigam a assinarem acordos de cooperação e de auto-ajuda militar em caso de necessidade. A suposta capacidade militar do Senegal, suas conexões internacionais principalmente com a França justifica certamente o título de imperialista que os vizinhos atribuem ao país de Senghor; Diouf (1960- 2000) e Wade (2000- atual). Neste sentido, estas palavras de Fourcher (2003) resumem bem a relação do Senegal e seus vizinhos:

As relações entre o Senegal e seus vizinhos gambianos e Bissau guineense são complexas, marcadas por uma desconfiança estrutural dificilmente temperada pela necessidade de uma colaboração⁵⁹

Portanto, o acordo de não agressão e de defesa mutua entre os dois países serviu de base para justificar a intervenção das forças armadas do Senegal tanto na Gâmbia em 1981, evitando a tomada do poder pelos golpistas, dirigidos por Kukoï Samba Sagnang, que será seguido da criação da confederação da Senegâmbia quanto na Guiné Bissau em 1998 se inscrevem nesta linha. Se esta intervenção foi considerada positiva e vitoriosa na Gâmbia em Guine- Bissau a vitória militar foi atribuída à junta militar. Ou seja, o governo de Vieira com seus aliados do Senegal e da república da Guiné foi derrotado, mas, politicamente pode se afirmar que o governo de Dakar alcançou os resultados desejados que fosse dismantelar as bases do MFDC do outro lado da fronteira e do outro enfraquecer a aliança

⁵⁹ Do francês: Les relations entre Le Sénégal et ses voisins gambiens et sont complexes, marquée par une méfiance structurale difficilement tempérée para la nécessité d’une collaboration.

MFDC e Junta militar guineense sobre comando do então General Ansoumana Mané apoiado pelos combatentes do MFDC. É importante lembrar se de um lado, os separatistas da Casamance proclamam que a região sul e seu povo não têm nada a ver com o resto do Senegal, do outro eles reconhecem e até afirmam pertencer ao mesmo espaço (antigo império do Gaabu) e as mesmas tradições e culturas que a Gâmbia e Guiné Bissau.

Do lado da Guiné Bissau, o conflito de 1998 foi um dos impactos mais marcantes da crise casamencês, pois, ela foi uma das causas do desentendimento entre o governo do Bissau e o seu chefe do Estado Maior Ansoumana Mané, sem minimizar o deslocamento das populações fronteiriças e a inviabilidade econômica da parte norte do país devido à repetida insurreições de bandos armados supostamente pertencentes ao MFDC. A crise da Casamance criou uma divisão política entre a elite dirigente da Guiné-Bissau onde uma parte usando com base a hostilidade ou falta de apoio de Dakar ao PAIGC na época da luta de libertação pregão pela a independência da Casamance e o apoio ao MFDC cujo alguns membros lutaram ao lado dos guineenses para libertar o país e a outra liderada pelo então presidente (Nino Viera), preferem ficar ao lado de Dakar apesar dos atritos a respeito da fronteira marítima que causou a “guerra do petróleo”⁶⁰ em 1990. O conflito da Casamance, nesta ótica, pode ser visto como uma das conseqüências da colonização e das fronteiras artificiais conforme a Conferência do Berlin (1884-85) que dividiu o mesmo povo entre Estados diferentes. Este é um exemplo típico onde a antiga população do império do Gaabu é atualmente dividida em três países de colonização Portuguesa (Guiné Bissau), colonização inglesa (Gâmbia) e a Casamance que foi colonizada pelos franceses.

Guiné-Bissau foi o primeiro país a receber os primeiros refugiados resultado do primeiro confronto com as forças de segurança senegalesa em dezembro de 1983 (Marut, 2010) fazendo do país a primeira opção, fato que é lógico, pois, oito anos antes do inicio deste conflito era a Casamance que recebia refugiados e combatentes guineenses no quadro da luta da libertação travada entre o PAIGC e as forças armadas do império português.

⁶⁰ Um conflito que colocou frente a frente os dois países, provocando mesmo um confronto armado que duraram três dias. O motivo foi que existia uma suposta hipótese que nas águas profundas existia petróleo *off shore*. Entretanto, nessa disputa que foi parar no tribunal internacional da *Haya*, sendo o Senegal declarado vencedor do mesmo atrito, o governo da Guiné-Bissau, que contestou veemente esta decisão, imediatamente começou atacando um barco de pesca senegalesa dando desta forma o inicio do tal confronto.

Segundo Marut (2010) estima-se que cerca de setenta mil (70.000) guineenses que se refugiaram em Ziguinchor⁶¹ em 1972.

Para a Guiné Bissau o conflito da Casamance teve um impacto negativo no plano político-militar, socioeconômico e mesmo cultural. O conflito que envolveu as tropas do Senegal em 1998 destruiu grande parte da infra-estrutura que tinha o país, derrubou o PIB do país em 28% no mesmo ano devido de um lado a queda de 17% da produção agrícola e de 30% da produção de castanha de caju principal produto de exportação do país além do uso indevido dos bens do Estado pelos atores políticos e militares (Marut, 2010).

Finalmente pode-se falar do impacto interno do conflito, ou seja, as consequências socioeconômicas, políticas e culturais do conflito de Casamance para o Senegal. Apesar de ser considerado como um conflito de baixa intensidade no ponto de vista de número de vítimas em comparação com o resto dos conflitos africanos do período pós-guerra fria, por alguns analistas do assunto (Marut, 2010), para o Senegal e os Senegaleses este é o pior conflito que o país viveu e continua vivendo. As consequências de um conflito vão além de número de mortos em combate por isso o caso de Casamance não deixa de ser traumático tanto para as autoridades políticas e religiosas, mas principalmente para a população. Neste sentido, se observa que o acordo da paz assinado em 2004 entre governo Senegalês e MFDC não significou o fim do conflito e dos problemas apesar de amenizá-las.

A insegurança continua na região, devido aos efeitos deixados pelo conflito que são entre outros o problema dos deslocados internos estimados em sessenta mil, além dos milhares de minas e explosivos deixados no solo casamencês que continuam fazendo suas vítimas. Segundo a ONU (2006) noventa e três localidades da Casamance são contaminadas por minas e explosivos que podem continuar ativos na terra ainda por muitos anos, colocando em risco a vida de aproximadamente noventa mil pessoas diretamente. Igualmente estima-se que número significativo dos guerrilheiros do MFDC, além de negar em entregar as armas aderiram ao banditismo e ao tráfico de drogas. Nesta ótica Diallo (2009) afirma que a exploração do mercado das drogas se tornou a atividade mais praticada pelos antigos membros do MFDC na região.

⁶¹ Capital regional da Casamance.

Para os países envolvidos no conflito há impactos negativos e positivos, no entanto os primeiros são mais relevantes e devastadores econômica, política, e socialmente. Um destes fatores que nenhum dos países tem controle e constitui uma ameaça para a segurança da região é o tráfico de droga que envolve altos graus de criminalidades e de enormes circulações de armas. Marut (2010) afirma que:

Nos oito milhões de armas de pequeno porte que circulam na África do oeste, entre quinze (15.000) e sessenta (60.000) estariam circulando na Casamance, sendo que a rebelião não é a única que aproveita das mesmas. Neste fluxo, os traficantes têm um papel mais significativo que os Estados, e os benefícios prevalecem nas considerações geopolíticas⁶².

Portanto, ha de se trabalhar juntos para resolver o conflito para a segurança regional que, obviamente não coincide necessariamente com os interesses individuais dos envolvidos política, militar social e economicamente, mas devido aos diferentes fatores referido nesta parte fica claro que os países vizinhos do Senegal têm um papel importante a desempenhar neste conflito tanto por interesse de cada um quanto pela segurança regional. Não faltaram iniciativas e esforço de todos neste sentido, apesar da ausência de solução definitiva ainda como foi mostrado na apresentação dos diferentes acordos de cessar fogo e de paz assinados entre os beligerantes.

⁶² Do francês: Sur les huit millions d'armes légères en circulation en Afrique de l'Ouest, entre 15 000 et 60 000 circuleraient en Casamance, dont la rébellion n'est pas seule à profiter. Dans ces flux, les trafiquants jouent un plus grand rôle que les États, et l'appât du gain prévaut sur les considérations géopolitiques.

4 NOVAS TENDÊNCIAS DO ESTADO DO SENEGAL E SUA INSERÇÃO REGIONAL

Depois de analisar os processos de formação do estado do Senegal, mostrar como isso contribui no surgimento do conflito Casamance que tratamos no segundo capítulo, o terceiro capítulo analisa as novas tendências do Estado do Senegal e sua inserção regional ou integração regional na África Ocidental. Para tanto, a seção 3.1 analisara-se o Senegal e as perspectivas da alternância democrática, ocorrida em 2000, buscando fazer um balanço das dos dois mandatos do presidente Abdoulaye Wade. Na seção 3.2, discutem-se Senegal e os desafios da integração regional, considerando que este país é um dos países chaves da integração da África ocidental, não somente por ser um dos países mais estáveis politicamente, mas também pela importância do papel que o mesmo desempenhou na história da região. Finalmente, na seção 3.3 é analisada a CEDEAO como órgão principal de integração e de segurança regional na África ocidental.

4.1 Senegal e as perspectivas da alternância democrática.

A descrição da geopolítica interna do Senegal chama atenção devido a sua estabilidade comprovada pela capacidade do país em ultrapassar as crises políticas e pela alternância política (DUMONT, 2009, P. 107)⁶³.

Se a democracia senegalesa era conhecida como exemplo em África apesar das contestações de resultados eleitorais internas, as eleições presidenciais de Março de 2000 foram vista como otimismo e muita esperança principalmente pelo povo senegalês. É importante notar que se no plano externo, o Senegal era visto como o país mais estável politicamente, no continente africano, internamente, principalmente entre as elites pouco se acreditava na palavra democracia apesar da organização periódica de consolações eleitorais, para eleger os dirigentes, locais, regionais e nacionais. De fato, se não se pode

⁶³⁶³ Do francês: La description de la géopolitique interne du Sénégal appelle à souligner sa stabilité attestée par la capacité du pays à surmonter des crises politiques et par une alternance politique (DUMONT, 2009, P. 107).

negar que o Senegal é um dos únicos países da África que, desde sua independência usou as urnas para escolher os governantes, a permanência do mesmo partido (PS) na direção do estado, ao longo dos quarenta anos permite questionar a transparência das eleições.

No entanto, em Março de 2000, uma coalizão de partidos políticos conseguiu por fim ao regime do partido socialista de Seghor, e de Abdou Diouf, no poder desde 1960. Esta vitória da oposição sobre o partido que sempre governou o Senegal, foi vista e interpretada pelos estúdios da política africana em geral e da política senegalesa particularmente (O'Brien, Diop, Diouf, 2002; Smith, 2009) como sendo o marco consolidador da democracia no Senegal, mas também simboliza a vitória do povo senegalês, pois, pela primeira vez, um candidato da oposição chega ao poder pelo voto. Ora, Senegal estava na sua sétima eleição presidencial, se consideramos a eleição de Seghor em como presidente depois do fim da Federação do Mali, em 1960 como a primeira manifestação democrática do Senegal independente bem que esta foi uma eleição indireta. A segunda eleição vera a reeleição de Seghor, candidato único a sua própria sucessão 1968, dez anos depois (1978), no quadro do multipartismo limitado (três formações políticas), Seghor vence as eleições por 83% dos votos validos contra 17% para o candidato da oposição, Abdoulaye Wade.

Depois da demissão de Seghor, em 1981, seu sucessor, o primeiro ministro Abdou Diouf, conforme determina a constituição do país, também será vitorioso nas próximas três eleições presidenciais de 1983, 1988 e 1993, antes de perder no segundo turno das eleições presidenciais de 2000. A vitória da oposição ou a alternância democrática como é chamada, proporcionou novas perspectivas, novas motivações e novas esperanças a população senegalesa que, como foi mostrado no capítulo anterior, vivia em baixo da linha da pobreza apesar das enormes recursos financeiros da ajuda externa, além de serem submetidos a um governo de partido único, funcionando com base na concentração do poder em benefício da elite dirigente e de sua clientela política, durante quatro décadas. Em suma, a alternância democrática significou a devolução do poder ao povo, como bem afirma o presidente Wade no seu discurso de posse, pronunciado no dia primeiro de abril de 2000 no estádio Leopold Sedar Seghor de Dakar:

[...] Como há república somente se existe cidadãos, células vivas, ativas, exigentes e conscientes da força coletiva de toda uma comunidade, os senegaleses

querem agora participar na edificação da sociedade e na distribuição dos poderes (WADE, 2000).

Ou seja, a alternância democrática entre outras coisas significou um engajamento do povo senegalês em romper com a gestão monopartida e clientelista da coisa pública.

Neste cenário, sociopolítico, econômico e cultural, anteriormente bastante conturbado e difícil, o que pode se esperar de uma mudança quase que inesperada? Até que ponto as novas autoridades do país podem responder ou responderam às expectativas ou esperanças do povo senegalês? Dez anos depois qual avaliação fazer da gestão do estado na era Wade? As respostas a estas indagações serão importante para se analisar o Estado do Senegal e seus desafios da integração regional.

A respeito da primeira indagação colocada acima, é bom lembrar que, a campanha eleitoral que precedeu a alternância democrática foi marcada por várias promessas e denúncias, por parte da oposição. Uma das principais promessas e engajamento feito ao povo durante a campanha não poderia ser outra que a resolução dos principais problemas que o Estado e o povo senegalês enfrentaram durante as duas décadas do governo do presidente Abdou Diouf, que são: o conflito de Casamance, o desemprego, e a resolução dos problemas relacionados à infra-estruturas, lutar contra a corrupção etc.

A paz social, o diálogo e a hospitalidade sendo uns dos valores nos quais o povo senegalês se reconhece e se orgulha uma das perguntas que mais animou a campanha não poderia ser outra, que a resolução do conflito da Casamance. Neste aspecto, o principal candidato da oposição, Abdoulaye Wade tinha se comprometido em resolver os conflitos em cem (100) dias caso seja eleito, no entanto, uma vez no poder, tomando conhecimento da complexidade do conflito, se deu conta que era promessa quase que impossível de ser cumprida (DIOP, 2002, p.112). Ora, da mesma forma que a população africana enxergava a independência como a chave de uma nova era na qual, os africanos tomam conta do seu destino, para de um lado, eliminar as seqüelas da colonização e de outro, construir uma África digna, a imagem das outras nações e continentes (Wade, 2005), a alternância democrática, ocorrida no Senegal em 2000, deu ao povo senegalês a esperança de ver resolvidos os problemas políticos interno e externo (conflito de Casamance, crises fronteiriças com Guiné Bissau, Mauritânia, Gâmbia etc.) e os problemas socioeconômicos (desemprego, educação, saúde, infra-estruturas, transporte etc.).

Este acontecimento histórico, ou pelo menos considerado como tal, alimentou os ânimos dos povos africanos em geral e particularmente do povo senegalês, que vivia esperando a chegada do ano 2000, profetizado na era Senghor, como sendo o ano da fartura⁶⁴ e do bem estar social, por isso, a alternância democrática aparece como o fechamento de uma era difícil, e a abertura de uma nova era. Ou seja, não é uma mera coincidência entre o fim do século XX e o fim da era do partido socialista de Senghor e de Abdou Diouf, bem como não seria uma coincidência o início do novo século com a chegada de um governo do povo. É nesta ótica que Diouf, Diop (2002, p.138), afirmam que o fechamento do século de Senghor não se resume ao político. Ela abre um novo período na construção da sociedade senegalesa e favoreceu uma saída pacífica da situação social e política muito tensa de fevereiro e março de 2000.

É importante lembrar que apesar dos avanços registrados durante a era Diouf (1981-2000), sobretudo ao nível do respeito dos direitos, liberdades, e garantias do cidadão; da elevação da porcentagem de pessoas alfabetizadas, Senegal como a maioria dos países da África ao sul do Saara, apresentava ainda no início do século XXI, uma evolução lenta do crescimento econômico e de outros indicadores de desenvolvimento, provocando uma situação social cada vez mais difícil e tensa, além da multiplicação dos focos de instabilidades e de conflitos. Nestas condições os desafios de uma alternância são grandes principalmente quando esta acontece no país considerado como exemplo na região e no continente, em termos de paz social, de democracia e de respeito aos direitos humanos e de bem estar social em relação principalmente aos vizinhos.

Assim, o primeiro desafio do Senegal de Wade, poder corresponder ou atender as expectativas criadas pela alternância no país. Segundo Diouf, Diop (2002), em cima de tudo, é preciso responder a exigência moral de uma sociedade que esta em deriva e em busca de um novo eixo plural de reconstrução. O novo governo tem a obrigação e o desafio de garantir a equidade, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos, frearem a prática clientelista a fim de poder preservar os equilíbrios sociopolíticos do país. No entanto, as alternâncias políticas são operações difíceis em colocar em prática,

⁶⁴ Durante o governo do Senghor se criou uma lenda, que dizia que o ano 2000, é *atum natanguela* que significa no idioma Wolof, ano da fartura, do bem estar social, no entanto, conforma O'Brien (2002), esta expressão de controle social era dificilmente aplicável na sociedade senegalesa na véspera das eleições de 2000, principalmente quando se olha a situação de pobreza que caracterizava Senegal, nesta época.

principalmente quando, a equipe que assume o comando do país não está acostumada em gerenciar as instituições centrais do estado. Ou seja, nem sempre as promessas de campanhas eleitorais se transformam em programas de governo, mas, no caso do Senegal, o entusiasmo gerado pela alternância exige das novas autoridades, respostas às principais problemas socioeconômicos e político que aliás, todos os partidos da oposição questionaram a eficácia durante a campanha eleitoral e propôs alternativas promissoras à população. Portanto, a eleição do líder da coalizão da Frente pela Alternância (FAL), no segundo turno das eleições de 2000, significou a realização de um histórico objetivo político Abdoulaye Wade, mas também coloca toda a esperança do povo senegalês na sua responsabilidade. É necessário devolver a esperança à população senegalesa em geral e particularmente aos jovens, reconstruir a economia moral, que pode promover outro eixo de desenvolvimento da sociedade. Segundo Diop (2006), é desta maneira que será possível desarmar a revolução cultural, carregada pelas utopias de transformação da vida que acompanharam a chegada de Wade no poder

Como se observa se espera muito do governo da alternância, mas é importante notar que a grandeza da esperança do povo, se justifica não somente, pela imensidade e variedade das dificuldades socioeconômica, políticas e culturais que enfrenta o povo senegalês, mas também pela confiança que se tem do novo ocupante da presidência da república do Senegal, que teve um papel fundamental no processo da construção do estado e da democracia no Senegal. Durante um quarto de século (1974-2000), o Partido Democrático Senegalês (PDS) de Abdoulaye Wade, entre os partidos políticos senegaleses foi, o que mais contribuiu para a democracia senegalesa, visto que, foi certamente, o partido que melhor conseguiu a se comunicar com o povo em geral e particularmente com os mais jovens, a mobilizar o entusiasmo político graças ao grito de mudança (*sopi*⁶⁵).

⁶⁵ Esta palavra que é da autoria de Wade significa mudança em Wolof uma das línguas mais faladas no Senegal e, portanto, compreensível a todos ou a maioria dos senegaleses. É importante notar que a introdução deste conceito na política, foi à primeira mudança importante operada, na política senegalesa, pois, até então a política era concebida como sendo um campo exclusivo das elites e conseqüentemente o francês, falado por uma minoria dos senegaleses era, a idioma dos políticos.

Portanto, ao escolher o Wolof como idioma de campanha, Wade, primeiramente, marca uma ruptura com as práticas tradicionais dos políticos senegaleses e em segundo lugar ele mostra a sua preocupação com a maioria, e assim ele inclui a população que até então excluída, que são os jovens, as mulheres (menos

A mudança proposta por este conceito de *Sopi* pretende romper com a cultura política instituída pelo partido Socialista senegalesa, no poder desde a acessão a soberania, do Senegal, em 1960 até 2000, acabar com os procedimentos e estratégias de reprodução da classe dirigente que, permitiu manter a paz social apesar da complexidade crescente dos problemas internas e externas, e dos custos financeiros altos. Dito de outra maneira, o *sopi* propõe uma alternativa ao sistema de gestão clientelista, usada pelos dirigentes das instituições públicas, sejam elas centrais ou locais de 1960 á 2000. Durante este período, a gestão das instituições do Estado do Senegal foi dominada, pelo clientelismo político e por gastos descontrolados dos recursos nacionais pela elite dirigente. Segundo Diop (2006), os herdeiros dos Paes da independência favoreceram a promoção da cultura da corrupção cujas conseqüências foram devastadores para o aparelho do estado e principalmente para a sociedade. Diante desta situação, o *Sopi*, aparece como a única alternativa política e econômica viável e de evitar o pior para os senegaleses, pois, na altura como observa Diop (2006), nenhuma alternativa era digna de confiança era identificável nos discursos dos chefes políticos ou religiosos e muito menos nos discursos dos representantes da sociedade civil. Assim, podemos entender por que o entusiasmo e a esperança gerada pela alternância democrática são tão grandes e como isso aumenta os desafios e as responsabilidades do novo governo. De fato, a eleição de Wade na presidência da república do Senegal, em 2000, marca o fim de um longo processo e o início de outro, por isso, carrega toda uma simbologia e significados.

Simbolicamente, a alternância democrática pode ser interpretada como a maturidade da democracia senegalesa, assim como de seus representantes, sejam eles, políticos, religiosos ou civis, mas também uma rejeição do sistema de construção e de gestão do estado até então adotado pelas elites dirigentes. Outro fato importante que a alternância democrática deixou nitidamente claro é a rejeição da ingerência da religião na política, o

escolarizadas) e as populações rurais, mas também dos intelectuais. Ou seja, somente pela escolha deste conceito ele consegue se transformar em “o candidato do Povo”.

A importância do conceito foi resumida da seguinte maneira por O Brien (2002, p. 504), *Sopi, Le mot a été bien choisi, tout le monde peut s'en servir et le définir à sa façon. Sopi, tel était le cri de ralliement des mécontents, des frustrés. A travers le slogan Sopi, il a été possible de concentrer et d'organiser l'impatience populaire.*

repúdio do *Ndiga*⁶⁶, separando assim, os valores religiosos e a prática da política. Segundo O'BRIEN (2002), os discípulos se mostraram que não é tão obediente, quanto parecem principalmente quando se trata de eleição, a partir de 1988, quando se mostraram capazes de fazer a distinção entre o *Ndiga* no campo religioso sempre respeitado, e o *Ndiga* político, que eles não têm obrigação de seguir, portanto, simbolizando o fim do poder do marabout em influenciar o voto no país. Somando todos estes elementos e mudanças, podemos afirmar que a alternância democrática de 2000, significou o reconhecimento da importância do sufrágio universal pelos diferentes componentes da sociedade senegalesa, assim como a necessidade de se operarem mudanças profundas em todos os níveis do Estado senegalês. Assim segundo O'BRIEN (2002, p. 504), a mudança desrespeite em primeiro lugar, ao pessoal na direção do Estado, dos partidos políticos dirigentes, em seguida mudar os mecanismos da distribuição dos benefícios governamentais e finalmente as políticas de emprego, de subsídios e de contratos de um número grande de coisas.

Grosso modo, a alternância democrática expressa a necessidade de desconstruir e de construir novas bases de relacionamento entre Estado e sociedade, experimentar novas formas de gestão dos bens públicos, devido à ineficácia das práticas adotadas até então pelo Estado e pela elite dirigente do Senegal. Nesta ótica, o grande desafio das autoridades da alternância, é consolidar a ruptura e dar início a um novo processo de construção do Estado senegalês, diferente daquele herdado e constituída com base no legado colonial, o qual se preocupou em consolidar o poder hegemônico da pequena elite dirigente e de sua clientela política em detrimento da maioria da população. A adesão massiva da população senegalesa no projeto do *Sopi* mostra uma vontade manifesta de romper com as práticas autoritárias do partido único e de realizar um verdadeiro *Set-Seta*⁶⁷. Segundo Diouf (2002),

⁶⁶ *Ndiga* é uma palavra Wolof, que significa recomendação, e ao longo da história política do Senegal ela foi fundamental para a manutenção do *Statu-quo*, e da relação entre política e religião. Até nas eleições presidenciais de 1988, os chefes religiosos se posicionavam em favor de um candidato, e recomendavam aos seus discípulos de votar nele. Ou seja, o chefe espiritual, aqui no caso, os marabouts, escolhia o candidato e pede voto para ele, considerando como pecado, ou desacato a autoridade religiosa, votar no candidato da oposição, portanto, é uma recomendação que tem peso de ordem. Em 1988, diante da crise econômica, política e sociocultural, os discípulos (talibes), começaram a questionar a legitimidade da escolha de um candidato político pelo chefe espiritual, já que no Islam, a liberdade é dada a cada cidadão de votar livremente no candidato da sua escolha. Dito de outra forma, no islamismo deve-se obediência somente a DEUS, como indica o Corão (I, v.5), “Deus, o Único a ser implorado, para o que desejamos. Deus o Único digno de ser adorado”.

⁶⁷ É ao mesmo tempo uma expressão e um movimento. A expressão *Set* significa em wolof, ser limpo, puro, e *Setal* significa tornar limpo. Portanto, a expressão *Set-Setal* é um investimento humano que a como vocação

o *Set-Setal* tem antecedências históricas, na sua dimensão saneamento e investimento humano e, uma analogia que remete ao episódio nacionalista e voluntarista da primeira década do Estado pós-colonial senegalês, quando este e outros movimentos do tipo, eram uma oportunidade para a classe dirigente afirmar seu poder incontestável e sua autoridade sobre a população submissa as ordens dos comitês do partido único. Dito com outras palavras, estes movimentos, permitiam, a afirmação do poder absoluto do partido em níveis locais, a articulação da legitimidade dos territórios assim como a expressão da centralidade das construções clientelistas e da sua linguagem na trajetória política senegalesa, no entanto, no contexto do *Sopi* ou da alternância democrática, o *Set-Setal* se inscreve na lógica da crítica severa da política e dos sistemas de governo que Senegal conheceu até então e conseqüentemente, uma expressão da vontade não somente dos jovens, mas da população em geral de mudar a situação da ausência ou da indiferença do estado em relação a todas as dificuldades do povo senegalês, na ótica das palavras a seguir:

[...] Tornar Senegal limpo, é se desfazer do toda herança colonial, que regula nossa maneira de ser, de conceber as coisas. A limpeza é uma obrigação absoluta de lutar e essa necessidade de se expressar conforme os novos conceitos e em uma linguagem nova, nesta batalha para a sobrevivência (DIOUF, 2002, p.165)⁶⁸.

A alternância democrática parecia proporcionar esta possibilidade de se desfazer de todos os males herdadas da colonização e perpetuada durante os quarenta anos do governo do partido socialista senegalês de Senghor e de Abdou Diouf, no entanto, percebeu-se que não é tão óbvio e fácil mudar a história em poucos dias ou anos. Os anos

tornar limpo (em termos de saneamento, higiene, mas também, no sentido moral ele significa: luta contra a corrupção, a delinquência, a prostituição).

O *Set-Setal* se tornou um movimento quando foi adotado pela juventude na década de 1980 1990, como forma de apropriação ou ocupação do espaço público, abandonado pelo Estado. Neste período, no Senegal, a juventude tomou a iniciativa de transformar, praça publica as ruas e avenidas foram adotadas pela juventude nos bairros, no sentido de garantir a limpeza, manutenção das estradas (tapa buracos), simbolizando a substituição do poder público ausente ou incapaz de assumir plenamente seu papel. Neste sentido Diouf (2002), que o *Set-Setal* é um movimento de juventude e um movimento local (em oposição aos movimentos nacionais ou mesmo de partidos e de sessão urbana de partidos), ou seja, centrado no bairro.

⁶⁸[...] Do francês: Faire du set-setal, c'est se débarasser de tout cet héritage colonial, régulant notre façon d'être, de concevoir les choses. Le Set-Setal c'est une obligation absolue de se débrouiller et cet nécessité de s'exprimer selon de nouveaux concepts et dans un langage nouveau, dans cet bataille pour vivre (DIOUF, 2002 :165).

que seguiram a alternância política, apesar de serem marcadas por certa tranquilidade política e social, mostraram que os desejos expressos pelo movimento de *Set-Setal*, assim como a esperança criada em 2000, serão adiados, pois, nem a mudança da personalidade do presidente tão pouco do partido dirigente significou mudança do sistema da gestão do Estado tanto no plano sociopolítico quanto econômico do Senegal, apesar das ambições declaradas do presidente Wade e da sua equipe. Porém isso, não quer dizer que não houve avanços e realizações, mas sim estes foram a quem da esperança da população senegalesa bem que os críticos do governo afirmam que o Senegal de Wade em vez de avançar esta recuando principalmente no plano político ou democrático como ilustra esta afirmação de Mbow (2008, p.156):

Yet from a democratic perspective, the era of President Wade has been a severe disappointment, dashing hopes that the great turnover of 2000 would pave away for democratic consolidation. Presidente Wade was reelected to a Fresh (now five-year) term on 25 february 2007 with nearly 56 percent of the vote in first and only round, but the problems gripeeng the country have done nothing but intensify since his reelection [.....]. Despite the promise of democracy in 2000, Senegal today has declined to the point of mere electoral authoritarianism.

Ou seja, apesar das críticas formuladas contra os governos anteriores e aos projetos de governo promissores apresentadas por Wade e sua coalizão na campanha eleitoral de 2000, prometendo *Sopi e Set-Setal*, na pratica o que se viu não foi diferente das praticas anteriores do partido socialista Senegalês (PS), no poder entre 1960 e 2000. Assim se pode lembrar que Senghor acedeu à magistratura suprema do Senegal por meio de uma coalizão de partidos e movimentos de interesses diversos, mas uma vez eleito a estratégia da construção da hegemonia foi à eliminação dos mesmos no campo político pelo cooptação ou pela perseguição a fim de concentrar o poder nas mãos da única personalidade do presidente da república a través da modificação da constituição como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho.

Um ano depois da alternância democrática, o clima entre os partidos membros da coalizão se deteriora ocasionando a saída do governo dos principais partidos que apoiaram a candidatura de Wade no segundo turno da eleição que são a Aliança das Forças do Progresso (AFP) de Moustapha Niasse, que foi o primeiro ministro do governo entre 2000 e 2001; do Partido da Independência e do Trabalho (PIT) de Ahmath Dansokho; da Liga Democrática - Movimento pelo Partido do Trabalho (LD-MPT) de Abdoulaye Bathily e do

Partido Africano para a Democracia e do Socialismo (AJ-PADS). A saída destes partidos do governo mais a reforma da constituição em 2001 permitem a Wade introduzir seu pessoal e iniciar a construção da sua hegemonia, usando estratégias parecidas com as utilizadas por Senghor na década de 1960 e perpetuadas por Diouf na década de 1980, com o intuito de marcar a sua época (Diop, 2008), centralizando o poder na sua volta e controlando a oposição pelo cooptação ou pela perseguição. Assim, o momento mais marcante desta construção hegemônica, foi à promoção do diretor de gabinete de Wade, Idrissa Seck⁶⁹ ao cargo do primeiro ministro, mas, principalmente a prisão do mesmo por motivos parecidos com os que levaram Mamadou Dia à prisão: acusação de preparar um golpe do Estado, enquanto na realidade é somente por não se submeter às ordens do presidente e de seus colaboradores próximos principalmente os que transitaram do partido Socialista para o Partido democrático Senegalês (PDS), depois de 2000, fato que provocou não somente o fim da frente pela alternância (FAL), mas igualmente a divisão dos membros do PDS no poder.

Em termo de comparação, é interessante notar que todas as divisões que se operam entre colaboradores⁷⁰ e subalternos ou entre os que contestam, opinam e os que somente executam as ordens do presidente da república do Senegal desde 1960. Portanto, estas divisões constituíram sempre uma estratégia de construção hegemônica ou de poder absoluto do presidente da república desde Senghor, passando por Abdou Diouf até o atual presidente Abdoulaye Wade. Ou seja, nesta ótica a alternância democrática de 2000 foi mais de uma ilusão tanto para o povo quanto para os membros do Partido Democrático

⁶⁹ Numero dois do partido democrático senegalês (PDS) durante a campanha eleitoral de 2000, Idrissa Seck foi nomeado diretor de gabinete do presidente Wade no primeiro governo da alternância e, conforme Diop (2008), ele foi um dos principais responsáveis pelo fim da coalizão que derrotou Diouf, dando a oportunidade para Wade proteger a integridade de seu perímetro de decisão e evitar a montagem de uma direção política unificada proposta por seus aliados. Portanto, Seck representou no governo de Wade o que Mamadou Dia representava no governo de Senghor, pois, depois de ajudar o presidente a neutralizar os aliados que o ajudaram a chegar ao poder, ele foi acusado de preparar um golpe do Estado contra Wade, e foi preso.

⁷⁰ Entendemos como colaboradores os que emitem opiniões, que concordam e discordam quando necessário, com as idéias do chefe do executivo enquanto que subalternos neste contexto se refere a aqueles, que não questionam e nem discordam com o chefe. No caso do Senegal, estes últimos foram sempre os que tiveram êxito político por somente aplicarem as ordens do presidente da república, fato que ao longo do tempo acaba gerando injustiça e aumentando os conflitos sociais que, em nossa opinião, impedem até na atualidade a consolidação do Estado nação. Este sentimento de injustiça que acompanhou e acompanha ainda a formação do Estado do Senegal é um dos mais importantes elementos da crise casamencês, por isso certamente ele consta no início de todos os pronunciamentos ou discursos do falecido líder carismático do MFDC, Abbé Augustin Diamacoune Senghor.

Senegalês (PDS) como Idrissa Seck, que não se conformou com “o princípio” segundo o qual o principal colaborador do presidente senegalês tem que se submeter às ordens hierárquicas. Nesta ótica, as ambições políticas de Seck acabaram o opondo com o presidente Wade, servindo de motivo para a sua eliminação política. Segundo Diop (2008, p.118), ao deixar seu cargo de ministro de gabinete da presidência para assumir o cargo de primeiro ministro sem esconder suas ambições políticas assim como o fato de se tomar atitude de autonomia em relação a seu mentor e da sua família, Idrissa Seck se colocou em candidato declarado para suceder Wade.

A partir desta análise fica clara que a preocupação da equipe da alternância deixou de ser o bem estar da sociedade senegalesa em geral, mas sim, a promoção e a defesa de interesses particulares em detrimento dos princípios que legitimam a democracia senegalesa como moderna, depois da esperança nutrida pela voz do povo que resultou na alternância democrática de 2000. Se embarcarmos na idéia defendida por Bruno Reis, segundo a qual a adesão a princípios democráticos requer o abandono progressivo de fins substantivos a serem perseguidos pelo sistema político, em favor de uma valorização crescente de determinados procedimentos a serem seguidos, podemos afirmar que no caso do Senegal de Wade, estamos longe de tais abandonos. Segundo Reis (1997, p.141), nestes procedimentos, apóiam-se em formas específicas de tratamento entre as pessoas tomadas individualmente, pessoas essas cujo bem estar se torna o grande fim legítimo a serem perseguidas constantemente as pessoas esperam resultados específicos para suas vidas nem sempre compatíveis com os dos outros. Nesta ótica, ao perceberem as ambições pessoais do primeiro ministro Seck, seus adversários agrupados em torno do presidente Wade, o acusaram de preparar o assassinato do presidente a fim de poder substituí-lo. Ou seja, o primeiro ministro, Idrissa Seck foi acusado de prepara um golpe do Estado, fato que não é uma novidade na história das instituições do Senegal, pois, os mesmos procedimentos foram usados por Senghor na década de 1960 para se livrar do então primeiro ministro Mamadou Dia. Portanto, Wade e seus seguidores usaram os mesmos procedimentos, para desacreditar, marginalizar e neutralizar politicamente Idrissa Seck que, depois de ser destituído do posto primeiro ministros, será acusado de má gestão de recursos públicos na

cidade de Thiès⁷¹ e preso em 2005, depois da votação pelo parlamento de maioria liberal⁷², de um decreto que permitia a sua acusação formal diante da suprema corte da justiça.

Em suma, no plano político pode se perceber que a alternância democrática, além da devolução da confiança do povo quanto ao poder do voto não mudou grande coisa. As praticas do governo continuam sendo guiados pelos interesses e busca incessante de realização pessoal da equipe dirigente e de seus familiares em geral e particularmente do presidente da república. A partir desta análise, podemos perceber que o discurso pronunciado na posse do presidente Wade em 2000, que diz o seguinte:

En reussissant à restituer, dans la paix, aux peuple sénégalais, le pouvoir confié depuis cinquante ans, les sénégalais, les jeunes en tête, viennent de démontrer au monde que la démocratie est une valeur universelle dont tous les peuples sont dépositaires, valeur trop souvent cachée ou annihilée par le régime. Sa reconquête doit être pacifique et progressive, et étaler dans le temps au contraire de l'indépendance qui peut être un acte brutal (WADE, 2000).

Estas linhas expressam certa a trajetória política senegalesa, na qual o próprio autor teve uma grande contribuição, mas, podemos entender atualmente a sua pratica governamental em geral como a repetição das praticas hegemônicas de seus antecessores. Ou seja, o governo da alternância, reconduzido nas eleições presidenciais de 2007, esta apostando nos processos pacíficos, progressivos que podem ser estendidos no tempo para

⁷¹ Cidade situada a 70 km de Dakar, cuja Seck era prefeito e no âmbito dos programas do governo que visavam à resolução dos problemas de infraestruturas nas principais capitais regionais do Senegal. Para tanto, Wade tinha recomendado a rotação da organização da festa da independência, onde um fundo será disponibilizado para a realização de grande obra (estradas, prédios administrativos etc.). Logo depois da demissão, de Seck no cargo do primeiro ministro, ele foi convocado a se explicar sobre suposto ultrapassagem dos limites do orçamento público da cidade.

⁷² Da mesma maneira que Dia em 1963, Seck foi acusado por seus próprios colaboradores de partido a mando bem entendido do chefe do executivo, no caso o presidente Abdoulaye Wade. Depois de um ano passado na prisão de Rebeus, onde, em outras ocasiões Wade foi detido (1988, 1993), acusado de ameaçar a ordem pública (1988) e de assassinar o presidente da comissão eleitoral Babacar Seye (1993), Seck foi liberado no dia 7 de fevereiro de 2006, em condições ainda não esclarecidas (DIOP, 2008). Isso reforça a tese de continuidade na pratica da gestão política do Estado do Senegal e da estratégia de perseguição, de isolamento político pela coerção, que na verdade uma herança da colonial como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho. Fato que remete diretamente a idéia de injustiça praticada pelo Estado contra personalidades e lideranças inconvenientes ou julgadas como tal pelos ocupantes do executivo ou do poder Estatal simplesmente. Ora, a prisão tem um significado que vai além da privação das liberdades, na sociedade senegalesa em geral e particularmente na sociedade Diola, que a considera como a maior humilhação que um individuo uma família ou uma sociedade pode sofrer. Alias, é nesta ótica que os primeiros líderes do MFDC liderados por Abbé Diamacoune Senghor, que foram condenados em 1983 a cinco anos (5anos) de prisão negaram a anistia oferecida pelo Estado do Senegal a través do então presidente Abdou Diouf em 1985, porque para estes não importa o tempo passado na cadeia, pode ser uma hora, um dia, mês ou anos a humilhação é a mesma. É nesta ótica que o líder carismático da rebelião afirma em relação a sua primeira prisão e prisão em dezembro de 1982 que: “*C’est Le plus beau cadeau de Noel que Le president Abdou Diouf a donné a la Casamance*” .

confiscar, aniquilar ou esconder os valores democráticos a todo custo como o próprio Wade (2000) afirma, que a democracia é acessível desde que se pague pacientemente o preço em termos de vidas humanas, de submissão a brutalidade estatal, de privação de liberdades muitas vezes arbitrárias e sempre ao longo do tempo. Nesta ótica, podemos concordar com certas críticas formulada ao encontro de Wade e da sua equipe quanto a sua maneira de governar o estado senegalês, que como se viu é bastante contrária aos princípios democráticos em base dos quais foram eleitos. Assim, enquanto a oposição qualifica Wade de “divino”, Mbow (2008) afirma que ele não governa, mas reina conforme ilustrados nestas palavras:

Convinced of his legitimacy and believing that he carries with him all the hopes of people, Wade’s use of power smaks of authoritarianism, even though he battled for twenty-five year in the name of democracy. [...] Wade does not govern; he reigns. The constitution that was approved by referendum in January 2001, has in fact brought with it a hiperpersonalization of power that is especially evidente in the political prominence and influence enjoyed by the president’s wife, son, and daughter (MBOW, 2008, P. 158).

Porém ha de reconhecer que, a única inovação ou novidades introduzida aqui por Wade é a tendência em apostar ou pretender apostar na sua própria família como legítimos sucessores, pois, escolher seu sucessor na presidência da republica do Senegal faz parte da tradição política, bem que nem sempre esta escolha deu certa, mas podemos lembrar que Abdou Diouf apesar de aceder de forma legal, foi escolhido e preparado por isso por Senghor contrariando a elite política do partido Socialista (PS). A derrota do mesmo partido nas eleições de 2000, é atribuída à introdução imposta de Ousmane Tanor Dieng por Abdou Diouf, como secretario geral do partido, portanto, levando em consideração as decepções geradas pela não satisfação das esperanças do povo pelo governo da alternância, pode se esperar o fracasso de tal processo devido principalmente à consolidação do poder das urnas.

Isso não significa que não ouve avanços ou conquistas em relação a 2000, no entanto, estes avanços notados principalmente no plano econômico podem não pesar tanto na hora de fazer as contas até porque, o crescimento econômico registrado nos primeiros anos da alternância não conseguiu neutralizar as dificuldades socioeconômicas do Senegal e conseqüentemente, os conflitos sociais continuaram tendo como pico a onda da imigração ou tentativa de imigração arriscada em busca de emprego e de vida melhor no continente

Europeu, na qual se submeteu vários jovens senegaleses em 2008. A respeito do crescimento econômico, no primeiro governo de Wade, o relatório do fundo monetário internacional (FMI, 2007), afirma que a nova equipe governamental do Senegal, adotou e implementou um plano estratégico de redução da redução da pobreza entre 2003 e 2005, o qual permitiu o alcance de resultados satisfatórios, pois, o crescimento econômico do país se manteve uma tendência positiva, cuja média de crescimento anual do PIB, foi de 5% ou até mais como foi o caso entre 2002 e 2003 quando foi registrado um crescimento de 6,7%, além de manter a inflação controlada. Dados que a Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento Industrial (ONUDI) confirma afirmando que o crescimento médio do PIB (5%) do Senegal neste período, foi quase que o dobrou do crescimento demográfico, que foi de 2,47%. Isso segundo o relatório da ONUDI constitui um progresso real em relação às realizações anteriores, que foram em média de 2,5% antes da desvalorização do Franco Cfa, no entanto, este resultado econômico positivo não se traduziu em ganhos para a população, pois, como em outras épocas, a pobreza atinge um em cada dois senegaleses, portanto, caracterizando uma continuidade no que desrespeito ao bem estar da sociedade, principalmente quando se considera que a grande maioria da mesma é jovem⁷³. Porém, nos primeiros anos do governo de alternância, o crescimento econômico apesar de não diminuir fortemente a pobreza foi considerado como positiva para uma parte da população, devido a medidas governamentais que vão do aumento de salários a recrutamento de novos funcionários públicos a partir de 2003, no entanto, estes foram de forma gerais insuficientes se comparados as expectativas do povo e tão pouco para o governo, que alias, levou um susto em 2002 quando se a fundou o Navio que faz a travessia Dakar Ziguinchor matando aproximadamente duas mil pessoas, afetando seriamente a credibilidade do governo na questão Casamancês.

4.2 Senegal e os desafios da integração regional

Nous demandons, ici et maintenant, d'instaurer les Etats-Unis d'Afrique, seule solution pour libérer nos peuples et (...) faire de l'Afrique un grand ensemble culturel, économique, politique et social qui sera respecté.

A. Wade, 2010.

⁷³ Conforme senso de 1988, 77,8% da população do Senegal tem menos 30 anos, e mais da metade são mulheres (51,2%).

Antiga capital da África ocidental durante a colonização, Senegal tem buscado desde o início do processo da independência do continente africano, a consolidação da região como uma unidade integrada política, econômica, social e culturalmente, entendendo que a integração regional na África, é uma das vias da inserção do continente no mundo globalizado. Apesar de ser iniciado há cerca de quatro décadas, a integração regional ainda não encontrou caminhos ou lideranças capazes de transformar este sonho pan-africanista em realidade, bem que um avanço considerável foi registrado nos últimos tempos. A criação da União Africana, do NEPAD em nível continental, o fortalecimento da CEDEAO e da UEMOA na África ocidental são alguns exemplos que mostram a retomada dos processos de integração regional que é fruto do comprometimento ou engajamento de países como África do Sul, Nigéria, bem como do Senegal que esta seção se propõe de analisar e apresentar os desafios da integração regional.

África, continente em que pertence Senegal é caracterizado por suas riquezas em recursos naturais e humanos, sendo que a agricultura constitui o setor econômico predominante, empregando conforme dados da Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação (FAO, 2010), sessenta por cento (60%) da população estimada a 1,10 milhões de pessoas. O crescimento econômico de forma geral do continente nos últimos anos tem sido superior a cinco (5%) por cento até 2008, devido ao aumento das exportações que geraram no caso da África subsaariana um crescimento de cinco e meio (5,5%) por cento. Segundo FAO (2010), a partir de 2000, a agricultura dos países da África negra cresceu teve um crescimento anual de 3,5% que altamente superior a taxa anual de crescimento populacional, no entanto, isso não foi suficiente para atingir as metas de redução da pobreza que prevalece como um desafio importante para o continente. Da mesma forma Senegal registrou um crescimento econômico variando entre três e cinco por cento ao ano nos últimos dez anos, mas, o bem estar da sociedade continuou caindo gerando uma onda de migração e de crises sociopolítico preocupante, que vão da crise de Casamence ao aumento das tensões fronteiriças com os vizinhos, da Gâmbia, Guiné Bissau e Mauritânia.

Diante desta situação, Senegal que tem como valor simbólico inscrito na sua bandeira, a abertura⁷⁴ em direção aos povos dos cinco continentes do mundo, se vê contrariado pelos acontecimentos e logo obrigado a dar mais valor ao multilateralismo pelo menos no plano continental e regional. Neste sentido, a integração regional tem ocupado um lugar de destaque na política externa do país, devido principalmente a configuração das fronteiras do país, que tem a enclave da Gâmbia dentro do espaço territorial do Senegal. A integração além de uma necessidade econômica constitui uma questão de segurança para o Estado do Senegal, por isso a priorização e a participação efetiva do país nas organizações regionais e internacionais. Assim, depois das experiências adquiridas na Federação do Mali (1959-1960) e da confederação da Senegâmbia (1982-1989) Senegal é atualmente, membro da UA, da CEDEAO, do UEMOA, do NEPAD, da OMVS, da OMVG, que são organizações, que buscam uma integração regional. Segundo o ex-presidente do Senegal, Abdou Diouf, depois das independências, a África se deu uma burocracia continental de eficácia reduzida e a marginalização do continente na década de 1990, levou a criação de novas lógicas de relacionamento e de cooperação intra-africana.

Nesta nova lógica de integração africana como nas antigas, Senegal sempre teve uma participação ativa e um interesse particular a defender devido de um lado ao papel histórico de capital regional exercida durante a colonização, que favoreceu um amadurecimento sociopolítico das suas elites que desde já, tiveram a consciência da importância da integração regional para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da África. Assim, se Leopold Sedar Senghor foi um dos defensores do pan-africanismo, co-fundador da federação do Mali, seu sucessor, Abdou Diouf será o principal ator da confederação da Senegâmbia, da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), além da criação da Organização para a valorização do rio Senegal (OMVS), que agrupa a Mauritânia, Senegal e Mali e a organização pela valorização do rio Gâmbia (OMVG). Estas duas organizações regionais especializadas, que podem ser caracterizadas como agências multilaterais permitiram a gestão em comum das águas destes rios, evitando o surgimento de conflito nestas Zonas (DIOUF, 2006: 787). O atual presidente do Senegal,

⁷⁴ A estrela estampada no meio da bandeira do Senegal simboliza a abertura do país nos cinco continentes do mundo. As cores da bandeira do Senegal são como as da maioria dos países africanos, Verde que simboliza a natureza, amarelo, materializando as riquezas do sol e do subsolo e o vermelho que lembra o sangue derramado para a pátria.

Abdoulaye Wade, é um dos idealizadores do NEPAD ao lado do Tabo Mbecky da África do Sul e do ex-presidente da Nigéria Olesgun Obasanjo. Alias a eleição de Wade na presidência da república do Senegal no segundo turno das eleições de 2000, reativou não somente a esperança do povo senegalês, mas também do povo africano em geral devido principalmente, a sua dedicação política, intelectual pela causa africana, bem como seu conhecimento sobre o funcionamento das instituições e do povo africano. A respeito desta personagem, Momar Coumba Diop e Mamadou Diouf, dois cientistas políticos senegaleses escrevem:

En février 2000, par ses innovations, son accoutrement, sa tenacité moral et physique, son sens de la mise en scène et l'humour corrosif avec lequel il décrivait Abdou Diouf, Abdoulaye Wade a administré la preuve, une foi de plus, qu'il était le dernier des grands hommes politiques africains capables de déclencher de tels entusiasmes. Le dernier grand tribun ou demagogue africain, selon l'image que l'on se construit (DIOP, DIOUF, 2002, P.138).

Este texto mostra o porquê o entusiasmo e a esperança levantada pela vitória do FAL, para a população senegalesa e africana em geral onde ele sempre atuou política e intelectualmente. No plano político, pode-se lembrar, a título de exemplo, que Wade, ocupou os cargos de presidente do grupo de consultores do Banco Africano de desenvolvimento (BAD), da organização da unidade africana (OUA), secretário geral da federação dos Estudantes da África negra na França (FEANF) e militante ativo do pan-africanismo desde 1958, quando foi se juntar em Londres ao circo dos pan-aricanistas das colônias inglesas, além de fundar e dirigir o Partido Democrático Senegalês (PDS) desde 1974, destacando como um dos objetivos do partido, a realização dos Estados Unidos da África como mostra as linhas a seguir:

Après donc une éclipse politique ⁷⁵de dix ans, de 1963 à 1973, je créai, en 1974, un parti d'opposition au Sénégal, le Parti Démocratique Sénégalais, PDS, qui, a inscrit dans son programme, l'objectif des États Unis d'Afrique, confirmé par le congrès de jeunes du parti en 1985 (WADE, 2005, P. 15).

No plano intelectual, a contribuição de Wade na criação do NEPAD e o livro “um destino para a África, publicado em 2005, onde o autor faz um diagnostico detalhado dos

⁷⁵ É importante lembrar que “*eclipse politique*” se refere aqui ao período do partido único instituído por Senghor depois da prisão do Mamadou Dia, presidente do conselho constitucional do Senegal entre 1960 e 1963. Neste período, como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho, a situação política senegalesa foi marcada pela busca pela construção do estado hegemônico do Senghor, no qual os partidos ou grupos de oposição eram obrigados se alinharem ao partido único, ou a desaparecerem.

males que sofre o continente, mostrando os principais desafios que são de três tipos conforme Wade: desafios, ecológico (luta contra a seca e a desertificação do continente, a promoção ou renascimento da agricultura etc.); culturais (respeitar e valorizar a tradição, incorporar os elementos positivos da modernidade (promover uma educação de qualidade para a população do continente, particularmente para os jovens e o repatriamento dos intelectuais africanos espalhados no mundo) e finalmente um desafio econômico que consiste em criar condições que possam tirar a África da situação de precariedade e de pobreza extrema. Para Wade, independentemente dos males ou das dificuldades enfrentadas pelo continente africano, o futuro do continente negro é cheia de esperança que somente a integração regional e a união dos países possibilitam a realização. Ou seja, apesar das dificuldades, do tamanho dos desafios e problemas a serem enfrentados, Wade afirma a sua convicção seu otimismo quanto ao futuro melhor não somente do Senegal, mas da África como um todo. Certamente, os desafios da alternância democrática do Senegal de 2000, são enormes no plano nacional, regional e continental devido à personalidade de Wade que, devido a sua capacidade de análise e de expressão bem como seu conhecimento da política africana, soube transmitir esta confiança ao povo, através de um discurso adaptado e compreensível a grande massa popular do Senegal, mas também por freqüentar os meios acadêmicos e políticos do continente, tem se afirmado como uma das esperanças e referencia da maioria dos jovens pan-africanistas do final do século XX e início do século XXI.

Portanto, pode se perceber que independentemente da personalidade do presidente da república do Senegal, a integração regional e continental sempre figuram nas prioridades da política externo do país devido entre outros motivos, ao papel ou a aspiração ao papel de líder regional do Senegal e de seus dirigentes, mas também e principalmente as necessidades e a dependência do país tanto em termos econômicos, sociopolíticos quanto securitárias. Nestas condições, Senegal, devido a sua imagem de exemplo africano tem o desafio de garantir a estabilidade social do país, por meio de um desenvolvimento equilibrado das regiões, criarem condições de boas vizinhanças e de confiança com os países da região a fim de continuar exercendo seu papel de liderança na região. Ou seja, para postular em assumir funções e responsabilidades em nível regional, é imperativo primeiro resolver os problemas de inerentes a estabilidades política, bem como as questões

da educação, da saúde, de infraestruturas, sem os quais será difícil a realização de um projeto consensual, da sociedade senegalesa.

No plano regional a integração vem sendo tratada como prioridade, principalmente desde criação da União Africana em 2002, que reconheceu entre outras prioridades do continente a resolução dos conflitos e o desenvolvimento. No entanto, a existência de vários tipos de integração dentro da região constitui um elemento limitador dos sucessos dos mesmos como bem mostra o texto a seguir:

L'Afrique est le continent de la planète qui compte le plus d'organisations continentales, regionales, sous regionales, sectorielle et commerciales alors qu'elle est la région où les processus d'intégration et de régionalisations sont les plus embryonnaires (DIOUF, 2006 P.).

É nesta lógica, que um relatório da UEMOA (2008), observa que uma das grandes dificuldades da integração para os países africanos, é a escolha da comunidade ou da organização regional ao qual se deve pertencer ou não, portanto, podemos afirmar que um dos grandes desafios do Estado do Senegal é efetivamente fazer esta escolha. Senegal é um dos países da África que pertence a mais de uma organização de integração regional. Como já foi dito anteriormente, Senegal é membro da CEDEAO, da UEMOA, mas também da OMVG e da OMVS, além de ser membro da organização dos países francófonos, enquanto os vizinhos próximos do Senegal, se de um lado pertencem ao CEDEAO, do outro fazem parte de organizações de interesses opostos das quais, Senegal pertence. Assim, se, de um lado, por exemplo, Guiné Bissau é atualmente membro da CEDEAO e da UEMOA ao lado do Senegal do outro, pertence à Comunidade de países da língua Portuguesa (CPLP), que logicamente tem objetivos opostos aos dos francófonos. A Gâmbia por sua vez, é membro da CEDEAO, mas, pretende fazer parte de outra zona monetária diferente da UEMOA, a ZMAO⁷⁶ (Zona Monetária da África Ocidental), enquanto que a Mauritânia não faz parte de nenhuma destas Organizações, mas é membro da Comunidade dos países islâmico (Umma), juntamente com o Senegal, que alias, foi o primeiro país não árabe a sediar a Conferência da Organização Islâmica (COI), em 2008. Perante esta adesão dispersa do Senegal em várias organizações, pode se afirmar que não há espírito de integração, mas,

⁷⁶ ZMAO é uma zona monetária criada em 2000, com o objetivo de lançar uma moeda única para os países membros que são: Gâmbia, Gana, república da Guiné, Nigéria e Serra Leoa, que são os países da CEDEAO que não fazem parte da UEMOA.

sim a perseguição de interesses particulares que, nem sempre são compatíveis. Portanto, fica evidente que se Senegal sobre o governo da alternância, pretende ser um dos líderes regionais na África ocidental, é importante operar certas escolhas quanto à integração regional, a fim de poder contribuir de forma eficaz na realização das organizações regionais e evitar conflitos tanto internos quanto externos.

Nestas condições, tanto o Senegal, quanto o resto dos países da África ocidental, tem o desafio de evitar a reprodução da tão criticada fragmentação do continente em vários estados inviáveis econômica, política e socialmente, pois, o que se observa nas organizações ou movimentos de integração regional é que os mesmos fatores que conduziram, ao fracasso da federação do Mali, e a configuração dos atuais estados na região estão presentes na integração regional.

Portanto, apesar dos resultados positivos das novas tentativas da integração regional e continental, que são visíveis no fortalecimento da CEDEAO, da reforma OUA, e da criação do NEPAD, ainda, são necessários, estabelecer prioridades e harmonizar as políticas de integração. Isso significa, no entendimento deste trabalho, estabelecer um canal de comunicação viável entre as diferentes organizações ou estruturas de cunho regional ou sub-regional na perspectiva de uniformizar e reduzir ao Máximo o número destas organizações ou pelo menos estabelecer um relacionamento hierárquico para evitar contradições nos objetivos e repetição nas práticas da integração da África ocidental, que é uma das cinco regiões⁷⁷ do continente nos quais a União Africana pretende se apoiar para realizar a tão sonhado integração continental.

Em cada uma destas regiões a integração se articula em torno de pólos dominantes ou de países líderes (Diouf, 2006), ou mais poderosos como é o caso da África austral da África do Sul, do Quênia na região da África do Este, e da Nigéria na África do Oeste, onde Senegal assume um segundo pólo de estruturação devido a sua estabilidade política interna. Segundo Diouf, este segundo pólo poderia ser estruturado em torno do Costa de Marfim, se não fosse à crise política que enfrenta o país desde 2002. Ou seja, entre os quinze países que formam a CEDEAO, atualmente tirando a Nigéria, Senegal é o país mais importante,

⁷⁷ o continente foi dividido em África do Norte que agrupa os países do Magreb, África do Oeste, África Central, África do Este e África Austral, onde cada região articula uma integração, e os cinco uma vez consolidadas, se juntam para formar os Estados Unidos da África.

em torno do qual a integração regional pode ser articulada, desde que o mesmo resolva seus problemas de segurança interna principalmente, no que desrespeite ao conflito casamancês. Igualmente, como foi sublinhado nesta parte do trabalho, o pertencimento do país a diferentes organizações regionais, como é o caso também da maioria dos países da região, é um dos grandes gargalos da integração regional na África ocidental e deve ser pensada uma estratégia de unificação, buscando maior eficácia dos mesmos.

No entanto, sabe-se que isso depende do engajamento e do comprometimento dos dirigentes, em abrir mão das vantagens individuais em favor dos benefícios e dos interesses gerais dos estados, e das sociedades oeste africana, bem certamente, não se pode excluir as preocupações políticas, nos processos de cooperação, mas o ideal, que as mesmas não façam obstáculos a lógicas mais promissoras no futuro. Para tanto, é importante que os países da África Ocidental busquem o fortalecimento da CEDEAO, como órgão principal da integração regional já que ela é a que agrupa maior número de países na região, a qual buscará a unificação das outras organizações regionais ou sub-regionais, evitando a reprodução, dos erros do passado, na vida atual dos povos e dos países da África Ocidental. Isso significa, tanto para Senegal quanto para o resto dos países da região, abrir mão da soberania nacional em favor da integração regional, assim como aceitar a eliminação ou a submissão de Organizações como a UEMOA, ZMAO, OMVS, OMVS, a único órgão regional: a CEDEAO, que a próxima sessão vai analisar.

4.3 CEDEAO

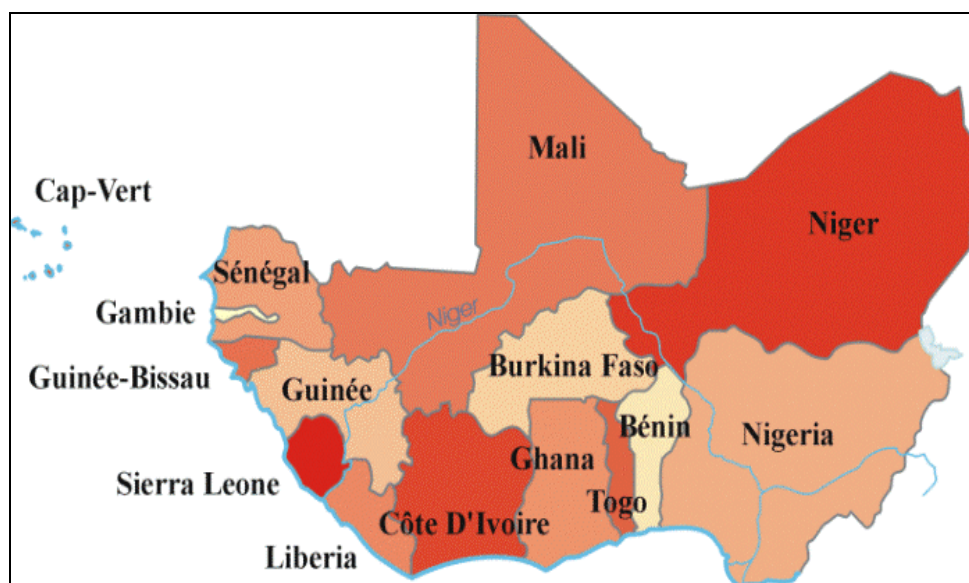
L'unité africaine doit être recherché par tous les moyens et se justifie pour des considerations historique et culturelles, mais aussi et surtout pour des raisons économiques (WDADE, 2005 :166) .

Depois de tratar do Senegal e os desafios da integração na sessão 3.2, onde mostramos que independentemente da personalidade do presidente da república do Senegal, a integração africana ocupou e ocupa sempre uma posição de destaque na política externa do país, mas, mostramos também que o pertencimento ou a existência de mais de um órgão de integração constitui um dos motivos de insucesso da união dos países da África ocidental. Nesta ótica, a nossa proposição é que se admite a CEDEAO como órgão federal da região e as organizações como a UEMOA, ZMOA, OMVG e OMVS, sejam

subordinadas como centro da aplicação da política de desenvolvimento ou de funcionamento da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Partindo do pressuposto de que nenhuma destas organizações pode alcançar os objetivos da integração de forma isolada. Dito de outra forma uma verdadeira integração regional na África ocidental é possível somente se houver centralização das decisões e coordenação dos programas, e para tanto, a CDECAO se apresenta como uma boa alternativa. Por isso a opção de apresentar nesta sessão brevemente, a história, objetivos, estrutura assim como algumas realizações desta organização, pois, entendemos que o fortalecimento da mesma, importante para os países da região em geral e particularmente para o Senegal.

Do ponto de vista histórico, é importante notar que a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) agrupa quinze países da região e nasceu com a idéia lançada inicialmente pelo ex-presidente da Libéria, William Tubman em 1964, no entanto se concretizou com a iniciativa de Nigéria e do Togo que levou a assinatura do acordo em Lagos, em 25 de Maio de 1975. Conhecido como acordo de Lagos, ele passa a vigorar a partir de julho do mesmo ano quando foi ratificado pelos países membros que são: Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Saara Ocidental, Senegal, Serra Leoa e Togo como consta na figura (5) a seguir:

Fig.5 : O mapa da CEDEAO e seus 15 países membros.



Fonte: Ecowas (ano).

A criação da CEDEAO entra na perspectiva do sonho pan-africanista da década de 1960 e se inscreve na mesma linha que as tentativas frustradas de lutar por uma independência dos países de forma unida a fim de criar a união dos países africanos socialistas como queria Nkrumah ou constituir a Federação do Mali, proposta por Senghor do Senegal e Keita do Sudão Frances (Wade, 2005). Portanto, a CEDEAO nasceu da combinação de vários esforços de integração iniciada na década de 1960, cujo gênese inclui diversas iniciativas entre os quais podemos citar: (i) o projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental; (ii) a Conferência para a Coordenação industrial, realizada em Bamako, capital do Mali e patrocinada pela Comissão Econômica para a África e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que tinha como objetivo principal o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) Conferência da Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela ECA-ONU, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), organização então atuante nos ex-territórios franceses.

No plano institucional, sabe-se que a integração tanto continental quanto regional depende da constituição de um espaço político continental ou regional. Em relação à África, Nyerere (1969) afirmava que a unidade africana deve se reforçar e tomar forma em cima das instituições econômicas e políticas se ela realmente quer influenciar de forma positiva o futuro do continente, portanto no caso da CEDEAO não pode ser diferente por isso, em busca do dinamismo dos projetos, ela se estruturou de forma a distribuir as funções entre diferentes órgãos que são: (a) Conselho dos Chefes de Estados e Governos, (b) Conselhos de Ministros, (c) Parlamento Comunitário, (d) Conselho Econômico e Social, (e) Corte de Justiça da Comunidade, (f) Secretaria Executiva, (g) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, (h) Agência Monetária da África Ocidental e, (i) Comissões Técnicas Especializadas (Filho, 2000).

Portanto, como se vê nesta estrutura a CEDEAO tem uma estrutura que a permita ser o centro da integração regional na África Ocidental, no entanto, falta a harmonização das políticas econômicas e monetária da região a fim de criar, por exemplo, uma moeda ou zona monetária única para todos os países do bloco. Neste ponto específico, entendemos

que a criação de duas zonas monetária (UEMOA e ZMOA), adotados pelos países da região é inapropriada e somente reforça divisão dos africanos favorecendo as políticas das antigas metrópoles⁷⁸, que até na atualidade continuam sendo os únicos beneficiários do insucesso da integração regional. , pois, esta política segue a lógica da divisão dos africanos pelo colonizador, que na maioria das vezes alega para justificar a sua posição, de que não havia integração em África nem antes nem durante a colonização, portanto, ele é impossível, fato que é discutível, pois, mostramos no primeiro capítulo deste trabalho que a África Ocidental era uma unidade federal descentralizada sobre o comando do império do Mali. È neste sentido que, Wade (2005), afirma que no âmbito da UEMOA, a natureza mesma da organização faz com que nem um dos países membro tem uma política monetária, pois, quem tem este poder é a França. Independentemente da grande zona de integração regional que é a CEDEAO, os países da região ainda estão subdivididos em outros dois blocos: (i) a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) - formada pelos países francófonos com exceção da Guiné-Bissau e, (ii) Zona Monetária da África de Oeste (ZMAO) conformada pelos países da colonização inglesa com exceção da Guiné-Conacri. Ou seja, os dois subgrupos dentro da CEDEAO representam uma fase preparatória para o estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental até 2015 que seria o ponto de partida do sonho africano de ter um mercado único com uma moeda única em 2028.

Portanto, apesar do esforço, do ânimo e da esperança com os quais a CEDEAO esta apoiando a criação destas duas zonas monetária na perspectiva de unir mais tarde as duas para formar uma terceira zona regional, entendeu que, este processo é mais longo e penoso além, de duvidoso. Tanto a criação destas duas zonas monetárias, quanto à existência de outras organizações a caráter econômico como, por exemplo, a OMVG e OMVS, político

⁷⁸ A idéia de criação de uma segunda zona monetária na África ocidental, ZMOA se explica pelo simples fato dos países da região que, foram colonizados pelos ingleses não querem aderir ao UEMOA, que usam o Franco CFA, como moeda única e agrupa os países da antiga África Ocidental Francesa (AOF), mais a Guine Bissau. È importante lembrar que tanto a criação de uma moeda única quanto à integração total na região da África ocidental não é de interesse das antigas metrópoles em geral e principalmente da França, que nunca escondeu a sua oposição a integração das suas antigas colônias da região com as antigas colônias inglesas da região (Nigéria, Serra Leoa, Gana, Gâmbia e Libéria), assim se viu como a ela contribui para impedir a criação e a consolidação da Federação do Mali em 1959. Outro Fato importante a ser lembrado em respeito da Zona franco, é que esta moeda continua sendo garantida pela França através da suas instituições financeiras e, apesar da existência do Baco Central da África Ocidental (BCEAO), ainda 40% das divisas desta moeda são depositado no tesouro francês.

como a francofonia, nos leva a pensar que os mesmos problemas que conduziram a fragmentação do continente africano em vários países inviáveis econômica, política, social e culturalmente, estão sendo transposto na questão da integração regional.

Na perspectiva de promover o desenvolvimento regional, os objetivos da CEDEAO são: (a) promover a cooperação e a integração em todos os âmbitos da atividade econômica com o fim de elevar o nível de vida dos seus povos, (b) manter e aumentar a estabilidade econômica, (c) reforçar as relações entre os Estados membros e, (d) contribuir para o desenvolvimento do continente africano. O tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

No momento da sua criação em 1975, os objetivos da CEDEAO eram basicamente o desenvolvimento econômico; mas ao longo do tempo, os aspetos políticos, a paz e a segurança, se converteram progressivamente numa prioridade para organização, motivados pelos constantes Conflitos Civis em alguns países. Em 1990, foi criado a ECOMOG - a força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e Governos de responderem efetivamente a instabilidade regional. Desde então, ECOMOG tem feito intervenções em conflitos como da Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Togo, Costa de Marfim etc.

Finalizando podemos observar que a CEDEAO e seus países membros tem o desafio de evitar, a fragmentação da região em vários tipos de organizações de caráter micro e que defendem interesses individuais ou particulares em vez de lutar para o interesse da região como um todo. Neste aspecto, os países deverão primeiramente harmonizar, as suas políticas externas assim como seus programas de desenvolvimento econômico, político e sociocultural buscando sempre o bem geral. Para tanto, o desafio de países como o Senegal não é dos menores, pois, o ativismo e o engajamento do país em vários organismos regional são capazes de gerar conflitos de interesses, bem como desperdícios de recursos humanos e financeiros que como sabemos é escasso.

Senegal, por exemplo, como afirma Wade (2005) participou ativamente na elaboração e consolidação dos textos que servirão de base para a criação da União Africana, além de ser membro de várias organizações regionais e internacionais. No plano regional, podemos lembrar que Senegal é membro da CEDEAO, da UEMOA (União Econômica e Monetária da África Ocidental), a OMVS (Organização para a Valorização do rio Senegal), mas também, faz parte da União Africana e do NEPAD, em nível continental e no plano internacional, Senegal é membro da Organização mundial do Comércio (OMC), do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial (BM), e da Organização da francofonia. Esta abertura do Senegal ao resto do mundo é considerada como um valor fundamental da nação e, a única saída do subdesenvolvimento dos países africanos, é a união (Wade, 2005), no entanto, como se mostrou ao longo desta sessão, a forma como esta união esta sendo realizada é equivocada, pois, enquanto a CEDEAO, por exemplo, agrupam todos os países da região, em torno dos mesmos objetivos, valores e estruturas, as outras organizações os desunem, e até trava o bom funcionamento dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao aproximar-nos do final desta longa caminhada, cumpre realizar uma breve recapitulação do que se encontra exposto neste trabalho, para apresentar ao eventual leitor que tenha chegado a esta altura do texto uma apreensão resumida das principais idéias aqui desenvolvidas. Primeiramente, vale lembrar que no início desta pesquisa a idéia era analisar especificamente o conflito de Casamance, no entanto ao longo das primeiras leituras sobre o assunto, nos ficou evidente que esta crise não é um fato isolado e nem poderia ser, portanto, a compreensão da sua origem, evolução e eventual resolução somente são possíveis conhecendo os diferentes elementos históricos, sociopolíticos, culturais e econômicos que acompanharam a formação do Estado do Senegal. É nesta ótica, que no capítulo 1, partimos da apresentação das diferentes fases da formação do Estado, iniciando pelo Estado tradicional que é entendido neste trabalho como sendo a fase que precedeu a chegada do período colonial que analisamos logo depois antes de chegar à terceira fase que consideramos aqui como o estado moderno que inicia com a federação do Mali, passa pelo Senegal sobre comando de Leopold Sedar Senghor (1960-1980), de Abdou Diouf (1981-2000). Neste último período, analisamos a confederação da Senegâmbia como sendo um dos elementos securitário da unidade nacional do Senegal, ou seja, uma forma de contenção e de controle da rebelião de Casamance dirigida pelo do Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC) que analisamos no segundo capítulo deste trabalho. O terceiro e último capítulo desta dissertação analisou as novas tendências do Senegal e sua

inserção regional na África Ocidental, focando na sua primeira sessão (3.1) as perspectivas ou esperanças criadas pela alternância democrática ocorrida no Senegal em 2000, que também certamente poderia ser chamado o Senegal de Wade e segunda e terceira sessão (3.2 e 3.3) do capítulo tratam respectivamente dos desafios da integração do Senegal e da CEDEAO.

Feitas essas ressalvas estruturais do trabalho, cabe lembrar o que nos levou a estruturar o texto desta forma, ou seja, o ponto de partida ou problema de pesquisa que é no caso deste trabalho, Por que a integração regional é a única maneira de superar os conflitos separatistas e consolidar a construção do Estado do Senegal? Nesta lógica, o primeiro capítulo, na sua primeira parte buscou fazer um breve esclarecimento teórico quanto ao conceito de Estado nacional se baseando nos estudos feitos por Tilly (1975; 1996 2003); Gonçalves (2006), chegando a uma síntese de que o Estado pode ser definido varias formas que, no entanto, concordam de que independentemente do conceito adotado, pode se observar que há uma convergência, de que o Estado é uma entidade organizada política, social e juridicamente em um determinado território com base numa lei máxima que, é constituição no qual, são determinadas as formas legais de como os governos, legalmente escolhidos devem conduzir o Estado de forma soberana e legítima. Em seguida, verificou-se na África tradicional em geral e particularmente na região da Senegâmbia na qual está inserido o atual Estado do Senegal, existiram antes da época colonial estruturas políticas como o império do Mali, que era organizada de forma descentralizada onde, o respeito às diferenças, a representação das minorias nas instâncias de decisões, assim como a liberdade de culto eram não somente a base, mas, regras de ouro na organização social, política e econômica, fato que corrobora plenamente com a nossa hipótese e nos permite afirmar que a origem do problema da Casamance, somente pode ser buscada entre o período da administração colonial e o período do Senegal independente que antecedeu o início do conflito em 1982.

A partir destas duas evidências partiu se para análise do período colonial onde foi constatado de que uma vez conquistado os territórios da África ocidental e implantada a administração colonial francesa no Senegal no século XIX, os processos da formação do Estado do Senegal começam a serem definidas certamente, de forma inconsciente ou não planejada. Estes processos são em primeiramente lugar, a criação das quatro comunas, que

serviu de base para formação das futuras gerações de elites que lutaram pela independência e iniciaram o processo de construção do Senegal contemporâneo para usar a expressão empregada por Momar Coumba Diop.

Em segundo lugar, é o estabelecimento do contrato social ou dos processos de pacificação e de controle da sociedade senegalesa usando como base o poder de influência das lideranças religiosas principalmente, muçulmana, que mais tarde serão à base da legitimação de qualquer outro poder político no Senegal e conseqüentemente, interferem na distribuição dos recursos do estado criando outro fator de divisão social, pois, depois da independência as regiões desprovidas destas lideranças religiosas como a região da Casamance foram deixadas no segundo plano em relação à intervenção do Estado.

O terceiro elemento e certamente o mais importante, pelo menos é o mais citado na questão casamencês, é o critério usado pela metrópole para determinar os limites territórios no momento de conceder a independência dos países africanos, que no caso do Senegal contribui para a criação de equívocos a respeito principalmente da região meridional do Senegal, que foi dominado primeiramente pelos portugueses antes de passar para o controle Frances, que além de reconhecerem das dificuldades encontradas na pacificação desta parte, cogitaram na véspera do referendun de setembro 1958, não somente separar a região da Casamance do resto Senegal, mas também separar Dakar do resto do país, fato que obviamente as elites do Senegal não poderiam aceitar donde, a constituição de uma coalizão de união nacional, que as informações obtidas nesta pesquisa não permitiram identificar as bases desta união que seria certamente muita valiosa para verificar informação segundo a qual Senghor teria prometido a independência aos fundadores do MFDC, que como se mostrou nesta parte, apesar de terem criado seu movimento em 1947, se juntaram à União Popular Senegalês (UPS), partido criado por Senghor em 1948. Independentemente de poder comprovar esta informação ou suposição que o MFDC, levanta como sendo verdadeira, podemos imaginar que quando duas organizações e mesmo duas pessoas se juntam, seja política, econômica, social ou culturalmente, é porque ha troca de favores ou de interesses, portanto, a não revelação dos conteúdos dos documentos, se eles existem que selaram a união UPS-MFDC, em 1949, deixa clara a existência de um mistério quanto à veracidade ou não da outra afirmação levantada pelo MFDC segunda a

qual o governo do Senegal teria se livrado dos principais testemunhas destes acordos a fim de poder, ocultar ou esconder o conteúdo dos mesmos.

De qualquer maneira, podemos afirmar que a administração colonial bem como a metrópole contribuiu de forma significativa no acontecimento destes fatos, pois, condicionaram a opinião dos senegaleses e dos africanos em geral quanto ao tipo de regime, adotar apesar da organização do referendun de 28 de setembro 1958, e conseqüentemente a existência ou não destes acordos entre as elites do Senegal como mostra as linhas a seguir:

Des rumeurs inquietantes circulaient par ailleurs, qui attribuaient aux autorités coloniales l'intention d'les amener les Lébou de la région du Cap Vert a ne pas suivre le mot d'ordre de voto negatif du parti au pouvoir, ce qui permettrait leur accession, peut être même avec Saint Louis au estatut de departement français. Une promesse analogue aurait été faite aux responsables politique de la region de la Casamance, qui deviendrait ainsi un État autonome dans la communauté française (SECK,2005 :50).

Além destas contribuições, viu se que a política da administração do Senegal independente não passa de uma copia das praticas da administração colonial em relação á população de Casamance, principalmente porque, para a maioria da população desta região, não ouve mudança tanto nas praticas quanto nas equipes administrativas, fato que fica evidente nas sessões que analisaram a construção da hegemonia de Senghor e do pluralismo limitado a democracia exemplar. Assim, esta parte analisou como a concentração do poder, o partido único, a consolidação e a extensão do clientelismo político resultaram na marginalização ou na perseguição de todo tipo de oposição gerando assim, o surgimento de organizações clandestinas ou de manifestações abertas contra as praticas governamentais principalmente na região sul com a descentralização da administração pública que favoreceu o uso abusivo da coerção pelos representantes do Estado, principalmente depois da adoção da lei do domino nacional em 1972, que coincide com o período da seca e da crise econômica da década de 1970, levando a população do Norte do Senegal até então favorecida pela agricultura de amendoim, a migrarem em direção a região da Casamance que recebe uma maior quantidade de chuva, logo economicamente mais viável.

Esta migração das populações do norte, muçulmana em direção ao sul onde vivem populações de crenças tradicionais ou católica resulta em um choque cultural que, certamente se não fosse à cumplicidade dos agentes do Estado também originário do norte,

teria se resolvido de maneira pacífica, mas, incentivada pela detenção do poder coercitivo, apoiada pelo clientelismo político e religioso, e desconhecendo as tradições locais, os agentes do Estado usam estes elementos em favor de seus correligionários em detrimento da população local, aumentando o sentimento de injustiça, de invasão ou de ocupação da Casamance pelo Estado do Senegal.

Todo isso, se explica por dois principais fatores que, a baixa representatividade dos casamencês nos órgãos administrativos do Estado e o desconhecimento ou a discriminação das culturas locais da Casamance, que acabam gerando o sentimento de revolta da parte de certas elites da região principalmente depois da morte sucessivos⁷⁹ dos principais responsáveis políticos da Casamance e fundadores do MFDC, entre 1972 e 1978, sendo que a de Emile Badiane (1972) ainda continua não esclarecida, são fatos que esta parte do trabalho, identificou como elementos da construção do Estado do Senegal, que a literatura não cita como responsáveis ou causas do conflito da Casamance (capítulo 2), que a luz desta pesquisa ficou claro são à base da crise, que toma a forma de conflito armado ou

⁷⁹ Depois da morte de IBOU DIALLO no dia 11 de outubro de 1971, EMILE BADIANE segue no dia 22 de dezembro 1972, sendo que na véspera (dia 21) ele esteve reunido com alguns responsáveis do partido, no seu gabinete na presidência da república até vinte horas tratando da questão da representação do partido nas eleições de 1973. O falecimento deste líder continua um mistério até na atualidade, pois, conforme relata SECK (2005), que é uma das últimas pessoas a ver Badiane vivo, ele está em bom estado de saúde, quando terminou a reunião e ele foi encarregado de comunicar as decisões tomadas ao presidente Senghor, que aguardava no seu escritório, no entanto, segundo o mesmo autor quando Badiane ligou, mas, Senghor não estava mais e todos os outros que participaram da reunião tinham que deixar Dakar às 4 horas da madrugada em direção a suas regiões respectivas. Ora, Badiane era primeiro responsável da região de Ziguinchor, portanto, fica a pergunta por que ele não efetuou a viagem? Esta dúvida fica ainda maior quando sabemos que as discordâncias entre Badiane e seu vice Assane Seck eram tão grande que Senghor convocou uma reunião de reconciliação no dia 05 de outubro de 1972, ou seja, dois meses antes do falecimento de Badiane. Igualmente quando o próprio SECK (2005: 83), escreve: “La disparition d’Emile Badiane, comme je le prevoyais, ouvrit une ère de grande difficultés”, podemos entender que era previsto, a morte do mesmo.

Em 1978, um acidente da circulação tira a vida do sucessor e irmão de Ibou Diallo, Adama Diallo, que tinha ocupado o cargo de responsável político da sua seção depois da morte de Ibou.

Portanto, são fatos destes tipos que fizeram dos sucessores da primeira geração de políticos e membros do MFDC, tomarem certa distância em relação aos membros do governo e responsáveis políticos do Partido de Senghor no poder. Levando em consideração estes acontecimentos podemos entender o conteúdo das palavras preferidas do Líder carismático do MFDC, Diamacoune Senghor, que, em uma das suas cartas enviada a autoridade do Senegal em 1978 escreve: “Pas de paix sans la justice; pas de justice sans la vérité et pas de Vérité sans l’application correcte de la loi de Dieu”.

Logo, podemos perceber que o conflito de Casamance que inicia oficialmente em 1982, foi o resultado de brigas políticas que acompanharam a formação do Estado do Senegal e que as autoridades não levaram a sério e tão poucos respeitaram os princípios de igualdade, justiça e direitos e liberdades política inscritas na constituição da República do Senegal de 1963. Atualmente é difícil para não dizer impossível convencer os membros do MFDC de que as mortes sucessivas dos responsáveis políticos da região foram naturais, principalmente porque isso não parou depois do início do conflito o número de desaparecidos e de mortes súbitas de pessoas supostamente envolvida na rebelião é bastante significativo.

rebelião em 1982, um ano depois Senghor deixar o cargo a seu sucessor escolhido Abdou Diouf.

Se de um lado essa sucessão, foi vista como sinal de civismo de democracia, do outro, ele mostra a opção de continuar a mesma política clientelista e autoritária até então usada na gestão do Estado Senegalês, mas também para a Casamance que vinham pedindo justiça, consideração e inclusão social, este arranjo institucional foi interpretado como sendo um sinal claro de continuidade, portanto, a necessidade de tomar novas iniciativas ou formas de reivindicação. É nesta ótica, que foi organizado a primeira manifestação popular em 26 de dezembro de 1982 em Ziguinchor, no qual os manifestantes tentaram substituir a bandeira do Senegal na sede do governo por uma bandeira branca símbolo da paz, mas a reação do Estado a traves das forças armadas e de policia aumenta a frustração dos responsáveis do MFDC, que, um ano depois, criam o Atika⁸⁰, que a facção armada do MFDC. Desde então o Senegal enfrenta o conflito interno, considerado atualmente o mais longo da história na África, apesar das varias tentativas e promessas de resolução, sem sucessos por motivos diversos conforme se mostrou ao longo do texto, que podemos lembrar aqui os essenciais.

A continuação da gestão elitista do Estado pela minoria principalmente, originários das quatro comunas, e logo a discriminação ou marginalização da grande maioria da sociedade senegalesa na distribuição das riquezas do Estado, a imposição ou tentativa de imposição da cultura Wolof e islâmico como cultura nacional favoreceu a discriminação e a opressão da variedade cultural, outra hora aceita e respeitada não somente no Senegal, mas, na Senegâmbia. A constante manipulação da constituição⁸¹ por fins políticos, que tira toda

⁸⁰ Significa em Diola, idioma local o combatente, esta facção foi criada em 1983, depois que os principais responsáveis da marcha de 26 de dezembro 1982, tiveram que fugir e se esconderem no mato (floresta), na fronteira com a Guiné Bissau, para não serem presos pelas forças de segurança do Senegal, por um ex fuzileiro do exercito senegalês, chamado Sidi Badji.

⁸¹ Senghor, para consolidar sua hegemonia de partido único mudou a constituição em 1963, eliminando o cargo do primeiro ministro, que outra mudança reintroduz a fim de poder escolher seu sucessor, Abdou Diouf. Este último por sua vez, em varias ocasiões fez esta mesma manipulação, além de aumentar antes das eleições presidenciais de 1993, o mandato do presidente, de cinco (5) para sete (7) anos quando percebeu que poderia perder as próximas eleições.

Abdoulaye Wade, que é o atual presidente, fez campanha em 2000 criticando a criação de um senado e o mandato presidencial de sete anos, quando eleito, fez um referendun eliminando o senado, e reduzindo o mandato de sete para cinco anos. Depois, de reeleito em 2007, trouxe de volta o senado, aumentou o mandato para sete anos de novo e ainda quer impedir a organização de eleições em 2012, por estar preparando o filho para ser o seu próprio sucessor.

esperança do cidadão comum em aceder a cargos importantes da máquina estatal pelo mérito, bem como o uso político do conflito, tanto para promover, políticos quanto para contemplar a elite militar. Em suma, a marginalização, geográfica, política, econômica e cultural da região da Casamance além do uso abusivo da coerção do estado em relação aos membros ou supostos membros do MFDC e das sucessivas crises entre o Estado do Senegal e seus vizinhos da Guiné Bissau e da Gâmbia.

Nesta perspectiva, a questão da integração regional é importante, por que proporciona a possibilidade da gestão em comum das crises, mas, também obrigam as autoridades centrais abrirem mão certos privilégios e de pretensões de serem os únicos dirigentes.

Com estes fatos fica claro que resolução definitiva do conflito de Casamance deve levar em consideração além dos fatores, econômicos (desenvolvimentismo), recomendado pela maioria da literatura que trata do assunto, dos fatores culturais que, na luz desta pesquisa, aparecem como sendo um dos elementos mais importante da crise, porém, devido ao choque gerado pela gestão autoritária e clientelista do Estado ao longo do tempo, que favoreceu práticas ilícitas e abusivas por parte dos representantes do governo na região principalmente na década de 1970, os fatores históricos e político. Desse modo, viu-se que a resolução dos conflitos no mundo contemporâneo será inviável dentro dos limites dos Estados nacionais que conhecemos atualmente. Portanto, a obtenção da paz, do desenvolvimento e da liberdade é possível no mundo atual apenas com a integração regional. Ou seja, se a resolução dos conflitos, como o caso de Casamance depende da integração, a mesma não deve ser imposta a população, mas sim, construída com ela.

REFERÊNCIAS

- AGIR ICI ET SURVI. **France-Sénégal: une vitrine craquelée**. Paris: Harmattan, 1997.
- Association senegalaise de solidarité pour un developpement social urbaine (PACTE) : **cartographie**, 2010. Disponível em: <http://www.pacte.sn/spip.php?article16>. Acesso em 20 dez. 2010.
- BADI, Mbuyi Kabunda. **Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas**. 1992. Tesis (Doctoral en ciencias políticas) - Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense, Madrid, 1992.
- BADIE, Bertrand. *L'État importe: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris, Fayard, 1992.
- BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da história regional**. *Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM-SEPHIS*, Rio de Janeiro, 2000.
- BARRY, Boubacar. **La Sénégambie du Xve au XIXe siècle: Traite négrière, Islam et conquête coloniale**. Paris: L'Harmattan, 1988.
- BARRY, Boubacar. **Le royaume du Waalo : Le Sénégal avant la conquête**, Paris, Karthala, 1985.
- BARRY, Mamadou Alpha. **Abdoulaye Wade: Sa pensée économique des Independances au NEPAD**. Paris: Hachette, 2005.
- BARRY, Mamadou Alpha. **Défense, Stratégie & Relations humaines**. Paris: l'Harmattan, 2008.
- BAYART Jean-François. **L'État en Afrique: La politique du ventre**. Paris: Fayard, 1989.
- BAYART Jean-François. Les chemins de traverse de l'hégémonie coloniale : anciens esclaves, anciens combattants, nouveaux musulmans. **Politique Africaine**, Paris, v. ou n.105, p. 201-240, 2007.
- BAYART, Jean François. **La Greffe de l'État: les trajectoires du politique**. 2eme. ed. Paris: Kharthala, 1996.
- BECK, Linda J. Le clientelisme au Sénégal: un adieu sans regrets? In: DIOP, Momar-Coumba (Dir.). **Le Senegal Contemporain**. Paris: Karthala, 2002. p. 529-544.
- BLANCHER Giles. L'évolution des dirigeants sénégalais de l'indépendance à 1975. **Cahier d'Études Africaines**, v.18, p. 49-78, 1978. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1978_num_18_69_2395. Acesso em 15/ Set, 2010.

BRUCAN, Silviu. **La Disolución Del poder**: Sociología de las relaciones internacionales y políticas, Mexico, 1983.

CISSOKO, Sékéné Mody. Os Songhai do século XII ao XVI. In: **História Geral da África IV: África do século XII ao século XVI**. São Paulo: Africa: UNESCO, 1981. p. 207-228.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System**: the politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DALH, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**/ Robert A. Dahl: prefácio Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik- São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1997. –(clássicos; 9).

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. Ed. Saraiva 1998.

DAVIDSON, Basil. **L'Afrique au XXe siècle**: L'Éveil et les combats du nationalisme africain. Paris: J. A., 1979, p. 93-95.

DE BRITO, Iris. **A Economia dos conflitos violentos em África**. Revista Lusófona de Estudos Africanos N.1, 2008.

DECRAENE, Philippe. **Les sources du consensus dans les Etats africains**. Ethiopique, n.16, Revue socialiste de culture négro-africaine, octobre, 1978. Disponível em: <http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article706>. Acesso em 10 de dez. 2010.

DEUTSCH, Karl W. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DIALLO, Bacontá. **La crise casaménaise**: problematique et voies de solutions. L'Harmattan, 2009, Paris France.

DIAS, Eduardo Costa, **Da Escola Corânica tradicional à escola arabi**: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

DIAS, Eduardo Costa, **Da Escola Corânica tradicional à escola arabi**: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

DIOP, Cheikh Anta. **L'Afrique Noire Pré-Coloniale**. Cidade: Presence Africaine, 1987.

DIOP, Momar Coumba. **Gouverner le Sénégal**: Entre ajustement structurel et développement durable. Paris: Karthala, 2004.

DIOP, Momar Coumba. **Le Sénégal à la croisée des chemins**. Politique africaine. Dakar, n.104. p. 103-121, 2006.

DIOP, Momar-Coumba. Senegal: **Trajectoires d'un État**. Dakar: Codesria, 1992.

DIOUF, Abdou. Afrique: **l'intégration régionale face à la mondialisation**. Institut Français de relations internationales, politique étrangères, n. 4, 2006, p. 785-797. Disponível em:

DIOUF, Mamadou. The French Colonial Policy of Assimilation and the Civility of the Originaires of the Four Communes (Senegal): A Nineteenth Century Globalization Project. **Development and Change**, London, v. 29, p. 671-696, 1998.

DUMONT, Gérard-François; KANTE, Seydou. **Le Senegal**: une géopolitique exceptionnelle en afrique. **Geostratégique**, Paris, n. 25, p. 107-133, 2009. Disponível em: http://www.strategicsinternational.com/25_08.pdf. Acesso em : 13/Dez. 2010.

EKANZA, Simon Pierre. **La colonisation: un défi pour l'Afrique d'aujourd'hui**, CERAP, 04 mars 2005, CERAP, Abidjan. Disponível em: <http://africanalyses.cerap-inades.org/africanalyses>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

FALL, Ibrahima. Sous-developpement et democratie multipartisane: l'expérience senegalaise. **Dakar-Abidjan**, Cidade, v. ?, n. ?, p. inicial-final, 1977.

FAYE, Ousseynou. **La crise casamançaise et les relations du Sénégal avec la Gambie et la Guinée Bissau (1980-1992)**, Univercite Chekh Anta Diop, Dakar, 2008. Disponível em : <http://www.histoire-ucad.org/archives/index.php/remository.html?func=fileinfo&id=72>. Acesso em 10 de Out. 2010.

FAYE, Wagane. **The Casamance separatism**: From Independence Claim to Resource logic, Naval Postgraduate School, Monterey, California, 2006.

FILHO Pio P. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. Cena internacional. **Revista de Análise em Política internacional**, Cidade, v.2, n.2, p. inicial-final, 2000.

FONDS MONETAIRE INTERNACIONAL. **Senegal**: Rapport sur les consultations au titre de l'article IV, la première revue de l'instrument de soutien à la politique économique, la demande de dérogation d'un critère d'évaluation et la modification de critères d'évaluation, 2008. Dakar, 2010.

FOUCHER, Michel. **La République européenne**. Paris: Belin, 2000.

FOURCHER Vincent. **Les "évolués", la migration, l'école**: pour une nouvelle inyerpretation de la naissance du nacionalisme casamançais. In: DIOP, Momar Coumba (Dir.). **Le Sénégal Contemporain**. Paris: Karthala, 2002 p. 375-424.

GELLAR, Sheldon. Pluralisme ou Jacobisme: quelle démocratie pour le Sénégal ? In: DIOP, Momar Coumba (Dir.). **Le Sénégal Contemporain**. Paris: Karthala, 2002. p. 507-528.

GENTILI, Anna-Maria. Ethnicity and citizenship in Sub-Saharan Africa. In: CHABAL, Patrick et al. **Is Violence Inevitable in Africa?**: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention. Leiden: Brill, 2005.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**: segundo volume de uma critica Contemporânea ao materialismo Histórico. Tradução Beatriz Gumarães. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2001.

GLASER, Antoine, SMITH, Stephen. **Comment la France a perdu l'Afrique**. Paris, 2005.

GONÇALVES, Soraia. O declínio do Estado-nação: Globalização, integração europeia e reafirmação dos movimentos de identificação cultural subestatais. *Revista de Estudos Politécnicos*. Vol. III 5/6, 281-296, 2006.

GRANVAUD, Raphaël. **De l'armée colonial à l'armée neocolonial (1830-1990)**, n. 23, Collection des "Dossier noirs", Survi, Agone, 2009.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=PE&ID_NUMPUBLIE=PE_064&ID_ARTICLE=PE_064_0785.

http://www.fasopo.org/publications/legscolonial2_jfb_1206.pdf. Acesso em 13/Jan, 2011.

http://www.pacte.sn/IMG/pdf/Carte_administrative_de_la_casamance_naturelle.pdf

HUGHES Arnold, **L'Éffondrement de la confédération de la Senegambie**, Centre d'Étude d'Afrique (CEA), Bordeaux, 1991.

HUI, Victoria Tin-Bor. **War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HUNTINGTON, **The Clash of civilizations and the ranking of World order**. New York : Touchstone, 1997.

HYDEN, Goran. **African Politics in Comparative Perspective**. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.

KABOU, Axelle. **Et si l'Afrique Refusait le Developpement?** Cidade: L'Harmattan, 1991.

KALY, Alain. **Leopold Sedar Senghor e a construção do Estado Nação senegalês**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopolis, 2006

KANE, O. Idée et pratique du jihad en Afrique de l'Ouest de Nasr-Al-Din al Hadj Umar Taal (XVIIe-XIXe siècles). In: KANE, O. **Islam, resistances et Etat en Afrique de l'Ouest XIXème & XX ème siècles**. Dakar: Institut des Etudes Africaines, 2003. p. 157-170. (Série Colloques et Déminaires, 9).

KEYLOR, William. **The twentieth-century World: An international history**, Oxford University Press, New York, 1996

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Lisboa: Europa- América, 1972. 2 v.

LAVROFF, Dimitri-Georges. Régime militaires et développement politique en Afrique noire. **Revue française de science politique**, Cidade, année 22, n. 5, p.973-991,1972.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: Desempenho e padrões de governos em 36 países**. Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Carlos. Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau. *Lisboa 70*. Edição, 1982.

LOPES, Carlos. Os limites históricos de uma fronteira territorial: Guiné “Portuguesa” ou Guiné-Bissau. *Instituto Nacional de Pesquisa da Guiné-Bissau*. Bissau, Janeiro, 1994.

LOPEZ-ALVES, Fernando. **La Formación del Estado y la Democracia en América Latina: 1810-1900**. Bogotá: Norma, 2003.

LOPEZ-ALVES, Fernando. **The Other Mirror: Grand Theory and Latin America**. Cidade: Princeton University Press, 2000.

MACEDO E MARQUES. Uma viagem ao Império do Mali no século XIV: o testemunho da Rihla de Ibn Battuta (1352-1353) in Ciências e Letras, Porto Alegre, n°44, Jul/dez.2008.

MALISKA, Marcos A. **Constituição e Estado pós- nacional: reflexões sobre os desafios do direito constitucional em face da abertura da ordem jurídica estatal e das demandas internas por cidadania não homogeneizantes**, 2006. Disponível em: <HTTP://multimedia.opovo.com.br/revista/marcos-augusto-maliska.pdf>. Acesso em 15/08/2010

MALISKA, Marcos A. **Max Weber e o Estado Racional Moderno: os desafios do Estado Moderno**. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

MARUT, Jean Claude. **Le Conflit de Casamence : ce que dise les armes**.Ed. Khartala, 2010, Paris- France.

MBODJI, Therno Souley. **La Confederation de la Senegambie: Réalités et Perspectives**. 1985. Tese (Doctorat en Science politique) - Université de Bordeau I, Institut d'Etudes Politiques Centre d'Etude d'Afrique Noire, Cidade, 1985.

MBOW, Penda, SENEGAL: **The Return of personalismo**. *Jornal of Democracy*, London, v. 19, n.1, p. 157-169, 2008.

MOHAMAD, Aminuddin. **Mohammad: O mensageiro de Deus**. São Paulo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, 1989.

NIANE, Djibril Tamsir. **Soundiata ou l'épopée mandingue**, Paris, Presence Africaine, 1960.

O'BRIEN, Donal Cruise; DIOP, Momar-Coumba; DIOUF, Mamadou. **La Construction de l'État au Sénégal**. Cidade: Kharthala, 2002.

PISON, Gilles et al. La mortalité maternelle em milieu rural au senegal. **Population**, Cidade, année 55^e, n. 6, p.1003-1017, nov./déc. 2000.

Progama das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD), Rappor sur le developpement, Senegal, 1994.

PUTNAM, Robert D.; JACOBSON, Harold ; EVANS, Peter B (Ed.). **Diplomacy and domestic politics**. The logic of two level games In : *Internacional bargaining and domestic politics :Double-Edge diplomacy*. Los Angeles, Univercity of California Press,1993.

RIBEIRO,Luiz Dario. **Da conquista Européia à Descolonização**.In. : *Breve Historia da África*.p. 53-103, 2007.

ROCHE, Christian. **Histoire de la Casamance: Conquête et Résistance 1850-1920**. Paris, Kharthala, 1985.

SARTORI, Giovanni. **Party and party systems: a framework for analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SECK, Assane. **Sénégal: Emergence d'une Democratie Moderne 1945-2005: Un itinéraire politique**. Cidade: Kharthala, 2005.

SMITH, Etienne. **Um modèle républicain pluraliste?: les trajectoires de l'idéologie républicaine au Sénégal**, 2009.

SÖDERBAUM, Fredrik; SAW, Timothy M. **Theorie of New Regionalism: A Palgrave Reader**. Göteborg: Department of Peace and Development research, Göteborg University; Bruges: United Nation University/Comparative Regional Integration Studies (UNU/CRIS), 2010.

SY, Arouna. **Grève scolaires et universitaires au Sénégal: la mécanique revendicative et ses cadres organisationnels**. Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar (UCAD), Dakar, Dec. 2008. Disponível em: <http://fastef.ucad.sn/Lien11/harounasy.pdf>. Acesso em 12 fev, 2011.

TAYLOR, B.; BOTEVA, R. Tilly. Tally: war-making and state-making in the contemporary Third World. **International Studies Review**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 10, n. 1, p. 27-56, 2008.

THOUB, Ibrahima. L'école de Dakar et la production d'une écriture académique de l'histoire. In: DIOP, Momar- Coumba (Dir.). **Le Sénégal Contemporain**. Paris: Karthala, 2002. p.109-153.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992**. São Paulo: Edusp, 1996.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2003.

TILLY, Charles. Western State Making and Theories of Political Transformation. In: TILLY, C. (Ed.). **The Formation of National State in Western Europe**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975. P.3-83.

TINE Alioune, Rapport de la Rencontre Africaine des Droit de l'Homme, Senegal, 1997. Disponível em www.raddho.org acesso em 12/12/2010.

TINE Alioune, Rapport de la Rencontre Africaine des Droit de l'Homme, Senegal, 1995. Disponível em www.raddho.org acesso em 12/12/2010.

TOURÉ, E. H. Seydou Nourou. L'administration publique à l'ère des politiques d'ajustement structurel. In.: DIOP, Momar- Coumba (Dir.). **Gouverner le Sénégal: entre ajustement structurel et développement durable**. Paris: Karthala, 2004. p.129-153.

TOURÉ, E.H. Seydou Nourou. L'administration publique à l'ère des politique d'ajustement 2004.p. 129-153. In: DIOP, Momar Coumba (Dir.). **Gouverner le Sénégal: Entre ajustement structurel et developpement durable**. Paris: Karthala,2004

TSHITEREKE, Clarence. On the Origins of War in Africa. **African Security Review**, Brooklyn, v. 12, n. 2, 2003. p. 261-281.

União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). **Rapport Annuel de la Commission sur le fonctionnement et l'évolution de l'union**. Cidade: Union Economique et Monetaire Oueste Africaine, 2006.

União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). **Rapport semestriel d'exécution de la surveillance Multilaterale**. Union Economique et Monetaire Ouest Africaine, 2009.

União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). **Regional Economic Program (REP) 2006-2010**: Summary Rapport. West African Economic and Monetary Union, 2006.

United States Agency for International Development (USAID), 2001

VALENÇA, Marcelo M. **A Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU**: os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina. *Dissertação de Mestrado* – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luís Dario; PEREIRA, Ana Lúcia. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VOLTOLINA, Katia, **L'éclatement de la Fédération du Mali (1960)**: d'une fédération rêvée au choc des réalités, collection « clioen @afrique », n. 23-été, Centre d'Étude des Mondes Africains (CEMAF), Aix-en Provence, 2007.

WADE, Abdoulaye, discurso de abertura da Festival Mundial dos Arte Negras (FESMAN) 2010.

WADE, Abdoulaye. **Seance de prestation de serment**: Allocution préliminaire de maître Abdoulaye Wade président de la république du Sénégal, Dakar, 2000. Disponível em: www.gouv.sn. Acesso em 20 nov. 2010.

WADE, Abdoulaye. **Un Destin pour l'Afrique**. Cidade: Michel Lafon, 2005.

WANE, Abdoul Aziz. Le financement des secteurs sociaux. In: DIOP, Momar- Coumba (Dir.). **Gouverner le Sénégal**: entre ajustement structurel et développement durable. Paris: Karthala, 2004. p.155-198.